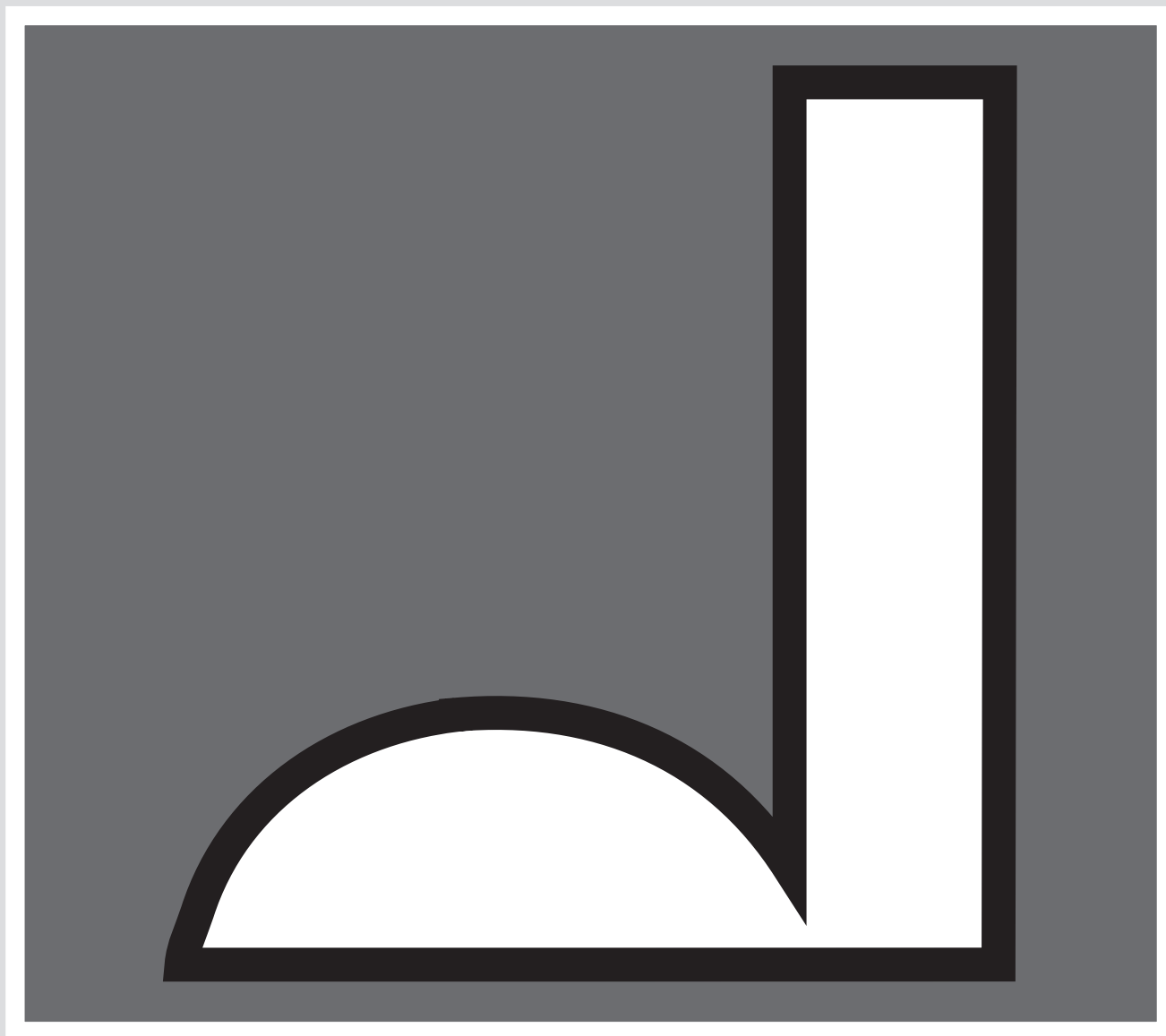




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXII - Nº 106 - TERÇA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2007 - BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL  
**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC  
**2º Vice-Presidente**  
Álvaro Dias – PSDB-PR <sup>(1)</sup>  
**1º Secretário**  
Efraim Morais – PFL-PB  
**2º Secretário**  
Gerson Camata – PMDB-ES

**3º Secretário**  
César Borges – PFL-BA  
**4º Secretário**  
Magno Malta – PR-ES  
  
**Suplentes de Secretário**  
**1º** - Papaléo Paes – PSDB-AP  
**2º** - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE  
**3º** - João Vicente Claudino – PTB-PI  
**4º** - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

### LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) - 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
<b>LÍDER</b>  VICE-LÍDERES  .....  <b>LÍDER DO PMDB – 20</b> <b>Valdir Raupp</b>  VICE-LÍDERES DO PMDB  Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	<b>LÍDER</b> <b>Ideli Salvatti – PT</b>  VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>LÍDER DO PT – 12</b> <b>Ideli Salvatti</b>  VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Ams  <b>LÍDER DO PTB – 5</b> <b>Epitácio Cafeteira</b>  VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO PR – 3</b> <b>João Ribeiro</b>  VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior  <b>LÍDER DO PSB – 3</b> <b>Renato Casagrande</b>  VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares  <b>LÍDER DO PC do B – 1</b> <b>Inácio Arruda</b>  <b>LÍDER DO PRB – 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>  <b>LÍDER DO PP – 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>LÍDER</b> <b>Demóstenes Torres</b>  VICE-LÍDERES .....  <b>LÍDER DO PFL – 17</b> <b>José Agripino</b>  VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves  <b>LÍDER DO PSDB – 13</b> <b>Arthur Virgílio</b>  VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Álvaro Dias <sup>(1)</sup> Marisa Serrano Cícero Lucena
<b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Jefferson Péres</b>  VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	<b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> <b>José Nery</b>	<b>LÍDER DO GOVERNO</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

(1) O Senador Álvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

### EXPEDIENTE

<b>Agaciél da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 108ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE JULHO DE 2007

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2007 (nº 271/2003, na Casa de origem), que dá nova denominação à Reserva Federal que especifica (altera a denominação do Parque Indígena do Xingu para o Parque Indígena do Xingu Orlando Villas Boas). ..... 22794

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2007 (nº 1.735/2003, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º ao art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (dispõe sobre a oferta de ensino superior aos povos indígenas)..... 22794

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2007 (nº 30/2007, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 (garante às mulheres o acesso a informações sobre a doação de sangue placentário e do cordão umbilical). ..... 22800

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino. .... 22802

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007 (nº 6.297/2002, na Casa de origem), que torna obrigatória a exibição de filme publicitário que esclareça sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas, no início de cada sessão de exibição de filmes, em todos os cinemas do País..... 22803

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo. .... 22804

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2007 (nº 1.333/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências. .... 22805

#### 1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Resolução nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, para determinar o momento do início do processo de cassação de Senador, para os efeitos do art. 55, § 4º, da Constituição Federal. .. 22811

Encaminhamento à Comissão Mista de Orçamento da Medida Provisória nº 381, de 2007, e estabelecimento do calendário para sua tramitação. 22811

Determina o desentranhamento do Requerimento nº 874, de 2004, do processado do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2004, a fim de ser autuado em autos próprios e retificação do despacho inicial apostado ao referido requerimento para encaminhá-los à decisão da Mesa. O Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2004, com cópia do mencionado requerimento, retorna ao exame da Comissão de Assuntos Sociais. .... 22811

#### 1.2.3 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.232/2007, de 4 do corrente, encaminhando autógrafos com as retificações referentes ao erro manifesto no texto dos autógrafos da Medida Provisória nº 359, de 2007, transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2007, e solicitando que delas se dê ciência à Presidência da República para que se adotem as providências cabíveis. (Anexado ao processado do PLV nº 15/2007). .... 22811

#### 1.2.4 – Comunicação da Presidência

Determina a confecção de novos autógrafos, incorporando as retificações enviadas pela Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2007 (Medida Provisória nº 359, de 2007), nos termos do ofício lido anteriormente. .... 22812

#### 1.2.5 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Nº 18, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 110.897.153,00 (cento e dez milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e três reais), para reforço de dotações

constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 91, de 2007-CN, nº 442/2007, na origem).

22812

Nº 19, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de R\$ 65.425.000,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais), para os fins que especifica. (Mensagem nº 92, de 2007-CN, nº 443/2007, na origem).

22817

### 1.2.6 – Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, dos Projetos de Lei nºs 18 e 19, de 2007, lidos anteriormente, e estabelecimento de calendário para suas tramitações.

22822

### 1.2.7 – Pareceres

Nº 582, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências.

22823

Nº 583, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, que altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

22829

### 1.2.8 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 86, de 2007, de 29 de maio do corrente ano, comunicando a prejudicialidade, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências.

22829

### 1.2.9 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação

Nº 69, de 2007, de 12 de junho do corrente ano, comunicando a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, que altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

22833

### 1.2.10 – Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia dos Projetos de Lei do Senado nºs 177, de 2003 e 146, de 2005, a fim de serem declaradas prejudicados, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

22834

### 1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Considerações sobre matéria do Blog do Noblat, intitulada “Mise-

ricórdia para a Santa Casa do Rio de Janeiro”. Manifestação em defesa das Santas Casas em todo o país.

22834

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre a crise de confiança junto à população, em razão das constantes denúncias de corrupção em todo o país. A gravidade da corrupção nas prioridades sociais, como a saúde e a educação.

22838

SENADOR PAPALÉO PAES – Justificativas a apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 337/2007, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de despesas com material escolar, e do Projeto de Lei do Senado nº 340/2007, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.

22844

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Anuncio de viagem de S.Exa. a Bangladesh, onde terá encontro com Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel de Paz por sua política de microfinanciamentos aos que desejam empreender pequenos negócios. Encaminhamento de requerimento de votos de aplausos, congratulações e êxito relacionados com a XV Edição dos Jogos Pan-Americanos, que, do dia 13 a 29 do corrente, se realizará na cidade do Rio de Janeiro.

22848

### 1.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 798, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de aplausos, congratulações e êxito para a XV edição dos Jogos Pan-americanos que se realiza no Rio de Janeiro, de 13 a 29 do corrente.

22856

### 1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR GILVAM BORGES – Apelo ao bom senso diante do quadro de turbulências que envolve o país, e reiteração da profissão de fé de S. Exa. na liberdade, na justiça e na democracia.

22858

SENADOR VALTER PEREIRA – Questionamento sobre violação da ordem jurídica no Município de Cassilândia, MS, patrocinada por juízes locais, e solicitou a intervenção da Corte de Mato Grosso do Sul, para que ela entregue o poder ao titular da linha sucessória legal.

22862

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Agradecimento ao convite formulado pelo Presidente da Assibama Nacional para audiência a realizar-se amanhã, na Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, sobre a questão da Medida Provisória nº 366, de 2007, que trata da fragmentação do Ibama. Protestos contra a divisão do Ibama com a criação do Instituto Chico Mendes, que será discutida hoje na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

22866

SENADOR <b>EDUARDO SUPLICY</b> – Sugestão sobre a necessidade de transparência nos gastos dos parlamentares.....	22870	“Depoimento indica ligação com chefe do esquema”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 14 de junho último.....	22893
SENADOR <b>VALDIR RAUPP</b> , como Líder – Saudações a sanção da denominada Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.....	22871	SENADOR <b>MARCONI PERILLO</b> – Registro do artigo intitulado “O ‘bagrão’ de Lula”, publicado no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 23 de abril último. Registro do artigo intitulado “De politização e manipulação”, publicado no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 7 de abril último.....	22895
SENADOR <b>JOSÉ AGRIPINO</b> , como Líder – Críticas à suposta intenção do governo federal de entregar a uma parceria público-privada (PPP) a construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, prevista no PAC. Alerta para um eventual apagão elétrico em 2010..	22872	SENADOR <b>SÉRGIO GUERRA</b> – Registro da matéria intitulada “Funcionários do Ibama protestam contra Lula”, publicada no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 9 de maio último. Registro da matéria intitulada “Ex-deputado é o novo locutor oficial de eventos no Planalto”, publicada no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 4 de junho último. Registro da matéria intitulada “Lula e o Ibama”, publicada no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 4 de maio último.....	22898
SENADOR <b>VALDIR RAUPP</b> – Registro da liberação da licença ambiental para a construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira.....	22878	SENADOR <b>MÁRIO COUTO</b> – Registro da matéria intitulada “MST invade área no Pontal e já anuncia ‘maio vermelho’”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 27 de abril último.	22901
SENADOR <b>GARIBALDI ALVES FILHO</b> – Cumprimentos ao <b>Jornal do Senado</b> por matéria sobre a crise dos portos brasileiros, tratada na Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios.....	22879	<b>1.2.15 – Comunicação da Presidência</b> Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	22902
SENADOR <b>CÍCERO LUCENA</b> – Leitura do Manifesto de Dom Aldo Pagotto, Arcebispo do Estado da Paraíba, feito na abertura do Comitê de apoio à Transposição das Águas do Rio São Francisco.	22881	<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b> <b>2 – RETIFICAÇÃO</b> Ata da 100ª Sessão Deliberativa, realizada em 27 de junho de 2007.....	22907
<b>1.2.14 – Discursos encaminhados à publicação</b>		<b>3 – ATAS DE COMISSÃO</b> 14ª e 15ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito “Apagão Aéreo”, realizadas em 28 de junho e 4 de julho de 2007. ....	22908
SENADOR <b>FLEXA RIBEIRO</b> – Comentário sobre o artigo intitulado “Universidade e transparência”, publicado no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 30 de maio último.....	22884	<b>SENADO FEDERAL</b> <b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA</b> <b>5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> <b>6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b> <b>7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b> <b>8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> <b>9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> <b>10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b> <b>CONGRESSO NACIONAL</b> <b>11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b> <b>12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b> <b>13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL</b> <b>14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	
SENADOR <b>PAPALÉO PAES</b> – Registro da matéria intitulada “Nações que mudam regras toda hora vivem crise”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 18 de abril último. Registro da matéria intitulada “Wagner e Dilma passearam em lancha emprestada por Zuleido”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 22 de maio último. Registro da matéria intitulada “A volta do pop star Delúbio”, publicada na revista <b>Veja</b> , edição de 23 de maio último.....	22886		
SENADOR <b>JOÃO TENÓRIO</b> – Registro da matéria intitulada “Ambiente é desculpa para a ‘incapacidade’”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 11 de maio último. Registro da matéria intitulada “Fomos traídos e greve é única saída”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 12 de maio último. Registro da matéria intitulada “Ibama promete ir à greve hoje”, publicada no <b>Jornal do Brasil</b> , edição de 14 de maio último. ....	22889		
SENADOR <b>CÍCERO LUCENA</b> – Registro da matéria intitulada “Consumo do governo avança em ritmo acelerado”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 14 de junho último. Registro da matéria intitulada “País empaca no ranking mundial”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 14 de junho último. Registro da matéria intitulada			

# Ata da 108ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de julho de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Papaléo Paes e Mão Santa*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas)*

Sobre a mesa, projetos de lei da Câmara que  
passo a ler.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos  
trabalhos.

São lidos os seguintes:

## **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2007 (nº 271/2003, na Casa origem)**

Dá nova denominação à Reserva Federal que  
especifica (Parque Indígena do Xingu).

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Passa a denominar-se Parque Indígena do  
Xingu Orlando Villas Bôas o Parque Indígena do Xingu, criado  
pelo Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

### **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 271, DE 2003**

Dá nova denominação à Reserva Federal que especifica;

**O Congresso Nacional decreta:**

**Artigo 1º** - Passa a denominar-se “Parque Indígena do Xingu  
Orlando Villas Bôas” o Parque Indígena do Xingu, criado pelo Decreto n.º 50 455, de  
14/04/1961.

**Artigo 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

**ORLANDO VILLAS BOAS**, sertanista e indigenista, nasceu em  
Santa Cruz do Rio Pardo – São Paulo, em doze de janeiro de 1914. Realizou seus  
estudos primários, secundários e preparatórios em Campinas, no Colégio Atheneu  
Paulista e no Colégio Paulista em São Paulo.

Com seus irmãos Claudio e Leonardo tomou parte desde as  
primeiras atividades da vanguarda da EXPEDIÇÃO RONCADOR XINGU, criada pelo  
Governo Federal no início de 1943 com o objetivo de conhecer e desbravar as áreas  
mostradas em branco nas nossas cartas geográficas. Posteriormente foi designado  
Chefe da Expedição.

Com sua valiosa contribuição foram acelerados todos os trabalhos  
em andamento, possibilitando assim que fosse vencida a grande e difícil etapa Rio  
das Mortes – Alto Xingu. Na 2ª etapa, que foi ainda mais longa Xingu-Serra do  
Cachimbo-Tapajós, foram deixando no roteiro uma dezena de campos de pouso.  
Alguns desses campos – Aragarças, Xavantina, Xingu, Cachimbo e Jacaréacanga,

foram mais tarde transformados em Bases Militares e em importantes pontos de apoio de rotas aéreas nacionais e transcontinentais pelo Ministério da Aeronáutica. Outros campos intermediários como Kuluene, Xingu, Posto Leonardo Villas Boas, Diauarum, Telles Pires e Krachacarône, tomaram-se postos de assistência aos índios.

Assim sendo, juntamente, com seu irmão Claudio, participaram de grupo formado por ilustres patrícios: Mal. Rondon, Dra. Heloísa Alberto Torres – Diretora do Museu Nacional, Dr. Café Filho – Vice-Presidente da República, Brig. Raimundo Vasconcelos de Aboin, Dr. Darcy Ribeiro e José Maria da Gama Malcher

– Diretor dos Serviços de Proteção aos Índios que, junto ao Presidente da República, pleiteou a criação do Parque Nacional do Xingu.

A criação desse PARQUE visava preservar a fauna e a flora ainda intocada da região, assim como, principalmente, resguardar as culturas indígenas da área.

No aspecto da fauna e da flora, a reserva procuraria guardar para o Brasil futuro, um testemunho do Brasil do descobrimento.

Considerando a descaracterização violenta porque vem atualmente passando a nossa natureza, este empreendimento mostrou-se mais do que louvável, uma vez que também, representava a única possível solução para a necessidade de se proporcionar o acolhimento das comunidades indígenas, contextualizando-as no seio da Nação Brasileira, que na época esforçava-se para realizar o projeto de integração nacional com a pacificação dos povos indígenas.

Ali a reserva mostraria ao Sul os últimos descampados e cerrados do Brasil Central – para através de uma transição brusca, mostrar ao Norte, com toda a exuberância, a Hiléia Amazônica, caracterizada pelas seringueiras, caucheiros, castanheiras e as gigantescas samaumeiras.

No aspecto do índio, em face da política tradicional brasileira, que era e é de sua integração à Sociedade Nacional, os irmãos Villas Boas, implantaram uma nova política indigenista que, basicamente, consiste na defesa dos valores culturais do índio, como meio de evitar a marginalização e o desaparecimento dos grupos tribais. “O índio só vive na sua própria cultura”, vem sendo desde então, o lema difundido. Esta nova política vem agora sendo esposada por etnólogos e entidades científicas, não só nacionais como estrangeiras. Os irmãos têm defendido essa política, através de conferências, artigos, entrevistas aos jornais, rádio e televisão.

Criado o Parque Nacional do Xingu, em 1961, Orlando Villas Boas, foi nomeado Administrador Geral. No exercício dessa função pôde melhorar a

assistência ao índio, garantir a preservação da fauna e flora da região e reaparelhar os Postos de Assistência.

Ainda como administrador do Parque favoreceu a realização de estudos e pesquisas antropológicas e etnológicas, não só nacionais como de universidades estrangeiras. Autorizando, ainda, a filmagem documentária da vida dos índios, deu margem a um acervo valioso para o conhecimento de sua vida, da sua organização social e, principalmente, dos seus cerimoniais.

O Parque Nacional do Xingu, que teve sua denominação alterada pelo Decreto n.º 82 263, de 13 de Setembro de 1978, para Parque Indígena do Xingu, contava à época de sua criação com uma área total de 2.642.003 ha. Com a incorporação de duas novas áreas (Suyá e Batovi) passou a contar com a área total de cerca de 2,8 milhões de hectares.

Sua criação favoreceu a realização de estudos de etnologia, etnografia, linguística a pesquisadores nacionais e estrangeiros.

O PARQUE INDIGENA DO XINGU, situa-se ao Norte do Estado de Mato-Grosso, numa zona de transição florística entre o planalto central e a Amazônia. A região toda é plana, onde predominam as matas altas, entremeadas de cerrados e campos, é cortada pelos formadores do Xingu e pelos seus primeiros afluentes da direita e da esquerda. Os cursos formadores são os Rios Kuluene, Ronuro e Batovi. Os afluentes, os rios Suiá, Missú, Maritsauá, Auaiá Missú, Uaiá Missú e o Jarina, próximo da cachoeira de Von Martius.

Vivem na área do Alto Xingu, aproximadamente, 4.500 índios falando 8 (oito) línguas diferentes. Dessas línguas, quatro (4) estão ligadas às quatro grandes famílias lingüísticas indígenas do Brasil e as outras são isoladas. Centros de estudo, inclusive a UNESCO, consideram essa área como sendo o mais belo mosaico lingüístico puro do país. As tribos que vivem na região são: KUICURO, KALAPÁLO, NAUKUÁ, MATIPÚ, MEINÁKU, AUETÍ, WAUHÁ, IUALAPITÍ, KAMAIURÁ, TRUMÁI, TXIKÃO, SUIÁ, JURUNA, KAIABÍ, METOTHE, MENGRÄGNONTÍ e KRANHACÃRONE. E, ainda, desconhecidas sem contato, mas que não estão se mostrando hostis: Uaicú, Agavotoguenro e Maritsauá.

Nos anos que se seguiram, os Villas Boas organizaram expedições que enfrentavam inúmeros perigos e desconfortos para chegarem até aos indígenas com o fim de trazê-los à sociedade xinguaná. No primeiro contato com uma tribo, os seus componentes precisam ser vacinados, rigorosamente examinados, para que nenhum mal possa ser levado aos demais índios residentes no parque.

Os índios antes de saberem que as Expedições tinham intenção amigável, quase sempre hostilizavam os sertanistas, provocando sérios incidentes,



tais como: as escaramuças Xavante na Serra do Roncador; o ataque Juruna na proximidade da aldeia; as flechas Suiá e por ocasião da mais recente expedição no território TXUKARRAMÃE (Jê Botucudo), nos seus trabalhos de atração, a prisão dos Villas Bôas (Claudio e Orlando), juntamente com dois índios Juruna-Pausidê e Dudiga.

A tribo Tzikão ofereceu séria resistência ao contato. A única maneira foi descer com um pequeno avião (3 lugares) numa várzea nas proximidades da aldeia, o que facilitou então a confraternização.

Por solicitação do Marechal Rondon e dispondo de informação aerofotométrica, fornecida pelo Serviço Cartográfico do Exército, os Villas Bôas posicionaram às margens do Rio Xingu (17.800 metros para o interior), o centro geográfico do Brasil.

O estabelecimento de campos de apoio e pontos de segurança do voo, na rota do Brasil Central, proporcionou à Aeronáutica Civil, substancial economia em horas de voo, principalmente nos cursos internacionais. E foram esses, sem dúvida, os objetivos que levaram à instalação hoje com aparelhagem moderna, dos núcleos de proteção ao voo de Aragarças, Xavantina, Xingu, Cachimbo e Jacareacanga.

Esse trabalho foi responsabilidade dos Irmãos Villas Bôas que a partir de Xavantina foram os realizadores de admirável marcha desbravadora, evidenciando também a locação dos pontos e dos campos pioneiros.

Todo esse trabalho foi feito mediante o pagamento de um posado tributo, cobrado pelo sertão e suas áreas insalubres, resultado de muita renúncia pessoal e numa centena de malária registrada no corpo do sertanista.

Ao longo de sua profícua existência, teve a satisfação de ver seu trabalho no Parque Indígena do Xingu como importante ponto de referência para o resto do mundo, extrapolando as fronteiras do país e sendo honrado com o reconhecimento como um cidadão internacional, o que inclusive resultou na sua indicação para o Prêmio Nobel da Paz.

Em vista do exposto, e por estarmos preocupados em estabelecer medida à altura da necessidade de se impedir a desconstrução, ou efetuar o desmembramento e anexações de partes do atual Parque Indígena do Xingu, conclui-se que a presente propositura de fato, resulta em um desafio!

O desafio de fazermos o trabalho heróico que ele fez no passado e que nós temos que perseverar tanto no presente como no futuro: defendermos este legado tão fundamental, travarmos a luta em defesa das Comunidades e das Culturas Indígenas, que são o que há de puro, essencial e grandioso, o espírito vivo mesmo, de nossa Sagrada Nação!

Por isso, sinto-me muito honrado em propor a presente homenagem, acreditando na necessidade premente da adoção de um nome que é respeitado por todas as Nações Indígenas (Orlando era saudado pelos indígenas como "Pai dos Índios"), como emblema dessa luta, capaz de gerar uma grande aliança nacional contra esta grave e ilegal ameaça de anexação de partes do parque.

Portanto, tratando-se de se prestar uma justa e merecida homenagem a este grande brasileiro que realizou tão imenso trabalho à Pátria, apresento o presente projeto de lei e, antecipadamente, conto com a irrestrita aprovação dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 11 de março de 2003

**Deputado LOBBE NETO**

#### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

SITUAÇÃO DO PROJETO DE LEI	
Situação:	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Chefe de Governo:	JÂNIO QUADROS
Origem:	EXECUTIVO
Fonte:	DOFC 14 04 1961 003492 3
Link:	Texto integral não disponível
Ementa:	CRIA O PARQUE NACIONAL DO XINGU.
Referenda:	MINISTERIO DA JUSTICA - MJ. AREA INDIGENA.
Alteração:	DEC 51084 - 31/07/1961: REGULAMENTA. DEC 63082 - 06/08/1968: ALTERA LIMITES. DEC 68909 - 13/07/1971: ALTERA LIMITES. DEC 82263 - 13/09/1978: ALTERA DENOMINACAO DOS PARQUES.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2007**

(Nº 1.735/2003, na Casa de Origem)

**Acrescenta § 3º ao art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. O art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 79.....

.....

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta do ensino e de assistência estudantil. Assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. “(NR)

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.735-C, DE 2003****Acrescenta § 3º ao artigo 79 da Lei nº 9.394, de 20-12-1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao Artigo 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional acrescente se o § 3º:

§ 3º No que se refere à educação superior, o atendimento dos povos indígenas poderá efetivar-se mediante oferta de ensino em entidades públicas ou privadas, ou pela instituição de universidade indígena multicultural, sob encargo da União.

**Justificação**

A oferta de educação superior aos povos originais, ou povos indígenas, mediante oferta de ensino em entidades públicas, ou privadas e mesmo a instituição de universidade indígena multicultural, sob encargo da União, constitui iniciativa que reconhece, por justiça, a relevância desses povos na origem e na construção da nação brasileira; valoriza o estudo dos temas indígenas nacionais, de especial significado não só para o País, como também para todas as nações do continente americano, porque história e povos originais de todas.

Essa providência atualiza, ainda, o Regime de Colaboração, fortalece a garantia de educação escolar multicultural e fomenta a perspectiva de sustentabilidade das terras e das comunidades indígenas. Além disso, aumenta a consciência desses povos quanto à necessidade de proteção à biodiversidade, sendo importante contribuição à garantia de soberania nacional.

Fundamental, também, observar que tal providência garantirá formação aos professores indígenas para que assegurem, às suas comunidades, a utilização de línguas maternas, visando à sua preservação, usando, para tanto, métodos próprios de aprendizagem.

Finalmente, institucionalizar o ensino superior indígena e o reconhecimento da necessidade da formação de magistério específico contribuirá, sobremaneira, para bem informar à sociedade brasileira sobre as diversas nações indígenas, sobre seus hábitos e culturas. Combatendo a discriminação e o desrespeito a essas populações e a seus direitos.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2003. – Deputado **Carlos Abicalil**.

**LEGISLAÇÃO CITADA****ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996****Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.****TÍTULO VIII****Das Disposições Gerais**

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I – fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

.....  
(À Comissão de Assuntos Sociais e à de Educação.)

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2007**

(Nº 30/2007, na Casa de Origem)

##### **Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 9º-A:

“Art. 9º-A É garantido a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário durante o período de consultas pré-natais e no momento da realização do parto.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 30, DE 2007**

##### **Altera a Lei nº 9.434, de 4 fevereiro do 1997.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 9-A:

“Art. 9-A É garantido a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário durante o período de consultas pré-natal e no momento da realização do parto.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A presente proposição foi originariamente apresentada pela nobre Deputada Jandira Feghali durante a 52ª Legislatura e, não tendo sido apreciada por todas as Comissões desta Casa, a matéria foi arquivada.

De mérito inquestionável este projeto de lei contribui para aprimorar a legislação em vigor, motivo pelo qual o reapresento.

O sangue do cordão umbilical e placentário apresenta grande quantidade de células tronco que, apesar de apresentarem características adultas, são ainda imaturas e pouco estimuladas. Dessa forma, ele se configura como tecido de grande importância para transplantes, em especial nos casos de doenças hematopoiéticas.

Por essa razão, existem no mundo mais de 100 bancos de sangue de cordão umbilical e placentário (BSCUP), que visam a armazenar esse material. Também o Brasil possui alguns bancos em centros de referência, a exemplo do Instituto Nacional do Câncer (INCA), no Rio de Janeiro, e do Hospital Albert Einstein, em São Paulo. O sangue coletado é processado e as células-tronco são criopreservadas por anos, podendo ser disponibilizadas para transplante tanto no território nacional quanto internacionalmente.

Da mesma forma, um receptor brasileiro pode receber material vindo de outro país. No entanto, de acordo com o INCA, “a chance de um brasileiro localizar um doador em território nacional é trinta vezes maior que a chance de encontrar o mesmo doador no exterior, segundo pesquisa realizada pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME). Isso ocorre devido às características genéticas comuns à população brasileira”.

Ocorre, porém, que para a doação de qualquer tecido humano, é necessário consentimento por escrito do doador ou seu responsável legal. Tal preceito é bastante definido na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que “dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências”:

“Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticas ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23-3-2001)

.....  
§ 4º O doador deverá autorizar, preferencialmente por escrito e diante de testemunhas, especificamente o tecido, órgão ou parte do corpo objeto da retirada.”

Salientamos que o art. 4º desta mesma lei, que originalmente considerava como potencial doador todo cidadão que não se manifestasse contrariamente de forma expressa, foi posteriormente alterado pela Lei nº 10.211/2001:

*“Art. 4º A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica, dependerá da autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23-3-2001)”*

No Brasil, a Portaria nº 2.381/GM, de 29 de setembro de 2004, do Ministério da Saúde, criou a Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Células-Tronco Hematopoiéticas (BrasilCord), para regulamentar o acesso, a disponibilização e a utilização de células tronco Hematopoiéticas (CTH) e Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (SCUP). Também essa norma define o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Doação de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário, obrigatório em todos os casos de doação.

As células-tronco conseguem se transformar em vários tecidos do organismo motivo pelo qual apresentam tanto potencial de cura. Cerca de três mil brasileiros se somam à fila para um transplante de medula para tratar a leucemia, a cada ano. Muitos não chegam a encontrar um doador.

A rede pública, que começou a funcionar em 2004 coletou apenas 1,5 mil amostras nos dois primeiros anos e espera atingir o número ideal daqui a quatro anos. A garantia do acesso a informações sobre a possibilidade o benefícios da doação certamente ampliará o volume de doações, além de colaborar para a divulgação de sua importância. Poucas pessoas têm conhecimento de que a doação é possível, basta a autorização. O procedimento é simples e implica na coleta do material do cordão umbilical após o parto, cordão este que será descartado se a família não autorizar a doação.

Considero fundamental que o acesso a tais intonações estejam disponíveis a todos para que diante delas possam decidir sobre a doação. A falta de acesso hoje representa a impossibilidade de elevar os níveis de estoque dos bancos públicos aos desejáveis para o atendimento daqueles que se encontram na fila para um transplante de medula óssea, por exemplo.

Pela relevância do tema estou certa de contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante projeto de lei e agradeço a ex-deputada Jandira Feghali ter me confiado a tarefa de reapresentá-lo.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2007. – Deputada **Rita Camata**, PMDB/ES.

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 9.434. DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997

**Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.**

.....  
**CAPÍTULO III**  
**Da Disposição de Tecidos, Órgãos e Partes do Corpo Humano Vivo para Fins de Transplante ou Tratamento**

Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23-2-2001)

§ 1º (Vetado)

§ 2º (Vetado)

§ 3º Só é permitida a doação referida neste artigo quando se tratar de órgãos duplos, de partes de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano cuja retirada não impeça o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade e não represente grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental e não cause mutilação ou deformação inaceitável, e corresponda a uma necessidade terapêutica comprovadamente indispensável à pessoa receptora.

§ 4º O doador deverá autorizar, preferencialmente por escrito e diante de testemunhas, especificamente o tecido, órgão ou parte do corpo objeto da retirada.

§ 5º A doação poderá ser revogada pelo doador ou pelos responsáveis legais a qualquer momento antes de sua concretização.

§ 6º O indivíduo juridicamente incapaz, com compatibilidade imunológica comprovada, poderá fazer doação nos casos de transplante de medula óssea, desde que haja consentimento de ambos os pais ou seus responsáveis legais e autorização judicial e o ato não oferecer risco para a sua saúde.

§ 7º É vedado a gestante dispor de tecidos, órgãos ou partes de seu corpo vivo, exceto quando se tratar de doação de tecido para ser utilizado em transplante de medula óssea e o ato não oferecer risco à sua saúde ou ao feto.

§ 8º O auto-transplante depende apenas do consentimento do próprio indivíduo, registrado em seu prontuário médico ou, se ele foi juridicamente incapaz, de um de seus pais ou responsáveis legais.

#### CAPÍTULO IV

#### Das Disposições Complementares

*(Á Comissão de Assuntos Sociais)*

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007

(Nº 6.048/2002, na Casa origem)

**Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11, de julho de 1994 – Lei de Execução Penal.

Art. 2º O art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte do seguinte § 3º:

“Art. 83. ....

§ 3º Os estabelecimentos de que trata o § 2º deste artigo deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas,” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

#### PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.048, DE 2002

**Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal.

Art. 2º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescida do seguinte § 3º ao seu artigo 83:

Art. 83. ....

§ 3º Os estabelecimentos de que trata o § anterior deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas, sendo admitido, em casos excepcionais e temporários, plenamente fundamentados pela autoridade responsável, a utilização dos serviços de agentes do sexo masculino.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Apesar de a Lei de Execução Penal determinar que os estabelecimentos penais destinados às presas, condenadas ou provisórias, devam ser condizentes com a natureza da mulher, verifica-se que muitos desses órgãos não atendem esse requisito.

A condição da mulher inclui a segurança interna a ser feita por agentes do sexo feminino, pois garante a devida privacidade da presa, além de ser feita por alguém que conhece bem as necessidades femininas.

Isso, porém, não tem ocorrido, provocando distorções lamentáveis e situações embaraçosas, tanto para a presa quanto à administração do presídio. Muitos, por exemplo, são os casos de denúncias por abuso sexual e favorecimentos das mais diversas ordens.

Assim, torna-se necessário que seja previsto na lei a obrigatoriedade de que a guarda interna seja feita por efetivo feminino, sendo admitido, somente excepcionalmente, a presença de agentes do sexo masculino.

Por ser medida necessária para a garantia de uma melhor segurança nos presídios femininos e, também,

cumprimento do respeito à condição da mulher, é que solicito aos colegas parlamentares o aperfeiçoamento e a aprovação do presente projeto de lei.

Brasília, 18 de janeiro de 2002. – Deputado **Alberto Fraga**, PMDB-DF

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

**Institui a Lei de Execução Penal.**

.....  
Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

§ 1º Haverá instalação destinada a estágio de estudantes universitários. (Renumerado pela Lei nº 9.046, de 18-5-95)

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos. (Incluído pela Lei nº 9.046, de 18-5-95)

.....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2007**

(Nº 6.297/2002, na Casa de Origem)

**Torna obrigatória a exibição de filme publicitário que esclareça sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas, no início de cada sessão de exibição de filmes, em todos os cinemas do País.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória a exibição de filme publicitário que esclareça sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas, no início de cada sessão de exibição de filmes, em todos os cinemas do País.

Art. 2º Os custos de produção, distribuição e exibição do material publicitário serão cobertos pelo Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, nos termos do inciso II do art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, e do art. 13 da Medida Provisória nº 2.143-32, de 2 de maio de 2001.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará as disposições desta Lei, definindo os órgãos responsáveis pela supervisão técnica da produção e pela fiscalização da exibição do filme publicitário de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.297, DE 2002**

**Torna obrigatória a exibição de filme publicitário, esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes das sessões principais em todos os cinemas do País.**

Art. 1º Torna obrigatória a exibição de filme publicitário, esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes das sessões principais, em todos os cinemas do País.

Art. 2º O filme publicitário deverá ser elaborado sob a supervisão técnica de uma equipe multidisciplinar formada pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Como sub-relator da CPI do Narcotráfico, pude constatar de perto que o crescimento do consumo de drogas é assunto que preocupa a todas as camadas da sociedade brasileira, extrapolando a família e os setores do Estado voltados para o problema. O perigo do uso de drogas e suas consequências rondam a todos nós. O problema das drogas atinge principalmente os adolescentes menos experientes – presas mais fáceis desse verdadeiro flagelo moderno. É por isso que, mais do que nunca, é fundamental travar a batalha da informação e do esclarecimento sobre o uso de drogas. Preocupado com formas preventivas, visando à não-proliferação do uso de drogas e considerando o cinema um meio de comunicação que, por abranger pessoas de diversas idades e camadas sociais, deve ser aproveitado como instrumento de campanhas educativas, apresento esta proposição. Tenho certeza, será aprovada por esta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, 12 de março de 2002. – **Pompeu de Mattos**, Deputado Federal – PDT/RS.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 7.560, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

**Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.**

.....  
Art. 5º Os recursos do FUNCAB serão destinados:

.....  
II – aos programas de educação preventiva sobre o uso de droga de abuso;

.....  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.143-32,  
DE 2 DE MAIO DE 2001

**Reeditada pela MPV nº 2.143-33, de 2001**

**Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.**

.....  
Art. 13. Fica alterada para Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD a denominação do Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao Abuso de Drogas – FUNCAB, instituído pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pela Lei nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993, e ratificado pela Lei nº 9.240, de 22 de dezembro de 1995, bem como transferida a sua gestão do âmbito do Ministério da Justiça para a Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

.....  
*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.)*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 50, DE 2007**

(Nº 5.893/2005, na Casa origem)

**Institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Agente Marítimo, a ser comemorado em todo o território nacional no dia 23 de junho de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.893, DE 2005**

**Institui o Dia Nacional do Agente Marítimo:**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Agente Marítimo, a ser comemorado em todo o território nacional no dia 23 de junho de cada ano.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O Agenciamento Marítimo é uma atividade que existe em todo o mundo e, no Brasil, já contamos com empresas centenárias atuando neste ramo.

A FENAMAR – Federação Nacional dos Agentes de Navegação Marítima, congrega doze (12) Sindicatos Estaduais, que juntos representam aproximadamente 350 Empresas que atuam no ramo do Agenciamento Marítimo.

O Agente Marítimo está presente em cada escala de Navio que ocorre em qualquer porto nacional ou internacional, tratando de todos os detalhes existentes na relação do Navio com todas as Autoridades que atuam no Porto. O Agente Marítimo, ainda, lidera boa parte da relação entre os demais **players** comerciais e prestadores de serviço atuantes no comércio internacional que optaram pelo modal aquaviário para Exportação ou Importação de mercadorias.

Vale ressaltar que 95% do Comércio Exterior Brasileiro é realizado por via marítima.

Homenagear os trabalhadores em Agenciamento Marítimo é um ato de reconhecimento da relevância e dos serviços prestados por esses profissionais ao desenvolvimento do nosso Comércio Internacional de forma decisiva, neste sentido indicamos o dia 23 de junho como o “Dia do Agente Marítimo”, acreditando ser uma justa e devida homenagem à Categoria dos Agentes de Navegação Marítima, como já ocorre para outras categorias de profissionais do País.

Conto com o apoio dos meus ilustres pares nesta Casa para a aprovação deste Projeto de Lei que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.  
– Deputado **Leonardo Picciani**.

*(À Comissão de Educação.)*



# **PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

## **Nº 51, DE 2007**

**(nº 1.333/1995, na Casa origem)**

**Dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Os bilhetes de passagens adquiridos no transporte coletivo rodoviário de passageiros intermunicipal, interestadual e internacional terão validade de 1 (um) ano, a partir da data de sua emissão, independentemente de estarem com data e horários marcados.**

**Parágrafo único. Os bilhetes com data e horário marcados poderão, dentro do prazo de validade, ser remarcados.**

**Art. 2º Antes de configurado o embarque, o passageiro terá direito ao reembolso do valor pago do bilhete, bastando para tanto a sua simples declaração de vontade.**

**Parágrafo único. Nos casos de solicitação de reembolso do valor pago do bilhete por desistência do usuário, a transportadora disporá de até 30 (trinta) dias, a partir da data do pedido, para efetivar a devolução.**

**Art. 3º Independentemente das penalidades administrativas determinadas pela autoridade rodoviária impostas à empresa autorizada, permissionária ou concessionária, em caso de atraso da partida do ponto inicial ou em uma das paradas previstas durante o percurso por mais de 1 (uma) hora, o transportador providenciará o embarque do passageiro em outra empresa que ofereça serviços equivalentes para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se assim o passageiro optar, o valor do bilhete de passagem.**

**Art. 4º A empresa transportadora deverá organizar o sistema operacional de forma que, em caso de defeito, falha ou outro motivo de sua responsabilidade que interrompa ou atrase**

a viagem durante o seu curso, assegure continuidade à viagem num período máximo de 3 (três) horas após a interrupção.

**Parágrafo único.** Na impossibilidade de se cumprir o disposto no caput deste artigo, fica assegurada ao passageiro a devolução do valor do bilhete de passagem.

**Art. 5º** Durante a interrupção ou retardamento da viagem, a alimentação e a hospedagem, esta quando for o caso, dos passageiros correrão a expensas da transportadora.

**Art. 6º** Se, em qualquer das paradas previstas, a viagem for interrompida por iniciativa do passageiro, nenhum reembolso será devido pelo transportador.

**Art. 7º** Os bilhetes de passagens adquiridos com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data da viagem poderão não ter horário de embarque definido.

**Art. 8º** As empresas de transporte coletivo rodoviário de passageiros deverão operar com um sistema de proteção à viagem, visando à regularidade, segurança e eficiência de tráfego, abrangendo as seguintes alternativas:

I - de controle de tráfego, devendo o motorista ser informado antes da partida das condições de trânsito nas estradas;

II - de telecomunicações rodoviárias;

III - de supervisão, reparo, distribuição de peças e equipamentos e da manutenção dos ônibus.

**Art. 9º** Os serviços de telecomunicações rodoviárias poderão ser operados pela empresa de transporte coletivo rodoviário de passageiros, mediante autorização da Polícia Rodoviária Federal.

**Parágrafo único.** Os veículos só poderão circular com sistema de radiotransmissor-receptor padronizado e em perfeito estado de funcionamento.

**Art. 10.** A transportadora afixará, em lugar visível e de fácil acesso aos usuários, no local de venda de passagens, nos terminais de embarque e desembarque e nos ônibus, as disposições dos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Lei.

**Art. 11.** As empresas que operam com linhas urbanas e de características semi-urbanas estão isentas de cumprir as disposições desta Lei.

**Art. 12.** Quando, por eventual indisponibilidade de veículo de categoria em que o transporte foi contratado, tanto no ponto de partida como nos pontos de paradas intermediárias da viagem, houver mudança de classe de serviço inferior para superior, nenhuma diferença de preço será devida pelo passageiro.

§ 1º No caso inverso, é devida ao adquirente da passagem a restituição da diferença de preço, sendo facultado ao transportador proceder ao reembolso devido após a realização da viagem.

§ 2º Quando a modificação na classe do serviço ocorrer por solicitação do passageiro, o transportador deverá promover a substituição do respectivo bilhete de passagem, ajustando-o à tarifa vigente e registrando nole as diferenças havidas para mais ou para menos, bem como se a diferença foi restituída, conforme o caso.

**Art. 13.** É vedado ao transportador, direta ou indiretamente, reter o valor do bilhete de passagem comprado a vista decorridos 30 (trinta) dias do pedido de reembolso feito pelo usuário.

§ 1º O bilhete de passagem manterá como crédito de passageiro, durante sua validade, o valor atualizado da tarifa do trecho emitido.

§ 2º O montante do reembolso será igual ao valor da tarifa respectiva no dia da restituição, descontada a comissão de venda.

§ 3º No caso de bilhete internacional, o reembolso terá o valor equivalente em moeda estrangeira convertida no câmbio do dia.

**Art. 14.** O prazo máximo de reembolso do valor de passagens rodoviárias é de 30 (trinta) dias para as transportadoras nacionais e internacionais.

**Art. 15.** Se o bilhete houver sido comprado a crédito, o reembolso, por qualquer motivo, somente será efetuado após a quitação do débito.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.333, DE 1995**

Dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta :

**Art. 1º** Os bilhetes de passagens adquiridos no transporte coletivo rodoviário de passageiros Intermunicipal, Interestadual e Internacional, terão validade de um ano, a partir da data de sua emissão.

**Art. 2º** O passageiro tem direito ao reembolso do valor já pago do bilhete se o transportador vier a cancelar a viagem.

**Art. 3º** Em caso de atraso da partida por mais de duas horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em outra empresa que ofereça serviços equivalentes para o mesmo destino se houver, ou restituirá, de imediato se o passageiro preferir, o valor do bilhete de passagem.

**Art. 4º** Quando o transporte sofrer atraso, ou interrupção por falta de adequada manutenção do veículo ou por outros fatos imputados à transportadora por período superior a quatro horas, o passageiro poderá optar pelo endosso da passagem, ou pela imediata devolução do valor pago pelo bilhete.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Durante a interrupção ou retardamento da viagem, a alimentação dos passageiros correrá as expensas da transportadora.

**Art. 5º** Os bilhetes de passagens adquiridos com antecedência mínima de sete dias à data da viagem, não terão horários de embarques definidos.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Fica a critério dos passageiros fixar o horário do embarque, dentro das opções existentes.

**Art. 6º** As empresas de transporte coletivo rodoviário de passageiros deverão operar com um sistema de proteção à viagem, visando à regularidade, segurança e eficiência de tráfego abrangendo as seguintes atividades:

I - de controle de tráfego, devendo o motorista ser informado antes da partida das condições de trânsito nas estradas;

II - de telecomunicações rodoviárias;

III - de supervisão, reparo, distribuição de peças e equipamentos, e da manutenção dos ônibus.

**Art. 7º** Os serviços de telecomunicações rodoviárias classificam-se em :

- I - Fixo rodoviário;
- II - Móvel rodoviário ;
- III - De radiodifusão rodoviário .

**PARÁGRAFO ÚNICO** . Os serviços de telecomunicações rodoviários poderão ser operados pela empresa de transporte coletivo rodoviário de passageiros , mediante autorização da Polícia Rodoviária Federal .

**Art. 8º** Os veículos de transporte coletivo rodoviário de passageiros só poderão circular com sistema de rádio transmissor-receptor , padronizado e em perfeito estado de funcionamento , autorizados pela Polícia Rodoviária Federal .

**Art. 9º** A transportadora afixará , em lugar visível e de fácil acesso aos usuários , no local de venda de passagens , nos terminais de embarque e desembarque de passageiros e nos ônibus , as disposições dos Arts. 1º , 2º , 3º , 4º e 5º desta Lei .

**Art. 10** As empresas que operam com linhas urbanas, e de características semi-urbanas estão isentas de cumprir as disposições desta Lei .

**Art. 11** Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 dias a contar da data de sua publicação .

**Art. 12** Revogam-se todas as disposições em contrário .

#### JUSTIFICAÇÃO

No longo das últimas décadas houve uma expansão da malha rodoviária brasileira , e com ela , o processo de integração pelos transportes rodoviários .

Os transportes vistos na sua infra-estrutura , têm historicamente exercido a função de organizar as sociedades e seu inter-relacionamento .

Na década de 50 houve a implantação da indústria automobilística no país , incentivada pelo Governo Federal , responsável por uma verdadeira revolução no transporte nacional .

O transporte de passageiros , medidos em passageiros/KM, cresceu explosivamente nos anos 60 e 70 . A elasticidade-renda do crescimento dos transportes de passageiros é muito elevada , sendo de 1,8 entre 1960 a 1990 .

No Brasil de hoje temos o transporte de passageiros predominantemente rodoviário .

Em razão desta evolução faz-se necessário o aperfeiçoamento da legislação vigente .

Na área de transporte coletivo rodoviário de passageiros intermunicipal, interestadual e até internacional é necessário a garantia de valor pago pelo bilhete de passagem estendendo a validade deste por um ano.

Ocorre com muita frequência, por fatores diversos, que o passageiro chegando atrasado no ponto de embarque, perde o ônibus e perde o dinheiro pago para adquirir seu bilhete. Não bastando os prejuízos sofridos com a perda de viagem, ainda tem o prejuízo financeiro.

Visando garantir ao cidadão utilizar o seu bilhete adquirido e já pago, é que proponho no artigo primeiro desta proposição, a validade do bilhete a partir da data de sua emissão pelo prazo de um ano.

Verificamos frequentemente que empresas que atuam no transporte rodoviário de passageiros não fazem os reparos e a manutenção adequada dos seus veículos, pondo em risco a segurança dos passageiros, e levando os veículos a defeitos mecânicos, que interrompem a viagem por horas, atrasando o horário da chegada e proporcionando um desconforto muito grande e desgaste físico e emocional.

Outra questão que tratamos neste Projeto é que tendo em vista a expansão do transporte rodoviário, e a deterioração da infra estrutura básica e até o declínio da qualidade e segurança dos serviços, sentimos a urgente necessidade de equiparar os veículos com sistemas de rádio para transmissão e recepção, para maior segurança do motorista e dos passageiros.

No subsetor rodoviário Federal há cerca de 67 mil quilômetros de rodovias que são administradas pelo DNTER, sendo necessário que haja contacto através de equipamentos de rádio entre os motoristas e o ponto de apoio. Num país continental como o nosso torna-se absolutamente necessário a utilização deste equipamento.

O elevado número de acidentes nas rodovias federais e estaduais nos leva a buscar alternativas de maior segurança.

Portanto submeto esta minha proposição a superior avaliação dos meus colegas parlamentares, esperando contar com o apoio necessário a sua aprovação.

Sala das sessões, 06 de novembro de 1995



Deputado JOVAIR ARANTES

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 3, de 2007**, de autoria do Senador Osmar Dias, que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, para determinar o momento do início do processo de cassação de Senador, para os efeitos do art. 55, § 4º, da Constituição Federal*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 381, de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$6.334.721.758,00 (seis bilhões, trezentos e trinta e quatro milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

#### MPV 381

Publicação no DO	6-7-2007
Emendas	até 12-7-2007 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	6-7-2007 a 2-8-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	2-8-2007
Prazo na CD	De 3-8-2007 a 16-8-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	16-8-2007
Prazo no SF	17-8-2007 a 30-8-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	30-8-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	31-8-2007 a 2-9-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, observando a pauta a partir de	3-9-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	17-9-2007 (60 dias)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência determina o desentranhamento do **Requerimento nº 874, de 2004**, do processado do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2004, a fim de ser autuado em autos próprios e retifica o despacho inicial apostado ao referido requerimento para encaminhá-lo à decisão da Mesa.

O Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2004, com cópia do mencionado requerimento, retorna ao exame da Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 1.232 /07/SGM-P

Brasília, 4 de julho de 2007

**Assunto:** Retifica autógrafos

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi verificado erro manifesto no texto dos autógrafos referentes à Medida Provisória 359, de 2007, transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2007, que “altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 10.855, de 1º de abril de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, 10.910, de 15 de julho de 2004, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 11.302, de 10 de maio de 2006, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, 11.080, de 30 de dezembro de 2004; e dá outras providências”, encaminhado à consideração dessa Casa em 16-5-2007, por meio do Ofício nº 142/07/PS-GSE.

2. Encaminho autógrafos com as seguintes retificações e solicito que delas se dê ciência à Presidência da República para que se adotem as providências cabíveis:

**ONDE SE LÊ:**

“Art. 2º Os arts. 5º, 7º, 8º, 9º 11, 15 e 16 da Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º Os cargos de provimento efetivo de nível auxiliar e intermediário integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS cujas atribuições, requisitos de qualificação, escolaridade, habilitação profissional ou especialização exigidos para ingresso sejam idênticos ou essencialmente iguais ficam agrupados em cargos de mesma denominação e atribuições gerais, conforme

estabelecido no Anexo V desta Lei, passando a denominar-se:

I – os cargos de nível auxiliar: Auxiliar de Serviços Diversos; e

II – os cargos de nível intermediário:

a) Agente de Serviços Diversos;

b) Técnico de Serviços Diversos; ou

c) Técnico do Seguro Social;

.....'(NR)

“Art. 16. Para fins de incorporação da GDASS aos proventos de aposentadoria ou às pensões relativos a servidores da Carreira do Seguro Social, serão adotados os seguintes critérios:

I – para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 30 (trinta) pontos do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão;

II – para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando o servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão enquadrar-se no disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o valor de pontos constante do inciso I do **caput** deste artigo;

b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

.....'(NR)”

#### LEIA-SE:

“Art. 2º Os arts. 5º, 7º 80, 9º, 11, 15 e 16 da Lei nº 10.855, de 10 de abril de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 5º Os cargos de provimento efetivo de nível auxiliar e intermediário integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS cujas atribuições, requisitos de qualificação, escolaridade, habilitação profissional ou especialização exigidos para ingresso sejam idênticos ou essencialmente iguais ficam agrupados em cargos de mesma denominação e atribuições gerais, conforme estabelecido no Anexo V desta Lei, passando a denominar-se:

I – os cargos de nível auxiliar Auxiliar de Serviços Diversos; e

II – os cargos de nível intermediário:

a) Agente de Serviços Diversos;

b) Técnico de Serviços Diversos; ou

c) Técnico do Seguro Social;

III – (revogado).'(NR)

‘Art. 16. Para fins de incorporação da GDASS aos proventos de aposentadoria ou às pensões relativos a servidores da Carreira do Seguro Social, serão adotados os seguintes critérios:

I – para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 30 (trinta) pontos do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão;

II – para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando o servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão enquadrar-se no disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o valor de pontos constante do inciso I do **caput** deste artigo;

b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).'(NR)”

**Arlindo Chinaglia**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com referência ao expediente lido, a Presidência esclarece ao Plenário que o **Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2007**, objeto do expediente lido, foi aprovado na íntegra pelo Senado Federal na sessão do dia 21 de junho último e encaminhado à sanção no dia 22 do referido mês.

Nos termos do disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno, a Presidência determina a confecção de novos autógrafos, incorporando as retificações enviadas pela Câmara dos Deputados, e oficiará a Presidência da República para dar ciência do fato.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI Nº 18, DE 2007-CN

#### MENSAGEM Nº 91, DE 2007-CN

(Nº 442/2007, na origem)

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito**



**suplementar no valor de R\$110.897.153,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$110.897.153,00 (cento e dez milhões, oitocentos

e noventa e sete mil, cento e cinquenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR  
UNIDADE : 28293 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
<b>0392 POLO INDUSTRIAL DE MANAUS</b>									
									25.777.888
<b>ATIVIDADES</b>									
22 661	0392 2537	MANUTENCAO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS							21.089.422
22 651	0392 2537 0101	MANUTENCAO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS - NO MUNICIPIO DE MANAUS - AM	F	3	2	90	0	100	21.089.422
			F	4	2	90	0	100	19.300.000
<b>PROJETOS</b>									
22 661	0392 5036	EXPANSAO DA INFRA-ESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS							4.688.466
22 661	0392 5036 0101	EXPANSAO DA INFRA-ESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS - NO MUNICIPIO DE MANAUS - AM	F	3	2	90	0	100	4.688.466
			F	4	2	90	0	100	1.190.466
									3.498.000
<b>0750 APOIO ADMINISTRATIVO</b>									
									11.993.965
<b>ATIVIDADES</b>									
22 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							11.993.965
22 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	11.993.965
			F	4	2	90	0	100	11.993.965
<b>1020 INTERIORIZACAO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA OCIDENTAL</b>									
									72.875.300
<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>									
22 846	1020 0506	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP							69.575.000
22 846	1020 0506 0012	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - NO ESTADO DO ACRE	F	3	2	30	0	100	1.036.250
			F	3	2	40	0	100	1.236.250
			F	4	2	30	0	100	9.056.250
			F	4	2	40	0	100	11.126.250
22 846	1020 0506 0014	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - NO ESTADO DE RORAIMA	F	3	2	30	0	100	1.006.250
			F	3	2	40	0	100	1.236.250
			F	4	2	30	0	100	9.056.250
			F	4	2	40	0	100	11.126.250
22 846	1020 0506 0080	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - EM MUNICIPIOS - NO ESTADO DE RONDONIA	F	3	2	30	0	100	1.006.250
			F	3	2	40	0	100	1.236.250
			F	4	2	30	0	100	9.056.250
			F	4	2	40	0	100	11.126.250
22 846	1020 0506 0084	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - NO ESTADO DO AMAPA	F	3	2	30	0	100	1.006.250
			F	3	2	40	0	100	1.236.250
			F	4	2	30	0	100	9.056.250
			F	4	2	40	0	100	11.126.250
<b>ATIVIDADES</b>									
22 691	1020 2750	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DO DISTRITO AGROPECUARIO							2.300.300
22 691	1020 2750 0013	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DO DISTRITO AGROPECUARIO - NO ESTADO DO AMAZONAS	F	3	2	90	0	100	2.300.300
22 694	1020 6484	REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS PELA OPERACIONALIZACAO DE PROJETOS DE APOIO A INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA E SOCIAL							1.000.000
22 694	1020 6484 0010	REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS PELA OPERACIONALIZACAO DE PROJETOS DE APOIO A INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA E SOCIAL - NA REGIAO NORTE	F	3	2	90	0	100	1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
<b>1388 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLOGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (PITCE)</b>									
									250.000
<b>ATIVIDADES</b>									
22 572	1388 2092	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS NO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZONIA - CBA							250.000
22 572	1388 2092 0101	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS NO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZONIA - CBA - NO MUNICIPIO DE MANAUS - AM	F	3	2	90	0	100	250.000
			F	4	2	90	0	100	250.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									110.897.153
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									0
<b>TOTAL - GERAL</b>									110.897.153

**MENSAGEM Nº 442**

EM Nº 143/2007-MP

Brasília, 26 de junho de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$110.897.153,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 3 de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$110.897.153,00 (cento e dez milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e três reais).

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daquele órgão às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

<b>Órgão/Unidade</b>	<b>Suplementação</b>	<b>R\$ 1,00</b>
		<b>Origem dos Recursos</b>
Ministério da Fazenda Receita Federal do Brasil	20.000.000 20.000.000	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	45.425.000 45.425.000	
Excesso de Arrecadação		65.425.000
Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional		65.425.000
<b>Total</b>	<b>65.425.000</b>	<b>65.425.000</b>

3. A suplementação proposta tem por objetivo o atendimento de despesas administrativas relacionadas a contratos de prestação de serviços de informática e de operacionalização, acompanhamento e prestação de contas de projetos, bem como à realização de obras de manutenção da estrutura da Suframa e dos distritos industrial e agropecuário. Adicionalmente, o crédito permitirá a contratação de serviços de capacitação pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA e o apoio a projetos de desenvolvimento de infra-estrutura econômica e social na área de atuação da Suframa.

4. Os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

5. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário

para o corrente exercício, tendo em vista que o valor proposto refere-se a suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, o excesso de arrecadação utilizado parcialmente neste crédito, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006.

7. O presente crédito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, Inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

**DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários do Tesouro Nacional

R\$ 1,00

NATUREZA		2007		EXCESSO 7
		LEI (A)	Restimado (B)	FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
11100000	Impostos	96.952.986.205	91.533.730.013	-5.419.256.192
12100000	Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.831.260.568	-826.817.771
12200000	Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.459.105.434	43.312.907
13100000	Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.103.380	-33.115.068
13900000	Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	30.264.600	10.807.104
17300000	Transferências de Instituições Privadas	0	0	0
17400000	Transferências do Exterior	35	615.572	615.537
17500000	Transferências de Pessoas	30.680	66.158	35.478
19100000	Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	2.519.017.273	192.084.610
19200000	Indenizações e Restituições	57.755.314	406.844.386	349.089.072
19300000	Receita da Dívida Ativa	265.366.276	321.549.482	56.183.206
19900000	Receitas Diversas	730.147.627	1.785.444.529	1.055.296.902
22100000	Alienação de Bens Móveis	894.717	5.160.994	4.266.277
24600000	Transferências de Outras Instituições Públicas	0	148.794	148.794
25900000	Outras Receitas	1.537.586	1.243.509	-294.077
Total		141.685.197.913	137.117.554.692	-4.567.643.221
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)				0
Créditos Extraordinários abertos (E)				1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)				175.647.153
- Abertos				-675.000
- Em tramitação (1)				176.322.153
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)				-6.546.803.331
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)				493.482.826

(1) Inclui o valor do presente crédito em 25.06.2007

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.**

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.**

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas

supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – serviço da dívida; ou
- III – precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea **a**, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

.....  
DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007

**Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 76 e 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006,

Decreta:

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto:

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I – aos grupos de despesa:

- a) “1 – Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 – Juros e Encargos da Dívida”;
- c) “6 – Amortização da Dívida”;

II – às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III – aos recursos de doações e de convênios; e

IV – às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 – Outras Despesas Correntes”, “4 – Investimentos” e “5 – Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

**PROJETO DE LEI Nº 19, DE 2007-CN**

**MENSAGEM Nº 92, DE 2007-CN**

(Nº 443/2007, na origem)

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de R\$65.425.000,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de R\$65.425.000,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1020 INTERIORIZACAO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA OCIDENTAL									45.425.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
22 846	1020 0506	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP							45.425.000
22 846	1020 0506 0010	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - NA REGIAO NORTE							23.000.000
			F	3	2	30	0	100	16.100.000
			F	4	2	30	0	100	6.900.000
22 846	1020 0506 0013	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - NO ESTADO DO AMAZONAS							22.425.000
			F	3	2	30	0	100	1.006.250
			F	3	2	40	0	100	1.236.250
			F	4	2	30	0	100	9.056.250
			F	4	2	40	0	100	11.126.250
TOTAL - FISCAL									45.425.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.425.000

**MENSAGEM Nº 443**

EM Nº 144/2007-MP

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Brasília, 26 de junho de 2007

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de R\$65.425.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 3, de julho de 2007. **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de R\$65.425.000,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais).

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Órgão/Unidade	Suplementação	R\$ 1,00
		Origem dos Recursos
Ministério da Fazenda	20.000.000	
Receita Federal do Brasil	20.000.000	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	45.425.000	
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	45.425.000	
Excesso de Arrecadação		65.425.000
Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional		65.425.000
<b>Total</b>	<b>65.425.000</b>	<b>65.425.000</b>

3. Quanto ao Ministério da Fazenda, os recursos serão utilizados pela Secretaria Receita Federal do Brasil para realização de cooperação técnica e financeira com o Paraguai, visando à efetivação de ações para a modernização da administração tributária paraguaia, fortalecendo, assim, o pretendido processo de integração no âmbito do Mercosul.

4. Os recursos propostos, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, destinam-se à Suframa para aplicação em projetos de infra-estrutura social e econômica, em sua área de atuação, que possibilitarão o aproveitamento das potencialidades da região amazônica e o estímulo à implantação de novos pólos de geração de emprego e renda.

5. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário para o corrente exercício, tendo em vista que o valor proposto refere-se a suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, conforme demonstrado no quadro anexo, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. Cabe informar que os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de excesso de arre-

cadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional, demonstrado no quadro anexo à Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006.

7. O presente crédito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Cabe destacar, finalmente, que as programações contempladas no crédito em questão não implicam

alteração do Plano Plurianual 2004-2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, uma vez que a execução não ultrapassará o exercício vigente ou que se trata de inclusão de subtítulo de ação constante do referido Plano.

9. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

## DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários do Tesouro Nacional

R\$ 1,00

NATUREZA		2007		EXCESSO /
		LEI (A)	Restimado (B)	FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
11100000	Impostos	96.952.986.205	91.533.730.013	-5.419.256.192
12100000	Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.831.260.568	-826.817.771
12200000	Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.459.105.434	43.312.907
13100000	Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.103.380	-33.115.068
13900000	Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	30.264.600	10.807.104
17300000	Transferências de Instituições Privadas	0	0	0
17400000	Transferências do Exterior	35	615.572	615.537
17500000	Transferências de Pessoas	30.680	66.158	35.478
19100000	Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	2.519.017.273	192.084.610
19200000	Indenizações e Restituições	57.755.314	406.844.386	349.089.072
19300000	Receita da Dívida Ativa	265.366.276	321.549.482	56.183.206
19900000	Receitas Diversas	730.147.627	1.785.444.529	1.055.296.902
22100000	Alienação de Bens Móveis	894.717	5.160.994	4.266.277
24600000	Transferências de Outras Instituições Públicas	0	148.794	148.794
25900000	Outras Receitas	1.537.586	1.243.509	-294.077
Total		141.685.197.913	137.117.554.692	-4.567.643.221
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)				0
Créditos Extraordinários abertos (E)				1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)				175.647.153
- Abertos				-675.000
- Em tramitação (1)				176.322.153
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)				-6.546.803.331
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)				493.482.826

(1) Inclui o valor do presente crédito em 25.06.2007

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, 7 DE FEVEREIRO DE 2007

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.



Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida; ou

III – precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já uti-

lizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

.....

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007

**Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 76 e 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006,

Decreta:

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I – aos grupos de despesa:

- a) “1 – Pessoal e Encargos Sociais
- b) “2 – Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 – Amortização da Dívida”;

II – às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III – aos recursos de doações e de convênios; e

IV – às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 – Outras Despesas Correntes”, “4 – Investimentos” e “5 – Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

**Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.**

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Leitura: 9-7-2007

até 14/7 publicação e distribuição de avulsos;

até 5/8 prazo final para apresentação de emendas;

até 10/8 publicação e distribuição de avulsos das

emendas; e

até 25/8 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PARECER Nº 582, DE 2007**

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

**Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências”.**

Relator: Senador **Francisco Dornelles**

**I – Relatório**

O projeto de lei referenciado na ementa, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, sobre o qual esta Comissão de Assuntos Econômicos deve deliberar em caráter terminativo, tem o objetivo de permitir que as pessoas físicas façam o abatimento da base de cálculo do imposto de renda, na declaração anual de ajuste, da despesa com empregados domésticos.

De acordo com a alínea **h** que se propõe acrescentar ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a despesa com empregados domésticos que poderá ser abatida é definida como aquela incorrida com salários e seus respectivos encargos trabalhistas e previdenciários.

O § 4º que também se propõe acrescentar ao mesmo artigo, limita o abatimento ao valor correspondente a dois salários mínimos mensais por empregado, e a até dois empregados. É, ainda, acrescentada a condição de que os empregados sejam registrados em carteira.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

**II – Análise**

Forçoso é reconhecer que o projeto é oportuno e relevante do ponto de vista econômico e social, tangenciando aspectos que, na verdade, sobrelevam a simples consideração de seus efeitos no campo das finanças públicas.

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e compilados pelo Ministério do Trabalho e Emprego com base no PNAD/2003, a População Economicamente Ativa (PEA) totalizava 87.787.660 pessoas, constatando-se um contingente de PEA

Desocupada na ordem de 8.537.033.

Na população economicamente ativa ocupada de 79.250.627 pessoas, nada menos que 6.081.879 são trabalhadores domésticos, sendo a maioria esmagadora (5.683.988) constituída de mulheres. Ou seja, os trabalhadores domésticos representavam, em 2003, 3,5% da população total (173.966.052), 6,9% da PEA e 7,7% da PEA Ocupada.

Essa é, potencialmente, a magnitude da população que seria diretamente afetada pela aprovação do projeto, o que de imediato revela seu alto impacto social.

Além de atingir as pessoas já empregadas, não se deve desprezar a eventual possibilidade de que a nova lei pudesse vir a incentivar a contratação de mais pessoas, colaborando, inclusive, para reduzir o índice de desemprego. Isso acontecendo, ter-se-ia não apenas o impacto social, mas também o econômico, na medida em que esses trabalhadores viriam integrar com mais plenitude o mercado consumidor, afetando favoravelmente a produção e a circulação de riquezas.

O Anuário Estatístico da Previdência Social, no capítulo 32, Tabela 32.1, fornece os dados segundo os quais em 2003, mesmo ano do PNAD, apenas 1.681.741 trabalhadores domésticos, ou seja, 27,6% do total de 6.081.879, estavam formalizados perante a Previdência Social e, provavelmente, perante a legislação trabalhista.

Aliás, interessante notar que o grau de formalização é bem maior entre os empregados do sexo masculino, o que traz à tona, inclusive, questão de discriminação por gênero que perpassa a sociedade brasileira.

Dos 397.891 trabalhadores domésticos do sexo masculino constatados pelo PNAD, 179.311, ou 45%, eram contribuintes da Previdência Social. Em contraste, a mesma comparação para o sexo feminino revela que o percentual cai para 26,12%.

Todo esse contingente de trabalhadores informais se constitui de futuros candidatos ao benefício assistencial por idade, que independe de contribuição. Portanto, de qualquer maneira esses trabalhadores representam custos para a seguridade social, à proporção que atinjam a idade para fruição do serviço assistencial. Melhor que se estimule agora sua contribuição, para que possam se aposentar em base previdenciária e ajudem na busca do equilíbrio do sistema.

Portanto, é inegável que, do ponto de vista econômico e social, assim como da sustentabilidade do regime previdenciário, o projeto é meritório.

Entretanto, ele perdeu a oportunidade e foi prejudicado pela superveniência da Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, que instituiu a dedutibilidade, diretamente do imposto de renda a pagar, da contribuição patronal incidente sobre um salário mínimo relativo a um empregado doméstico devidamente formalizado.

O art. 334 do Regimento Interno assim dispõe sobre a declaração de prejudicialidade:

Art. 334. O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado:

I – por haver perdido a oportunidade;

II – em virtude de seu prejulgamento pelo  
Plenário em outra deliberação.

Portanto, ainda que reconhecendo os inegáveis  
méritos da proposição, não há como prosseguir no  
seu exame.

### III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela declaração  
de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº  
177, de 2003.

Sala da Comissão, 29 de maio de 2007.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2003**  
**TERMINATIVO**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/05/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)**

EDUARDO SUPLICY (PT)

FRANCISCO DORNELLES (PP)

DELCÍDIO AMARAL (PT)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)

FERNANDO COLLOR (PTB)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

EXPEDITO JÚNIOR (PR)

SERYS SLHESSARENKO (PT)

JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)

1-FLÁVIO ARNS (PT)

2-PAULO PAIM (PT)

3-IDELI SALVATTI (PT)

4-SIBÁ MACHADO (PT)

5-MARCELO CRIVELLA (PRB)

6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)

8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

9-JOÃO RIBEIRO (PR)

**PMDB**

ROMERO JUCÁ

VALDIR RAUPP

PEDRO SIMON

MÃO SANTA

GILVAM BORGES

NEUTO DE CONTO

GARIBALDI ALVES FILHO

1-VALTER PEREIRA

2-ROSEANA SARNEY

3-WELLINGTON SALGADO

4-LEOMAR QUINTANILHA

5-JOAOQUIM RORIZ

6-PAULO DUQUE

7-JARBAS VASCONCELOS

**PFL**

ADELMIR SANTANA

EDISON LOBÃO

ELISEU RESENDE

JAYME CAMPOS

KÁTIA ABREU

RAIMUNDO COLOMBO

1-JONAS PINHEIRO

2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

3-DEMÓSTENES TORRES

4-ROSALBA CIARLINI

5-MARCO MACIEL

6-ROMEU TUMA

**PSDB**

CÍCERO LUCENA

FLEXA RIBEIRO

SÉRGIO GUERRA

TASSO JEREISSATI

1-ARTHUR VIRGÍLIO

2-EDUARDO AZEREDO

3-MARCONI PERILLO

4-JOÃO TENÓRIO

**PDT**

OSMAR DIAS

1-JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Declaração de Prejudicialidade ao PLS nº 177, de 2003

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PedaB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PedaB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY (PT)	X				1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				2-PAULO PAIM (PT) (AUTOR)				
DELÍCIO AMARAL (PT)					3-IDELI SALVATTI (PT)				
ALOÍZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)	X			
FERNANDO COLLOR (PTB)					5-MARCELO CRIVELIA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				6-INAÍO ARRUDA (PCdoB)				
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	X				7-PATRICIA SAROYA GOMES (PSB)	X			
SÉRY SLESARENKO (PT)	X				8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	X				9-JOÃO RIBEIRO (PR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1-VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPP					2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA	X				4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-JOÃO RIBEIRO				
NEUTO DE CONTO	X				6-PAULO DUQUE				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1-JONAS PINHEIRO				
EDISON LOBÃO	X				2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES				
ELISEU RESENDE					3-DEMÓSTENES TORRES				
JAYME CAMPOS	X				4-ROSÁLIA CIARLINI				
KATIA ABREU					5-MARCO MACIEL				
RAIMUNDO COLOMBO	X				6-ROMEU TUMA				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA					1-ARTHUR VIRGÍLIO				
FLEXA RIBEIRO					2-EDUARDO AZEREDO				
SERGIO GUERRA					3-MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					4-JOÃO TENÓRIO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PÉRES				

TOTAL 17 SIM 16 NÃO -- PREJ -- AUTOR -- ABS -- PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 29/07/07.

Senador Aloizio Mercadante  
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 11.324, DE 19 DE JULHO DE 2006

**Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.**

**DOCUMENTOS ANEXADOS, NOSTER-  
MOS DO ART. 250 PARÁGRAFO ÚNICO,  
DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO  
FEDERAL**

**RELATÓRIO**

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

**I – Relatório**

A proposição, ementada à epígrafe, tem o escopo, em resumo, de permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, das despesas com até dois empregados, desde que registrados em carteira, com remuneração não superior a dois salários mínimos, para cada empregado, além dos respectivos encargos trabalhistas e previdenciários.

Para tanto, preconiza o acréscimo de alínea **h** ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, bem como de § 4º a esse mesmo artigo.

O ilustre autor aponta como fatores justificadores do projeto a diferença de tratamento dispensado, no particular, pela legislação fiscal, conforme se trate de pessoas físicas ou jurídicas, e a redução de utilização de mão-de-obra doméstica em face do aumento do desemprego e da queda do nível de renda dos empregadores, forçando igualmente a compressão salarial e a dispensa de empregados domésticos.

Pretende ele, ainda, incentivar a formalização das relações de trabalho no âmbito doméstico, beneficiando a numerosa categoria envolvida e aumentando a arrecadação previdenciária.

No prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas.

**II – Análise**

O projeto atende aos requisitos de iniciativa e de competência legiferante. Portanto, não enfrenta obstáculos quanto à constitucionalidade, assim como está coerente com os princípios de juridicidade **lato senso**.

Não obstante, mostra pequena falha, facilmente sanável, quanto à técnica legislativa, por não conter cláusula de vigência.

Bem mais grave, entretanto, é o problema de juridicidade estrito senso que apresenta e que, sem prejuízo de seu indiscutível mérito, determina preliminarmente sua rejeição, como se expõe a seguir.

Sucedendo que, lamentavelmente, o projeto não se conforma às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 10.524, de 2002). E inegável que ele trata de uma renúncia fiscal e, a propósito, é necessário observar o que prescrevem esses diplomas legais.

Diz o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Por sua vez, a Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, que dispôs sobre as diretrizes para o orçamento a ser executado no corrente exercício, determina taxativamente:

Art. 84. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Aplica-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no **caput**, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Mesmo que o projeto pudesse ultrapassar os obstáculos antepostos pelas duas leis mencionadas, suplantando a restrição de juridicidade estrita, há de se convir que seu efeito sobre a arrecadação do imposto de renda contraria todo o esforço de ajuste fiscal que vem sendo perseguido pelo Tesouro Nacional. Não se discute a justeza dos argumentos com que o ilustre autor fundamentou sua proposta. Contudo, o potencial de prejudicialidade do projeto ao esforço de ajuste fiscal determina a inoportunidade de sua aprovação.

### III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela rejeição e arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003.

Sala da Comissão, – **Geraldo Mesquita Júnior**, Relator.

## RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Cabral**

### I – Relatório

Trata-se de projeto de lei que visa a possibilitar que a quantia paga a título de encargos trabalhistas e previdenciários com empregados domésticos seja abatida da base de cálculo do imposto devido pelo contribuinte pessoa física. O projeto limita o abatimento a dois salários mínimos por empregado e a até dois empregados, exigindo o registro em carteira de trabalho.

O autor do Projeto justifica a sua iniciativa salientando que o tratamento que a União dá ao contribuinte pessoa física é muito mais severo que o da pessoa jurídica.

A aprovação do Projeto, segundo o seu autor, irá diminuir a carga tributária do contribuinte pessoa física, possibilitando o aumento da absorção de mais pessoas no mercado de trabalho e contribuindo para a diminuição do nível de informalidade.

O Projeto foi distribuído ao Senador Geraldo Mesquita e depois redistribuído a mim para parecer. Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

### II – Justificação

O Projeto sob exame trata de matéria de competência da União Federal, que não se inclui dentre as de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Não há, portanto, óbice de natureza constitucional à sua aprovação.

No mérito o Projeto merece todos os aplausos. A proposta tem a virtude de, ao mesmo tempo em que desonera o contribuinte pessoa física, favorece a entrada do empregado doméstico no mercado formal de trabalho.

Não há risco de impacto desmesurado sob o ponto de vista orçamentário. Em primeiro lugar, porque o projeto autoriza que o desconto seja efetivado sobre a base de cálculo do imposto e não sobre o imposto a pagar, o que resulta em que o valor a ser descontado é muito menor do que o efetivamente pago a título de encargos trabalhistas e previdenciários pelo contribuinte. Em segundo lugar, porque o Projeto limita o desconto a dois salários mínimos por empregado até um máximo de dois empregados.

Além disso, deve ser levado em consideração que o Projeto estimula a formalização do empregado doméstico, o que contribui para a arrecadação do Sistema de Seguridade Social. Indiretamente, portanto, a União acaba sendo favorecida com a melhoria das contas do INSS, diminuindo a necessidade de aportes orçamentários para a cobertura do rombo existente no sistema.

Por outro lado, o Projeto tem enorme alcance social, já que favorece a entrada do empregado doméstico no mercado formal de trabalho, dando a ele a garantia de uma aposentadoria que lhe garanta um mínimo de renda na idade mais avançada.

Sob o ponto de vista formal há apenas uma omissão, tendo em vista que não foi inserido no Projeto regra sobre o início da sua vigência. O início da vigência do Projeto deve, por motivos de ordem prática, coincidir com o início do ano civil.

### III – Voto

Diante do exposto, o parecer é no sentido da aprovação do Projeto, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº 1, DE 2005

Fica acrescentado um art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua aprovação.”

Sala da Comissão, 11 de maio de 2005. – **Sérgio Cabral**, Relator.

### RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Cabral**

#### I – Relatório

Serão examinados neste Parecer o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim e o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que tratam da mesma matéria e foram apensados por força de deferimento de requerimento formulado com fundamento no art. 258 do Regimento Interno.

Ambos os Projetos de Lei visam a possibilitar que a quantia paga a título de encargos trabalhistas e previdenciários com empregados domésticos seja abatida da base de cálculo do imposto devido pelo contribuinte pessoa física.

O Projeto nº 177/03 limita o abatimento a dois salários mínimos por empregado e a até dois empregados, exigindo o registro em carteira de trabalho. O Projeto nº 149, de 2005, limita o abatimento a um salário-mínimo percebido por apenas um empregado.

Os autores dos Projetos justificam as suas iniciativas salientando que o tratamento que a União dá ao contribuinte pessoa física é muito mais severo que o da pessoa jurídica.

A aprovação dos Projetos, segundo os seus autores, irá diminuir a carga tributária do contribuinte pessoa física, possibilitando o aumento da absorção de mais pessoas no mercado de trabalho e contribuindo para a diminuição do nível de informalidade.

Os Projetos foram apensados, por força de decisão proferida no Requerimento nº 591, de 2005. Não foram apresentadas emendas.

E o relatório.

#### II – Justificação

O Parecer sobre os dois Projetos está sendo efetivado conjuntamente por força do que dispõe o art. 268 do Regimento Interno.

Os Projetos sob exame tratam de matéria de competência da União Federal, que não se inclui dentre as de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Não há, portanto, óbice de natureza constitucional à sua aprovação.

No mérito, ambos os Projetos, muito similares, merecem todos os aplausos. As propostas têm a virtude de, ao mesmo tempo em que desoneram o contribuinte pessoa física, favorecem a entrada do empregado doméstico no mercado formal de trabalho.

Não há risco de impacto desmesurado sob o ponto de vista orçamentário. Em primeiro lugar, porque os projetos autorizam que o desconto seja efetivado sobre a base de cálculo do imposto e não sobre o imposto a pagar, o que resulta em que o valor a ser descontado é muito menor do que o efetivamente pago a título de encargos trabalhistas e previdenciários pelo contribuinte. Em segundo lugar, porque os Projetos limitam o desconto a dois salários mínimos por empregado até um máximo de dois empregados.

Além disso, deve ser levado em consideração que os Projetos estimulam a formalização do empregado doméstico, o que contribui para a arrecadação do Sistema de Seguridade Social. Indiretamente, portanto, a União acaba sendo favorecida com a melhoria das contas do INSS, diminuindo a necessidade de aportes orçamentários para a cobertura do rombo existente no sistema.

Por outro lado, os Projetos têm enorme alcance social, já que favorecem a entrada do empregado doméstico no mercado formal de trabalho, dando a ele a garantia de uma aposentadoria que lhe garanta um mínimo de renda na idade mais avançada.

Tendo em vista ter sido o PLS nº 177, de 2003, sido apresentado em momento anterior ao PLS nº 149, de 2005, deve aquele ter precedência sobre este, nos termos do que dispõe o art. 260, II, **b**, do Regimento Interno.

Além disso, o PLS nº 177, de 2003, é mais abrangente que o PLS nº 149, de 2005, tendo em vista que permite um desconto para salários de quantia equivalente a até 2 (dois) salários-mínimos para dois empregados.

Sob o ponto de vista formal há apenas uma omissão no PLS nº 177, de 2003, tendo em vista que não foi inserido no Projeto regra sobre o início da sua vigência. O início da vigência do Projeto deve, por motivos de ordem prática, coincidir com o início do ano civil.

#### III – Voto

Diante do exposto, o parecer é no sentido da prejudicialidade do PLS nº 149, de 2005 e da aprovação do PLS nº 177, de 2003, com a seguinte emenda:



**EMENDA Nº , DE 2005**

Fica acrescentado um art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua aprovação.”

Sala da Comissão, 11 de maio de 2005. – **Sérgio Cabral**, Relator.

**PARECER Nº 583, DE 2007**

(Da Comissão de Educação)

**Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, (que altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).**

Relator: Senador **Augusto Botelho**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2005, de iniciativa do Senador Hélio Costa, tem por fim determinar que as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sejam abertas ao público.

Desse modo, altera a Lei nº 8.405, de 1992, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Capes como fundação pública e dispõe sobre a sua nova organização.

O início da vigência da lei proposta pelo projeto é marcado para a data de sua publicação.

À proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão, não foram oferecidas emendas.

Inicialmente, o projeto em tela foi enviado para a relatoria do Senador Marcelo Crivella, que não é mais componente desta Comissão. Acolhemos, todavia, os termos de sua minuta de parecer, anexada ao processado da matéria.

**II – Análise**

A Capes, constituída como fundação pública desde 1992, foi criada há mais de cinquenta anos com o objetivo de formar pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento brasileiro. Atualmente, a instituição tem por finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a pós-graduação, avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante a concessão de bolsas e de outros mecanismos, a formação de recursos humanos de alto nível para a docência de nível superior, para a pesquisa e para as necessidades de pessoal de elevada qualificação dos setores público e privado.

De acordo, com a Lei nº 8.405, de 1992, a Capes possui dois órgãos colegiados de direção: o Conselho Superior e o Conselho Técnico-Científico. Esses órgãos exercem papel de destaque no seio da fundação, desempenhando funções relevantes nas ações voltadas para o desenvolvimento da pós-graduação.

Conforme bem argumenta a justificativa do PLS em exame, os dois conselhos tomam decisões que afetam de forma direta os interesses e os direitos de estudantes, docentes, cientistas e instituições de ensino, tomando-se natural que suas reuniões sejam abertas ao público, com o fim de conferir transparência às suas discussões e decisões.

Manifestamos nossa concordância com essa avaliação sobre a necessidade de tomar públicos os processos decisórios da administração federal. No caso específico, avaliamos que a medida sugerida pelo projeto tomaria mais democrática a formulação das políticas de pós-graduação no País.

Entretanto, cabe lembrar que regulamentação da matéria em análise constou do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007, que trata da reestruturação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O projeto de lei da câmara foi aprovado nesta Casa após tramitar na Comissão de Educação, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recebeu, nas três comissões, parecer favorável, encontrando-se, hoje, na Câmara dos Deputados para deliberação final. Diante desse fato, opinamos pela prejudicialidade do projeto em pauta.

**III – Voto**

Diante do exposto, opinamos pela prejudicialidade do projeto em pauta.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2007.

OF. 86/2007/CAE

Brasília, 29 de maio de 2007

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, a Declaração de Prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências.” Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 146/05 NA REUNIÃO DE 12/06/07  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
RELATOR:	
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- (VAGO)

### PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- JOAQUIM RORIZ
(VAGO)	7- NEUTO DE CONTO

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- WILSON MATOS
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DA MATÉRIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 416 / 2005

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FATIMA CLEIDE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INACIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA	X			
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					(VAGO)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA					PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				JOAQUIM RORIZ				
(VAGO)					NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA	X			
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALÉO PAES					WILSON MATOS				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERES				

TOTAL: 15 SIM: 15 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

\* OBSERVAÇÃO: APROVADO O PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

SALA DAS REUNIÕES, EM 12 / 07 / 2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE  
Presidente da Comissão de Educação

**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFOS ÚNICOS, DO REGIMENTO INTERNO**

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2005, de iniciativa do Senador Hélio Costa, tem por fim determinar que as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sejam abertas ao público.

Desse modo, altera a Lei nº 8.405, de 1992, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Capes como fundação pública e dispõe sobre a sua nova organização.

O início da vigência da lei proposta pelo projeto é marcado para a data de sua publicação.

À proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão, não foram oferecidas emendas.

**II – Análise**

A Capes, constituída como fundação pública desde 1992, foi criada há mais de cinquenta anos com o objetivo de formar pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento brasileiro. Atualmente, a instituição tem por finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a pós-graduação, avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante a concessão de bolsas e de outros mecanismos, a formação de recursos humanos de alto nível para a docência de nível superior, para a pesquisa e para as necessidades de pessoal de elevada qualificação dos setores público e privado.

De acordo, com a Lei nº 8.405, de 1992, a Capes possui dois órgãos colegiados de direção: o Conselho Superior e o Conselho Técnico-Científico. Esses órgãos exercem papel de destaque no seio da fundação, desempenhando funções relevantes nas ações voltadas para o desenvolvimento da pós-graduação.

Conforme bem argumenta a justificação do PLS em tela, os dois conselhos tomam decisões que afetam de forma direta os interesses e os direitos de estudantes, docentes, cientistas e instituições de ensino, tornando-se natural que suas reuniões sejam abertas ao público, com o fim de conferir transparência às suas discussões e decisões.

Concordamos com essa avaliação sobre a necessidade de tornar público os processos decisórios da administração federal. No caso específico, a me-

da sugerida pelo projeto tornaria mais democrática a formulação das políticas de pós-graduação no País, pelo acompanhamento dos interessados ainda na fase de discussões. Contudo, a proposição padece de vício de inconstitucionalidade, pois adentra na competência privativa do Presidente da República, de disciplinar, por decreto, sobre o funcionamento dos órgãos da administração pública federal, se não vejamos:

**SEÇÃO II**

**Das Atribuições do Presidente da República**

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Vale registrar, que as fundações públicas passaram a ser consideradas com integrantes da Administração Pública Federal Indireta pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 (art. 4º, inciso II, alínea d))

**III – Voto**

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005.

Sala da Comissão, – **Marcelo Crivella**, Relator.

**RELATÓRIO**

Relator: Senador **Augusto Botelho**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2005, de iniciativa do Senador Hélio Costa, tem por fim determinar que as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sejam abertas ao público:

Desse modo, altera a Lei nº 8.405, de 1992, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Capes como fundação pública e dispõe sobre a sua nova organização.

O início da vigência da lei proposta pelo projeto é marcado para a data de sua publicação.

À proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão, não foram oferecidas emendas.

Inicialmente, o projeto em tela foi enviado para a relatoria do Senador Marcelo Crivella, que não é mais componente desta Comissão. Acolhemos, todavia, os termos de sua minuta de parecer, anexada ao processo da matéria.

**II – Análise**

A Capes, constituída como fundação pública desde 1992, foi criada há mais de cinquenta anos com o objetivo de formar pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento brasileiro. Atualmente, a instituição tem por finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a pós-graduação, avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante a concessão de bolsas e de outros mecanismos, a formação de recursos humanos de alto nível para a docência de nível superior, para a pesquisa e para as necessidades de pessoal de elevada qualificação dos setores público e privado.

De acordo, com a Lei nº 8.405, de 1992, a Capes possui dois órgãos colegiados de direção: o Conselho Superior e o Conselho Técnico-Científico. Esses órgãos exercem papel de destaque no seio da fundação, desempenhando funções relevantes nas ações voltadas para o desenvolvimento da pós-graduação.

Conforme bem argumenta a justificação do PLS em exame, os dois conselhos tomam decisões que afetam de forma direta os interesses e os direitos de estudantes, docentes, cientistas e instituições de ensino, tornando-se natural que suas reuniões sejam abertas ao público, com o fim de conferir transparência às suas discussões e decisões.

Manifestamos nossa concordância com essa avaliação sobre a necessidade de tornar público os processos decisórios da administração federal. No caso específico, avaliamos que a medida sugerida pelo projeto tornará mais democrática a formulação das políticas de pós-graduação no País.

Contudo, a proposição incorre em vício de inconstitucionalidade, pois seu texto dispõe sobre matéria de competência privativa do Presidente da República, a saber, a de disciplinar, por decreto, sobre o funcionamento dos órgãos da Administração Pública Federal – da esfera do Poder Executivo –, não observando, assim, o que estabelece o art. 84, VI, **a**, da Constituição Federal, **in verbis**:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....  
VI – dispor, mediante decreto, sobre:

**a)** organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

.....

**III – Voto**

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005.

Sala da Comissão, – **Augusto Botelho**, Relator.

Of. nº CE/69/2007

Brasília, 12 de junho de 2007

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Hélio Costa que, “Altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).”

Atenciosamente, – **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaíleo Paes. PSDB – AP)  
– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. 86/2007/CAE

Brasília, 29 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, a Declaração de Prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que ‘altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências’”

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº CE/ 69 /2007

Brasília, 12 de junho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data,

pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Hélio Costa que, “Altera o art. 60 da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os ofícios lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com referência aos **Pareceres nºs 582 e 583, de 2007**, das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, que concluíram pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 177, de 2003; e 146, de 2005, a Presidência comunica que, tendo em vista ser de competência do Plenário, em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade de proposição, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente, a fim de serem declaradas prejudicadas, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, sem prejuízo na ordem das inscrições. V. Exª dispõe de no máximo vinte minutos para seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão de 9 de julho, segunda-feira. Atentai bem, Professor Cristovam, em 183 anos, nunca tinha havido sessão aqui às segundas-feiras e sextas-feiras; fomos nós que avançamos. Este é o melhor Senado da República em 183 anos. É necessário lembrar, ó Papaléo, que o grupo de Cristo tinha só 13, e ali deu um rolo doido. Aqui são 81.

Srªs e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, quis Deus que Papaléo Paes presidisse esta reunião. Papaléo Paes é médico, cardiologista, formado em Belém, e com muita coragem foi lá desbravar o Amapá. Ele e sua esposa dedicam-se à medicina.

Senador Papaléo Paes, lá no Amapá não tem Santa Casa, mas em Belém tem.

Professor Cristovam Buarque, venho advertindo o Presidente Luiz Inácio. Realmente, as pesquisas indicam que ele está com muita popularidade. Mas essa popularidade é moveidiga, ô Presidente Luiz Inácio.

Existem os fundamentos de uma sociedade e, sem dúvida nenhuma, o mais importante é a segurança. E a segurança não existe quando há violência.

E essa mesma pesquisa, Presidente Luiz Inácio, diz que nunca antes houve tanta violência neste País.

Professor Cristovam, V. Exª que é um sábio, atentai bem: o grave da pesquisa – eu estudei a pesquisa – é que o povo brasileiro disse que não tem mais esperança de que a violência diminua. Aí é que eu entendo... Peço ao Professor Cristovam que preste atenção, porque eu mudo. Petrônio Portella ensinou-me: “Só não muda quem abdica do direito de pensar. René Descartes já havia dito: penso, logo existo. Mas, se o povo diz na pesquisa que não tem mais esperança, Luiz Inácio, está morto. Gosto muito de ouvir o povo, os provérbios. Até na Bíblia tem os provérbios. O povo diz: a esperança é a última que morre. O apóstolo Paulo, em homenagem a Cristo: fé, esperança e caridade. Caridade, não vou dizer que o Governo não tem. Tem, Luiz Inácio. Caridade tem, no seu programa, que o Cristovam Buarque fez nascer: o Bolsa Escola, que se deturpou para “Bolsa Esmola”. Mas é caridade, não vou contestar. É bonito fazer uma caridade. Mas, o apóstolo disse: fé, esperança e caridade.

Cristovam, o essencial é invisível aos olhos. Veja o número: Lula, sessenta e tanto. Aumentou, depois das eleições, com a mídia. O essencial é invisível aos olhos. Vê bem quem vê coração. E vi esse dado: violência. Pior, o povo brasileiro não tem esperança de a violência acabar. Na sexta-feira, li aqui, um Orkut, comovente, Papaléo: uma advogada, 25 anos, e enfermeira, saiu de uma festinha, foi pegar o carro e saiu dirigindo. Estava havendo um assalto na casa da vizinha, mandaram ela parar e ela não parou; encheram de bala. Teresina, cidade cristã há pouco tempo, Cristovam. Eu fazia tudo – V. Exª foi governador – para o fim de semana passar na praia do Piauí, numa casa no Coqueiro que tenho. Por quê? Para manter a forma física, para não ficar só na atividade sedentária do gabinete. Nessa praia, eu andava da minha casa no Coqueiro para a praia popular, cerca de 10 km. Fazia tudo para domingo de madrugada chegar lá. Eu ia me aproximando do norte, trabalhando, e de madrugada estava lá. Por quê? Porque o governador tem aquele aparato, ajudante de ordens, segurança, e andar com homem não é bom não. Então, na praia, eu andava todo o domingo. Quando acordava, a Adalgisa nos acompanhava; caso contrário, eu saía sozinho. Ô Cristovam, fiz isso durante todo o período em que governei – seis anos e dez meses. Muitas vezes perguntavam se eu era o governador mesmo, porque estava chegando à praia popular. Quando não podia fazer isso, Professor Cristovam, eu saía à noite do Palácio, aproximadamente às 11 horas da noite, porque Teresina é muito quente. Então, quando eu não podia fazer o *cooper* lá no meu litoral, durante a semana, Papaléo,

eu chamava só o ajudante de ordens e um amigo para bater papo e andava dez a doze quilômetros. E o povo passava e gritava: “Governador!” As meninas: “Titio!” Outro dia. Estou falando e toda Teresina está ouvindo. Quando não dava para eu fazer meu *cooper* no domingo, eu saía às 11 horas da noite, acompanhado por um amigo, o Carlos Augusto, a quem chamo até de *paparazzi*. E cerveja é um negócio importante. Não sei por que o Ministro da Saúde se preocupa, porque é interessante. Esse rapaz toma uma cerveja doida, Papaléo, e eu nunca consegui nem um ajudante de ordem para chegar na frente. Ele fazia questão. Aquilo é altamente energético! É só ver o Carnaval. E, só lembrando, fazíamos isso à noite. Um dia, sabem o que fiz? Eu disse: agarrem esse Carlos Augusto para eu poder chegar uma vez na frente. Mas isso é só para dizer que se andava, outro dia.

E isso tudo foi o PT. O mal da corrupção está nas pesquisas. Corrupção, Luiz Inácio! V. Ex<sup>a</sup> está ganhando e não vou alterar os números, sessenta e tanto. Aumentou do que ele teve. Mas também diz a pesquisa, Senador Papaléo Paes, que nunca se viu tanta corrupção. É uma pesquisa! Então, Luiz Inácio, V. Ex<sup>a</sup> está tendo uma advertência.

Professor Cristovam Buarque, existe uma frase do General Obregón, no México, que se pode ler ao entrar no Palácio: “Eu prefiro um adversário que me leve à verdade a um aliado puxa-saco, falso”. É isso que estão dizendo, Luiz Inácio. A situação está ruim: um mar de corrupção; violência, e o povo sem esperança. E ainda não vou chegar à educação, Senador Cristovam Buarque. Vou deixá-la para V. Ex<sup>a</sup>. Mas que a segurança é importante é.

Teresina é uma cidade... Mercês, um bairro, professora... Professora, não; advogada, 25 anos. Hoje existe, nesses computadores, o Orkut, não é, Papaléo? V. Ex<sup>a</sup> é atualizado. E eu li o dela. A coisa mais linda, Cristovam, a poesia dela. O sonho, a amizade, a felicidade. Fiquei arrepiado.

E hoje de manhã, cheguei ao meu escritório político, tiraram computador, tiraram tudo. Este é o país. E sou Senador. Tiraram tudo, agora, neste fim de semana. Assalto a tudo. Quer dizer, essa é a violência e a razão por que o povo diz que não tem mais esperança.

Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup> sonhou com a saúde, gastou os melhores anos de sua mocidade, de sua juventude, debruçando-se para melhorar a saúde, e eu também. Tenho 40 anos de médico.

Luiz Inácio, a saúde está pior do que a violência. Nunca dantes a saúde esteve tão ruim neste País. A mídia está boa, o Governo paga pouco.

Professor Cristovam Buarque, atentai bem! Em 1582 fundou-se, Senador Papaléo Paes, a primeira

Santa Casa do Brasil, no Rio de Janeiro. Acesse o Blog do Noblat, que é hoje o mais famoso do Brasil. Está lá: *Misericórdia para a Santa Casa do Rio de Janeiro*.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> foi Governador, eu também. O Senador Papaléo Paes foi Prefeito como eu. A gente ganhou muita comenda, muita medalha. Ganhei quando a Santa Casa da minha cidade fez 100 anos, em Parnaíba, Piauí. Papaléo, quando ando com minha pasta, ela está lá, orgulhosa. Tenho, como todos nós, muitas comendas, muitos títulos. Mas essa eu ganhei porque ajudei 30 anos em uma Santa Casa.

Conheço a Santa Casa do Rio de Janeiro. Fiz uma pós-graduação no Hospital do Servidor do Estado, com o professor Mariano de Andrade, que tinha uma enfermaria lá. Ivo Pitanguy, toda sexta-feira – e é por isso que, com 80 anos, ele continua bonito, simpático –, operava de graça na Santa Casa. Sei o que é isso; e sei como ela funciona.

Quero alertar o nosso Ministro da Saúde, que é um rapaz novo. Ele é todo bonitinho, parece um artista da Globo. E fica falando da Zeca-feira, da quarta-feira... A dengue está aí. É o mosquitinho que Oswaldo Cruz venceu. Oswaldo Cruz venceu o mesmo mosquitinho. Por isso estamos dizendo o nome dele. O mosquito causava apenas febre amarela, mas agora, o mesmo mosquitinho causa a dengue. Alastrou-se. Está morrendo muita gente. Olhe a gravidade, Papaléo: a dengue hemorrágica matava 4,5% dos infectados, agora mata 13,5%. Ou o agente epidemiológico ficou mais virulento ou os hospedeiros estão mais fracos.

A doença está atacando mais as crianças. Ela está aí, arrasando o Piauí, o Mato Grosso do Sul, o Rio de Janeiro, o Pará e não sei se também o Amapá, embora em 1950 não houvesse mais dengue. Precisamos combater duas pragas: a dengue e o PT. Professor Cristovam, não sei com qual delas devemos acabar primeiro. Porque esta é a verdade: a dengue não existia mais.

E as santas casas estão acabando. É o que diz o *blog* mais disputado, mais visitado. As santas casas começaram em 1582. Veio D. João VI, passou D. Pedro I, D. Pedro II e sua mulher, Isabel, os presidentes militares, dezoito anos de governo Vargas e as santas casas viveram. Eu conheço. E a Santa Casa do Rio está fechando. A da minha cidade. E eu sei. Eu quero ensinar.

Ralph Waldo Emerson, filósofo americano, diz o seguinte, Professor Cristovam... V. Ex<sup>a</sup> vê que eu nem falei sobre educação, nem discuto o que o Professor Cristovam diz. Então, vou votar com ele. Aprendi com esse filósofo o seguinte: toda pessoa que vejo, Papaléo, é superior a mim em determinado assunto. E procuro

aprender. Então, quero dizer que sou superior, nesse assunto, ao Luiz Inácio – ele tem mais votos do que eu – e também ao Secretário de Saúde porque tenho 40 anos de médico em Santa Casa.

Primeiro conselho que dou a ele. Ele parece um galã de televisão, simpático, agradável. Na novela, ele fica aí, parece bem, é uma figura. Acho que, faltando qualquer um, pode trocar, que ele dá um bom artista de televisão. Mas ele devia buscar logo um conselheiro: Adib Jatene, do Acre, da sua Amazônia.

E eu quero dizer que sei de Santa Casa porque na minha cidade tem. E essa Santa Casa, antes de chegar o SUS, como se manteve? Mantinha-se por doações. Por que falo assim? Quero ensinar aos Ministros. Porque meu avô já dera o primeiro aparelho de raios X da Santa Casa, que um tio meu, Prefeito, cuidou. Meu pai, Joaz Rabelo de Souza, era tesoureiro da Santa Casa. Senador Cristovam Buarque, como funcionava antigamente? Naquele tempo... Sou do tempo em que almoçávamos ao meio-dia. O pai, a mãe e os irmãos, todos estavam à mesa ao meio-dia. Nessa hora, na rua Getúlio Vargas, alguém chamava meu pai. Ele interrompia o almoço e voltava dizendo que alguém fora dar dinheiro para a Santa Casa. As pessoas iam dar dinheiro para a Santa Casa, Cristovam. Era assim.

Temporão, era assim: doação. Mas havia pouco imposto. O povo de outrora, da época do meu pai, não era melhor do que eu não, Papaléo. Havia pouco imposto; hoje são 76 impostos. Eu já contei. Um dia eu fiz um discurso. O trabalhador brasileiro, a brasileira e o brasileiro, trabalha cinco meses do ano para pagar impostos e um mês para pagar juros de banco, CPMF.

Essas Santas Casas viveram assim. Mais ainda, Temporão. Não sou mão santa, mas sou filho de mãe santa. Essa simpatia que o Pedro Simon tem por mim é porque minha mãe era terceira franciscana, como ele. Foi autora do livro *A Vida, um Hino de Amor*. Seu pai era um homem muito rico. Tinha dois navios. Pegou uma indústria, botou no rio e venceu.

Então, eu me lembro que ela escreveu uma carta para Emília Corrêa Lima, Miss Brasil. Nunca me esqueço da Emília Correa Lima, Miss Brasil, belíssima. Minha mãe arrumou doação para pagar a passagem de avião, para ela desfilar no cassino e arrecadar dinheiro para a Santa Casa. Vejam o que é o destino: ela largou seu noivo e passou a namorar um Major chamado Wilson que estava na minha cidade. Eu era menino e vivia passando na frente da casa dela, Senador Papaléo, para vê-la, bonita, agitando as plantas. É o destino: a Miss foi fazer uma caridade e ganhou uma família. Eu passei muito na frente do jardim, porque, pela manhã, ela agitava as plantas de sua casa.

Eram feitas quermesses, vendiam-se bois, fazíamos bingos. E havia pessoas que arrematavam o garrote e o devolviam para o meu pai, que era o tesoureiro da Santa Casa, vender.

Mas o mundo mudou. Esses hospitais viviam à custa do SUS. Eu operava na Santa Casa. Levava os meus doentes particulares. Fui médico famoso, tinha uma clínica extraordinária. Eu me lembro quando a freira chegava, Senador Papaléo, e dizia: “Mão Santa, são cinco”. Eram pobres, coitados, indigentes. Daí veio meu apelido de Mão Santa. Eu dizia que iria atendê-los. Não iria ganhar dinheiro, mas ganharia experiência, e ganhei muito voto, tanto que estou aqui. Essa é a verdade!

As Santas Casas passaram a viver de médicos como eu, que abdicaram de ter clínicas privadas, dedicando-se a elas. Com a administração, eram operados os pobres e indigentes que não tinham recursos. Mas o que entrava da Previdência dava para manter e ajudar os pobres. Pintaguy está fazendo isso. Mas acontece que agora uma consulta é R\$2,50, uma anestesia é R\$9,00, uma diária da Santa Casa paga pelo SUS é mais barata do que dormir debaixo da ponte, porque é preciso solicitar vaga. Então, decaiu tudo. As Santas Casas estão indo à falência. Está aqui *Misericórdia para a Santa Casa*, do *Blog do Noblat*, que vou ler.

Ele se refere à do Rio de Janeiro, mas isso acontece com todas as Santas Casas. Ó Luiz Inácio, essa é a verdade. E como se gasta dinheiro! Se dá dinheiro para os companheiros da Bolívia – outro dia nós assinamos –, se dá dinheiro para o Chávez, se dá dinheiro, que sai aí, dê um pouquinho para essas Santas Casas, que fizeram tanto bem e são padrão.

O que diz Noblat?

Misericórdia para a Santa Casa

A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro fui fundada por ninguém menos que o Padre Anchieta! O Beato José de Anchieta, que breve será canonizado, grande figura humana, padre que se dedicou com zelo e amor aos desvalidos e aos índios que aqui encontrou, fundador da cidade de São Paulo. Natural das Ilhas Canárias, esse padre jesuíta a quem o Brasil tanto deve, iria criar, em 1582, a Santa Casa, fazendo levantar choças, arrumando galhos no chão, produzindo remédios tirados da nossa flora.

Inspirando-se na Santa Casa de Lisboa, ele montou um hospital para tratar os vitimados pela “peste”, que sofriam nas naus de uma esquadra que aportou na baía de Guanabara, em 25 de março de 1582. Anchieta, homem piedoso, generoso, verdadeiro apóstolo, convidou-os a



descerem à terra, abrigou-os, e ele mesmo os tratou e recuperou com recursos locais – infusões de ervas, frutas cítricas, raízes e outras plantas trazidas pelos índios. Assim nasceu a Santa Casa de Misericórdia, o mais expressivo monumento à grandeza desse homem.

O hospital teve sempre papel importantíssimo na vida da cidade do Rio de Janeiro. Durante os séculos seguintes, foi abrigo para todo tipo de doença e recebeu dos governos que se sucederam, assim como de particulares, generosas doações, o que possibilitou tornar-se um centro de atendimento aos pobres e, igualmente importante, um centro de estudos e pesquisas médicas.

D. João VI fez dela a primeira instituição de ensino médico no País. Em 1829, nela foi criada a Academia Nacional de Medicina. Por mais de cem anos, a partir de 1869, ali funcionou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi também ali que funcionou o primeiro consultório homeopático. Em sua farmácia, fabricaram-se, durante centenas de anos, muitos dos remédios que salvaram vidas brasileiras. Também foi, durante muitos anos, o Hospital Escola da UERJ.

V. Ex<sup>a</sup> fez estágio no Rio, Senador Papaléo Paes, conhece a Santa Casa do Rio de Janeiro.

Continuo a leitura.

dezenas de enfermarias, institutos e ambulatórios em quase todas as especialidades médicas, o Hospital é um centro de referência para a população da Com cidade. Suas enfermarias foram chefiadas por nomes importantíssimos da medicina brasileira, como Fernando Paulino, Paulo Niemeyer, Ivo Pitanguy, Sylvio Fraga, Jorge de Rezende.

Meu professor Mariano de Andrade também chefiou a enfermaria.

A enfermagem foi entregue às devotadas Irmãs de São Vicente de Paula.

Infelizmente, hoje a situação da Santa Casa está aquém de sua história, enfrentando vários problemas financeiros, muitas vezes agravados devido à crise da saúde pública da cidade do Rio de Janeiro, o que vem ampliar o desespero e o abandono de nossa população mais humilde. Não se pode culpa apenas o Estado. A administração desse tesouro deixa a desejar, para dizer o mínimo. Está em vias de ser desativado esse hospital essencial para uma cidade tão carente de bons hospitais públicos.

A Santa Casa também administra agências de serviços funerários e dois dos mais importantes cemitérios do Rio(...).

Além de tudo isso, precisamos levar em conta que a Santa Casa da Misericórdia é um monumento nacional. O prédio histórico, que abriga o Museu da Farmácia e também a belíssima Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, uma das mais belas igrejas do Rio de Janeiro, é tombado e não merece ser abandonado. Será possível que o Brasil vai se dedicar a ser sempre o país do futuro, sem dar importância ao seu passado? Assim, será sempre o país do nada.

Isso acontece com todas as Santas Casas, com todos os hospitais filantrópicos. E aí está o Governo. O Presidente Luiz Inácio voa nos altos números das pesquisas, voa no seu Aerolula, esquecendo o drama do povo. E o povo? O povo está sofrendo pela corrupção, pela violência e pela falta de saúde.

Agora, também ouçamos o homem que é o símbolo da Educação neste País e no Senado Federal: Professor e Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Mão Santa, quero chamar a atenção de todos que estão nos escutando para este dado que V. Ex<sup>a</sup> apresentou aqui: por uma consulta, o médico recebe R\$2,50...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Hoje, em Teresina, um engraxate me cobrou R\$5,00 e eu lhe paguei R\$ 10,00, para ajudar o “bichinho”.

Essa consulta é anestesia. Hoje, na tabela do SUS, são R\$9,00. Isso é ilusão. Estão enganando o povo do Brasil. Ó, Lula!

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Para ganhar um salário mínimo, então, um médico deveria fazer 160 consultas no mês. Isso significa que, trabalhando vinte dias em um mês, se ele atender oito consultas por dia, ganhará somente um salário mínimo. Se um médico viver apenas do serviço público, trabalhando oito horas, dando uma hora por consulta... V. Ex<sup>as</sup> são médicos, mas eu acho que uma consulta de uma hora, na média, está boa, embora haja consulta com mais de uma hora e consulta com menos de uma hora...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Tem consulta que leva uma semana e, ainda assim, não se descobre o problema!

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – É verdade. No entanto, desse modo, ele ganha apenas um salário mínimo. Isso mostra que tem alguma coisa errada, até porque, no Brasil, o salário mínimo é baixo! Se o salário mínimo daqui fosse alto...Agora,

tem algo pior ainda, Senador Mão Santa e Senador Papaléo Paes: quando comparamos isso com...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> entende como estão as santas casas?

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Claro.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Então, eu não estou aqui porque eu não sou bom, não. As tabelas! Ó, Temporão, acaba com esse negócio de cerveja, não sei o quê! A renda era boa, eu eduquei minha família, eu fui feliz com Adalgisa. Eram boas as tabelas, que me possibilitavam ganhar o suficiente e operar a desgrça, os pobres que eram acudidos na Santa Casa. Como é que vão operar de graça – como esse Pitanguy, que fez muito e não fez mais do que eu, não; fiz muito –, se eles não estão ganhando nem para subsistir com essa tabela?

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Voltando, então, Senador. Isso é uma tragédia em si. Agora, o grave, que, às vezes, não percebemos, é que os salários, em outras categorias, são altos, e nossos médicos estão indo embora, mudando de profissão, em busca de rendas maiores que são pagas em outros setores. Além disso, como fica a cabeça de um médico desse, quando abre o jornal e vê a quantidade de roubo, corrupção, desperdício? Como fica quando ele vê que outros, sem trabalhar, ganham milhões? Todos os dias, falam em milhões nos jornais, na televisão, na rádio – milhões e milhões, como se fosse pouco dinheiro! Então, é um País, que, além de pagar uma miséria, um salário mínimo ao médico, pois paga ao médico um salário mínimo igual a esse que os pobres brasileiros ganham, é um Brasil onde, fora da área médica, esses mesmos médicos são candidatos em concursos públicos para outros setores, ou vão trabalhar no setor privado, com condições de ganhar muito mais. Isso, para mim, Senador Mão Santa, é a pior de todas as corrupções. Estamos vendo muita corrupção que aparece na superfície e não estamos vendo uma corrupção na engrenagem da sociedade brasileira, que é esse desprezo ao trabalho dos médicos e, portanto, desprezo aos brasileiros que precisam ir ao sistema público de saúde para ter atendimento em suas doenças. Por isso, parabeno V. Ex<sup>a</sup> por falar. Acredito que V. Ex<sup>a</sup> está falando, sim, da pior das corrupções brasileiras: a corrupção que está no funcionamento maldito do nosso sistema social.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – A saúde está boa para nós, Papaléo. Todo dia chega alguém do Senado aqui e diz: ah, você não quer ir para São Paulo? Paga tudinho, para quem tem uma instituição como essa, para quem tem esses serviços de saúde privada, particular, para quem tem o dinheiro para pagar os planos de saúde. Mas, para o povo que precisava da Santa Casa, para o estudante ter aprendizado...

Olha, vou citar um fato. Um quadro vale por dez mil palavras. O Papaléo está atento. Em Parnaíba, cidade mais importante do Piauí, que tem uma Santa Casa há mais de 100 anos, eu recebi uma medalha quando ela fez 100 anos, e eu governava o Piauí, eu encontrei Dr. Luiz Sampaio, mais novo que eu, urologista: “Oi, como é que vai? Tem operado muita próstata?” Ele disse: “Não, já deixei, porque não dá para viver, sendo médico de família”. Não estou contra o médico de família, mas altos cirurgiões estão deixando.

Eu desafio aqui, e é bom a ética gravar. Cristovam, eu desafio aqui o nosso Luiz Inácio, a quem estão enganando. Ele não tem culpa, está sendo enganado. Ele não leu a frase do general mexicano: eu prefiro o adversário que me leve a verdade ao aliado puxa-saco que me ilude, que mente. Eu só faria uma pergunta ao Papaléo, que é médico, e para todo o Brasil, e está aí o Conselho de Ética: mostre-me, hoje, segunda-feira, 9 de julho, quem foi operado, neste País, de próstata pelo SUS. Quem foi operado de duodeno, de pancreatetectomia, de tireóide, que eu fiz milhares.

Então, estão enganando. Agora, para quem tem plano de saúde, para quem tem dinheiro, para quem tem como nós temos, a saúde está muito boa. Mas os pobres, que dependem de instituições como as santas casas, os hospitais filantrópicos, estão abandonados.

Eu pediria a intervenção até da D. Marisa, mulher dele, porque eu acho que é verdade. D. Marisa, o que eu estou dizendo é verdade, acho a senhora encantadora. A mulher aconselha. Isso tudo é verdade.

Mas não é só essa. O Noblat traz e disserta tão bem, com a sua capacidade de escrever: todas as santas casas e todos os hospitais filantrópicos que fazem caridade estão desaparecendo.

Essas são as minhas palavras.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, sem prejuízo da ordem de inscrições.

V. Ex<sup>a</sup> terá 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador Cristovam.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Papaléo Paes, Presidente desta sessão. Sr. Senador Mão Santa, a quem vou me referir algumas vezes nesta minha fala, hoje, continuando a sua – eu não imaginava que ia dar continuidade –, tenho recebido centenas de *e-mails*, mensagens, telefonemas, nestas últimas semanas, com um mesmo, um único tema, que é o problema que nos aflige a todos nesta Casa sob o nome de corrupção. Todos os dias. E dessas centenas,

algumas dezenas, eu diria, é uma cobrança em cima de cada um de nós e em cima de mim também, por não estar aqui o tempo todo falando desse assunto. Eu não vou cair na tentação, por conta desses *e-mails*, de vir aqui falar sobre esse assunto da crise de confiança que temos por conta de fatos recentes.

Evitei mesmo, durante todo o processo do Senador Roriz, dizer qualquer coisa, Senador Mão Santa, relacionada com as denúncias que terminaram levando-o à renúncia. Até porque eu acho que, no caso do ex-Governador e ex-Senador Roriz, poderia parecer que eu estava politizando o assunto, uma vez que temos tido embates políticos nestes últimos anos no Distrito Federal.

Volto a insistir que há uma corrupção pior do que a que aparece, e o Senador Mão Santa está tocando nessa corrupção pior, que é a corrupção nas prioridades, Senador Mão Santa. Existe uma corrupção no comportamento de políticos; existe uma corrupção nas prioridades das políticas.

Não há dúvida, e eu tenho me manifestado aqui em relação à situação do Presidente Renan Calheiros, a quem ajudei a ser eleito Presidente. Fazendo aparte, manifestei a conveniência de ele se afastar da Presidência durante todo esse período. Escrevi artigos sobre a nossa crise de confiança, mas hoje eu quero falar de uma corrupção que está escondida na outra. Essa talvez seja a pior de todas as corrupções: a corrupção de esconder a corrupção nas prioridades.

Pagar R\$2,50 por uma consulta no Sistema Único de Saúde é corrupção pior do que R\$2,5 milhões num cheque sem explicação. Não quero – longe de mim – justificar esses 2,5 milhões. Por esse tipo de corrupção, colocamos na cadeia; isso resolve a situação. Mas os R\$2,50 de uma consulta não vamos resolver se não fizermos uma revolução neste País da maneira como se define às prioridades.

Aqui no caso do Distrito Federal, por exemplo. Para mim, muito mais grave que a corrupção que envolve dinheiro foi o fato – aí discuto politicamente, me sinto à vontade com o Governador Roriz, Senador Mão Santa – repito, foi o fato de ele, no segundo dia de Governo, em 1999, ter encerrado o Programa Saúde em Casa. Um programa que atendia um milhão de pessoas no Distrito Federal, com médicos a uma distância não maior do que um quilômetro. E o Senador Eurípedes Camargo, que está aqui, foi testemunha como parte integrante do governo que coordenei, que dirigi, do Partido dos Trabalhadores e mais seis partidos conosco.

Essa é a corrupção nas prioridades, o que é muito mais nocivo ao Brasil do que até mesmo a vergonha que sentimos da corrupção no comportamen-

to de alguns políticos. Fechar o Programa Saúde em Casa com uma penada, demitir médicos, enfermeiros, psicólogos, dentistas que trabalhavam em casas que alugávamos perto de onde o povo estava. Essa é uma corrupção política maior do que a corrupção, simplesmente, da ética.

Parar o Programa Bolsa-Escola, que aqui pagava um salário mínimo e transformá-lo em um programa assistencial, pagando muito menos que isso e sem a exigência da frequência às aulas, essa é a corrupção nas prioridades que não estamos vendo, que está escondida. Porque vemos a podridão da superfície. No verbo usado pelo Senador Jarbas Vasconcelos, sentimos o odor, o fedor, como ele disse, da podridão da superfície. Mas, lá embaixo, há uma estrutura carcomida, viciada, corrupta, que esquecemos de denunciar, como acaba de fazer o Senador Mão Santa, com a consulta médica de R\$2,50.

Essa engrenagem podre, o odor dela não chega a nós; mas afeta os pobres, esquecidos, excluídos, porque raramente se publica em jornal com a força da denúncia do roubo de dinheiro público, quando passa das mãos do setor público para as mãos do setor privado. Mas o dinheiro que sai também das mãos do setor público para o setor privado sem, diretamente, prestar um serviço ou outro, a esse fechamos os olhos e não o denunciávamos.

Não se denuncia aqui, por exemplo, que o Governador Roriz, depois de tomar posse, fechou o Projeto Orla, em que o Governo havia gasto recursos para transformar a orla do lago em um setor que pudesse gerar emprego, lazer para os jovens. Essa é uma corrupção ainda maior.

Não se falou sobre o fim do Programa Poupança-Escola, pelo qual se depositavam R\$100,00 em uma caderneta de poupança se a criança fosse aprovada; e esse dinheiro só poderia ser retirado quando ela terminasse o segundo grau. Isso foi paralisado de um dia para o outro. Isso é uma forma de corrupção nas prioridades que não podemos, de maneira alguma, esquecer, deixar de lado, porque estamos vendo apenas a corrupção no comportamento dos políticos e não na prioridade das políticas, uma corrupção muito mais nociva porque mais duradoura e porque o Ministério Público não olha – não tem como olhar –; porque a Polícia Federal não tem como ir atrás e saber disso, e se descobrir não vai dizer que é corrupção e sim mudança de prioridade.

Pagar R\$2,50 por uma consulta é uma corrupção nas prioridades, pelo abandono da saúde pública; ou, pior ainda, pela ilusão de que há saúde pública. Engana-se a população. É corrupção sim termos parado no Distrito Federal um projeto como o Bolsa-Alfa,

pela qual se pagava ao analfabeto para aprender a ler. No dia em que ele aprendia a ler e escrevia a sua primeira carta, ele recebia o valor de R\$100,00, como se estivéssemos comprando a carta que ele escrevia. Aprender a ler depois de adulto, Senador Mão Santa – e V. Ex<sup>a</sup> tem sensibilidade –, é muito difícil.

Dá-se uma bolsa de US\$2mil para um doutor estudar na França, fazer um pós-doutorado ou um doutorado; mas muita gente se recusa a pagar R\$100,00 para um adulto aprender a ler. É muito mais fácil um engenheiro fazer um doutorado do que um analfabeto aprender a ler depois dos 30 anos de idade. O esforço mental, a persistência necessária é muito maior para aprender a ler do que fazer pós-graduação. Pagávamos R\$100,00 apenas. Mas o programa foi parado, o que é uma forma de corrupção que ninguém denuncia. Ninguém é cassado pela corrupção nas prioridades.

Felizmente, já tem gente sendo cassada ou obrigada a renunciar por causa da corrupção no comportamento. Às vezes, até pela suspeita; antes mesmo de se comprovar, as pessoas já renunciavam. Quero lembrar que, desde 2005, há um projeto de lei, a que dei entrada, proibindo que quem renuncia a um mandato possa candidatar-se na eleição seguinte. Lamento que já esteja na Casa há dois anos, mas paralisado. Mesmo assim, insistimos em olhar apenas a corrupção que aparece na superfície.

Hoje, no Brasil, temos esta tragédia da corrupção que tem de ser enfrentada, denunciada, combatida. O Senado está desabando junto à opinião pública por falta de credibilidade. Na hora em que resolvermos esse aspecto da corrupção no comportamento dos políticos, a sociedade brasileira e a política brasileira estarão ainda muito longe da ética. Para uma política ser ética não basta parar de roubar o dinheiro, é preciso aplicá-lo corretamente. É como fazíamos aqui com o orçamento participativo. O ex-Senador Eurípedes foi um dos que mais nos ajudaram a levá-lo adiante. Isso foi paralisado. Paralisar aquele projeto é uma forma de corrupção. Deixou-se de dar consciência à população brasileira. É como a mudança do nome Bolsa-Escola para Bolsa-Família. Insisto que é uma forma de corrupção. Não porque signifique roubar dinheiro, mas porque significa roubar a consciência do povo. Antes, ao receber o dinheiro sob o nome de Bolsa-Escola o povo pensava em educação, ao recebê-lo agora como Bolsa-Família pensa apenas na pobreza. Não pensam que estão se educando, mas que estão recebendo um dinheiro de ajuda. Essa é uma corrupção, Senador Papaléo Paes, na consciência da opinião pública, na maneira como o povo pobre pensa – e sabemos que o povo pobre não acredita que tem o direito de ter uma escola tão

boa para seus filhos quanto a dos ricos. Talvez essa seja a maior das tragédias para a consciência pública do povo brasileiro.

Os escravos tinham vontade de ser livres, mas os nossos pobres não têm vontade de educar seus filhos porque acham que não é direito deles. Pensam que a educação de qualidade é um direito divino para os ricos, como se nós, que temos dinheiro para pagar a escola dos filhos, fôssemos nobres e eles pobres, servos, excluídos.

Ao mudar de Bolsa-Escola para Bolsa-Família, fez-se um retrocesso na consciência política e social do povo brasileiro, e essa é uma forma de corrupção, não no sentido de roubo do dinheiro, mas de roubo da consciência.

Quando abandonamos os projetos que deveríamos fazer para melhorar o País, estamos fazendo política corrupta, ainda que não roubando dinheiro. Quando, no Distrito Federal, o programa Projeto Saber, que ensinava um ofício aos jovens e permitia que recebessem financiamento junto ao BRB para montar seu negócio, foi paralisado, houve uma forma de corrupção não do comportamento, mas da política.

E quero chamar a atenção... E vim com intenção de falar nisso, Senador Mão Santa, que agora preside a sessão, mas sua fala me deu mais argumentos. Vim para falar da corrupção nas prioridades das políticas, mais do que da corrupção no comportamento dos políticos. Dessa parte, já há gente demais falando. E não deixei de falar. Não estou sendo omissos, mas não vou concentrar meus discursos, todos eles, na questão da ética do comportamento. Quero falar também da ética nas prioridades. Prioridade na saúde, porque pagar R\$2,50 a um médico para uma consulta é uma política corrupta.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Excelência, o que vale é o espírito da lei. V. Ex<sup>a</sup> manifestou o mesmo raciocínio que eu. V. Ex<sup>a</sup> falou na escola ideal para o pobre, e eu defendi as Santas Casas – falei da Santa Casa do Rio de Janeiro para aproveitar a queixa do Noblat –, que são os hospitais para os pobres do Brasil, com todo aparato, com toda decência. Quero dizer aqui, debaixo de Cristo, que, sempre, eu como todos os médicos que operam em Santa Casa tínhamos com os pobres a mesma dedicação, a mesma ciência com que operávamos os ricos que podiam pagar. Então, como essa escola que V. Ex<sup>a</sup> imaginou, para nós, os hospitais Santas Casas cumpriam sua finalidade, chegavam ao pobre em igualdade de condições.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – E parar o apoio às Santas Casas é uma forma de corrupção. É para isso que quero chamar a atenção da

opinião pública, que manda inúmeros *e-mails*, achando que a corrupção é apenas aquela do comportamento imoral de alguns. Tem de ser combatido isso. E volto a insistir: não tenho estado omissos, mas oriento meu discurso indo além dessa corrupção no comportamento, tentando trazer para o debate a idéia da corrupção e da ética, portanto, nas prioridades. Um Governo que não dá apoio às Santas Casas, mesmo que ninguém nesse Governo roube, não está sendo ético. Quando aquele prédio do TRT de São Paulo foi construído, e um Senador aqui foi cassado porque se apropriou do dinheiro que deveria ir para aquela construção por um ato de corrupção no comportamento, ninguém viu que o simples fato de fazer um prédio de luxo num País sem água e esgoto é uma corrupção, mesmo que ninguém roubasse dinheiro do orçamento daquele prédio. Tirar dinheiro daquele prédio para uma pessoa é corrupção no comportamento, mas colocar dinheiro público naquele prédio de luxo, numa sociedade pobre é uma corrupção nas prioridades. E essa é tão grave e de consequências mais graves ainda do que a corrupção no comportamento dos políticos que se apropriam do dinheiro público.

**O Sr. Papaléo Paes** (PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Eu dou, com muito prazer, um aparte ao Senador Papaléo.

**O Sr. Papaléo Paes** (PSDB – AP) – Senador Cristovam Buarque, é com muita honra que recebo sua concessão para que eu possa fazer um comentário sobre o seu discurso. Primeiramente, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo comportamento ético, correto. Diante do fato de um companheiro seu, representante do Distrito Federal, estar sendo acusado de algumas irregularidades, avaliado e julgado nesta Casa V. Ex<sup>a</sup> se manteve de forma admirável. Isso faz com que V. Ex<sup>a</sup>, cada vez mais, tenha o nosso respeito nesta Casa.

Depois, quero fazer referência a diversos programas que V. Ex<sup>a</sup> conseguiu viabilizar em seu Governo, que serviram como laboratório, por meio de uma experiência bem-feita aqui no Distrito Federal, e foram aproveitados em outros Estados como programas do Governo Federal. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> e faço aqui uma referência especial ao programa Saúde em Casa. V. Ex<sup>a</sup> disse que no primeiro mês após o seu Governo esse programa foi extinto sem qualquer explicação a não ser a idéia de se economizar esse dinheiro, que havia sido muito bem aplicado, para construir obras de fachada, obras não condizentes com a realidade econômica e social da maioria da população brasileira. Quanto à Bolsa-Escola, programa que V. Ex<sup>a</sup> criou, pôs em prática e fez com que todos nós passássemos

a ver nele a salvação do nosso povo por meio da educação, atingindo a família mais carente, gostaria de dizer que com esse nome, como V. Ex<sup>a</sup> frisou muito bem, a família tinha o compromisso de responder na escola pela bolsa que recebia. Hoje, com o nome de Bolsa-Família, e acredito que isso se deveu a questões políticas, para descaracterizar a origem desse belo programa, hoje, como V. Ex<sup>a</sup> disse – estou sendo repetitivo –, pensa na família; deixou de pensar na escola e até as cobranças sobre a questão da escola diminuíram. Esse programa não apresenta a eficiência que tinha no tempo em que V. Ex<sup>a</sup> o instituiu e no início da execução dele programa pelo Governo Federal. Então, faço uma referência muito firme à corrupção. V. Ex<sup>a</sup> aborda, com muita propriedade, a corrupção que vai, diretamente, lidar com desvio de verba pública, com falcaturas, com roubalheiras e a corrupção intencional de desviar no sentido sem roubar dinheiro, mas que rouba esperança da população, destruindo aquilo que ela mais poderia esperar em termos de um caminho que levasse ao bem-estar da própria sociedade. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup>. Reconheço que sua presença engrandece todos nós e nos deixa sempre numa boa expectativa, quando V. Ex<sup>a</sup> discute um assunto que foi tema de sua campanha a Presidente da República e, com certeza, reconhecido por todos como o tema mais importante das campanhas eleitorais do último ano. Ficamos sempre esperançosos de que homens como V. Ex<sup>a</sup> possam, cada vez, mais lutar, ser perseverantes, persistentes e determinados para que nós tenhamos um país muito melhor, infinitamente melhor mediante a educação. Muito obrigado.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Eu é que agradeço.

Acho que V. Ex<sup>a</sup> não repetiu; agregou. No que diz respeito a certos aspectos, vamos precisar repetir muito. Não é fácil convencer as pessoas das coisas que não são vistas a olhos nus. É muito difícil, quando está tão visível a corrupção no comportamento dos políticos, mostrarmos que existe corrupção na própria prioridade da política. Repito: mostrar isso é muito difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Dei 10, não minutos, mas a nota. Jamais vou cortar a palavra de V. Ex<sup>a</sup> porque V. Ex<sup>a</sup>, em 183 anos de Senado, está entre aqueles que mais defenderam a educação: Pedro Calmon e Darcy Ribeiro.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O importante é mostrar à opinião pública, sobretudo à população mais pobre, o que existe debaixo dessa corrupção que vemos. Apodrecendo na superfície da política existe uma corrupção intrínseca, latente, por

baixo que, às vezes, não vemos, mas que é a que gera piores consequências para o futuro do País.

Quando um governo muda uma política que vinha dando certo por outra só por razões de locupletar-se, só por razões de ter mais prestígio, só por ter mais votos, quando sacrifica uma geração futura em nome de uma eleição próxima está fazendo corrupção sim. Vamos lutar para que não haja comportamento corrupto entre os políticos, mas lutemos também para que não haja prioridade corrupta na política. E, com essa, o Brasil está tão acostumado que aconteça que parece natural. Parece absolutamente natural não pôr dinheiro em água e esgoto, para colocar em um prédio de luxo, como aquele do TRT, desde que nenhum Senador ou juiz se aproprie de uma parte do dinheiro, como se só fosse corrupção, pegar o dinheiro público e colocar no próprio bolso; como se, pegar dinheiro, que deveria ir para os pobres, e jogá-lo para a elite beneficiar-se, não fosse um tipo de corrupção também. É corrupção também, e é corrupção do maior tipo; e é a corrupção que gera mais problemas, permanentemente.

Falo isso, como comecei dizendo, Senador Papa-léo, Senador Eurípedes, por conta da quantidade de *e-mails* que eu recebo. E fico feliz que o povo brasileiro esteja com essa indignação diante do comportamento de alguns políticos, ou até mesmo da suspeita de comportamento de alguns políticos. Mas, o que me preocupa é que não chegam *e-mails* sobre a corrupção nas prioridades, não chegam telefonemas sobre a corrupção nas prioridades; não chegam bilhetes sobre o fato de que vamos elaborar agora o Orçamento, que vai ser cheio de corrupção; não corrupção de comportamento apenas, pois só vamos descobrir depois, mas corrupção de prioridades que vamos saber no dia em que aprovamos, e, mesmo assim, vamos aprovar, porque não vê e porque não cheira, como diz o Senador Jarbas Vasconcelos.

Vamos despertar para a corrupção nas prioridades; mas, sobretudo, não deixemos que aconteça a pior de todas as corrupções, que é a do comportamento dos políticos em se fechar, e impedir que nós vejamos a corrupção

nas prioridades das políticas que, ao longo de toda a história da República brasileira, tem se repetido, ano depois de ano, quando fazemos os Orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

Atenção, vocês todos que estão preocupados com a corrupção no comportamento dos políticos! Acordem para a corrupção também nas prioridades das políticas! Definamos e cumpramos as políticas que vão servir para construir um país melhor.

Para concluir, Senador Mão Santa, não quero deixar de falar algo que V. Ex<sup>a</sup> considerou comigo an-

tes de começarmos a sessão. Está na hora de construirmos o “nosso Partido”. Porém, para mim, hoje, o “nosso Partido” não tem nada a ver com as nossas siglas. Que cada um fique na sigla do seu Partido, no sentido da organização política. Vamos construir um Partido no sentido da causa que defendemos.

V. Ex<sup>a</sup>, que lê tanto e que gosta tanto de história, lembra que o Partido Abolicionista não era um Partido do ponto de vista da organização? Não. Os Abolicionistas, os que compunham o Partido Abolicionista, estavam nos três Partidos de então: os Liberais, os Republicanos e os Conservadores. É certo que quase todo Republicano era Abolicionista; é certo que a maioria dos Liberais era Abolicionista; mas é certo também que havia muitos Abolicionistas entre os Conservadores. Era um Partido Transversal.

Sabemos que o processo eleitoral atrapalha a questão de se sair de um Partido para outro, do ponto de vista do Partido organizacional, do ponto de vista da sigla. No entanto, está na hora de constituirmos nesta Casa o Partido daqueles que querem cumprir com a ética no comportamento e nas prioridades: o “nosso Partido”, nosso no sentido de um grupo de pessoas, cada um filiado à sua respectiva sigla, até porque V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que a sigla depende mais das razões locais e eleitorais do que razão nacional de comportamento, de comprometimento de causa, mas criarmos um partido de causa, e não somente de organização.

Uma das coisas que está destruindo a credibilidade hoje da nossa Casa, do Senado, não é o comportamento de políticos; é a falta de causas em discussão aqui dentro, de bandeiras diferenciadas, de debates entre propostas alternativas. Não há mais isso. O Presidente Lula adotou as políticas do Governo anterior. Quando vemos a Oposição subir à tribuna é para fazer críticas, e não para fazer debates com as propostas do Governo Lula, porque são as mesmas.

Está na hora de voltarmos a debater causas. Está na hora de criar um partido daqueles que defendem as éticas, as duas éticas, a ética no comportamento e a ética nas prioridades.

Essa é a maneira como eu gostaria de concluir meu pronunciamento, a partir de uma provocação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, conversando anteriormente. Comecei com a provocação sobre os R\$2,50, o valor de uma consulta médica, para mostrar que isso é algo corrupto, do ponto de vista das prioridades e concluo falando da necessidade, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo falou, de termos um partido nosso, um partido das éticas e não apenas um partido da ética, como muita gente, hoje, sugere e que, acredito, não vale fazer um partido

da ética, porque, senão, todos temos que ser dele ou teremos que expulsar os que não entrarem nele.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Primeiro quero cumprimentá-lo por trazer esses temas ao debate do Senado. V. Ex<sup>a</sup> aqui quer, com as suas palavras e reflexões, sobretudo fazer com que o Senado Federal melhore muito naquilo que constitui o nosso dever, a responsabilidade como representantes do povo, legisladores e fiscalizadores dos atos do Executivo. E quando V. Ex<sup>a</sup> menciona a importância de aqui abraçarmos causas, e sendo V. Ex<sup>a</sup> um dos exemplos de quem abraça uma causa como a da universalização da educação de boa qualidade para todos os brasileiros, a causa da erradicação do analfabetismo o quanto antes, de que possamos ter boas escolas em todo e qualquer município, que possamos assegurar o bom ensino fundamental até o universitário e para todos, V. Ex<sup>a</sup> transmite um entusiasmo importante para todos nós, Senadores. Não estou tão pessimista quanto V. Ex<sup>a</sup> há pouco, transmitindo que aqui não estamos tanto discutindo as causas importantes para o povo brasileiro, porque V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo vivo de quem discute e aqui coloca diariamente tudo aquilo em que tanto acredita. Então, V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo vivo de que a situação não está tão ruim assim. Por outro lado, V. Ex<sup>a</sup> cita a questão da ética. Acho que isso não deve ser objeto de atenção de um partido; constitui obrigação de todos nós, dos 81 Senadores. Se, porventura, surgir uma situação em que qualquer um de nós tenha cometido falhas, erros, tenha agido de maneira que possa ser qualificada como atentando contra o decoro parlamentar, contra a ética, temos instituições no Senado Federal, na Constituição, no nosso Regimento Interno, a forma de lidar com isso. Por mais difícil que seja, para nós, avaliar o procedimento de colega nosso, de amigos nossos, de pessoas com quem aprendemos a conviver no dia-a-dia aqui, é nosso dever fazê-lo. Precisamos, sim, agir com toda isenção, responsabilidade e equilíbrio, solicitando as informações necessárias para tomar decisões por vezes graves. Mas isso constitui nosso dever e temos de fazê-lo.

Por outro lado, V. Ex<sup>a</sup> sabe tão bem, por todas as funções que assumiu ao longo de toda a sua vida, como intelectual, como professor, como reitor da Universidade de Brasília, como Governador do Distrito Federal, como Senador que tão brilhantemente tem sido aqui, como Ministro de Estado da Educação, que as responsabilidades de cada um têm de ser assumidas. Conseguimos fazer as coisas andarem muito bem

sobretudo quando o procedimento de retidão é o que caracteriza a vida de cada um de nós. O importante é que possamos agir no dia-a-dia de forma reta. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, quando uma pessoa, na chefia de qualquer organização, inclusive na chefia do Poder Executivo, age com retidão, as pessoas que trabalham em torno dela e que gostam de agir com retidão procuram se aproximar e se sentem bem em trabalhar daquela maneira. As pessoas que porventura imaginem que naquela organização poderiam tirar proveito de oportunidades para vantagens pessoais ou para quaisquer grupos acabam se inibindo, e vice-versa.

Isso está em *Desenvolvimento como Liberdade*, de Amartya Sen, quando ele relembra que, na China Antiga, 120 anos antes de Cristo, havia uma inscrição na pedra dizendo que, quando o instrumento da construção é reto, a madeira sai reta; da mesma maneira, quando o chefe da organização age com retidão, as coisas tendem a andar com correção, porque os que imaginavam tirar proveito acabam se inibindo e os que agem corretamente é que se entusiasma com o procedimento adequado. Por outro lado, se quem está à frente da organização começa a ser leniente, com procedimentos indevidos, então aqueles que agem com retidão tendem a se inibir e se afastar, e as ratzanas que se aproximam. É um lição importante do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen nesse livro tão proveitoso para todos nós: *Desenvolvimento como Liberdade*. Senador Cristovam, continue abraçando e defendendo as causas nas quais acredita, porque dessa maneira eu também me sentirei estimulado a defender as causas em que, V. Ex<sup>a</sup> sabe, tanto acredito. Não quero de maneira nenhuma deixar de fazê-lo; vou prosseguir.

Quero até lhe dar uma informação. Na próxima semana, farei uma visita, em Bangladesh, a uma pessoa com a qual convivi por alguns dias, recentemente...

*(interrupção do som)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> já esgotou os cinco minutos a mais do professor Cristovam Buarque.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Mas é que as palavras do Senador Cristovam foram muito estimulantes. Mas quero dar o exemplo de uma pessoa que abraçou uma causa extraordinária. Eu o conheci de perto e quis conhecê-lo ainda melhor. Vou fazer uma visita ao professor Muhammad Yunus, o Prêmio Nobel da Paz, em Bangladesh, por três dias. Terei alguns diálogos com ele. Vou conhecer a experiência do microcrédito e também conhecer mais uma pessoa que típica ou exemplarmente abraçou uma causa na qual tanto acredita. Que haja muitas pessoas no Senado

Federal abraçando causas dentro de cada partido, promovendo um debate mais frutífero para o interesse do bem-estar, da paz e da justiça do povo brasileiro. Meus cumprimentos.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, quero dizer que fiquei sete dias em Bangladesh com o professor Yunus, na sede do Grameen Bank. Sou um dos entusiastas da política que ele exerce.

Mas ele mostra como, neste mundo, às vezes, a gente consegue abraçar melhor uma causa fora do que dentro da política, e melhor fora do que dentro da academia. Quando ele voltou dos Estados Unidos a Bangladesh para ser professor, a idéia dele era defender a criação do novo país. Bangladesh tinha dois ou três anos ainda de existência como nação, porque antes era parte do Paquistão. Ele ficou como professor, até que um dia descobriu uma causa lá embaixo, em uma favela pela qual ele passava todos os dias, quando ia de sua casa à faculdade para ensinar economia, sem perceber que o problema estava ali. Até que ele despertou para isso e mudou o rumo da vida dele.

O senhor e eu saímos da academia para a política, mas ainda não conseguimos contaminar com essa causa. Quando o senhor diz, no início do seu aparte, que há causas aqui, acho que talvez o problema seja este: existem 81 causas; cada Senador tem a sua. Não temos o nosso partido, como falava Mão Santa um pouco antes. Então, não há debate. O senhor tem uma causa. Mas, quando o senhor e eu dizemos que temos uma causa, falamos sozinhos, não tem quem fique contra nem a favor. A gente não encontra, formando uma causa única, a causa das duas éticas: a causa da ética no comportamento e a causa da ética nas prioridades. A renda mínima é uma causa que ainda não contaminou do ponto de vista de fazer de cada um de nós um soldado ao seu lado. E é claro que a revolução pela educação é uma causa que não contaminou; todo mundo é a favor. Talvez até o defeito seja este: não tem inimigos. Em política, quando não se tem adversários, a causa não existe, está precisando encontrar.

Acho que não existem inimigos para a causa da revolução na educação porque as pessoas ainda não acreditam que ela vá acontecer. No dia em que as classes médias e altas deste País souberem que, para entrar numa faculdade, seus filhos terão que disputar, em condições de igualdade, com os filhos dos pobres, aí vai começar a ter gente contra. Isso ocorrerá quando a gente mostrar que vai acontecer com as faculdades o que já acontece no futebol: a população pobre é que termina entre os da Seleção, porque há igualdade na educação para o futebol. Bola é igual

uma a outra, mas lápis é diferente de computador, Senador Eurípedes Camargo. E existem as escolas do lápis e as escolas do computador, uma dos pobres e a outra dos ricos. Bola é a mesma para os ricos e para os pobres, por isso os pobres chegam à Seleção mas não chegam à universidade pública, gratuita, de qualidade, neste País.

Então, faltam causas que unifiquem blocos aqui dentro que se oponham a outros blocos, que disputem, que briguem, como foi no debate pela democracia, como foi no debate na época das grandes reformas de base. E isso não estamos tendo hoje.

Por isso, Senador Mão Santa, comecei e conclui com sua conversa e com seu discurso. Vamos fazer nosso Partido, o partido das duas éticas: a ética no comportamento dos políticos e a ética nas prioridades das políticas.

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> acabou de completar 45 minutos e isso, cada vez mais, lhe caracteriza como professor. É uma aula na didática e na pedagogia, com a qual todos nós aprendemos muito.

Mas, queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o último livro que li foi a entrevista de V. Ex<sup>a</sup> com Celso Furtado. Aprendi muito com o debate entre estas duas personalidades, aquele que criou a Sudene e foi Ministro da Cultura e V. Ex<sup>a</sup>.

Convido para usar a palavra o Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá.

Senador Papaléo, V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem direito a 20 minutos, mas jamais ousarei cortar-lhe a palavra, pois V. Ex<sup>a</sup> simboliza o melhor que há na ciência médica. Como médico, foi um grande benfeitor da humanidade; e, como pessoa, enriquece este Senado, tornando-o um dos melhores de sua história de 180 anos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, antes de iniciar o meu pronunciamento, fazer uma referência ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, em que tratou da questão da saúde pública no País. Realmente, a nossa saúde pública está cada vez mais debilitada. A realidade que se vê na grande mídia não é a realidade que o povo enxerga quando necessita ser atendido nos centros de saúde, nos postos de saúde, nos hospitais públicos. Por isso, V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem em trazer o tema para cá, citando a Santa Casa



como uma instituição que jamais poderá ser extinta. Essa instituição tem centenas de anos neste País – no caso, a Santa Casa do Estado do Rio de Janeiro, que foi um símbolo para todas as outras. Não pode jamais o Governo Federal, o Governo Estadual, o Governo Municipal, o próprio povo deixar fecharem essas instituições fundamentais para o atendimento da população mais pobre, mais carente e para a formação de profissionais. Não há um profissional dos bons tempos da formação da Medicina que não tenha passado por uma Santa Casa de Misericórdia. No meu caso, passei pela Santa Casa do Estado do Pará, que fica em frente à Faculdade de Medicina, é um hospital-escola; e V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, passou pela Santa Casa do Estado do Rio de Janeiro.

V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz ao trazer esse tema que nos preocupa muito, porque a solução não é a extinção, mas, sim, a manutenção e a melhoria, a recuperação dessas instituições que fazem saúde de uma forma séria, competente, e que seria, ou ainda é, a grande salvação do povo mais necessitado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acredito ser pacífico o entendimento de que os tributos representam o meio de que dispõem os Estados modernos para se financiarem, chamando os cidadãos que têm capacidade contributiva a participar do rateio das despesas inerentes à manutenção da máquina estatal, à prestação dos serviços públicos essenciais e ao custeio dos investimentos em infra-estrutura.

Encarado dessa forma, o pagamento de impostos, taxas e contribuições, mais do que um mal necessário, deve ser interpretado como um ato de cidadania consciente, de participação dos indivíduos e das empresas na gestão dos interesses da coletividade.

Acatada essa premissa, compete às sociedades, em contrapartida, buscar o progressivo aperfeiçoamento de seus sistemas tributários, perseverando no esforço de aproximarem-nos, cada vez mais, de um ideal de justiça.

Igualmente incontroversos parecem ser alguns dos preceitos fundamentais a alicerçarem essa noção de justiça tributária. Ela deverá estar consubstanciada em normas que, tanto quanto possível, assegurem, entre outras coisas: a distribuição dos encargos de forma proporcional à capacidade contributiva de cada um; a simplicidade do sistema – de modo que atender a suas exigências formais não passe a representar um ônus adicional para o cidadão –; e a imposição de maiores gravames sobre bens, gastos e atividades reputados inconvenientes desde o ponto de vista dos interesses coletivos, desonerando-se ao máximo os produtos, as despesas e as ações relevantes para o bem-estar dos indivíduos e da coletividade.

É exatamente com base no último preceito – de onerar o que é prejudicial e desonerar aquilo que é conveniente para a sociedade – que o Sistema Tributário Brasileiro, a exemplo do que se observa em outros Países, taxa pesadamente os produtos elaborados com tabaco ou permite deduções na base de cálculo do imposto de renda da pessoa física para as despesas com saúde e educação.

Sr. Presidente, foi no espírito de buscar o aperfeiçoamento de nosso sistema tributário, de garantir parâmetros mais justos para a participação dos cidadãos no rateio dos gastos do Estado brasileiro, que apresentei à consideração da Casa, dias atrás, os Projetos de Lei nºs 337 e 340, de 2007.

O PLS nº 337 objetiva permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de despesas com material escolar. O PLS nº 340, por seu turno, pretende tornar dedutíveis, da base de cálculo do mesmo imposto, os pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.

Estou convicto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de que os comandos legais contidos nas proposições legislativas em comento apresentam nítido conteúdo de justiça tributária, ao desonerar despesas de fundamental importância para a educação e para a manutenção ou recuperação da saúde dos contribuintes do imposto de renda e de seus dependentes.

No que concerne ao material escolar, é importante ressaltar a pesada carga fiscal que já incide sobre esse gênero de produtos. Como tive a oportunidade de mencionar na Justificação que acompanha o PLS nº 337, o jornal *Folha de S. Paulo*, em edição eletrônica do dia 5 de fevereiro do corrente ano, reportou-se a estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), segundo o qual o material escolar, no Brasil, suporta carga fiscal média da ordem de 39,6%.

Investigando, em 23 dos itens mais procurados pelos estudantes, o preço médio, a carga tributária e o preço pelo qual seriam vendidos, caso sobre eles não incidissem tributos, a pesquisa do IBPT chegou a dados que chamam atenção.

Verificou-se, por exemplo, que a caneta é o produto mais onerado, pois, vendida a 60 centavos, em média, teria seu preço reduzido para apenas 31 centavos, caso não fosse tributada. Isso significa que quase 49% do preço final desse produto consistem em impostos. A régua ocupa o segundo lugar desse *ranking*, suportando quase 46% de taxa. Em seguida, aparece a agenda escolar, o apontador e a borracha, todos onerados em mais de 44%. A cola carrega quase 44% de impostos; o estojo, mais de 41%; e o fichário, mais de 40%. Ao comprar um caderno universitário ou

um lápis, mais de 36% do preço pago pelo estudante destina-se, na verdade, ao fisco. No caso das mochilas, são quase 41%.

Ao lançar mão dessas comparações entre os preços que os estudantes atualmente pagam pelo material escolar e aqueles que pagariam caso esses produtos fossem isentos de impostos, não estou, evidentemente, sugerindo a supressão de toda a carga fiscal incidente sobre material escolar. Sei bem que uma proposta com esse conteúdo seria demagógica e impraticável, pois não se pode, de modo leviano, privar o Estado de suas fontes de arrecadação. Há que se convir, contudo, que são índices de taxação excessivamente elevados em se tratando de itens indispensáveis a uma atividade de tão relevante interesse social quanto o é a educação.

Foi a partir dessa percepção que elaborei o PLS nº 337, objetivando oferecer uma compensação pecuniária, principalmente aos pais dos estudantes, que vêm a ser, em última análise, os contribuintes de fato dos impostos embutidos no preço do material escolar.

Assim, o Projeto de Lei prevê a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, do pagamento de despesas com material escolar do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual equivalente à metade do previsto com as despesas de instrução. Aprovado o Projeto, os contribuintes do imposto de renda poderão deduzir de sua base de cálculo as despesas com material escolar até o valor de R\$1.240,33 no ano-calendário de 2007, R\$1.296,15 no ano-calendário de 2008, R\$1.354,47 no ano-calendário de 2009 e R\$1.415,42 a partir do ano-calendário de 2010.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não me nos justa me parece a dedução prevista no Projeto de Lei nº 340, que beneficia os pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.

Tal como acontece nos demais ramos da atividade científica, as ciências da saúde experimentam, nos dias que correm, uma evolução que não pode ser qualificada senão como vertiginosa. Evolui a compreensão da fisiologia humana e dos processos patológicos. Evoluem, na mesma proporção, as formas de terapia disponíveis para enfrentar os distúrbios e as moléstias que nos acometem. Cresce, também, a integração entre os diversos ramos das ciências da saúde.

Nesse contexto, as atividades físicas orientadas pelo profissional competente vêm-se firmando, ao lado da fisioterapia, como complemento e, em muitos casos, como a principal terapia para a prevenção e a erradicação de moléstias de diversas índoles e etiologias. Diversas áreas da Medicina especializada – entre as

quais a ortopedia, a cardiologia, a angiologia, a psiquiatria – vêem as atividades físicas bem orientadas como importante fator curativo, muitas vezes até em substituição a tratamentos invasivos ou radicais, como os atos cirúrgicos. Cabe salientar, ademais, na prática de atividades físicas adequadas ao perfil de cada indivíduo, a inexistência de efeitos colaterais indesejáveis, diferentemente do que ocorre com as drogas medicamentosas.

Sr. Presidente, o trabalho do profissional de educação física promove a capacidade de movimento e previne a intercorrência de processos patológicos, concorrendo, outrossim, para a reabilitação orgânico-funcional.

Ora, se é unânime o reconhecimento de que as possibilidades de terapia assumem, na modernidade, um amplo espectro de alternativas, não há justificativa para não estender a permissão para deduzir da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física as despesas com tratamento fisiológico, tal como hoje se permite fazer com os pagamentos efetuados a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais.

A crescente aceitação de que a idéia de que diferentes formas de terapia devem ser utilizadas na busca pela saúde integral do indivíduo está refletida, por exemplo, nas acaloradas discussões que, nos últimos tempos, vinham sendo travadas a respeito da definição do “ato médico”.

É fundamental deixar bem claro que o Projeto submetido à consideração de V. Ex<sup>as</sup> não pretende criar benefício fiscal para a simples prática de exercício físico, embora se possa tranqüilamente afirmar que ele sempre terá efeito preventivo das doenças. O objetivo visado pelo PLS nº 340 é – isto sim, e muito claramente – o exercício físico ministrado sob orientação profissional por expressa recomendação médica, como terapia integrante de um tratamento claramente definido em laudo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a elevação do nível educacional e a promoção da saúde são, indiscutivelmente, dois dos propósitos que devem ser perseguidos com maior tenacidade por qualquer Nação. Portanto, a desoneração do material escolar e dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica constitui medida de cristalina justiça tributária.

Esse é o objeto dos Projetos de Lei nºs 337 e 340, que tenho a honra de trazer à discussão deste colendo Plenário. Confio, portanto, no apoio de meus ilustres Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação dos projetos que apresentei nesta Casa.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Papaléo Paes, fico muito feliz pelo tema da sua fala e pela sua proposta. Eu somente queria chamar atenção para dois pontos. O primeiro ponto é que creio que educação e saúde são fundamentais, mas faço uma pequena distinção: sem saúde, ninguém estuda. A saúde é a base, mas não é transformadora da sociedade. Ela é uma necessidade em si da sociedade, como a economia. Ela é uma base necessária, um ponto sem o qual não temos como caminhar, embora quem faça caminhar seja a educação. A saúde é o solo, o alicerce, e a educação é o que faz florescer. O segundo ponto é com relação a sua fala sobre isenção de impostos, que acho muito positiva. O que me preocupa é que a parte do imposto de renda beneficiará apenas 18% da população, aqueles que possuem renda para declarar; 82% nem declaram e ficarão fora disso. Se reduzirmos o ICMS dos produtos educacionais, beneficiaremos um número bem maior, mesmo assim em quantidades muito diferentes. Para se ter idéia, a quantia de R\$1,3 mil, que seria o máximo de isenção... É verdade que para mais de um filho. É o total, não é isso?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – É o total.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – É o total. Mas só para se ter uma idéia, o total para cada família é mais do que se gasta, durante um ano inteiro na educação básica de qualquer criança. Nós estamos gastando R\$1,1 mil por criança, incluindo salário, prédio, escola... Tudo dá R\$1,1 mil. Então, esse é um bom projeto, sobretudo para este momento, mas ele ainda não aponta para a revolução da escola igual para ricos e pobres, para todos, o que – penso que V. Ex<sup>a</sup> está de acordo com isso – deve ser o objetivo final de cada um de nós. Trata-se de um projeto positivo, mas é um projeto que não traz a dimensão que precisamos da igualdade educacional para todas as crianças brasileiras.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Concorde com V. Ex<sup>a</sup>. Nossa ansiedade faz com que procuremos algum apoio no sentido de tentar equilibrar parte das injustiças que ocorrem nesse desconto no imposto de renda, que seria uma forma de contemplar aqueles que fazem seu investimento familiar na educação, aqueles que ainda têm condições financeiras para fazer isso.

Basicamente, este projeto, como V. Ex<sup>a</sup> falou muito bem, não alcança o baixo poder aquisitivo. Ele

alcança aquela família que tem um poder aquisitivo que proporcione a compra de material escolar, que é um percentual da sociedade que incluímos principalmente na classe média. Essa classe média, que, a cada dia, está deteriorando seus salários, sua condição de viver com dignidade como vivia há 20, 30 anos. Então, atinge frontalmente a necessidade da classe média e vem fazer justiça àqueles que fazem investimento na educação, mas não são reconhecidos pelo gestor, pelo Governo Federal, por fazerem aplicação de seus salários, de seus recursos na educação.

Portanto, esses valores propostos aqui isentariam, aquele contribuinte que investe na educação para seus filhos, da tributação, da ferrenha, da injusta, na maioria das vezes, tributação que o Governo faz em cima do seu salário. A intenção seria justamente essa. Concorde plenamente com V. Ex<sup>a</sup> e digo que a educação é fundamental para prevenirmos doenças. Quando se busca a saúde, quando se busca corrigir, por meio de tratamento médico, o estado de um paciente, já é consequência de uma doença. Mas, se tivermos uma boa educação, com certeza absoluta, teremos menos doença, teremos menos necessidade de gastar na Medicina curativa. Então, a educação é até muito mais importante na Medicina preventiva.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Papaléo Paes, que trouxe ao debate tributo à educação e saúde, convidamos para usar da palavra o orador inscrito, Senador pelo Estado de São Paulo, Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Se o Senador Gilvam Borges preferir falar antes, eu concederia... (Pausa.)

Agradeço se V. Ex<sup>a</sup> puder, porque estou...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós estamos diante de dois gentis Senadores, um trocando gentileza com o outro.

Então, o Senador Suplicy vai ter de desligar o telefone celular e falar para o País.

Antes, queria recomendar a V. Ex<sup>a</sup> a leitura do livro do Professor Yunus, o Banco do Povo, o Grameen Bank. Também há um videocassete. Ele deu uma conferência aqui que foi gravada. Ele se submeteu a um debate com os jornalistas. E é minha experiência, que criei um banco do povo no Estado do Piauí, e do Governo de Mário Covas.

Esse é um sistema tão fundamental que, de repente, ele estava diante de Hillary Clinton, esposa

de Bill Clinton. Chegou a idéia, e Bill Clinton não quis encampá-la, pelas pressões que receberia dos bancos norte-americanos. Mas a pobreza existe até nos Estados Unidos. Ele orientou que Hillary Clinton o encaminhasse a todos os secretários, para que aquele projeto/programa do Grameen Bank fosse também incluído nas zonas pobres dos Estados Unidos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Tal como V. Ex<sup>a</sup>, também recomendo a todos os Senadores *O Banqueiro dos Pobres*, sobre o Banco do Vilarejo, o Grameen Bank. Conheço o livro, já o li. Está na bibliografia do meu curso. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, às sextas-feiras à tarde, dou aula na Fundação Getúlio Vargas, no seminário denominado: “Os instrumentos de política econômica para construirmos uma sociedade civilizada e justa”.

Tive a oportunidade de conhecer o professor Muhammad Yunus quando, no ano 2000, convidado que foi pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e pela Sr<sup>a</sup> Ruth Cardoso, eu estive presente às palestras dele no BNDES sobre o microcrédito. No mês passado, fui convidado pelo Professor Götz Werner, da Alemanha, da Universidade de Karlsruhe, e estive, juntamente com o professor Muhammad Yunus, em duas palestras: a primeira, no Prêmio Visão de 2007, em que o professor Götz Werner, que escreveu o livro *Uma Renda para Todos* – também uma pessoa que acredita que se possa estabelecer uma renda universal para os 80 milhões de habitantes da Alemanha -, convidou tanto a mim quanto ao Professor Muhammad Yunus para que ali fizéssemos um debate sobre o microcrédito e a renda básica como direito à cidadania para todos os povos e países. Foi nessa ocasião que interagi com o Professor Muhammad Yunus e disse a ele que gostaria de conhecer pessoalmente a experiência lá em Bangladesh.

Em decorrência desse diálogo, recebi o convite – aliás, três convites...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Posso interrompê-lo?

V. Ex<sup>a</sup> já me convidou para ir ao Haiti. V. Ex<sup>a</sup> já me convidou para ir ao Iraque. Para esse país, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me convidasse, porque estudei o Professor Yunus. Não sou mestre da Fundação Getúlio Vargas como V. Ex<sup>a</sup>, mas quero dizer que fui aluno. Quando dirigi o Estado do Piauí, fiz um desenvolvimento extraordinário da Uespi e convidei a Fundação Getúlio Vargas para supervisionar. Eles deram um curso de Gestão Pública, e eu me inscrevi. Então, sou aluno da Funda-

ção que V. Ex<sup>a</sup> citou. Eu o acompanharia. V. Ex<sup>a</sup> já me convidou uma vez para o Haiti, na guerra, e também para o Iraque; mas, para esse aí, se V. Ex<sup>a</sup>, com o seu prestígio, me convidar, eu o acompanharei.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex<sup>a</sup> quiser me acompanhar, eu devo ir na quinta-feira à tarde para obter o visto de ingresso em Bangladesh. Como aqui ainda não temos a embaixada e o serviço consular, na sexta-feira passarei em Londres, para ali, na Embaixada de Bangladesh, obter o visto e, no sábado, prosseguir a viagem para Bangladesh, onde, por três a quatro dias, dialogarei com o Prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus, indo ao Grameen Bank conhecê-lo de perto, como o fez o Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, atenderei ao convite do Embaixador e do Parlamento da Coreia do Sul, para dialogar com os membros daquela Casa em Seul, também por três ou quatro dias.

Depois, atendendo ao convite da Rede Parlamentar do Banco Mundial, estarei em Maputo e Moçambique, visitando diversos lugares de Moçambique para acompanhar quais são os programas de combate à pobreza.

Considerarei também, Senador Mão Santa, que preside esta sessão, atender ao convite que me foi feito reiteradamente agora pelo Parlamento Nacional do Iraque, para expor sobre a renda básica de cidadania aos iraquianos. Entretanto, recebi um telefonema, uma mensagem do Ministro Celso Amorim, que se encontrava no exterior, e uma carta escrita pelo Ministro de Relações Exteriores interino, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, recomendando fortemente que eu não fosse agora, devido ao estado de guerra civil em que se encontra o Iraque e as ruas de Bagdá. Até na denominada área verde, onde se encontra o Parlamento, houve explosões de bombas e foguetes nas últimas semanas e dias. Ontem houve notícia de mais de 150 mortes no Iraque, e o embaixador me recomendou fortemente para não ir agora.

Inclusive gostaria de ressaltar que tenho a convicção profunda de que a instituição de uma renda básica de cidadania seria um instrumento formidável para que o Iraque criasse as condições para sua efetiva democratização e pacificação. Por isso, quero muito ir até lá, mas também não posso deixar de atender à recomendação do Ministro de Relações Exteriores. O Embaixador brasileiro me acompanharia na viagem, assim como um dos dirigentes da Câmara de Comércio Brasil-Iraque, mas não desejo desobedecer

a recomendação tão forte, porque o Ministro Celso Amorim e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães me disseram que, se porventura ocorrer um acidente ou incidente comigo lá, isso poderia representar um problema não apenas para mim, mas para o Governo brasileiro. Então, vou atender à recomendação de ir numa oportunidade mais adequada.

Sr. Presidente, nesta tarde, encaminharei à Mesa do Senado Federal um requerimento em que peço licença para visitar esses países.

A propósito do Iraque, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que foi publicado ontem, no jornal *The New York Times*, um editorial de grande importância, pois se trata do principal órgão de imprensa norte-americana, conclamando os Estados Unidos da América, conclamando o Governo americano a sair do Iraque, a deixar aquele país, a programar a saída do Iraque, uma vez que nitidamente está comprovado que houve erro por parte das autoridades norte-americanas quando resolveram utilizar de meios bélicos, com base numa hipótese que depois não se viu como verdadeira, de que haveriam armazenadas ali, naquele país, armas de destruição em massa. Comprovou-se depois que isso não era verdade, mas o Governo dos Estados Unidos, ainda assim, resolveu usar de meios bélicos para derrubar o Presidente Saddam Hussein.

Nós, brasileiros, que soubemos, por meios não bélicos, mas por manifestações do povo saindo às ruas,... E ainda mais, Sr. Presidente, levando-se em conta que, no início de 2003, em todas as cidades importantes do mundo, milhões de pessoas – se somarmos todas – saíram às ruas conclamando George Walter Bush a não usar meios bélicos. Toda aquela energia poderia chegar às ruas de Bagdá, transmitindo-se ao povo – como nós fizemos aqui no Brasil – um pedido para acabar com a ditadura por meios pacíficos. Por que não seguiram nosso próprio exemplo? Seria possível. Era uma questão de mais ou menos tempo.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Valter Pereira.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> sempre discutiu os problemas mais graves que afetam a humanidade. Às vezes, V. Ex<sup>a</sup> vem em socorro dos pobres, dos oprimidos; às vezes, como agora, vem em defesa da liberdade, do respeito à dignidade do ser humano. Quero aqui – ao intervir no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> – dizer-lhe de minha estranheza; acredito que também da estranheza

de todos os parlamentares que acompanham o cenário internacional. Refiro-me ao fato de as Nações Unidas não tomarem uma posição para coibir a carnificina que essa intervenção americana está produzindo no Iraque. Infelizmente, ilustre Senador, as maiores vítimas hoje no Iraque são crianças inocentes e mulheres indefesas. É lamentável que a ONU ainda não tenha acordado para pôr fim nisso, para chamar seu filiado, os Estados Unidos, cujo governo, devemos reconhecer, embora comande uma nação democrática, tem caráter extremamente autoritário e perverso, comandado pelo Presidente Bush. Esse pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> deve efetivamente ser feito aqui. Deve todo país civilizado levantar sua voz em socorro das vítimas de uma guerra cuja justificativa, como bem V. Ex<sup>a</sup> está pontuando, foi lastreada na farsa e na mentira.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Senador Valter Pereira, queria recordar alguns episódios até para que possamos ser justos com respeito à ONU.

Ao final de 2002, início de 2003, antes das primeiras ações bélicas dos Estados Unidos para a derubada do Presidente Saddam Hussein ou daquele ditador, naquela ocasião, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, realizou, sim, esforços, tentando persuadir os Estados Unidos, que então agiram unilateralmente; eles não agiram com o apoio da Organização das Nações Unidas para fazer aquela ação bélica. E muito se procurou fazer. V. Ex<sup>a</sup> há de recordar que havia a missão da ONU que então estava procurando as armas de destruição em massa. E o relatório daquela missão apontou que elas não existiam. Mas, sim, V. Ex<sup>a</sup> tem razão no sentido de que pode a ONU redobrar seus esforços para que haja um fim na guerra civil, que não pára, no Iraque.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – E há um problema. V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando diz que a ONU se posicionou. Formalmente, tomou a posição que deveria ter tomado e interpretou ali o pensamento e as aspirações da comunidade internacional. Todavia, é preciso reconhecer que a guerra está adquirindo outros contornos. Há hoje um contingente ampliado. Os Estados Unidos estão reforçando suas tropas naquele país como se, por meio dessa intervenção, fossem conseguir restabelecer a paz. Na verdade, não buscam a paz; o que a América busca ali é preservar os seus interesses, meramente. E, nesse momento em que ganham maior intensidade os combates, em que multiplicam as vítimas que nada têm a ver com a deflagração desses combates, é preciso que a ONU

não interrompa, porque, na verdade, a ONU tomou a posição que todos esperavam, ou seja: condenou a guerra, fez a investigação e depois cruzou os braços; mas essa atitude é que precisa ser cobrada. Eu acho que é hora de a ONU voltar a discutir uma intervenção política, não uma intervenção militar. É preciso enfrentar essa obstinação bélica do Presidente Bush.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)**

– Gostaria também de observar, Senador Valter Pereira, que, ainda há poucos dias, uma das autoridades do Governo australiano observou que uma das razões pelas quais a Austrália acabou partilhando da ação bélica, junto com os Estados Unidos da América e a Espanha, que depois deixou de fazê-lo, bem como o Reino Unido e a Itália, que também deixaram de fazê-lo, foi assegurar o fornecimento de petróleo ao seu país, portanto, mostrando interesse que não seria propriamente o de democratizar o Iraque.

Desejo também ressaltar que algumas pessoas nos Estados Unidos, inclusive candidatos à Presidência, estão sugerindo que o Iraque siga o exemplo tão bom de um dos Estados norte-americanos, o Alaska, onde também há a riqueza do petróleo. Sugerem que o Iraque crie um fundo como o Fundo Permanente do Alaska, que paga a todas as pessoas, há mais de 25 anos, um dividendo, uma espécie de renda básica de cidadania, que iria beneficiar a todos os iraquianos, o que contribuiria enormemente para que houvesse justiça e paz efetiva, democratização econômica efetiva naquele país. Espero que isso ainda possa acontecer.

Achei muito positivo o editorial do *The New York Times*, cujos trechos principais foram publicados pelo jornal Folha de S. Paulo. Requeiro a transcrição desse editorial que propõe o fim da presença bélica, a presença militar, dos Estados Unidos naquele país.

Sr. Presidente, apresento também um requerimento que visa a paz para uma das áreas do Brasil que, ultimamente, vem sofrendo problemas sérios de violência. Encaminho a V. Ex<sup>a</sup> um requerimento, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, para inserir em Ata Voto de Aplauso, congratulações e êxito relacionados com a 15<sup>a</sup> Edição dos Jogos Pan-Americanos, que, do dia 13 a 29 do corrente, se realizará na cidade do Rio de Janeiro.

Esses votos vão para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o Ministro dos Esportes, Orlando Silva de Jesus Júnior; o Comitê Organizador dos Jogos, na pessoa de seu Presidente, Carlos Arthur Nuzman; os atletas, obviamente, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa de seu Governador, Sérgio Cabral;

e a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, na pessoa do Prefeito, César Maia, porque todos temos sido testemunhas do empenho de todas essas autoridades e daqueles que com elas estão colaborando para o sucesso dos Jogos Pan-Americanos.

De 13 a 29 deste mês, os olhos do mundo se voltarão para a cidade do Rio de Janeiro, onde mais de 5.600 atletas, representando 42 países e 34 modalidades esportivas, unem-se em uma só nacionalidade: a do esporte. Durante 16 dias, esses atletas estarão em busca de seus melhores resultados nas quadras, pistas, campos, piscinas do Rio 2007. Esses jogos serão marcantes para a história do esporte brasileiro. Cerca de 50% dos custos de obras e dos investimentos envolvidos no Pan foram financiados pelo Governo Federal.

Ao longo de mais de 50 anos, os Jogos Pan-Americanos jamais deixaram de ser disputados e passaram por cidades de todos os cantos do continente, desde o extremo Norte como Winnipeg, no Canadá, sede de duas edições do evento – 1967 e 1999 –, até o Sul, como Mar Del Plata, na Argentina, que sediou os jogos em 1995.

A competição já foi também realizada duas vezes na cidade do México; em Chicago, nos Estados Unidos; em São Paulo, Brasil; em Cali, na Colômbia; em San Juan, Porto Rico; em Caracas, na Venezuela; em Indianópolis, nos Estados Unidos; Havana, em Cuba; e Santo Domingo, na República Dominicana.

O Brasil sedia a competição pela segunda vez, como já ocorreu com Argentina, Canadá, Estados Unidos e México. A primeira edição brasileira foi a dos IV Jogos Pan-americanos, em 1963, na capital paulista, dos quais participaram 1.665 atletas de 22 países. O evento foi um sucesso, mobilizando a cidade a ponto de reunir cerca de 40 mil pessoas na cerimônia de abertura no Estádio do Pacaembu.

Receber uma edição dos Jogos Pan-Americanos é muito mais do que realizar uma megacompetição esportiva. Para a cidade, o estado e o país que a organizam, e mesmo para o continente americano, significa realizar um evento que promove mudanças socioeconômicas profundas que ficarão para sempre. Os jogos mudam definitivamente a cidade que o sedia. Basta ver o que aconteceu com a capital sul-coreana Seul e a cidade espanhola Barcelona, revitalizadas em diversos aspectos após os Jogos Olímpicos de 1988 e 1992. Com o Rio 2007 é possível ver mudanças no cenário mesmo antes do início das competições.

Recentemente, em janeiro último, estive em Pequim e pude ver o entusiasmo das pessoas com a preparação dos jogos olímpicos que lá se realizarão em 2008. Estádios, quadras, ginásios, lugares para as competições esportivas e a Vila Olímpica, que vai receber mais de 20 mil atletas em Pequim, mobilizam energias de maneira muito positiva, como estamos vendo no Rio de Janeiro.

Os Jogos irão estreitar os laços do Rio de Janeiro e do Brasil com os países da América, além de dar experiência à cidade na condição de sede de acontecimentos desse porte. O Rio será exibido mundialmente como uma cidade com capacidade de organização e dona de uma riqueza esportiva, artística, cultural e natural. Acima de tudo, ficará a memória de um momento especial, quando forem reunidos atletas de todas as Américas para uma confraternização histórica em torno dos valores do esporte.

Quero aqui conclamar todos os brasileiros para juntos vivermos o *slogan* dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 – Viva essa energia! –, inspirado no primeiro dos quatro valores olímpicos: “Alegria em participar”, “Esperança”, “Sonhos e inspiração”, e “Amizade e *fair play*”.

Nossos atletas, como Daiane dos Santos, na ginástica; Átila Augusto Prado, no futebol; Flávia Delaroli e Kara Joyce, na natação; Fernando Firmino, no ciclismo; Marquinhos, Alex e Marcelino, entre outros, no basquete; Flávio Saretta, no tênis; Washington Silva e James Dean, no boxe; Waleska, Mari, Jaqueline e Sheila no vôlei feminino, e tantos outros, podem ter a certeza de que nós, Senadores, assim como todos os brasileiros, estaremos torcendo para que todos tenham o melhor desempenho na conquista do ouro para o Brasil.

Será muito importante também, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, que o povo do Rio de Janeiro acolha os atletas e os torcedores de todos os países das Américas de forma amistosa e cordial, colaborando com as autoridades responsáveis pela segurança, considerando que os Jogos Pan-Americanos proporcionarão melhores oportunidades econômicas para toda a população da cidade. Que possam todos viver dias de tranquilidade, regozijo, paz e fraternidade, que tipicamente constituem os ideais olímpicos de paz e amizade.

Quero dizer uma palavra especial ao Governador Sérgio Cabral, ao seu secretariado, ao Prefeito César Maia, ao Ministro Orlando Silva, ao Presidente Lula e ao Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos

Arthur Nuzman: quão é importante que eles possam levar adiante esses objetivos que todos nós estamos acompanhando.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo uma palavra de como todos nós, Senadores, estamos acompanhando as negociações de diversas categorias de servidores federais, como, por exemplo, os servidores do CNPq, que hoje nos visitam nos nossos gabinetes e que estão nas galerias; os servidores do Incra; os servidores do Ministério da Cultura; os servidores do Ministério da Agricultura; os servidores da Infraero, aqueles todos que trabalham nos aeroportos brasileiros, uma vez que, sobretudo o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, é responsável pela secretaria, pelas relações com as mais diversas categorias. Há categorias que foram contempladas com ajustes e outras que, há oito anos, não têm ajustes nos seus rendimentos. Isso acabou provocando problemas. Acredito que possa haver, da parte do Ministro Paulo Bernardo, com a orientação do Presidente Lula, um esforço de entendimento para que as diversas categorias de servidores concluam a paralisação de trabalho em cada um dos órgãos em que trabalham.

Assim, Sr. Presidente, quero transmitir uma energia positiva para que as reuniões que se realizarão nesta semana possam dar bons frutos. Também quero assinalar a importância da audiência pública que a Ministra Marina Silva terá amanhã na Comissão do Meio Ambiente, quando virá aqui nos falar com grande preocupação da parte dos servidores do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, do Instituto dos Servidores do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, do Instituto Chico Mendes; e vamos ouvir com atenção os argumentos, as observações da Ministra Marina Silva, bem como dos responsáveis pelo seu Ministério, do Ibama e do Instituto Chico Mendes para que cheguemos a uma conclusão positiva sobre como organizar melhor aquele Ministério e os institutos responsáveis pela preservação do meio ambiente e das florestas brasileiras.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**MULTIMÍDIA****The New York Times****Manter ocupação  
é uma traição dos  
EUA ao mundo**

Leia a seguir trecho do editorial do "New York Times" de domingo, intitulado "O caminho para casa":

É hora de os Estados Unidos deixarem o Iraque sem mais demora, a não ser o tempo de que o Pentágono precisa para organizar uma partida ordeira.

Como muitos americanos, adiamos essa conclusão, aguardando um sinal de que o presidente Bush estivesse tentando seriamente tirar os Estados Unidos do desastre que criou ao invadir o Iraque sem motivo suficiente, diante de oposição global e sem um plano para estabilizar o país.

Num primeiro momento, acreditamos que, após destruir o governo, Exército, polícia e estruturas econômicas do Iraque, os EUA tinham a obrigação de tentar alcançar algumas das metas que Bush afirmava buscar, sobretudo a de construir um Iraque estável e unificado. Quando ficou claro que ele não possuía nem a visão e nem os meios para isso, argumentamos contra marcar uma data para a retirada americana enquanto ainda havia alguma chance de mitigar o caos que quase certamente a seguiria.

**Causa perdida**

Enquanto despreza prazos finais, Bush não parou de prometer avanços — após as eleições,

após a Constituição, após enviar milhares de soldados a mais. Mas esses marcos ficaram para trás sem que fosse feito qualquer avanço em direção a um Iraque estável ou a uma retirada. Está assustadoramente claro que o plano de Bush é levar a situação enquanto for presidente e depois despejar a confusão nas costas de seu sucessor. Seja qual fosse sua causa, ela está perdida.

Os líderes que Washington apoiou são incapazes de colocar os interesses nacionais acima do acerto de contas sectárias. As forças de segurança que Washington treinou se comportam como milícias sectárias. As forças militares adicionais enviadas à região de Bagdá não conseguiram mudar nada.

Continuar a sacrificar as vidas de soldados americanos é errado. A guerra está solapando a força das alianças e das forças militares do país. Ela é um perigoso desvio de atenção da luta de vida ou morte contra o terror. É um ônus sobre os contribuintes americanos e uma traição ao mundo, que precisa da aplicação sábia do poderio e dos princípios americanos.

A maioria dos americanos chegou a essas conclusões meses atrás. Mesmo na polarizada Washington, as posições em relação à guerra já não se dividem por linhas partidárias. Quando o Congresso voltar a se reunir, nesta semana, a questão de como tirar as tropas americanas da guerra deve figurar em primeiro lugar em sua pauta. [...]

Este país está diante de uma escolha. Podemos permitir que Bush continue a arrastar esta guerra sem final e sem objetivo. Ou podemos insistir que as tropas americanas sejam retiradas no menor prazo e com a maior segurança que pudermos assegurar — com o maior esforço possível para impedir que o caos se alastre.



*National Assembly of the Republic of Korea*

May 1, 2007

The Honorable  
Eduardo Suplicy  
Senator ..  
Federative Republic of Brazil

Dear Mr. Senator,

First of all, allow me to pay my respects to you for your keen interest in promoting friendly ties between the parliaments of Korea and Brazil. On behalf of the National Assembly of the Republic of Korea, I would like to extend an official invitation for you to visit the Republic of Korea at a mutually convenient time.

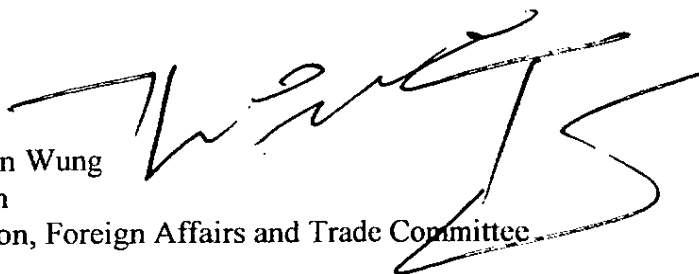
I am confident that your visit to Korea will greatly contribute to further consolidating the strong bilateral friendship and cooperation that have existed between our two nations.

Should you accept our invitation, I would like to suggest that the details of your visit be worked out through our diplomatic channels.

Looking forward to welcoming you soon in Seoul, I offer you, Mr. Senator, the assurances of my highest regards.

Sincerely,

KIM Won Wung  
Chairman  
Unification, Foreign Affairs and Trade Committee



**SENADO FEDERAL****Gab. Senador Eduardo Suplicy**

Dear Senator Suplicy

The preparation for your visit to Bangladesh has begun. From our end, Ms Nurjahan Begum, General Manager of Grameen Bank and the Head of International Programs will be the person responsible for your stay in Bangladesh including visits to the field sites, and will work with you on your program in Bangladesh. The email addresses for Ms Nurjahan Begum are [nurjahan-gs@grameen.com](mailto:nurjahan-gs@grameen.com) and [g\\_iprog@grameen.com](mailto:g_iprog@grameen.com). Her cellular phone number is + 880 171 1 539964 . She is copied on this mail, and is fully briefed about your visit.

She will be in touch with you regarding the proposed program. I will let you know about the times of your meeting with Professor Yunus.

Look forward to hearing back.

Regards.

Lamiya

At 04:22 AM 6/30/2007, Sen. Eduardo Suplicy wrote:

Dear Professor Muhammad Yunus and Ms. Lamiya Morshed,  
Thank you for your message. I confirm my intention of visiting Bangladesh from July 15<sup>th</sup> to 18<sup>th</sup>. I'd appreciate if you may tell me about what would be the best form to know the microcredit experience in Bangladesh; perhaps visiting different places, but not too many, in those few days. I would like to have the opportunity of visiting the university where Professor Yunus belongs and in which he developed his experience. If you consider proper, I will be ready to have a conversation with the professors and students about Brazil, our microcredit experience, as well as about the Citizen's Basic Income.  
My best regards,  
Senator Eduardo Matarazzo Suplicy

---

**De:** [lamiya@grameen.org](mailto:lamiya@grameen.org) [<mailto:lamiya@grameen.org>] **Em nome de** Lamiya Morshed  
**Enviada em:** sexta-feira, 29 de junho de 2007 14:45  
**Para:** Sen. Eduardo Suplicy  
**Cc:** Flavia Rolim de Andrade  
**Assunto:** Re: URGENT - Your phone Number

Dear Sen Suplicy and Ms Dobbin,

I wanted to confirm that we would welcome a visit from Senator Suplicy to Grameen Bank from 15-18 July 2007. The contact person for organizing your visit would be Ms Nurjahan Begum who is the General Manager of Grameen Bank and the Head of the International Programs Department of Grameen Bank and is copied on this mail. She is already aware of your proposed visit and will be in touch with your office about the program. I will be the contact person for the meeting with Professor Muhammad Yunus.

I look forward to being in touch in advance of this visit. My cell number is provided below.

Best regards.

Sincerely,

Lamiya Morshed  
Cell: 00 88 0171 345 4488

On 6/29/07, Sen. Eduardo Suplicy <[esuplicy@senado.gov.br](mailto:esuplicy@senado.gov.br)> wrote:

Dear Ms. Lamiya Morshed,  
Please send us your phone number as soon as possible (including cell phone, if possible). Senator Eduardo Suplicy needs to speak to you. Or, if you prefer, please call him at 55-61-9975 3612.  
Regards,  
Neisse V. Dobbin

**SENADO FEDERAL**

Gab. Senador Eduardo Suplicy

**Parliamentarian Visit to Mozambique  
Proposed Program  
July 22 – 26, 2007**

**Sunday, July 22**

6:00 Evening informal dinner / briefing

**Monday, July 23**

6:15 Transfer from hotel to airport  
7:00 Fly from Maputo for Beira  
8:30 Arrive Beira; land transfer to Port Facility  
9:00 See Beira Port Facility  
10:30 Land transfer to Beira airport  
11:00 Fly from Beira to Songo (in Tete Province)  
12:00 Arrive Songo; land transfer to office of Cahorra Bassa  
12:30 Luncheon Meeting and tour of Cahorra Bassa  
3:00 Land transfer to Songo airport  
3:30 Fly from Songo to Chimoio  
4:00 Arrive Chimoio; land transfer to Gorongosa Park  
5:30 Arrive Gorongosa Park  
Dinner; spend night

**Tuesday, July 24**

6:30 Drive through Gorongosa game reserve; breakfast  
10:00 Depart Gorongosa; land transfer to Nhamatanda  
11:00 Arrive Nhamatanda -- see district planning and HIV projects  
12:30 Depart Nhamatanda; land transfer to Dondo  
1:00 Arrive Dondo -- see rail project (w/ lunch)  
3:00 Depart Dondo; land transfer to Beira airport  
3:30 Fly from Brira to Bazaruto  
4:15 Arrive in Bazaruto

Dinner; spend night (rate include breakfast, lunch and dinner)

### Wednesday, July 25

10:00	Land transfer from hotel to Bazaruto airport
11:00	Fly from Bazaruto to Villankulos
11:30	Arrive Villankulos; land transfer to Mayor's home
12:00	Visit Mayor – discuss/see cyclone damage and IDA support (lunch)
2:30	Land transfer to Villankulos airport
3:00	Fly from Villankulos to Maputo
4:00	Arrive Maputo; land transfer to hotel
4:45	Arrive at hotel

### Thursday, July 26 (Maputo)

9:00	Meeting with Mozambican Parliament members
12:00	Lunch – <i>to be determined</i>
2:00	Meeting with ODA partners
4:00	Meeting with Civil Society Group
7:00	Final Reception (Tentative)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– V. Ex<sup>a</sup> será atendido, e agradecemos, porque V. Ex<sup>a</sup> usou apenas 30 minutos, mas todos nós aprendemos muito com V. Ex<sup>a</sup>.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 798, DE 2007**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata

de voto de aplausos, congratulações e êxito para a XV edição dos Jogos Pan-americanos que se realiza no Rio de Janeiro, de 13 a 29 do corrente. Esses votos vão para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o Ministro dos Esportes, Orlando Silva de Jesus Júnior; o Comitê organizador dos Jogos, na pessoa de seu presidente, Carlos Arthur Nuzman; para os atletas; para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa de seu governador, Sérgio Cabral; e para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, na pessoa do prefeito Cesar Maia.

### Justificação

De 13 a 29 deste mês os olhos do mundo se voltam para a cidade do Rio de Janeiro, onde mais de cinco mil e seiscentos atletas representando 42 países e 34 modalidades esportivas se unem em uma só nacionalidade, a do esporte. Durante 16 dias esses atletas estarão em busca de seus melhores resultados nas quadras, pistas, campos e piscinas do RIO 2007. Serão momentos marcantes para a história do esporte brasileiro. Cerca de 50% dos custos de obras e dos investimentos envolvidos no Pan foram financiados pelo Governo Federal.

Ao longo de mais de 50 anos, os Jogos Pan-americanos jamais deixaram de ser disputados e passaram por cidades de todos os cantos do continente. Desde o extremo Norte, como Winnipeg (Canadá), sede de duas edições do evento, em 1967 e 1999; até o Sul, como Mar Del Plata (Argentina), que recebeu os Jogos de 1995. A competição também já foi realizada na Cidade do México – duas vezes – (México), Chicago (Estados Unidos), São Paulo (Brasil), Cáli (Colômbia), San Juan (Porto Rico), Caracas (Venezuela), Indianápolis (Estados Unidos), Havana (Cuba) e Santo Domingo (República Dominicana).

O Brasil sedia a competição pela segunda vez, como já ocorreu com Argentina, Canadá, Estados Unidos e México. A primeira edição brasileira foi a dos IV Jogos Pan-Americanos, disputada em 1963 na capital paulista, por 1.665 atletas de 22 países. O evento foi um sucesso, mobilizando a cidade a ponto de reunir cerca de 40 mil pessoas na Cerimônia de Abertura, realizada no Estádio do Pacaembu.

Receber uma edição dos Jogos Pan-americanos é muito mais do que realizar uma megacompetição esportiva. Para a cidade, o estado e o país que a organizam, e mesmo para o continente americano, é realizar um evento que promove mudanças socioeconômicas profundas que ficarão para sempre. Os jogos mudam definitivamente a cidade que os sedia. Basta ver o que aconteceu com a capital sul-coreana Seul e a cidade espanhola de Barcelona, revitalizadas em diversos aspectos após os Jogos Olímpicos de 1988 e 1992. Com o RIO 2007, é possível ver mudanças no cenário mesmo antes do início das competições.

Os Jogos irão estreitar os laços do Rio de Janeiro e do Brasil com os países da América, além de dar experiência à cidade na condução de acontecimentos desse porte. O Rio será exibido mundialmente como uma cidade com capacidade de organização e dona de uma riqueza esportiva, artística, cultural e natural. Acima de tudo, ficará a memória de um momento especial, quando foram

reunidos atletas de todas as Américas para uma confraternização histórica em torno dos valores do esporte.

Quero aqui conchamar a todos os brasileiros para juntos vivermos o **slogan** dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 “Viva Essa Energia!”, inspirado no primeiro dos quatro valores olímpicos: “Alegria em Participar”, “Esperança”, “Sonhos e Inspiração” e “Amizade e Fair Play”.

Nossos atletas conno Daine dos Santos, na ginástica; Átila Augusto Prado no futebol; Flávia Dettroli e Kara Joyce, na natação; Fernando Firmino, no ciclismo; Marquinhos, Alex e Marcelino, no basquete; Flávio Saretta, no tênis; Washington Silva e James Dean, no boxe; Waleska, Mari, Jaqueline e Sheila, do vôlei feminino; e tantos outros, podem ter a certeza de que nós senadores, assim como todos os brasileiros, estaremos torcendo para que todos tenham o melhor desempenho na conquista do ouro para o Brasil.

Será muito importante também que o povo do Rio de Janeiro acolha os atletas e torcedores de todos os países das Américas de forma amistosa e cordial, colaborando com as autoridades responsáveis pela segurança, considerando inclusive que os jogos pan-americanos proporcionarão melhores oportunidades econômicas para toda a população da cidade. Que possam todos viver dias de tranqüilidade, regozijo e fraternidade que tipicamente constituem os ideais olímpicos de paz e amizade.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2007. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu só tenho a lamentar que, embora eu admire muito o Supla, ele não é mais o rei. Sei que o rei era o Roberto Carlos, o rei da jovem guarda, agora é um rapaz do Piauí, a quem quero apresentar. Infelizmente, dou a medalha de prata para o Supla, seu filho, com todo o respeito, figura agradável, mas a medalha de ouro hoje em *rock* é o Piauí, esse parnaibano Teófilo. Arrasou com os sucessos “Pedra do Sal”, “Uma Menina”, “Beijos e Cacos”. Teófilo, atualmente erradicado em São Paulo, é uma das maiores referências musicais do Estado, pelos vários anos de carreira e criatividade, com a qual desenvolve suas canções. Lembro-me de quando surgiu.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Como é o nome dele?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Teófilo. É o príncipe. Não tem o rei Roberto Carlos? Esse é o príncipe. O Supla não foi lá, mas foi até bom, porque ele perderia. O campeão é o Teófilo, do Piauí. Do jeito que eu conheci o Roberto Carlos há 40 anos, na minha lua-de-mel com a Adalgisa – eu só tinha dois discos, naquele tempo –, eu sinto a mesma empolgação com esse jovem, Teófilo. Foi lá em Teresina.

Havia vários de fora, foi uma apoteose. Eu gostaria que ele se entendesse com o Supla. Sem dúvida alguma, iria haver um duelo. Aqui eu perco para V. Ex<sup>a</sup>, mas, na música, o Teófilo vai ganhar do Supla.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP. Fora do microfone.) – Sem som não posso falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> já falou muito.

Convidamos para usar da palavra o Senador Gilvam Borges. Ele é do PMDB do Estado do Amapá.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem direito de usar a tribuna por 20 minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a democracia é uma das grandes conquistas da civilização contemporânea. Suas bases foram lançadas entre fins do século XVIII e princípios do XIX.

A denominada Era Revolucionária, de que a Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução de 1789 foram símbolos maiores, deu-lhe a oportunidade de começar a existir.

Não se tratava mais de repetir a experiência da Grécia Clássica. Lá por volta do quinto século antes de Cristo, com seu regime democrático restrito excludente. O que vinha à tona agora, em um mundo que se transformava rapidamente com a Revolução Industrial e seus múltiplos efeitos, era uma democracia compatível com a inovadora realidade social.

Nada aconteceu abruptamente, muito menos por acaso. A construção da moderna democracia foi e é um processo que se manifesta ao longo do tempo, enfrentando e superando percalços de várias naturezas.

O Brasil não ficou ao largo desse processo, após mais de três séculos de colonização, em que naturalmente se submeteu e se subordinou aos mecanismos de denominação metropolitana, logrou obter a independência.

Na configuração do nascente Estado nacional, optou-se pelo regime monárquico. Apesar de todas as limitações próprias da época, o País foi capaz de instituir uma ordem constitucional. Bem ou mal, a primeira Constituição Brasileira em vigor, a partir de 1824, re-

sistiu a crises e a embates distintos, sendo substituída tão somente quando da implantação da República.

Difícil e complexa, como bem o sabemos, foi a trajetória republicana. A Constituição de 1891 consagrou duas características definidoras da República brasileira, suprimidas ou reduzidas apenas em situações excepcionais: o federalismo, a expressar uma bem-vinda decisão de se conferir relativa autonomia às unidades estaduais, e o presidencialismo, seguindo a vitoriosa experiência norte-americana.

Foi preciso que algumas décadas se passassem para que a República inaugurasse uma nova etapa, na tentativa de livrar-se das imperfeições e das estruturas “carcomidas” de que fazia uso.

A Revolução de 1930, com Vargas à frente, buscou inserir o Brasil na modernidade. Contudo, os 15 anos de Getúlio no comando da Nação corresponderam a uma conjuntura de crise que, sendo mundial, não poupou o País.

A demora em convocar uma Assembléia Constituinte levou à sublevação paulista, em 1932. Infelizmente, a Carta de 1934, que recolocaria o Brasil nos trilhos da normalidade institucional, não conseguiu sobreviver à radicalizada polarização ideológica, no campo interno, bem como ao clima de enfrentamento que redundaria na Segunda Guerra. O golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, mergulhava o País no terrível cenário de exceção, com a ordem autoritária – tingida por inegáveis tons de totalitarismo – se impondo à nacionalidade.

Derrubada a ditadura, o Brasil inicia o caminho de reencontro consigo mesmo, fazendo da construção da moderna democracia um exercício de inegável sentido pedagógico. Nós, brasileiros, fomos aprendendo, na luta diária, nos embates recorrentes, o sentido, o significado e o valor da democracia. O epílogo desse processo foi, infelizmente, a ruptura institucional de 1964.

Passaram-se 20 anos de exceção, de prevalência do arbítrio. Mas, por fim, a força da sociedade, majoritariamente comprometida com o Estado de direito e com as liberdades democráticas, impôs-se.

Pacífica e ordeiramente, o povo brasileiro, que ocupara as ruas na exigência da anistia e do retorno das eleições diretas, reconquista a cidadania política. Em meio ao mar revolto da profunda crise econômica, decorrente de equívocos cometidos pelo regime militar e da instabilidade internacional, o Presidente Sarney soube, com a maestria que lhe é peculiar, conduzir o barco na difícil travessia para a plenitude da democracia. Enfrentou, no mínimo, mais de três mil greves. A sociedade, então, manifestava-se de um extremo ao outro, já no exercício de liberdade e de plenas reivindicações.

Nessa perspectiva, Sr. Presidente, a Constituição de 1988 é o grande marco do novo Brasil, que compreende o valor intransferível da democracia. Mesmo entre os que vêem nela graves defeitos não há quem não reconheça nela o compromisso prioritário com o mais completo e generoso conceito de cidadania. Por isso, justamente por isso, a Carta de 1988 se distingue de todas as que a precederam. Com ela, o Estado se submete à Nação, o poder se legitima exclusivamente pela vontade popular e se explicitam, com sabedoria e grandeza de espírito, as noções essenciais de direitos e de deveres.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há uma razão fundamental para que eu faça esses comentários em uma pequena retrospectiva histórica da nossa jovem Nação. Não há como negar a existência de um quadro de turbulência política a nos envolver neste momento. Em situações assim, sobretudo por enredar o Senado da República, que é a síntese do espírito federativo que sustenta o Estado brasileiro, torna-se necessário o apelo ao bom senso. Nos dias de hoje, muito mais do que em tempos de total normalidade, é preciso parar e refletir. Se bem intencionada, essa reflexão fatalmente nos fará rememorar momentos e lições da História.

Preservar o Estado de direito é o compromisso primeiro a ser assumido por todos os que têm responsabilidades políticas.

Nada e ninguém – repito: nada e ninguém – poderá estar acima da Lei Maior! Se justa e natural é a disputa pelo poder, mais justo e indispensável é o respeito às regras consensualmente estabelecidas, a partir e em razão das quais se movem a vida e as instituições. Reside aí a marca indelével do Estado democrático: as normas existem para serem seguidas.

Se em um determinado momento essas regras forem consideradas más ou inadequadas, que sejam democraticamente modificadas, jamais violadas em sua vigência. Rasgar a Constituição ou criar subterfúgios para o não-cumprimento de suas determinações é ato de vilania a ser repudiado pelos cidadãos de bem.

A História está repleta de exemplos de situações de extrema gravidade, quando, pelas mais diversas razões e pelos mais desbaratados pretextos, as normas deixaram de existir ou de serem seguidas. Em geral, conjunturas revolucionárias prestam-se a manifestações dessa natureza. Precisamente por isso, são momentos de radicalismos absolutos, de excessos ilimitados e não raro de desprezo à própria dignidade humana.

Momentos assim tendem a banalizar a vida. Não por outra razão, ao longo dos séculos, multiplicam-se os casos em que a luta desenfreada pelo poder pretensamente justifica o assalto às instituições, a suspen-

são das garantias individuais e a supressão da mais elementar noção de liberdade. Veja-se o ocorrido no transcurso da Revolução Francesa, iniciada em 1789. Ante a ausência de autêntica ordem constitucional, lideranças se engalfinham, seus partidários extrapolam a luta no campo das idéias e a violência se generaliza. Assassinatos como o de Marat, uma das mais lúcidas personagens daquele contexto tão convulsionado, assim como a sucessão de condenações à guilhotina, no que se convencionou chamar de período do terror, confirmam a marcha da insensatez.

Mais recentemente, já no século XX, movimentos revolucionários deram à luz ações e atitudes incompreensíveis e inaceitáveis sob regular ordem constitucional. Quando a luta pelo poder, inebriada de paixão e de desassombro, comanda o espetáculo, tornam-se comuns atos de exceção, quando não de violência explícita.

Foi assim, entre tantos outros exemplos, que Trotsky tombou, assassinado pela fúria totalitária de Stalin; que Hitler e Mussolini eliminaram supostos adversários; que Mao Tse-Tung livrou-se de eventuais oponentes; que, em Cuba, no início dos anos 60, instituiu-se a prática rotineira de execuções. Sem falar em Pol Pot. Foi assim, certamente, em todas as ditaduras, não importa se de direita ou de esquerda.

Nesses, e em muitos outros casos que não preciso aqui mencionar, toda vez que os princípios sagrados da segurança jurídica e social do Estado democrático de direito foram abandonados, implanta-se uma espécie de terror oficial. Ainda que de forma incomparavelmente mais atenuada do que nos exemplos citados, a atual realidade vivida por algumas repúblicas sul-americanas, nos dias atuais, suscita preocupações. A instabilidade política, normalmente advinda de atos contrários à ordem constitucional estabelecida, pode trazer resultados inquietantes.

Faço tais afirmações, Sr. Presidente, a partir da mais absoluta convicção de que fora da lei não pode haver saída, não pode haver solução para os problemas, por mais graves que eles sejam. O que o Brasil mais necessita, neste momento, é de respeito às instituições democráticas que com tanto sacrifício conseguimos erigir. A democracia é conquista da qual não se pode abrir mão. Mas ela somente poderá ser plena se for por todos praticada. Assim, não basta que os agentes públicos a exercitem.

É também fundamental que os agentes sociais, as entidades criadas pela sociedade, disso também se compenetrem. De outra forma, como defender, por exemplo, a liberdade de imprensa como um dos esteios de uma Nação democrática se essa liberdade não for usada de modo responsável e inteligente?

Finalizo, Sr. Presidente, ou me preparo para finalizar, reiterando minha profissão de fé na liberdade, na justiça e na democracia.

Não posso sequer imaginar um Estado digno do nome sem a obediência ao equilíbrio entre os poderes. Acima de tudo, não posso aceitar que paire a mínima mancha – por ínfima que seja – de suspeição sobre o Congresso Nacional. Não há Estado de direito sem democracia. Não pode haver democracia sem um Legislativo forte, soberano, independente, senhor de seus atos, cômico de suas prerrogativas e de seus deveres para com a Nação.

Não há, não pode haver crise que seja maior que o Poder Legislativo! É disso que decorre nossa existência como Nação de homens e mulheres livres, respeitados em sua dignidade. É dessa verdade, Sr. Presidente, que nasce nossa possibilidade de um futuro promissor!

Sr. Presidente, meus queridos e nobres Senadores que fazem esta augusta Casa, falo da desmoralização e da destruição de instituições que são os pilares da Nação, como os Poderes que a constituem.

O Judiciário é o pilar dos pilares; o Poder Legislativo é a representação soberana de qualquer nação democrática; o Poder Executivo é também formado para as efetivas ações, que são empreendidas administrativamente pelo Presidente, por governadores e prefeitos.

Sr. Presidente, de Norte a Sul deste País, há um clima criado, um clima de uma voracidade tão grande que hoje um percentual responsável e sóbrio da Nação é que se mantém atento e vigilante, como verdadeiros cidadãos da democracia. É preciso estar muito atento porque, quando se destroem esses pilares, a situação fica muito difícil.

Hoje cheguei de viagem do meu Estado e, graças a Deus, temos a credibilidade, o respeito, a consideração e o carinho da população. Recebi muitos cumprimentos pela atuação aqui no Senado. Sou um homem que caminha pelas ruas. Mas, atualmente, dizer que se é um parlamentar é estar condenado, porque colocam todos na vala comum. Quando não estão todos na vala comum, estão sob suspeição.

E a pior condenação são essas sanções sociais em que se é olhado, visto, e no olhar já existe condenação.

Este País tem uma trajetória, Sr. Presidente, que precisa ser assegurada, porque foi de muita luta e sangue. Temos apenas 500 anos de história. Somos jovens. Mas este é um país abençoado, um país forte. São lamentáveis os espetáculos irresponsáveis que se promovem sem ressaltar os lados positivos, as idéias, os compromissos dos homens de bem que

compõem o Congresso Nacional, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Estão aí, aqui pertinho, logo ali, os exemplos.

Se for criada uma situação de descrédito generalizado em todas as instituições, podemos ter certeza – não há como pôr debaixo do tapete – de que podemos estar às vésperas de um Golpe de Estado. E o que cai aqui cai na imprensa. E o que cai aqui, de um jeito ou de outro, cai lá no Palácio do Planalto, cai nos palácios governamentais, nas prefeituras, em todos os cantos. Por quê? Perdeu-se a confiança, Sr. Presidente.

Não se tem credibilidade, não se tem caminhos, e quando não se tem caminhos, grupos se insurgem e buscam alternativas para poder criar caminhos.

Hugo Chávez está aqui, bem pertinho. O Presidente do Equador está aqui, bem pertinho. A Bolívia está bem aqui, pertinho. O retrocesso. Como a história é cíclica...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nicarágua.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> quer água?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nicarágua.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB-AP) – Ah, Nicarágua. A Nicarágua está aí.

Então, quero fazer um apelo à Nação, um apelo aos homens responsáveis deste País. Quando alguns de nossos membros estiverem sob suspeição, eles devem ser julgados, sim, e devem responder dentro da lei e do Regimento. Quando se generaliza, é um crime, um crime contra as instituições.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi muita luta para reabrir este Congresso, foi muita luta para chegar a anistia, foi muita luta para chegar o reordenamento e o estado de direito, e nós estamos aí brincando, brincando com coisa séria. Já estamos com quatro no continente. Aí, não havendo jeito, temos que arranjar um jeito, mas tem que se ter cuidado com esse jeito que vão arranjar.

Por isso, sempre louvo esses carpetes azuis, pisados também por homens de bem e pelos quais a Nação circula. Sempre louvo e exalto os carpetes verdes da Câmara dos Deputados. Eu me delicio quando posso ver homens com idéias diferentes assumirem a tribuna desta Casa e criticarem, construírem conceitos. Aprecio muito isso, porque, em outros tempos, se alguém se referisse ao Presidente da República com desrespeito ou com uma posição contrárias à sua, a descida dessa tribuna era seguida de uma sorte de perseguições, de cadeia e de cassações.



Quando alguns exageram nas críticas exacerbadas, duras, eu também compreendo, porque a democracia é tão salutar e pujante que permite isso.

Portanto, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para fazer uma grande homenagem à Nação brasileira. Eu estou vindo do Oiapoque, do Extremo-Norte, do Amapá, e sinto-me muito honrado em ser um dos representantes daquela região. Venho lá da Floresta Amazônica, uma imensidão verde, praticamente um outro País dentro desta grande Nação brasileira. Honra-me muito. E me honra muito poder ter a oportunidade de fazer uma pequena retrospectiva histórica para que todos possam rememorar as lutas empreendidas pelas gerações que nos antecederam.

Que Deus abençoe sempre esta grande Nação e que sempre nos fortaleça para que vejamos as situações sempre pela ótica positiva! O País tem muitas coisas positivas. Nós estamos crescendo, estamos nos preparando para isso, mas se, na televisão, no rádio e nos jornais escritos, escuta-se e lê-se que o desastre é iminente, o reflexo negativo toma conta da alma desta Nação. Parece que, quando um homem cai, todos já estão caídos. Parece que, quando um homem é condenado, todos estão condenados. Isso não é verdade, meu caro Sr. Presidente, Senador Mão Santa!

Vou encerrar meu pronunciamento brindando à Nação com um abraço forte do Estado do Amapá, aquele abraço molhado do grande rio Amazonas, que deságua no Oceano Atlântico. Nós estamos lá na cabeceira do rio, na foz, jogando aquele “mundão” de água no oceano.

Antes, quero pedir desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa. Quando V. Ex<sup>a</sup> disse Nicarágua, eu pensei que V. Ex<sup>a</sup> quisesse água. Peço desculpas.

Então, vamos saudar esta grande democracia que vivenciamos. Que possamos ser a âncora, o mourão, a fortaleza neste continente sul-americano, que começa a entrar num retrocesso, pelos caminhos do autoritarismo! Que Deus proteja a Bolívia e os seus homens! Que Deus abençoe os venezuelanos, que hoje estão sob a tutela de um ditador já assumido!

Que Deus ilumine o Presidente do Equador, da Nicarágua e dos outros países, para que possam manter e aperfeiçoar suas democracias!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A linguagem é uma fonte de desentendimento. V. Ex<sup>a</sup> achou que eu quisesse água, mas foi bom porque o Zezinho trouxe água.

V. Ex<sup>a</sup> fez um dos pronunciamentos mais importantes em um dos momentos mais importantes. Primeiramente, apresento-me orgulhosamente...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, eu ia esquecendo um assunto igualmente importante. Falarei rapidamente, pois não quero cansar os colegas que aqui estão e outros que irão assomar a tribuna. Com a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, precisarei de três minutos.

É tão importante para nós como um pronunciamento de uma retrospectiva histórica e da vivência e vitalidade democrática da Nação. Para mim, é muito importante, porque são pequenas coisas, mas que chegam aos nossos rincões, às nossas vilas, aos nossos igarapés, às nossas comunidades. É muito importante. Pode até ser mais importante do que alguns assuntos tão relevantes como aqueles de que tratei nesta tarde.

Quero anunciar ao Município de Calçoene.  
Ordem bancária nº 2007OB907612.

Dinheiro já no Banco do Brasil. Estamos enviando telegrama aos Vereadores da comunidade de Calçoene, comunicando ao Prefeito e às Lideranças, para que possam fiscalizar.

Recursos: R\$360.000,00

Objeto: Sistema de esgotamento sanitário. Fundamental.

Uma obra de saneamento. Já na conta, para o Prefeito de Calçoene.

Também para Calçoene. Quero parabenizar o Prefeito, porque já está saindo bastante recurso, e nós acompanhamos *pari passu*.

Ordem Bancária nº 2007OB907616. Banco do Brasil. Valor: R\$48.000,00. Sistema de abastecimento de água. Para aquelas pequenas comunidades que ficam às margens do rio, dos igarapés, o tratamento da água é fundamental para a saúde.

E também para a Prefeitura de Calçoene mais R\$120.000,00. São recursos que vão para melhorias sanitárias domiciliares. Projeto também na área de saneamento básico. Ordem Bancária nº 2007OB907629. Banco do Brasil. Dinheiro na conta.

Para finalizar, também para o Município de Calçoene mais R\$100.000,00.

Sabe quanto um município desse recebe de FPM por mês, Sr. Presidente? Não recebe R\$60 mil, o que mal dá para pagar a folha, e são mais de cinco mil prefeituras no país todo. São recursos muito fracos. Recursos da área federal para educação, saúde e segurança pública são decisivos ao desenvolvimento. Por isso, digo da importância e, sempre que assumo a tribuna, faço questão de anunciar esse recurso.

Agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>.

Viva o Amapá e viva o Brasil!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> usou por 32 minutos a tribuna, mas fez um

dos pronunciamentos mais importantes. V. Ex<sup>a</sup>, com o seu pronunciamento, avivou, na mente das brasileiras e brasileiros, que este é um dos Senados mais importantes nos seus 183 anos: está aberto; aqui está a democracia. Fez o povo refletir sobre os regimes totalitários que nos cercam: Cuba, Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua.

E, Senador Gilvam Borges, eu me permitiria buscar, pois a reflexão de V. Ex<sup>a</sup> me fez avivar, o tempo em que li Plutarco. Foi ele que escreveu aquela frase que entrou na História: “À mulher de César não lhe basta ser honesta, tem também de parecê-lo”.

Conta Plutarco que um jovem artista de Roma tocava lira. Houve uns flertes e admiração, talvez pela arte. Esse jovem freqüentou um ambiente onde só podia entrar o sexo feminino. Lá estava Pompéia, e eles tinham essa empatia. Surgiram os rumores. Aí César disse essa frase, que ficou. A mulher dele era Pompéia. Então, Plutarco, o historiador, escreve que, para se justificar perante o povo de Roma, ele disse: “À mulher de César não lhe basta ser honesta, tem também de parecê-lo”. Ela tem de estar acima de todas as suspeitas. E o mundo que nos educou e ensina que todos nós temos de estar acima de qualquer suspeita.

V. Ex<sup>a</sup> foi muito firme e mostrou alto nível cultural. Rui Barbosa – está aí o nosso jurista Valter Pereira – sintetizou o que V. Ex<sup>a</sup> ensinou ao Brasil, que só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça.

Eduardo Gomes, combatendo uma ditadura civil que foi relativamente boa, porque o ditador era um homem bom, Getúlio Vargas, disse: “O preço da democracia é a eterna vigilância”.

Nós estamos aqui vigilantes. Este Senado nunca abriu às segundas-feiras. Nós abrimos. Este Senado nunca abriu em julho sem os Senadores ganharem dinheiro. Estamos na eterna vigilância. Esta democracia que ainda está aqui repousa; a última instância somos nós. Nunca abriu em julho sem Senadores ganharem jetom. Nós, não. Estamos abertos e vigilantes. É julho, 9 de julho, e, na tribuna, este homem que simboliza a grandeza, este homem que simboliza uma figura do Senado de que querem falar: a figura do suplente.

Ele é suplente de um homem que Deus levou para o céu: Ramez Tebet. Mas aí está, representando a firmeza, o direito, o povo do Mato Grosso do Sul.

O povo sabe a admiração que temos por Ramez Tebet, mas vocês se lembram de quando saiu Pelé da Copa, perdendo, e entrou Amarildo, que fez gol. É como V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valter Pereira, que entrou e apresentou um comportamento que tem engrandecido este Senado, como Amarildo na Copa.

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS)** – Muito obrigado. Sei que a amizade de V. Ex<sup>a</sup> justifica todo o conceito que tem com o seu amigo.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na quinta-feira passada, ocupei a tribuna do Senado Federal para dar conhecimento da violação do Estado de direito por parte de dois magistrados na comarca de Cassilândia, no Mato Grosso do Sul.

O ato que questionei foi a auto-investidura, na Prefeitura daquele Município, do Juiz Silvio César Prado, determinado por sua colega da mesma instância, a Juíza Jeane de Souza Ximenes.

Cassilândia, Sr. Presidente, está sendo castigada por uma crise política que se arrasta há meses. Tudo começou quando a Polícia Civil do Estado e o Ministério Público desencadearam uma operação conjunta que denominaram de “Operação Judas”.

Nas investigações, detectaram várias irregularidades na Administração Municipal, e isso levou o Judiciário da comarca a determinar a prisão de numerosos agentes públicos, como o prefeito, o vice-prefeito, vereadores, etc.. Hoje estão afastados, por ordem do Judiciário da comarca, além do Prefeito, José Donizete, e do Vice, Sebastião Pereira da Silva, seis Vereadores, de um total de nove. Todas essas autoridades foram afastadas porque respondem por crimes de fraude, desvio de dinheiro público e agiotagem, crimes esses denunciados por aquela força-tarefa.

Não quero colocar em dúvida as ações desenvolvidas por essa chamada força-tarefa. Afinal, combater a corrupção é mais do que um direito. É um dever de todos – da polícia, do Ministério Público, do Judiciário, da Imprensa e de todo cidadão, todo homem e mulher de bem.

O que não se pode tolerar, Sr. Presidente, é a violação da ordem jurídica, é a transgressão da lei, é a usurpação do poder. E o derradeiro ato da Juíza Jeane de Souza Barbosa nesse processo, avalizado por seu colega, o Juiz Silvio César Prado, foi exatamente isso. A magistrada designou uma figura estranha à linha sucessória, aquela que é prescrita na lei, para ocupar a Prefeitura Municipal. Designou o Juiz de Direito Dr. Silvio César Prado.

Hoje, tenho aqui jornais que mostram que S. Ex<sup>a</sup> está tão confortavelmente instalado na Prefeitura e dividindo suas tarefas como Prefeito e Juiz de Direito e está se sentindo tão bem que faz os seus despachos com a maior naturalidade. Aqui traz o *Correio do Estado* a seguinte notícia:

Juiz muda sistema para recolher tributos.

O Juiz Silvio César Prado, que assumiu interinamente a Prefeitura de Cassilândia, quinta-feira, já assinou dois decretos que mudam

um pouco o perfil da administração municipal na cidade. O primeiro altera o horário de funcionamento da prefeitura, que irá atender das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas. O outro decreto suspende o recebimento de impostos, taxas e contribuições no caixa da prefeitura.

Mais adiante, diz:

Enquanto isso, o Prefeito em exercício determinou que não haverá cobrança de juros e multas das contribuições com vencimento nestes dias.

Lá na frente, diz ainda a matéria:

Conforme a decisão da Justiça, o Juiz deve permanecer na Prefeitura de Cassilândia por 30 dias, período para que a Câmara conclua os trabalhos da Comissão Processante que investiga o Prefeito José Donizete. O prazo de 30 dias pode ser prorrogado.

Quem é que prorroga? O próprio juiz, que vai arbitrar o tempo que ele deve permanecer na Prefeitura Municipal. Essa está sendo a lei em Cassilândia.

Veja, Sr. Presidente, que lá existe uma lei que regula a ordem sucessória. É a Lei Orgânica do Município, que prevê que, na ausência do prefeito, do vice-prefeito e ainda do presidente da Câmara, quem deve assumir é o procurador da Prefeitura. Mas a Juíza Jeane de Souza Ximenes, que afastou os vereadores, considerou que esse item da lei é inconstitucional e, por isso, nomeou o magistrado.

A inconstitucionalidade de qualquer lei, Sr. Presidente, tem que ser reconhecida pela instância competente. Não é o juiz que vai arbitrar, a seu talante, se a lei deve ou não ser cumprida. A lei é para ser cumprida; e, se não se reconhecer a validade dela, que se argua, no fórum competente, a sua inconstitucionalidade.

Por mais respeito, Sr. Presidente, que sempre devotei ao extraordinário papel dos magistrados, não posso compadecer com tamanho abuso de autoridade, mesmo quando essas autoridades combatem de peito aberto a corrupção, que tanto corrói a vida nacional.

Vivemos numa República federativa, Sr. Presidente, que é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e também do Distrito Federal. É o preceito do art. 1º da Constituição Federal. Por conseguinte, os princípios erigidos à instância constitucional são de observância obrigatória para todos os níveis de Poder: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Logo, deve prevalecer para todas as esferas da Federação o princípio inserido no art. 2º, que reza que os Poderes são independentes e harmônicos. Portanto, Sr. Presidente, não existe subordinação entre o Legislativo, o

Executivo e o Judiciário. Todos estão subordinados aos ditames da lei. Sendo Cassilândia uma célula do Brasil, uma célula de toda essa unidade democrática, não pode ser diferente. Essa independência dos Poderes é a maior garantia do Estado de direito democrático, que exigiu tanta luta para ser conquistado e reconquistado. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem do que estou falando.

A ação do Ministério Público e do Judiciário não pode romper os limites da Constituição e da lei. Não há um só dispositivo na Lei Maior e na lei infra-constitucional que autorize a estranha investidura do magistrado no comando daquela Prefeitura Municipal.

O Judiciário da Comarca proclamou que descumpriu a Lei Orgânica por entender que ela é inconstitucional. Ora, Sr. Presidente, não há nenhuma declaração de inconstitucionalidade proclamada por quem de direito. Ninguém foi ao Tribunal de Justiça arguir a inconstitucionalidade da Lei Orgânica; portanto, é arbitrário o ato da juíza e também de seu colega. Não havendo declaração formal de inconstitucionalidade, essa lei tem de ser cumprida sim. Tem de ser cumprida por todos os munícipes, mas tem que ser cumprida pelos magistrados também, até que o tribunal competente declare sua inconstitucionalidade.

Mesmo com o afastamento dos vereadores acusados, a Câmara está funcionando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me participar de seu pronunciamento, porque fui prefeito nessa época.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Com muita honra.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu dizia para o País que este é o melhor Senado da República em 183 anos. Este Senado nunca funcionou às segundas-feiras. Este Senado nunca funcionou em julho, sem que os Senadores recebessem *jetom*. E nós estamos aqui.

E V. Ex<sup>a</sup> faz uma advertência de alta gravidade. Rui Barbosa disse que só há um caminho, uma salvação: a lei e a Justiça. Disse também que quem não luta por seus direitos não merece viver. Nós estamos representando essa história e Rui Barbosa. Fui prefeito nessa época. Não há nada disso. Deve haver harmonia e respeito. Isso se chama corrupção: usurpar direito alheio. Estamos aqui representando Rui Barbosa para este País. E isso sai da Constituição promulgada em 5 de outubro, beijada por Ulysses Guimarães. Ele disse: “Desobedecer a esta Constituição é rasgar a Bandeira do Brasil”. Ele viu isto, o sofrimento de um País sem Constituição. Aí ele possibilitou – eu era prefeito – que todos os governos municipais fizessem a Lei Orgânica do Município. Esse Município nasceu em que ano?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – O Município é antigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Então já tem.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Tem sua Lei Orgânica.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Como a lei federal, fez-se a Lei Orgânica. Só se fosse criado depois de 1988.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Devidamente discutida e aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi nacional. Eu sei porque eu fiz, eu era prefeito. A Câmara fez a Lei Orgânica do Município. Então ali...

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – E o que é Lei Orgânica, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – ...temos a hierarquia. Por que se discute tanto aqui o problema do Presidente do Senado Federal? Porque ele é a terceira solução da Pátria. Atentai bem. As leis orgânicas dos Municípios são todas iguais! Eu fiz, eu era prefeito, os vereadores fizeram! As leis vieram do País, a ordem...

Está ali um jurista igual a Rui Barbosa, Geraldo Mesquita. Temos a hierarquia: o prefeito, o vice, o presidente da Câmara de Vereadores. É como no Estado: o governador, o vice, o presidente da Assembléia. No impedimento desses, entrará o Poder Judiciário, o Desembargador Presidente.

Mas, como disse V. Ex<sup>a</sup>, foi usurpado o direito. Por isso esta Casa é importante. Aqui se faz a manutenção da democracia. É como diz Eduardo Gomes: “O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância”. E V. Ex<sup>a</sup> está fazendo, assim como o Senado da República, essa vigilância.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Veja, nobre Presidente: V. Ex<sup>a</sup> foca muito bem essa questão da lei orgânica. V. Ex<sup>a</sup> sabe o que significa para o Município a Lei Orgânica? É a Constituição!

Hoje nós temos, na hierarquia das leis, na esfera federal, a Constituição Federal, as leis complementares e as leis ordinárias. Na esfera estadual, nós temos a Constituição Estadual, que é a lei magna do Estado. E temos no Município a Constituição do Município, que é a Lei Orgânica. Enquanto o Judiciário, formalmente acionado para isso, não derrubar a Lei Orgânica ou algum dispositivo dela, ela continua vigendo, sim; ela continua produzindo os seus efeitos, sim. E qualquer transgressão a ela é uma transgressão ao Estado de direito. Infelizmente, é o que tem acontecido.

Sr. Presidente, os fundamentos expendidos é que lá existiria um estado de perplexidade, já que o

presidente da Câmara também fora cassado, que outros vereadores foram cassados. Mas acontece que remanescem outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convoca os suplentes e sempre terá. É como aqui, são cassados alguns...

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – E já estão convocados. E já há novo presidente. Mesmo assim, persiste o juiz de direito comandando uma Comuna Municipal e tomando gosto por ela, como eu li aqui, como a imprensa noticiou aqui.

Nas palavras do promotor...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Esse Estado não tem Governador?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Tem Governador e bom!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Por que eu fui Governador de Estado, e, em caso semelhante, quem nomeia um interventor é o Governador do Estado.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Eu espero...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É por isso que nós temos de ser os pais desta Pátria.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Eu acredito que não é o caso de intervenção, o que seria outro ato de ilegalidade. Na verdade, o que se impõe ali é que o Tribunal de Justiça restabeleça o processo à ordem, porque está havendo, sim, uma transgressão às normas legais!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Está havendo uma omissão de S. Ex<sup>a</sup> o Governador do Estado.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – A omissão não é dele. Existe também no Judiciário uma hierarquia. A minha finalidade aqui hoje é exatamente instar o Judiciário do meu Estado, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, a restabelecer a ordem, que está quebrada no Município de Cassilândia.

É um Município pequeno, Sr. Presidente. É um Município antigo, de gente modesta e trabalhadora. No entanto...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu fui Governador. É o Governador quem indica o interventor se houve quebra da legislação, do Estado de direito.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – O que não se pode admitir é essa transgressão. É um Município de gente ordeira e trabalhadora. E aqui não quero nem discutir – e não estou discutindo – o mérito. Não estou discutindo as operações. Eu acho que o Juiz do Direito tem de apenar, sim. Ele tem de cumprir o seu papel, que é de julgar. Se houve uma investigação,

uma operação da Polícia que convenceu o Ministério Público, tem de haver julgamento. Se vereadores foram afastados, outros têm de ser convocados. A verdade é que existe um Poder Executivo que tem de ser representado pelo Presidente da Câmara. Essa é a hierarquia.

Nas palavras do Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco, Sr. Presidente – preste atenção ao que vou dizer –, Cassilândia encontra-se “em estado de exceção” – palavras dele –, e estado de exceção por alegado vício entre os Poderes Legislativo e Executivo.

Então, veja o raciocínio que foi desenvolvido lá: o estado de exceção, na avaliação do Promotor, é porque houve atos que estão sendo questionados na Justiça, com cumplicidade entre Executivo e Legislativo. E, se existe essa cumplicidade, o Judiciário diz: “Aqui ninguém mais serve, e vou eu assumir o poder municipal.” É uma transgressão violenta!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> é formado em Direito, mas Deus me permitiu ter sido Prefeito e Governador. Nesse caso, é o Governador que tem de indicar. Eu, por exemplo, indiquei dois. Não porque eu quis, mas por exigência da governabilidade. Duas vezes fui obrigado, por casos piores – crime, suspeição de que o vice matara o prefeito –, a indicar interventor.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Respeito o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>, mas prefiro ainda recorrer ao Tribunal de Justiça do meu Estado, por intermédio de um grande Desembargador, de uma grande autoridade judiciária: Dr. João Carlos Brandes Garcia. Tenho certeza de que ele está acompanhando com atenção o que está acontecendo em Cassilândia.

É observável hoje que, em alguns pontos distantes do nosso território, especialmente municípios de pequeno porte, para onde são designados juízes às vezes muito jovens, sem maturidade suficiente, sem tempo de exercício profissional que abalize os atos profissionais deles, eles acabam se submetendo a esse tipo de experiências lastimáveis para o regime democrático.

O meu receio é que a moda pegue. Se a moda pegar e começar juiz a destituir prefeito daqui, prefeito dali, tomando-lhes os seus lugares, o que será do princípio federativo que está esculpido na Constituição Federal?

Quero deixar claro que não...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> é jurista, mas quero lembrar o conceito da tripartição, de Montesquieu, a harmonia... Mitterrand morreu e deixou um livro escrito, com o qual ganhou o Prêmio Nobel, em que disse que o importante é fortalecer os

três poderes. Indiquei o interventor em plena harmonia com o Desembargador Presidente do Tribunal, Augusto Falcão. Tem de haver o entendimento dos Poderes. Fiz aquilo em entendimento com o Poder Judiciário, que achava o ato correto. Eles é que deram.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – A solução está na lei. É só respeitar a lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Não foi em desarmonia não; pelo contrário, foi o maior exemplo de harmonia. O Desembargador do Tribunal, Augusto Falcão, chegou ao Governador e disse que, em tais dificuldades, o interventor devia ser indicado pelo Governador do Estado. Aquilo foi feito em harmonia, respeitando o Presidente do Tribunal de Justiça do meu Estado, na época, Desembargador Augusto Falcão, que aplaudiu as duas indicações, em casos muito mais graves, porque se tratava de homicídio, e V. Ex<sup>a</sup> sabe que isso provoca mais uma emoção negativa no Município.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – É verdade. Mas, Sr. Presidente, eu quero deixar muito claro aqui que não pretendo proteger quem quer que seja. Não estou aqui para dar guarida a ninguém. Também não quero prejudicar as investigações, que, entendo, devem prosseguir, devem seguir o curso normal. Todavia, Sr. Presidente, para fazer a investigação, para instruir o processo, não há necessidade de transgredir a lei, não há necessidade de usurpar o poder, como está acontecendo lá.

Então, vejam o que disse o juiz prefeito, que está desenvolvendo as duas atividades – diga-se de passagem. Ele disse que poderá ficar trinta dias, poderá ficar sessenta, ficar noventa. Está ao alvitre dele. Ele é o dono da lei. Ele é o dono do Município. Ele é o titular de todos os poderes do Município, inclusive está acima da Câmara, porque está funcionando a Câmara, que tem um presidente, mas ele não assume, porque o juiz entende que as apurações devem continuar antes, para, depois, saber se aquele que é o presidente deve ou não assumir. O que significa isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Valter Pereira, respeitando e me curvando à sapiência jurídica de V. Ex<sup>a</sup>, quero lembrar aquele filósofo americano Ralph Waldo Emerson, que disse que “toda pessoa que eu encontro é superior a mim em determinado assunto”. Quero lembrar que eu tive esse problema envolvendo o vice-prefeito e homicídio. Já pensou na confusão? Na véspera da eleição. Eu fui à cidade. Isso é atribuição do Governador do Estado, logicamente havendo o entendimento com o Presidente do Tribunal – no meu caso, na época, era o Desembargador Augusto Falcão. Eu nomeei um ex-prefeito

da Capital, um Major do Exército, o Major Joel. A comunidade aceitou. Era um ex-prefeito extraordinário, um homem de grande lisura.

Em outro caso, fui obrigado a nomear o padre, que também foi aceito. Depois, eles entraram na hierarquia normal, com a Câmara indicando, etc., fazendo o que previa a Lei Orgânica, a Constituição do Município.

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS)** – Veja, Sr. Presidente: o Supremo Tribunal Federal recentemente tomou uma decisão reconhecendo que o foro competente para julgar o prefeito é o Tribunal de Justiça do Estado. Portanto, se alguma alteração tivesse de ser introduzida em razão de tais processos, não poderia ser o juiz de direito da comarca a tomá-la; teria que ser o Tribunal de Justiça, que seria o foro competente, a jurisdição adequada para se tomar decisão de tamanha monta.

O que busco aqui hoje, Sr. Presidente, é levar esta palavra especialmente ao Tribunal de Justiça do Estado. Ele tem que acompanhar o que está acontecendo em Cassilândia e, ao mesmo tempo, adotar as decisões necessárias para resguardar a legalidade democrática.

Mais uma vez, repito a V. Ex<sup>a</sup>: não estou aqui para criar nenhuma dificuldade às investigações. Todas as investigações para apurar quaisquer desvios de conduta precisam ser garantidas, precisam ser adotadas. No entanto, para se fazer uma investigação, para se instruir um processo, para se punir quem quer que seja, não é preciso arredar das normas jurídicas, principalmente em um caso como esse, quando o que se coloca em dúvida é exatamente o princípio federativo.

Sr. Presidente, é preciso atentar para outro fato. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que os Municípios de todo o Brasil – e assim também acontece com os Municípios de Mato Grosso do Sul e com o Município de Cassilândia – não têm uma autonomia financeira completa; dependem de ajuda externa. E agora, nessa situação de perplexidade em que se encontra, quem vai querer fazer um convênio? Quem vai querer celebrar um contrato com a prefeitura? Quem vai se arriscar num Município onde prevalece a insegurança jurídica? Ninguém sabe se os atos hoje praticados pelo juiz prefeito terão validade amanhã, ou se alguém que reconhecer essa validade amanhã não vai sofrer as sanções da lei.

Portanto, Sr. Presidente, o Município de Cassilândia precisa ter uma solução. E essa solução, sem dúvida alguma, requer a decisão do Tribunal de Justiça, embora eu aceite aqui hoje, como um bom conselho, discutir essa questão com o Governador de Estado. E vou fazer isso com a maior satisfação, porque essa perturbação afeta também o Estado de Mato Grosso do Sul.

Feita essa advertência, espero que logo o Município de Cassilândia possa restaurar a sua estabilidade, a sua legalidade, que possa a população respirar um pouco mais de tranquilidade, porque hoje o comércio daquela cidade, os serviços estão todos praticamente paralisados, exatamente em função dessa insegurança jurídica que se instalou. E com mais gravidade se instalou, nesses últimos dias, com a ação de uma juíza que deveria estar cuidando exatamente da absoluta observância da lei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – Convidamos para usar da palavra o Senador do Estado do Acre Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, terá direito a 20 minutos, mas jamais vou cortar a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, porque ela é acompanhada do saber jurídico. V. Ex<sup>a</sup> revive a firmeza no direito, na lei e na justiça de Rui Barbosa, nosso patrono.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Mão Santa, Srs. Senadores, não vou usar os 20 minutos, vou usar bem menos, pois outros colegas desejam fazer uso da palavra e da tribuna.

O que me traz hoje aqui, Sr. Presidente, é agradecer o convite a mim formulado pelo Presidente da Assibama nacional, Associação dos Servidores do Ibama, Jonas Moraes Correia, para uma audiência a ser realizada amanhã, às 11 e 30 da manhã, no plenário 2 da Ala das Comissões desta Casa, na Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, audiência que se debruçará sobre a MP 366, editada este ano, que trata da fragmentação do Ibama.

O Senador Agripino estava aqui há pouco e eu lembrava, quando da tramitação do projeto de gestão de florestas públicas nesta Casa, Senador, por inspiração do próprio Senador Agripino para a aprovação daquela matéria, contra a qual lutei e votei contra, inclusive, pelas razões que expus na ocasião – não é o caso de fazê-lo mais uma vez. Naquela oportunidade, Senador Mão Santa, por inspiração do Senador Agripino e outros Parlamentares desta Casa, foram introduzidos alguns mecanismos de controle do que se propunha naquele dispositivo legal.

Como V. Ex<sup>a</sup> lembra, Senador, a Lei de Gestão de Florestas Públicas prevê, como instituiu, o Congresso Nacional aprovou a lei, está em vigor hoje, a entrega de grandes áreas de florestas deste País, a título de concessão pública, por 40 anos renováveis, a grupos nacionais e internacionais. Como disse, lutei contra a aprovação dessa lei, porque acho que ela envolve riscos até da soberania nacional, riscos de toda a sorte,

de uma ação predatória da nossa principal floresta, que é a Amazônica. Pois bem, para a garantia, para a obtenção da garantia de aprovação daquela matéria no Senado Federal, o próprio Ministério do Meio Ambiente avalizou aqui um acordo feito no Gabinete da Liderança do Governo nesta Casa, Senador Valter, da proposição que fazia o Senador Agripino, trazendo para esta Casa o controle de concessões que excedessem dois mil hectares. Esse era o mecanismo de trava colocado por emenda. O Ministério do Meio Ambiente avalizou esse acordo no qual, para áreas acima de dois mil hectares, a concessão teria que receber a anuência do Senado Federal. A matéria foi aprovada dessa forma, Senador Mão Santa. E o dispositivo foi vetado. Repito: esse dispositivo que colocava uma trava e um controle submetendo o Senado Federal à concessão de áreas acima de dois mil hectares, esse dispositivo, essa emenda foi vetada quando da sanção da lei.

Lembro que, na época, Senador Valter, o que se ofereceu ao Senado Federal, o que se prometeu ao Senado Federal foi que, para o cumprimento da lei, o Ibama seria objeto de reforço. Lembro com muita precisão desse detalhe porque a preocupação era muito grande. Como controlar concessões de áreas de floresta neste País? E a resposta que o Senado Federal recebeu é de que o Ibama seria reforçado para fazer jus às exigências do cumprimento de uma legislação como essa.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Com muito prazer, Senador.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> traz a lume uma discussão da mais alta importância para o País, afinal de contas V. Ex<sup>a</sup> está falando da maior floresta, acredito que esteja falando da metade do nosso território brasileiro, representada pela região amazônica, sobre a qual recai a cobiça internacional, que está à vista de todos. Sabemos que o maior problema da devastação que tem ocorrido não só na Amazônia, mas em outras áreas que exigiriam uma vigilância maior é exatamente a deficiência da fiscalização. E até agora, V. Ex<sup>a</sup> tem razão, não se vislumbrou nenhum projeto objetivando melhorar e aprimorar efetivamente a fiscalização. Então, essa lei de proteção das florestas a que V. Ex<sup>a</sup> está se reportando poderia até ser uma extraordinária ferramenta, desde que estivesse sendo garantida por um arsenal de fiscalização eficiente, comprometido, etc. Então, não sei se nessa reforma que está ocorrendo no Ministério do Meio Ambiente, com essas alterações no Ibama, está-se buscando efetivamente essa eficiência.

Até agora não me convenci disso. Pode ser que amanhã me convença. Mas até agora nada me fora mostrado capaz de me convencer. Então, aí V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Sem fiscalização, o risco de depredação, de confisco de toda uma biodiversidade, que é um verdadeiro patrimônio, que é uma riqueza que temos em nosso território, é muito grande, principalmente levando-se em conta os olhos gordos, os grandes olhos que estão voltados para essa região.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Agradeço o aparte, Senador Valter Pereira. Estou apenas historiando e lembrando aqui que o Governo Federal assumiu dois compromissos para aprovação daquela lei, Senador Mão Santa. O primeiro, como já relatei, foi de iniciativa e de inspiração do Senador José Agripino. O Senado Federal introduziu naquela proposta um mecanismo de controle, pelo próprio Senado Federal, de concessões acima de dois mil hectares. Para que o instrumento tivesse aprovação do Senado Federal, também foi garantida a esta Casa o reforço do órgão que trata da fiscalização, do licenciamento etc.

Na verdade, Senador Valter, não se trata apenas de fiscalização. O organismo como um todo tem que ser alvo de um processo de fortalecimento global, completo.

Portanto, estou aqui lembrando dois compromissos do Governo Federal que não foram honrados. Para dizer, simplesmente, Senador Valter Pereira, que, pelo contrário, além de não promover o reforço do Ibama, o Governo Federal ultimamente decidiu fracioná-lo, fragilizá-lo. Olha o contra-senso, Senador Valter Pereira: ao invés de reforçar o organismo, objeto de um compromisso formal, o Governo Federal resolve, agora, por meio da MP nº 366, fracionar o Ibama, criando um outro instituto, deixando o conjunto de servidores e profissionais atônitos, até pela forma como foi feito, por medida provisória, sem discussão, de cima para baixo, enfiado na goela, de forma antidemocrática. Imagino a aflição dos servidores do Ibama, que, vira e mexe, são acusados daquilo por que não têm, de fato, responsabilidade.

Fico pensando, Senador Valter Pereira, e lamentando que isso tudo esteja ocorrendo. O ideal era que uma formulação dessas fosse objeto de um projeto de lei, fosse objeto de uma ampla discussão com setores que gerem a questão ambiental em nosso País, fosse objeto de discussão com a própria sociedade brasileira. Mas, não, a medida foi instituída por medida provisória, sem discussão com as peças principais de uma formulação dessas, que são os servidores do principal organismo que gere a questão do meio ambiente em nosso País.

Gostaria que essa audiência de amanhã tivesse uma grande participação dos Senadores. O tema precisa chamar a atenção desta Casa, precisa ganhar sua simpatia e sensibilidade. Caso contrário, será mais uma medida que, em princípio, vejo como nociva, negativa, aos interesses do País e que poderá passar nesta Casa sem maiores discussões. Não podemos permitir que isso aconteça.

Creio que essa audiência de amanhã na Comissão de Meio Ambiente será uma oportunidade para que o Senado Federal discuta com mais profundidade algo grave que está acontecendo e posicione-se de forma segura, com conhecimento de causa.

O reflexo dessa medida até arbitrária, Senador Mão Santa, pode ser observado em um ato normativo do Presidente em exercício do Ibama. Lastimo a existência de uma portaria dessa. Refiro-me à Portaria nº 755, de 15 de junho deste ano. Trata-se de uma medida, Senador Mão Santa – e com todo o respeito o afirmo –, que o País só presenciou no auge da ditadura militar. A portaria ameaça, simplesmente, Senador Valter Pereira, os servidores que estão em período de estágio probatório, dizendo o seguinte:

As ausências ao serviço, ocorridas em função da greve dos servidores do Ibama, serão consideradas, para efeito de pontuação no que se refere ao critério assiduidade e pontualidade na avaliação de desempenho individual, em conformidade com a portaria tal...

Penso até que, em relação a esse ponto, não há o que discutir. Mas o art. 2º é lamentável. Diz que, em relação aos servidores em período de estágio probatório, tal quesito será considerado fator determinante para fins de efetivação no serviço público.

Há muito tempo não vejo ato de força, ato arbitrário, ato tão violento quanto esse. Diria até que ele comete absurdos e, quiçá, ilegalidades. Abuso de poder está configurado; assédio moral, igualmente; e controle ideológico, Senador, algo que, há muito tempo, não se vê neste País.

Senador Mão Santa, só tenho a lamentar essa medida provisória que vem fragmentar um organismo, debilitá-lo. Na sexta-feira, falei sobre o mesmo assunto. Quando se quer reforçar um organismo, Senador, não se faz a divisão, mas se criam condições para que ele funcione cada vez melhor. Quando se divide, quando se fraciona, está-se fragilizando aquele organismo, impedindo que ele cumpra com excelência as suas funções. E uma medida como essa traz a reboque um ato truculento como esse, um ato de força, um ato que deve ser repellido por esta Casa, por este País. Não é mais admissível que uma autoridade, neste País, possa constranger um contingente de servidores em estágio probatório, ameaçando... Isso aqui

não é nem ameaça! Isso aqui é uma clara declaração de que atos serão realizados no sentido de expurgar, de tirar do serviço público esses servidores, que, de forma legítima, exercitam seu direito de opinião neste País, que é sagrado!

Senador Neuto de Conto, V. Exª deseja um aparte?

**O Sr. Neuto de Conto (PMDB – SC)** – Eminentíssimo Senador, a análise que V. Exª está a fazer é de uma medida provisória que nos parece que vem a debate e a votação no dia de amanhã. Ela chega a esta Casa sem um aprofundamento na discussão com a sociedade e também com os senhores servidores. Mas o País não é igual. Há muitas amarras que podem servir para o Amazonas, podem servir para Roraima, podem servir para vários Estados, mas não servem para outros, principalmente para o Sul do País, onde as terras foram todas divididas em pequenas propriedades rurais. E é muito difícil entender que se faça, através de portarias, a criação de parques. São necessários, úteis e bons, mas é preciso saber onde e como, porque nesses parques vivem pessoas, vivem seres humanos, que adquiriram suas terras há mais de cem anos e que, por decisão de uma portaria, passam a perder a propriedade, cuja indenização nunca chega. E desalojam-se inúmeras famílias. Cito alguns exemplos, como os quilombolas em Santa Catarina, que foram criados há pouco tempo. Santa Catarina nunca teve escravidão, conseqüentemente, não deve haver quilombolas, mas estão criando uma área de terra produtiva, com pequenas propriedades rurais, e os atuais ocupantes serão desalojados. Nós estamos apresentando uma emenda para que, quando da desapropriação, as pessoas só saiam da propriedade no momento do pagamento, para que elas tenham segurança, porque são seres humanos, são pessoas que precisam ser defendidas. Nós estamos apresentando uma emenda para que essas unidades sejam feitas por lei, para que elas venham para o debate, para o conhecimento público, porque delas precisamos, mas temos que debater com a sociedade, inclusive sobre os entornos dos parques. São dez quilômetros de entorno. Aqueles que vivem há dez quilômetros perto das áreas desapropriadas não podem exercer suas atividades em suas propriedades porque a lei diz que, a até dez quilômetros de distância, não se pode fazê-lo. É praticamente uma desapropriação indireta. E nós defendemos que essa área tem de ser reduzida para uma faixa de talvez quinhentos metros, para que ali se possam desenvolver atividades. Por isso, quero cumprimentá-lo. Penso que nós precisaríamos debater muito essa proposta para que o País tenha uma proposta segura, clara, aberta e para que tenhamos



conhecimento da necessidade, da utilidade e da valorização do meio-ambiente, mas, essencialmente, do ser humano que lá vive. Meus cumprimentos.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Neuto. O seu aparte, inclusive, corrobora o que eu estava dizendo e vem ao encontro da minha preocupação. V. Ex<sup>a</sup>, que deve inclusive ter uma visão diferente da minha em determinados aspectos, prega a necessidade de uma maior discussão. E é isso o que se quer, Senador. Por que medida provisória em um assunto tão candente e importante como esse? É isso o que o conjunto dos servidores do Ibama se pergunta, se questiona, assim como parte da sociedade também. É esse o aspecto que mais incomoda e cria embaraços a um entendimento. É exatamente o que V. Ex<sup>a</sup> prega: uma maior discussão. Por que esse açodamento? Por que essa pressa em assunto de tamanha relevância em nosso País?

Passamos, para aprovar matérias de relevante interesse no Congresso Nacional, bastante tempo discutindo. Posso desfiar aqui dezenas de matérias importantes que foram aprovadas nesta Casa, que sofreram emendas e foram amplamente discutidas.

É exatamente isso que se quer, e não que uma matéria dessas seja veiculada por medida provisória e, dessa forma, empurrada garganta abaixo, talvez gerando inúmeros problemas lá na frente. E o que fazer depois?

Para concluir, Senador Mão Santa, lembro, com a presença do Senador José Agripino no plenário, essa lógica, esses compromissos que não foram honrados pelo Governo Federal, infelizmente. Ressaltei aqui que, para aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, por inspiração do Senador José Agripino, introduziu-se naquele dispositivo a necessidade de o Senado Federal avaliar concessões acima de dois mil hectares. A lei foi aprovada com esse compromisso. O dispositivo foi vetado pelo Presidente da República. Também para a aprovação da lei, foi oferecida à Nação, à Casa, ao Senado Federal a possibilidade de vir o principal organismo envolvido nessa questão, o Ibama, a sofrer reforço na sua composição, na sua estrutura e no seu funcionamento. E o que se vê hoje é exatamente a contramão disso: o organismo está sendo fracionado, fragilizado; e os servidores estão atônitos com uma medida dessas, uma atitude dessas, ansiosos por ver nesta Casa um amplo debate sobre a questão.

O ideal seria que essa medida provisória fosse transformada em projeto de lei, para que sua tramitação não fosse movida pelo açodamento, pela pressa, em assunto de tamanha relevância.

Concluindo, Sr. Presidente, lamento, mais uma vez, que, no bojo, no rastro de uma medida como essa

que foi adotada, voltemos a presenciar, no nosso País, atos de extrema gravidade, atos de força, atos de violência contra um conjunto de servidores, como essa infeliz portaria, assinada em má hora pelo presidente interino do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Sr. Bazileu Alves Margarido Neto.

Devo dizer que, em geral, sempre afirmamos respeitar as decisões. Mas eu não respeito uma decisão dessas. Não posso respeitar o teor de uma portaria dessas, Senador Mão Santa; algo de tamanha violência que deve constranger o País inteiro. Não se pode admitir que um conjunto de servidores em estágio probatório seja ameaçado de demissão – a ameaça está clara na portaria – por exercer o direito de expressar opinião neste País. Chega de atos violentos dessa natureza. Não podemos mais admiti-los.

Portanto, espero que o debate em torno da Medida Provisória nº 366 seja o mais amplo possível nesta Casa. Se possível, que o Senado Federal resolva rejeitá-la ou, se não, que a transforme num projeto de lei. Que o Governo tome tento e tome essa iniciativa – ainda há tempo, Senador Mão Santa – de transformar essa medida provisória num projeto de lei para que possamos ter o tempo necessário para uma discussão nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após contundente e brilhante pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, chamamos os demais oradores. Há dois Líderes inscritos. O que chegou primeiro foi o Senador José Agripino, que tem, portanto, prioridade. Depois, falará o Líder do meu Partido, Senador Valdir Raupp. Há ainda, como inscrito, o Senador Garibaldi Alves, com inscrição normal. Os dois Líderes, José Agripino e Valdir Raupp, estão trocando gentilezas, demonstrando o namoro do PMDB e do DEM.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador José Agripino, que chegou anteriormente, cede a palavra ao Líder do meu Partido, Senador Valdir Raupp.

Pelo Regimento, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos, mas jamais cortarei a palavra do Líder do meu Partido.

Pela ordem, ouço o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Permita-me falar brevemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será breve, não é?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto o Senador Valdir Raupp se prepara para um brilhante pronunciamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – S. Ex<sup>a</sup> já nasceu preparado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ..., eu gostaria de fazer uma sugestão à Mesa, inclusive em razão de matérias que têm sido publicadas sobre o Senado Federal, como, por exemplo, a publicada hoje pelo Jornal *O Globo*, com respeito à questão de transparência daquilo que ocorre nesta Casa. Eu gostaria de trocar idéias com meus companheiros Senadores e Senadoras e propor à Mesa, se possível conjuntamente, que possamos dar maior publicidade aos diversos tipos de gastos que são realizados por nós, Senadores.

Por exemplo, podemos fazer um projeto de resolução segundo o qual todos os ressarcimentos de possíveis despesas, tais como despesas médicas e de dentistas, sejam objeto de transparência total. Pode-se estabelecer a publicidade daquilo que é denominado verba indenizatória, do direito que temos de gastar até R\$15.000,00 por mês. Alguns de nós gastam 20% ou 30% dessa verba indenizatória, outros gastam mais, dependendo das necessidades. Por que não darmos, então, transparência a esses gastos?

Quanto à publicidade sobre diárias de viagem, normalmente já há publicidade sobre essas viagens. Eu, hoje, por exemplo, entreguei à Mesa, com V. Ex<sup>a</sup> presidindo a sessão, requerimento de viagem a Bangladesh, à Coréia do Sul e a Moçambique. É uma viagem de trabalho, a convite, sem ônus para o Senado Federal. Quando a missão é oficial e com ônus para o Senado, isso é assinalado; quando a viagem é sem ônus para o Senado, isso também é assinalado. Então, que tenhamos um procedimento de, organizadamente, sempre dar transparência a esses gastos.

Avalio, Sr. Presidente, que a transparência em tempo real é sempre a melhor forma de prevenir problemas. O Senado Federal estará avançando se todos, Senadoras, Senadores e Mesa Diretora, concordarem em termos como diretrizes de transparência tudo aquilo que despendemos como representantes do povo que somos, no sentido de fortalecermos a nossa instituição.

É esta a sugestão que faço a V. Ex<sup>a</sup>, que hoje preside a sessão, como também à Mesa Diretora e a todos os Senadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> vai se limitar a essa sugestão oral ou vai enviar algum documento à Mesa?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, minha intenção é elaborar um projeto de resolução nessa direção. Mas aqui exponho o pensamento porque poderei recolher, nos próximos dias, sugestões de V. Ex<sup>a</sup>, de todos os colegas para aperfeiçoar a proposta. Na medida do possível, faremos em consenso, mas quero registrar que estou preparando, com a minha assessoria e a do Senado Federal, um projeto de resolução para que a Mesa examine nesse sentido de dar maior transparência a tudo que fazemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa vai recolher as notas taquigráficas e o assunto será discutido. V. Ex<sup>a</sup> dá um passo adiante na transparência e moralidade da coisa pública, pelo que agradecemos.

Entendemos que este é um dos melhores Senados em 183 anos. V. Ex<sup>a</sup> está aí desde cedo. Nunca se trabalhou em julho sem remuneração, mas nós estamos aqui. Podemos estar vivendo uma crise, mas entendo, pelos nomes que fazem este Senado, que ele é um dos mais transparentes, um dos melhores Senados da República.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estamos trabalhando com remuneração, mas sem salário extraordinário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Claro que é com remuneração. Isso é óbvio e ululante. Se não fosse, iríamos ter mensalão, que é imoral. Mas eu ajo como todos na declaração do Imposto de Renda. A minha é exposta às autoridades federais. Não pensem que não somos vasculhados. Sou um homem vivido e prático.

Quero apresentar dois fatos que contribuem para o quadro deste Senado. Quem faz o meu Imposto de Renda é José Aragão, o irmão do Renato Aragão, esse que V. Ex<sup>a</sup> conhece. Ele chegou e me disse: “Mão Santa, você está mais pobre do que quando entrou?” Esta é a situação dos Senadores aqui. Quero lhe dizer que somos vasculhados, José Agripino. Outro dia eu fui chamado por causa de um dinheiro, Raupp, que eu tinha doado a uma Santa Casa a que me dediquei, através do Rotary, para fazer uma rampa. O engenheiro fez a rampa.

Então somos todos nós vasculhados na declaração de Imposto de Renda. Isso não existe.

Entendo que este é um dos melhores Senados em 183 anos de existência desta Casa.

Com a palavra o Líder do meu Partido, Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de agradecer...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Suplicy, pelo contrário. Esse negócio de falar em prerrogativa, em júri privilegiado, não tem isso não. Pelo contrário, nós somos é castrados.

Vou dar um exemplo. O cidadão comum é julgado no seu Município pelo juiz, recorre ao tribunal de instância do seu Estado, recorre ao STJ e recorre ainda ao STF. Qualquer pessoa pode. Não tem esses privilégios, não.

A nossa vida é transparente, somos julgados a cada período eleitoral.

Com a palavra o Líder do meu Partido, Senador Valdir Raupp, que foi um extraordinário Governador de Rondônia. Fomos Governadores na mesma época.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer, inicialmente, ao nobre Líder dos Democratas, Senador José Agripino, pela concessão de preferência no tempo a que ele tinha direito. Muito obrigado.

Sr. Presidente, as empresas brasileiras de pequeno porte adquiriram, desde dezembro último, fôlego excepcional para tocar seus negócios no País. Mais especificamente, devemos saudar a sanção da denominada Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, cujo texto estabelece regras comerciais e tributárias mais justas, para uma operacionalização mais lucrativa do setor.

Conhecida pela instalação do sistema Supersimples, a nova lei estabelece um regime tributário diferenciado para as micro e pequenas empresas que faturam até R\$2,4 milhões por ano. Calcula-se, hoje, que dos 16 milhões de empreendimentos na categoria dos micro e pequenos negócios, nada menos do que 11 milhões estão imersos no circuito da informalidade.

Premiados com tributos mais modestos, tais empreendimentos ganharão, daqui para frente, alíquotas que variam de acordo com o faturamento, indo de 4% a 11,61% no comércio.

Mais que isso, a Lei Geral garantirá desburocratização, possibilitando maior rapidez na abertura de empresas.

A partir de sua vigência, os documentos necessários à constituição de uma empresa passarão a ser entregues em um único órgão, que repassará os dados aos demais órgãos envolvidos.

O registro da empresa também será único e servirá para todas as esferas de Governo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vale recordar que aqui, no Senado, a Lei Geral foi aprovada por

unanimidade, com a ressalva de que sua implementação fosse adiada para o segundo semestre de 2007.

Na verdade, nós, Senadores, atendemos aos justos apelos da Receita Federal, segundo os quais seria necessário mais tempo para desenvolver o sistema de arrecadação.

Cumpramos registrar ainda que, na votação no Senado, sob o novo regime do Supersimples, ficaram asseguradas, às pequenas empresas, vantagens em licitações públicas e a criação de um novo programa de parcelamento de dívidas de empresas com a Previdência Social.

Decisão prudente, decisão acertada. Não por acaso, a Lei Geral foi logo invocada quando da discussão preliminar, em janeiro último, sobre o alcance das medidas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

À época, o Ministério da Fazenda chegou a acenar com um pacote de desoneração na casa dos R\$12 bilhões. No entanto, logo se verificou que tal cifra jamais seria obtida sem a inexorável inclusão das isenções fiscais previstas na Lei Geral. Mais concretamente, somadas tais renúncias com aquelas determinadas pela nova correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, a contabilidade final apontaria para cifras em torno de R\$4 bilhões.

Cabe assinalar que a Lei Geral não é integralmente perfeita. Alguns analistas ponderam que, com sua entrada em vigor, haveria uma possível perda de arrecadação das entidades do chamado Sistema “S”. Tal fato decorreria da dispensa das empresas enquadradas em suas normas do recolhimento de contribuição a esse Sistema.

Isso, absolutamente, não é verdade. Abusos e distorções foram erradicados ao máximo. Prova disso é que, ainda em 2006, a Receita Federal conseguiu impedir que as “empresas de uma pessoa só” fossem incluídas entre os beneficiárias da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

De modo sensato, prevaleceu o argumento de que a medida poderia provocar uma fuga de assalariados rumo à condição de pessoas jurídicas, com prejuízos, em especial, para a arrecadação da Previdência Social.

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Lei Geral é resultado de um longo processo de lutas de um grande número de entidades na defesa de normas específicas e favoráveis para os empreendimentos de menor porte. Tal movimento se instaurou nos idos de 1979, em São Paulo, por ocasião do I Congresso Brasileiro da Micro e Pequena Empresa. No entanto, a idéia só amadureceu quando da aprovação do Estatuto da Microempresa, em 1984.

Em 1988, a Carta Magna consagrou, em seu art. 179, dispositivo prevendo que União, Estados e Municípios “dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio da lei”.

Em 1996, a partir desse mandamento constitucional, a Receita Federal elaborou o Simples, que reduziu a carga tributária e simplificou a burocracia para as pequenas e microempresas de alguns setores. Contudo, sua abrangência ainda ficava limitada à esfera federal e, pior, nem sequer cobria a área trabalhista.

Apesar de tais limitações, o Simples proporcionou, desde sua implantação, a formalização de um número significativo de empreendimentos e a criação de novos negócios. Embora, durante um longo período de alta inflação, tivesse seu resultado prejudicado pela não correção dos valores para enquadramento, tal defasagem de limites não chegou a comprometer sua eficácia funcional de estimular a produção.

Em 2003, a aprovação da PEC 42 adicionou mais um dispositivo ao inciso III do art. 146 da Constituição, possibilitando a unificação da tributação da União, Estados e Municípios. Isso foi devidamente providenciado pela Lei Geral, que estabeleceu, na prática, o “imposto único” para os empreendimentos de menor porte.

Tal evolução, Sr. Presidente, gradativa do tratamento diferenciado às pequenas e microempresas não comporta retrocessos. Sem dúvida, não trará perdas ao Sistema “S”, cujos trabalhos relevantes não foram afetados pelo Simples e não serão afetados pela entrada em vigor da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Nesse sentido, em que pesem algumas limitações, representa um passo da maior relevância, fortalecendo a estrutura empresarial brasileira, cuja base se assenta nos empreendimentos de menor porte.

Sr. Presidente, entendo eu – e acredito que todas as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores assim entendem – que esta lei, aprovada no Congresso Nacional, ainda não totalmente implementada, será de grande relevância para o crescimento e amadurecimento das micro e pequenas empresas, podendo gerar mais renda e mais emprego para a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, do nosso Estado de Rondônia, chamaremos, como orador inscrito, o Líder que representa o Rio Grande do Norte e o DEM, José Agripino, e representa, na História deste Senado, a grandeza da oposição que Rui Barbosa sempre soube fazer, Jo-

aquim Nabuco, Afonso Arinos e Mário Covas. V. Ex<sup>a</sup> é um fato importante pelo qual posso afirmar que este é um dos melhores Senados da história da República em 183 anos.

V. Ex<sup>a</sup> iguala-se aos grandes oposicionistas que fizeram crescer a democracia neste País.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, pela sua permanente boa-vontade com o orador que vos fala.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Neuto de Conto, cheguei hoje aqui, plenário tranquilo, segunda-feira *relaxing*, parece que tudo vai bem. O noticiário da imprensa está dominado pela perspectiva de abertura dos Jogos Pan-americanos. Amanhã é jogo do Brasil. Parece que está tudo muito bem. Não está nada bem. Na minha opinião, não está nada bem, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Temos uma crise no Senado. Estou vindo do meu Estado com uma preocupação. Hoje existe uma outra grande preocupação adicional, de âmbito nacional, e é sobre isso que quero falar. Quero repartir minhas preocupações com o Senado.

Presidente Mão Santa, votamos, há poucos dias, projeto de lei que modifica critérios de instalação das Zonas de Processamento de Exportação. Um projeto que se arrastou por mais de dez anos, bem mais de dez anos, e que foi aprovado mediante entendimento. Alguns pontos serão vetados; haverá um projeto de lei novo que disciplinará pontos que ficaram vagos, mas, já ficou acertado, Senador Garibaldi, que as ZPEs serão institucionalizadas. Em alguns locais do Brasil será possível instalar zonas de processamento de exportação onde serão produzidas coisas para o mercado externo, a partir de importações, com alíquota de importação zero. Com um detalhe, pode-se importar o que quiser e exportar até 80%. Só se pode jogar no mercado interno 20%. O que for jogado no mercado interno será subordinado à legislação tributária para os pobres mortais; tudo aquilo que as ZPEs produzirem e não for destinado ao mercado externo, 80%, será subordinado à legislação tributária vigente e pagará todos os impostos.

Muito bem, então às ZPEs, como novidade, reserva-se a possibilidade de importar matéria-prima para, com mão-de-obra local, com qualificação local, montarem-se produtos para que tenham um valor agregado e sejam exportados.

Não tenho nenhuma dúvida, Senador Mão Santa, de que as ZPEs, depois de mais de 10 anos de evolução, hoje não significarão grande coisa se não tivermos um trunfo local onde for instalada. Se compararmos nossa mão-de-obra com a da China tornam-se piadas as ZPEs no Brasil.

Se compararmos a legislação tributária, a legislação trabalhista, as condições que o Brasil exige, nem pensar em instalar a ZPE para ter como trunfo mão-de-obra qualificada e barata. Não é barata. Qualquer coisa que viéssemos a importar para produzir alguma coisa e reexportar, na competição com a China, nos arrasaria.

Esse assunto nos remete a um trunfo do meu Estado. O Senador Garibaldi Alves é testemunha de que, no meu Estado, um velho projeto começa a ser desenvolvido, o aeroporto de São Gonçalo.

Senador Neuto de Conto, Natal é uma espécie de esquina do continente. São Gonçalo do Amarante é um Município da grande Natal cujo espaço físico ocupado é muito menor do que o da capital. Lá foi possível encontrar uma área que, desapropriada, cedeu espaço para a construção de um moderníssimo aeroporto – pretende-se que seja assim –, com uma pista de pouso bastante longa, projetada para receber aeronaves de hoje e do futuro que transportariam carga em grande quantidade. Como a situação geográfica do Rio Grande do Norte é favorável às importações dos Estados Unidos e da Europa, previu-se esse aeroporto como um aeroporto de carga pesada transportada em aviões modernos de grande tonelagem para se ganhar na escala do frete. Aí há trunfo: o Rio Grande do Norte começa a ambicionar uma zona de processamento de exportação, porque tudo aquilo que viermos a importar, produtos nobres, terá um frete muito mais barato porque pouca gente no mundo disporá de um aeroporto com aquele tamanho de pista para receber cargueiros lotados de produtos importados que serão agregados a outras coisas na ZPE de São Gonçalo e reexportados para o mundo, aí sim, gerando emprego e renda para milhares de potiguares. Aí a ZPE hoje tem competitividade.

Acabamos de aprovar o projeto das ZPEs, e entendendo que as ZPEs, no meu Estado, só têm viabilidade agregadas ao aeroporto de São Gonçalo. Eu me bati muito por esse trunfo. Eu me bato muito por todos os trunfos da economia do meu Estado, que, aliás, vêm sendo relegados a segundo, terceiro e quarto plano. Tínhamos direito a uma refinaria de petróleo; levaram embora. Tínhamos direito a um pólo de PVC, pelo gás que temos, pelo sal que temos e pela energia elétrica que está em vias de ser gerada na Termosul. O pólo de PVC já foi embora, provavelmente para ser gerado na fronteira do Mato Grosso com o gás prisioneiro da Bolívia. Estão levando nossos trunfos todos, só faltava levar o trunfo de São Gonçalo do Amarante.

Procurei ver em que pé andam as obras de São Gonçalo. Presidente Mão Santa, vão devagar, devagar-

zinho, quase parando, como tudo no Governo de Sua Excelência o Presidente Lula. Lamentavelmente.

Tive a oportunidade de conversar agora há pouco com o Senador Garibaldi Alves Filho, vou conversar com a Senadora Rosalba Ciarlini, vou conversar com todos os Deputados Federais – somos apenas oito – e vou tomar a iniciativa de procurar a Governadora do Estado para que nos unamos para que as obras do Aeroporto de São Gonçalo tenham consequência. Os recursos alocados no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) são mínimos.

Já está se falando agora numa coisa que era objeto de investimento do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, e eu não faço fé no PAC –, já está se falando em PPP, em Parceria Público-Privada, em concessão, ou seja, em sair fora da responsabilidade que a União tem de fazer o aeroporto de São Gonçalo, que é um projeto de mais de dez anos, antiquíssimo, que é um trunfo da economia potiguar e só nós temos aquela situação geográfica.

Eu vou procurar a bancada inteira, os Senadores, os Deputados Federais, a Assembléia Legislativa e a Governadora do Estado, com quem já conversei sobre esse assunto, para que possa reativá-lo. A preocupação que eu recolhi, eu passei quinta, sexta, sábado e domingo no meu Estado, conversando na rua e ouvi coisas do arco da velha com relação à nossa questão Senado, em relação àquilo que eu digo, em relação à condição do Presidente Renan. Mas essa é outra história. O que eu depreendi na minha passagem pelo meu Estado é que as obras do meu Estado estão devagar, devagarinho, quase parando, e que nós temos que agitar.

Trago, portanto, esta enorme preocupação porque eu imaginava que, como a obra está no PAC, ela já estaria em andamento normal. Não está e vai ter que ser objeto de uma sacudida geral por parte da bancada, e eu tomarei a iniciativa de conversar com os meus colegas e dividir responsabilidades, somando as nossas forças às forças do Governo do Estado para que possamos não frustrar, Senador Garibaldi, mais uma vez, uma expectativa da economia potiguar, como foi frustrada a refinaria de petróleo e o pólo de PVC. Nós não agüentamos a terceira lapada. Já está se falando por lá em Parceria Público-Privada, já se fala em concessão, quando a obra do aeroporto de São Gonçalo está prevista no PAC. Então, o PAC é peça de ficção? É peça de enganação? Ou nós vamos cobrar energicamente de quem se comprometeu conosco a levar a efeito o aeroporto de São Gonçalo, porque só nessa circunstância a ZPE, projeto pelo qual nos batemos tanto, terá sentido. Do contrário, ZPE no Rio Grande do Norte para competir com ZPE da China é

piada, Senador Neuto de Conto. Piada! Eu não perco energia com coisa não pragmática, não conseqüente. Agora, uma ZPE ao lado, anexa ao aeroporto de São Gonçalo, recebendo aeronaves de grande porte, com carga pesada, transportando componentes de valores expressivos para serem, em território potiguar, anexados a valor para reexportação, nisso eu faço fé.

Ouç o Senador Garibaldi Alves Filho.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN)** – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão. Nós tivemos a inclusão do aeroporto de São Gonçalo – e V. Ex<sup>a</sup> já disse muito bem o que ele representa – no PAC. Depois nós tivemos a inclusão desse investimento federal, com o compromisso do Governo do Estado de complementá-lo no que fosse necessário no PAC estadual, além das promessas de campanha.

Mas vamos deixar essas promessas de lado. Além das promessas de campanha, há compromissos fixados em documentos oficiais, tanto em âmbito federal como em âmbito estadual, assegurando que nós teremos os recursos suficientes para a construção do aeroporto de São Gonçalo. O que queremos é fazer daquele aeroporto justamente esse complexo de que V. Ex<sup>a</sup> está falando e então, sim, é que nós poderemos pensar em uma negociação com empresas multinacionais, para transformar a área do aeroporto num grande complexo de exportação, por meio das ZPEs. Mas o que estamos sentindo é que uma coisa é a Parceria Público-Privada, outra coisa é o Poder Público fugindo das suas obrigações e dos seus compromissos. Está havendo uma fuga clara ao querer inserir o aeroporto de São Gonçalo num contexto inteiramente diferente, como V. Ex<sup>a</sup> está denunciando, do que nós pensávamos que seria estabelecido. Esse é o meu pensamento e estamos, nesse aspecto, absolutamente sintonizados – creio eu.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Garibaldi...

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – Senador José Agripino, interrompo V. Ex<sup>a</sup> um instante para abrir o livro de inscrição dos oradores e prorrogar a sessão por meia hora, a fim de que V. Ex<sup>a</sup> e o Rio Grande do Norte ouçam o outro Líder, Senador Garibaldi Alves Filho, que está inscrito.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Garibaldi Alves Filho, estamos inteiramente de acordo. V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar da reunião feita na sede da Federação das Indústrias, se não me engano, há algum tempo, com a presença de autoridades do Governo Federal. O atual Presidente da Infraero estava lá tomando compromisso, deitando falação, o Governo do Estado, igualmente. O tempo passou, e o que aconteceu em São Gonçalo foi um pouquinho de desmatamento, um

pouquinho de terraplanagem e mais nada. A frustração agora é com a história da concessão ou Parceria Público-Privada. Acredito em privatização. Acredito que o aeroporto de Natal seja viável para a privatização ou concessão. Acredito que o aeroporto de São Paulo, o aeroporto do Rio de Janeiro, o aeroporto de Campinas, o aeroporto de Florianópolis, aeroporto de Campina Grande, acredito que esses aeroportos maduros, com o fluxo de passageiro estabelecido, sejam viáveis para a concessão ou para a privatização.

Um projeto novo deve ser entregue à privatização ou à Parceria Público-Privada, dependendo de um projeto de Zona de Processamento de Exportação ao lado... Ou o Governo estimula com a provisão dessa infra-estrutura ou assume a responsabilidade de impulsionar o desenvolvimento e faz os investimentos, ou não vai para lá investidor que vá se interessar por lucratividade nunca. É um negócio de maturação longa com investimento pesado. No mundo inteiro, quando há o modelo de investimento pesado, o Governo faz o investimento ou, pelo menos, faz o grosso do investimento para, em seguida, evoluir para uma Parceria Público-Privada num complemento do projeto.

Essa é a preocupação que tenho, Senador Mão Santa, com relação a um problema do meu Estado, que é a expectativa de frustração das ZPEs casadas com o aeroporto de São Gonçalo. ZPEs, para mim, só têm sentido se houver uma vocação ou um trunfo local que estabeleça condições de competitividade com o mundo que já se adiantou e que já pratica a produção industrial mediante Zonas de Processamento de Exportação.

A segunda preocupação que tenho há algum tempo, e quero ressaltar nesta segunda-feira, é relativa à perspectiva de um apagão elétrico. Hoje, abrindo os jornais do Rio de Janeiro, *O Globo*, vi uma declaração do Senador Mercadante, em que S. Ex<sup>a</sup> concordava com a perspectiva de um apagão elétrico em 2010.

Venho falando nisso há muito tempo, Presidente Mão Santa, e é o que de pior pode acontecer – e já está acontecendo com a Argentina.

A Argentina esboça uma recuperação econômica, mas já enfrenta problemas por falta de energia elétrica por não terem sido feitos investimentos. Por isso, está agora procurando o Brasil para fornecer-lhe energia elétrica. Ora, é abraço de enforcado. Um está na iminência de ter restrição do fornecimento de energia elétrica, e o outro já está com a restrição. E um prometendo ao outro ajuda? Isso é, na minha opinião, um gesto de inconseqüência e de irresponsabilidade.

Lembro-me de que, no gabinete do Senador Mercadante, quando S. Ex<sup>a</sup> era o Líder do Governo, nós fizemos uma reunião com a Ministra Dilma Rousseff,

que ainda era Ministra de Minas e Energia, para discutir o marco regulatório. Fui voz vencida, mas ainda consegui algumas poucas e modestas conquistas para o marco regulatório da energia elétrica. Mas o que se queria era o destroço, era a completa estatização, a volta à estatização do setor.

O que se definiu, ao final, é que a tarifa da energia velha, ou seja, a tarifa que se concederia às geradoras de energia elétrica, tipo Chesf, Itaipu etc, era uma tarifa compensatória como forma de se estimular que o setor estatal se capitalizasse com o lucro gerado por uma boa tarifa e produzisse investimentos para gerar a energia elétrica que o Brasil iria precisar.

Com relação ao novo capital, ao capital privado que haveria de vir, a tarifa oferecida era modesta. Resultado: por causa da tarifa modesta, o Presidente da Vale do Rio Doce declarou que vai fazer investimentos para produção de níquel fora do Brasil, porque aqui não há energia elétrica!

Eu não quero discutir se vai haver apagão ou não; eu quero destacar a declaração pragmática do presidente de uma das maiores empresas do Brasil – uma empresa que foi privatizada e que está passando a Petrobras –, de que não vai investir mais na produção de níquel no Brasil, porque não há energia elétrica. Ele não vai investir no Brasil; vai investir no exterior! Isso é um fato concreto, pragmático e claro. Por conta de quê? Porque ao capital privado se negou a oportunidade do estímulo por uma tarifa que, naquela época, seria convidativa e que já teria gerado investimentos, que não foram feitos e, se feitos hoje, vão demorar pelo menos seis anos para produzirem a maturidade da energia elétrica. Além do mais, eles podem vir tarde e, quando vierem, podem vir obrigados a um tarifaço, uma tarifa de energia elétrica muito alta.

O que está acontecendo hoje? Sr. Presidente, Senador Mão Santa, além do marco regulatório defeituoso que nunca foi reajustado ou refeito – e ele tem de ser reajustado –, das 25 hidrelétricas que o PAC contempla, 9 estão com 16 meses de atraso, por problemas ambientais, por problemas de gestão, por problemas de licitação, por razões diversas de competência de Governo.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Coincidentemente, neste momento em que V. Ex<sup>a</sup> faz esse pronunciamento muito importante sobre a problemática energética brasileira, acabo de receber a notícia de que o licenciamento das usinas do rio Madeira acabou de sair, com algumas condicionantes, mas saiu. Isso é o que é importante. Com algumas ressalvas, mas acabou de sair a licença ambiental para a construção de duas grandes usinas em Rondônia, meu Estado. Trata-se das usinas de Santo Antônio e Jirau, com uma soma

de 6.500 MW. Espero que, depois da licença ambiental, as condições para o leilão, para a venda dessa energia sejam favoráveis, visto que V. Ex<sup>a</sup> está falando das dificuldades que as empresas estão tendo. Eu já soube de alguns empresários que estão interessados em entrar no leilão das usinas do Madeira e que poderão ter dificuldades na hora do leilão. Então é uma burocracia atrás da outra. O mais importante é que desejo dar essa notícia aqui, aproveitando e agradecendo o aparte ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Essa licença ambiental estava sendo esperada há muito tempo. O próprio Presidente da República estava empenhado diante das dificuldades com o Ibama, greves e tudo mais, mas os técnicos empenharam-se e conseguiram liberar essa licença, que será muito importante para a sustentação e o crescimento econômico do País. Se o Brasil crescer mesmo à taxa de 4% ou 5% ao ano, vai precisar, daqui a três ou quatro anos, de muita energia, e não serão somente as usinas do rio Madeira que irão resolver todo o problema. Já foi um avanço importante esse licenciamento ambiental. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPIÑO** (PFL – RN) – Quero cumprimentar o Senador Valdir Raupp, como rondoniense, porque essa hidrelétrica do rio Madeira, que é um sonho de Rondônia, um sonho da Região Norte, vence agora o primeiro obstáculo, que estava colocado há vários anos: a questão ambiental. Supõe-se que esteja, pelo menos em princípio, resolvido. Como V. Ex<sup>a</sup> mesmo diz, não se sabe se os entraves de ordem ambiental estão todos, por inteiro, resolvidos. Qualquer casquinha de banana a mais pode interromper o processo do leilão, que é o segundo problema. Aí é onde, Senador Valdir Raupp, me preocupa, porque o leilão vai ser feito e o marco regulatório impõe restrições de tarifa. E pode não haver interessado; e pode haver interessado de qualidade defeituosa, que não garanta a implantação da hidrelétrica, que é o que me preocupa. Aquele que vem está em busca de um lucro razoável, daí o leilão. Agora, não se pode impor um modelo estatizante, como o privilegiado. Cadê que Itaipu, cadê que Chesf, cadê que as estatais, pelo marco regulatório que foi aprovado, geraram lucro suficiente à geração de energia elétrica para suprir o Brasil? Coisa nenhuma! E cadê que o marco regulatório atraiu investidores em tempo certo, e que o Governo foi ágil na questão ambiental? Nada. Então é preciso que estejamos aqui denunciando, fiscalizando, criticando, aplaudindo, quando for o caso, para evitar o pior. E o pior é o tarifaço que pode vir na hora em que a escassez de energia elétrica acontecer, e nós seremos obrigados a importar petróleo ou a comprar gás caríssimo boliviano, ou de onde quer que seja, para produzir a energia elétrica da qual não poderemos abrir mão.

Então esta é a preocupação candente que temos que ter neste momento. Há duas questões: uma, a idiossincrasia do Ibama com relação às questões ambientais para a liberação de áreas para instalação ou construção de hidrelétricas; segundo, a revisão do marco regulatório, para possibilitar que o capital privado nacional ou internacional se mova para fazer os investimentos antes que seja tarde demais – porque tarde já é.

Ouçó, com prazer, a Senadora Rosalba, que deve estar chegando do nosso Estado agora. Nós assistimos à manifestação – talvez tenha ouvido pelo rádio – sobre as ZPEs, sobre o aeroporto de São Gonçalo, que nos diz respeito muito de perto.

**A Srª Rosalba Ciarlini (PFL – RN)** – Exatamente, Senador Agripino. Eu estava ouvindo V. Exª, acompanhando pelo rádio, enquanto vinha do aeroporto para o plenário. E V. Exª falava de assuntos da mais alta relevância para o nosso Estado e para o nosso Brasil. O aeroporto não foi uma escolha do Rio Grande do Norte isoladamente; foi uma escolha do Brasil. A localização geográfica do aeroporto é exatamente porque, no Rio Grande do Norte, temos condição de melhor servir o Brasil, com a proximidade com o mercado exterior. Já no final de março, fiz um pronunciamento – V. Exª fez um aparte – sobre o aeroporto de São Gonçalo, e levantávamos uma série de interrogações com relação à continuidade das obras, à operacionalização e às condições para que realmente houvesse sustentabilidade. Depois, fui surpreendida, e fiquei indignada, quando, na primeira prestação de contas do PAC, constatei que nenhum centavo fora liberado para as obras do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, enquanto outros aeroportos já estavam recebendo recursos regularmente para a ampliação das novas obras. Sabemos da importância do aeroporto de São Gonçalo para viabilizar, ampliar, apoiar o nosso País na questão de importação e exportação, mas também é de vital importância hoje para o Rio Grande do Norte e Estados vizinhos nordestinos o turismo. O nosso aeroporto Augusto Severo já se encontra com as condições superadas para dar um bom atendimento ao fluxo de passageiros. Então, o aeroporto de São Gonçalo é vital ao nosso Estado e aos Estados vizinhos, porque quem vai ao Rio Grande do Norte, na maioria das vezes, visita os Estados vizinhos, principalmente os passageiros que vêm do exterior. Gostaria aqui também de relembrar, Senador, as ZPEs. Existe a expectativa de que elas levem a dar sustentabilidade de mão e contramão. São as ZPEs e o aeroporto, o aeroporto e as ZPEs. Elas têm de ficar ali; eu lembrava inclusive da importância da sua localização na cidade de Macaíba, até por ser vizinho

a São Gonçalo, assim estaríamos realmente tendo a oportunidade de gerar muitos empregos e renda, dando uma sustentabilidade vital ao aeroporto. Isso era o que eu queria colocar. V. Exª, mais uma vez, mostra muita inteligência, com muita competência e preocupação com o nosso Estado, quando complementa o seu pronunciamento de hoje lembrando da questão energética. Nenhum País no mundo poderá ter realmente desenvolvimento com sustentabilidade se não tiver o que é vital para impulsionar as máquinas, que é a energia. E o nosso País passa por essa dificuldade. Estava lendo, não lembro agora quem escreveu – sei que foi no jornal *O Globo* –, o artigo dizendo que tivemos um racionamento de energia com um percentual no qual a expectativa hoje para termos um novo apagão, um racionamento maior, é ainda mais preocupante. O Governo, portanto, precisa alertar, agilizar, impulsionar, superar as barreiras, as dificuldades que tiver para que possamos ter mais energia. Parabéns pela sua preocupação, que é pertinente e da mais alta importância para o nosso País.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senadora Rosalba, eu me lembro bem de que V. Exª fez um pronunciamento – acho até que tive oportunidade de apartear-la –, citando os números com que o aeroporto de São Gonçalo é contemplado no PAC. Dava informações sobre a liberação que já era muito pequenininha, coisa de dois meses atrás. Resolvi colher informações agora, pois, como se acabou de aprovar o projeto das ZPEs, procurei saber como andavam as obras. Fiquei alarmado. Foi essa a razão pela qual vim logo na segunda-feira falar sobre isso, porque temos que nos juntar. O Senador Garibaldi, V. Exª, eu, os nossos oito Deputados Federais temos que arregimentar a Assembleia Legislativa, temos que chamar a Governadora do Estado. Aliás, conversei com ela, viajamos de Natal para cá e, ao chegarmos ao aeroporto daqui, troquei idéias com ela sobre essa preocupação que tem que ser da classe política toda do Estado, para que possamos aproveitar o trunfo da ZPE e não deixar morrer a idéia. Estou convencido, Senadora Rosalba, de que, se deixarmos entregue à condução do Governo Lula, não vai haver nem concessão, nem PPP, nem investimento...

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – Senador Agripino, V. Exª completou 30 minutos, e foram os melhores 30 minutos deste Senado, mas, assim, vocês reivindicam tudo para o Rio Grande do Norte e acaba a Federação. E ainda falta o Senador Garibaldi...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Já vou encerrar, Sr. Presidente.



Não acontecerá nem investimento por Parceria Público-Privada, nem por concessão, muito menos por PAC. Então, antes que seja tarde, mais uma vez, temos que nos antecipar e bater forte nessa história, porque senão vai pelo ralo o último trunfo que nos resta.

Se V. Ex<sup>a</sup> permitir, Sr. Presidente, ouviria com muita alegria o Senador Cícero Lucena.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cícero Lucena, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito. E só para aplaudir o Senador José Agripino, vou-lhe conceder um minuto em agradecimento ao almoço que você me ofereceu, com Adalgisa, na sexta-feira.

**O Sr. Cícero Lucena** (PSDB – PB) – Você é muito generoso, Presidente. Agradeço o aparte do Senador José Agripino. Eu vinha ouvindo V. Ex<sup>a</sup> pela Rádio Senado, deslocando-me do aeroporto até aqui. V. Ex<sup>a</sup> tocou basicamente em três pontos de suma importância. A questão das ZPEs, o que ela representa, a história, a luta, esse tempo todo, os avanços que estamos conquistando, mas ela precisa ser instrumento – e será instrumento – de desenvolvimento para as nossas regiões, a exemplo do Rio Grande do Norte e da Paraíba, que foram criadas há vários anos e que, sem dúvida, precisam ser implantadas o mais urgente possível. V. Ex<sup>a</sup> chamou também a atenção para a questão das concessões. Não adianta querer, por meio da mídia, por meio de decreto, dizer que a concessão vai resolver todos os problemas dos aeroportos brasileiros, quer seja de passageiros, quer seja de carga. Eles têm que ter viabilidade econômica para poder ter a participação da empresa. E é papel do Poder Público, do Governo, dar a sua contribuição, fazer a alavancagem para o desenvolvimento, para que no futuro isso possa ser conseguido. Acabo de embarcar no Aeroporto de João Pessoa, e só o chamo de aeroporto porque o Português não me permite chamá-lo de rodoviária. Assim o fez o Presidente Lula quando foi visitar a Paraíba. Não quis nem visitar a obra do aeroporto, porque disse que ela estava mais para rodoviária do que para aeroporto. E nada foi contemplado no PAC para que esse aeroporto viesse a atender a demanda do crescimento turístico e do desenvolvimento que o Estado da Paraíba está tendo. Então, é por demais justa a sua cobrança do aeroporto de carga de São Gonçalo, no Rio Grande do Norte. Felizmente, o Rio Grande do Norte saiu na frente em relação a isso, por mérito daqueles que planejaram, cobraram, estão cobrando – e deve ser cobrado – do Presidente Lula para que isso ocorra. Em João Pessoa, estamos reivindicando uma melhor condição de terminal de passageiros. Outro alerta que o senhor fez, com muita propriedade, é quanto à questão energética. Não fazemos oposição com a desgraça do Brasil. Não queremos aqui reclamar quando chegar o apagão e dizer

que ele está existindo. Estamos prevenindo que isso vai ocorrer, se não forem adotadas medidas responsáveis e sérias, em 2010. Isso está previsto para quem entende, para quem trabalha, para quem vive no setor de energia neste País. V. Ex<sup>a</sup> deu o testemunho de um empresário, de forma pragmática, que disse não se sentir estimulado. Pelo contrário, vai deixar de investir no Brasil porque não tem segurança do fornecimento de energia. O que o Governo precisa é ouvir a Oposição, ouvir os técnicos, e não achar que está tudo às mil maravilhas. Ainda há tempo, embora pareça ser tarde.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Cícero Lucena** (PSDB – PB) – O Senador Mão Santa hoje está bastante econômico no tempo. Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que estamos fazendo um alerta ao Governo para que não ocorra no futuro o mesmo diz-que-diz do apagão aéreo que hoje estamos vivendo. Há tempo para tomar providências. É preciso ter gerenciamento, competência e decisão. Parabéns, Senador José Agripino, pelos itens que aqui foram levantados neste final de tarde de segunda-feira.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Senador Cícero Lucena, o último apagão a que o Brasil assistiu ocorreu por baixo nível na capacidade hídrica dos reservatórios, foi produto de estiagem. Não choveu, os reservatórios caíram, a capacidade hídrica foi amenizada e a resultante produção de energia hidrelétrica caiu.

O Governo Lula é um governo “sortudíssimo”, “sortudérrimo”, com um mundo comprador, os reservatórios todos cheios. Agora, estamos perdendo o bonde da história, porque estamos ficando a reboque de um marco regulatório que não estimula o capital privado a investir. Senador Cícero Lucena, quem está investindo em energia elétrica, quem tem alguns investimentos, é quem está produzindo energia elétrica para seu próprio consumo, é quem produz níquel e vende a energia no níquel que está pondo para fora. É quem está embutido. Seja quanto for a tarifa está tendo lucro com o que está vendendo. Os investimentos que enxerguem o futuro do País não estão sendo feitos por questões ambientais, por questões de marco regulatório.

A questão, Senador Romeu Tuma, do gás, que é onde entra o viés da termelétricidade ou da energia nuclear, para nós, é uma grande incógnita. Somos prisioneiros de um sujeito chamado Evo Morales ou, pior, de um outro chamado Hugo Chávez. Para nós, o marco regulatório é a solução; para nós, a solução da questão ambiental deve ocorrer. O Brasil tem, graças a Deus, potencial hídrico para se auto-sustentar por muitos anos mais. O que falta é Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Agradeço seu brilhante pronunciamento, muito mais pela qualidade do que pela quantidade.

V. Ex<sup>a</sup> está pedindo a palavra pela ordem, Senador Raupp?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou inspirar-me no Senador Eduardo Suplicy. Peço a palavra pela ordem enquanto o Senador Garibaldi dirige-se à tribuna. Quero fazer um breve comentário.

Agora fui realmente certificado de que foram liberadas as licenças ambientais das usinas do rio Madeira. Ligou-me a Ministra Maria Silva, o Secretário do Presidente Lula, Gilberto Carvalho, e o Presidente do Ibama, Dr. Bazileu Alves. Acabam de assinar, de liberar a licença ambiental para a construção de duas usinas no rio Madeira: Jirau e Santo Antônio, obras essas que, com certeza, daqui a três ou quatro anos, garantirão a geração de energia para os empreendimentos, como disse o Senador José Agripino, da Vale do Rio Doce e tantos outros, gerando com isso emprego em Rondônia, no meu Estado, no Norte do Brasil e, por que não dizer, em todo o País. Essas obras são essenciais não só para o meu Estado, mas para toda a população brasileira, porque sustentarão o crescimento econômico do Brasil.

Agradeço imensamente ao Presidente da República, que, depois de um grande esforço, conseguiu que o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e o Ibama fizessem o licenciamento dessas usinas tão importantes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Garibaldi Alves Filho, agora V. Ex<sup>a</sup> tem a licença para usar da palavra.

Lembro que esta sessão deveria ter-se encerrado às 18h30min.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN)

– Às 18 horas e 30 minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sim, mas V. Ex<sup>a</sup> representa o grandioso Estado do Rio Grande do Norte, cuja equipe está toda aqui. Então, convido a estar presente também o Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, depois do tema “aeroportos”, falarei sobre os portos.

O Brasil está acompanhando o que está acontecendo nos seus aeroportos e vendo que não fizemos os investimentos necessários, nem fizemos a concessão de condições de trabalho e condições salariais mais dignas aos controladores de voo. E, a partir daí, ocorreu aquilo que vimos e estamos vendo todos os dias.

Com relação aos portos, quero primeiro parabenizar o *Jornal do Senado* por uma matéria que fez hoje a respeito da situação dos portos. O *Jornal do Senado* retratou muito bem, de maneira muito objetiva, o que ocorreu na Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, da qual sou Relator, na última segunda-feira, quando se falou exatamente sobre a crise dos portos. E disseram aqueles que compareceram à audiência, Sr. Presidente, que o setor está estagnado desde a reforma do Estado, em 1990. Segundo o Sr. Marco Guarita, representante da Confederação Nacional dos Transportes, o Estado se afastou da produção e parou de investir nos portos, Senador Romeu Tuma. Assim, segundo Guarita, os investimentos só virão se a regulamentação – ou regulação – do setor for baseada na estabilidade das regras, na segurança jurídica, visando atrair o investidor privado e proteger os usuários dos portos. Ele lembrou inclusive que já tramita no Senado uma proposta de emenda à Constituição do Senador Tasso Jereissati sobre o assunto.

Há que se implantar uma proposta regulatória que permita maior fluxo de navios nos portos. Segundo ele, a fila de navios fretados pelos exportadores de soja, parados em decorrência da falta de infra-estrutura nos portos, gera prejuízo diário em torno de 40 mil dólares por navio. Senador Mão Santa, 40 mil dólares por navio é o prejuízo que se tem por cada navio parado, fora o prejuízo dos caminhões. Esse é só o prejuízo dos navios. Quarenta mil dólares por navio.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN)

– Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com toda satisfação.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador, primeiro quero cumprimentar o Senador José Agripino pelo discurso sobre a possibilidade do apagão elétrico, que o assusta. Agora, o apagão dos portos já é antigo, Senador. Fui freqüentador, por várias vezes, de operações, principalmente nos Portos de Santos e Paranaguá. O Porto de Santos, onde a pirataria imperava há alguns anos, obrigava a permanência da Polícia Federal em operações para evitar a ação dessas piratarias. Algumas áreas foram leiloadas para servirem para terminais e contêineres, e algumas empresas conseguiram satisfazer o seu desejo de ter a parte privada

para a exportação mais rápida dos seus produtos ou o recebimento, quando importados. Mas veja, Senador, eu passo por aquela estrada que vai de São Paulo ao Guarujá, entrando por Cubatão. Em época de exportação de grãos, é absurda a fila dos caminhões que por lá passam. E vê-se o desespero dos caminhoneiros, que às vezes não conseguem cobrir os seus prejuízos, porque o que se cobra no transporte não cobre a paralisação, as despesas que eles têm no local, comendo embaixo do caminhão, para tentar vencer aquele período de espera. E não se investe em nada, é tudo muito antigo. A Codesp assumiu para gerenciar uma modificação, há algum tempo, com a exploração direta do Governo, mas pouco conseguiu resolver pela falta de investimentos. Creio que a Comissão Especial de que V. Ex<sup>a</sup> é o relator tem vários casos. Inclusive, para o que o Senador José Agripino levantou, sobre o marco regulatório, tem importância vital aquela Comissão. O Senador José Agripino chama os seus conterrâneos do Rio Grande do Norte, mas não esqueçamos que o Brasil inteiro tem a expectativa de participar, para que realmente se consiga se buscar as ZPEs e a infraestrutura de que elas vão precisar. Se não houver infraestrutura e se não estiverem o Senador José Agripino e V. Ex<sup>a</sup> comandando, poderemos ficar perdidos. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Garibaldi, e afirmo que sou testemunha dessa situação que V. Ex<sup>a</sup> denuncia da tribuna.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

– Senador Romeu Tuma, a Lei de Modernização dos Portos, de 1993, acabou com a Portobrás e permitiu que o Governo repassasse ao setor privado a tarefa de gerir as instalações portuárias. O Porto de Santos, por exemplo, continua a ser administrado por uma empresa pública, a Companhia Docas do Estado de São Paulo, mas teve terminais arrendados à iniciativa privada. Com isso, ainda tem batido recordes de movimentação de carga. Em 2002 e 2005, o volume de carga no porto pulou de 50 milhões para 72 milhões de toneladas.

Contudo, os investidores privados sofreram um abalo, Sr. Presidente, em 2005, quando a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a chamada Antaq, baixou duas resoluções mudando as regras para que as empresas arrendem, explorem e ampliem terminais portuários. O prazo de concessão caiu de 25 anos, renováveis por mais 25, para uma autorização anual, que pode ser renovada ou revogada a qualquer tempo pela Antaq.

Outro problema é a falta de investimentos. Esse é o maior problema. Não é outro o problema. Este é o

problema: a falta de investimentos. Entre 1997 e 2005, a iniciativa privada injetou dois bilhões em obras de infra-estrutura portuária, mas falta o Governo fazer a sua parte.

Por isso, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, venho fazer aqui – não vou me alongar muito – um apelo ao Ministro Pedro Brito para que ele, que assumiu agora uma secretaria...

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)**

– Eu lhe concedi dez minutos porque é a nota que V. Ex<sup>a</sup> merece. Apenas para lembrá-lo. Mas fique à vontade.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Inclusive, quero dizer que o Ministro que assumiu agora prevê um investimento de 2,7 bilhões em infraestrutura, mas apenas nos 12 principais portos do País, Senadora Rosalba e Senador Mão Santa, Presidente desta Casa. E os outros portos? E os nossos portos? E o porto-ilha do Rio Grande do Norte? E o porto de Natal? E o porto da Paraíba?

Vamos ter de reclamar investimentos também nesses portos.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)**

– Eu lhe concedo mais cinco minutos. Eram 10, com mais 5, são 15, o número do nosso partido, o PMDB.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

– Teremos, então, de lutar para que os nossos portos possam ter investimentos. É verdade que o problema não é só de investimento. O problema é também de gestão. Precisamos melhorar a gestão dos portos. E é isso que se espera dessa Secretaria recém-criada, que tem à frente o Sr. Pedro Brito, que foi Ministro da Integração Nacional.

Concedo um aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.

**A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini (PFL – RN) – Sr. Presidente,**

Senador Mão Santa, farei o aparte com a sua permissão. Sei que nós já passamos muito do horário de finalizar a sessão, mas eu não poderia deixar de fazer um aparte ao Senador Garibaldi quanto à questão dos portos, com relação ao nosso Estado. No Plano de Aceleração do Crescimento, Senador Garibaldi, eu não vi nada de investimento que vá beneficiar os portos do Rio Grande do Norte. Pode ser que eu esteja enganada, mas não vi. Ora, estamos sentindo que para todas as ações do Governo Federal, do Presidente Lula, está sempre sendo dito que, se está no PAC, então vai ser feito; se não está no PAC, não vai ser feito. Assim, vem essa grande preocupação com relação aos portos do Brasil, que são de um valor es-

pecial, de uma importância maior para a exportação dos grãos e de tantos outros produtos. No nosso Estado, nós temos o porto-ilha, que exporta o nosso sal, e nós sabemos – V. Ex<sup>a</sup> foi Governador, e eu, por ser daquela região, da região salineira – que aquele porto precisa de reparos urgentes, de uma manutenção maior e de uma ampliação, porque, quando foi feito, ele foi dimensionado para uma quantidade de sal que hoje é insuficiente. O que aconteceu? A produção aumentou, o porto não pode escoar tudo e o escoamento, então, é feito por fretes rodoviários, o que encarece o produto. Esse é um dos fatores que faz com que tenhamos a grande preocupação de que, em função dos fretes altos, percamos negócios. Nosso Estado produz 97% do sal consumido no Brasil, mas existe um permanente receio de que o sal do Chile venha a tomar esse espaço de renda e de trabalho do nosso povo. De uma maneira geral, para importar, para exportar, para escoar nossa produção, que vem crescendo – a cada ano, comemoram-se recordes na produção de soja e de vários outros produtos agrícolas –, precisamos dos portos e precisamos que os portos funcionem. Produto agrícola não pode ficar esperando dia após dia, porque ele é perecível. Temos o exemplo das nossas frutas tropicais no Nordeste. Senador Mão Santa, seu Estado também é produtor, assim como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Essas frutas têm prazo para chegar ao mercado exterior e o transporte delas tem de ser por meio dos portos, para que elas cheguem ao porto de Rotterdam, na Holanda, de Hamburgo, na Alemanha, de Barcelona, na Espanha. Todas têm um prazo. Não se pode esperar indefinidamente, porque, nesse caso, há um prejuízo maior.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini** (PFL – RN) – Então, quero me somar à sua preocupação, que é a de todos nós, do Rio Grande do Norte, dos três Senadores. A preocupação também existe nas questões abordadas pelo Senador José Agripino. Senador Mão Santa, digo a este Plenário, a esta Casa e a todo o Brasil, que sei que está nos vendo e nos escutando, que, nós, Senadores do Rio Grande do Norte, independentemente de questões partidárias, pois a convocação é de todos nós, que toda a Bancada do Rio Grande do Norte, Deputados, Senadores e a Sr<sup>a</sup> Governadora, que tem a obrigação de ser a condutora nas questões do Estado, estamos aqui de mãos dadas e estendidas, pedindo que todos apertem as nossas mãos porque o partido maior é o Rio Grande do Norte e o Brasil.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini, que conhece tão de perto o problema do nosso porto-ilha, que

é o exemplo de um porto que precisa receber investimentos, não apenas esses doze listados aqui pela Secretaria dos Portos.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Senador Garibaldi Alves, parece que hoje a sessão é RN, Rio Grande do Norte. É a nossa ZPE, o nosso aeroporto de São Gonçalo, já falamos aqui sobre a refinaria, que se foi, sobre o pólo de PVC, em relação ao qual não tenho mais esperança. Agora, V. Ex<sup>a</sup> aborda, com muita propriedade, a questão do porto-ilha, que é uma preocupação. Senador Garibaldi Alves, quando criaram a Secretaria de Portos, eu pensei que, talvez, agora, eu, que sou contra essa criação exagerada de ministérios e secretarias, essa Secretaria trouxesse um benefício, o de focar especificamente nos problemas, nos calcanhares-de-aquiles, Estado por Estado, um órgão que tivesse a responsabilidade e os meios para resolvê-los. Parece-me que não é o caso, porque o nosso porto-ilha, que é... Já imaginou V. Ex<sup>a</sup> o porto-ilha entrar em colapso? Já imaginou a economia do Rio Grande do Norte, os milhares de empregos, a atividade salineira em colapso de uma hora para outra? Isso pode acontecer e é um fantasma que nós todos carregamos. E há quanto tempo pedimos investimentos para o porto-ilha? Pedimos investimento para dragagem e modernização do porto de Natal, e para o porto-ilha. É sempre uma cantilena só: porto-ilha e porto de Natal. Para o porto de Natal sai alguma coisa e para o porto-ilha não sai nada nunca. Então V. Ex<sup>a</sup> está colocando na agenda de reivindicações do nosso Rio Grande do Norte essa questão com muita propriedade. Quero deixar aqui o meu absoluto endosso a sua lembrança, a sua iniciativa e à bandeira que V. Ex<sup>a</sup> impunha em nome dos três Senadores do Rio Grande do Norte, que estão, permanentemente, de plantão para defender os interesses do nosso Estado. Muito obrigado, Presidente.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino.

Como o Senador Mão Santa hoje está muito impaciente, só tenho que encerrar mesmo este meu pronunciamento, que ainda teria um certo desdobramento. Mas atendendo à determinação de S. Ex<sup>a</sup>, vou encerrá-lo dizendo que, quando o Piauí quiser manifestar aqui o seu clamor, contará com o nosso total e irrestrito apoio.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois é justamente o que nós queremos fazer, representando o Piauí e entrando no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Eu estava aguardando pacientemente.

O Piauí tem um litoral de 66 quilômetros, Senadora Rosalba Ciarlini. É o menor litoral do Brasil, mas

é como o perfume francês: o mais valioso. Ele tem um porto. Em homenagem ao representante da Paraíba... Eptácio Pessoa foi presidente quando? Pois o porto de Luís Correia... Eu estava pacientemente aguardando, porque Luís Correia, que é meu tio-avô, veio do Rio Grande do Norte. Mas o porto de Luís Correia, no litoral do Piauí, foi iniciado por Eptácio Pessoa. Garibaldi Alves Filho, o porto do Piauí foi iniciado por Eptácio Pessoa.

João Paulo dos Reis Velloso, esse extraordinário ministro do Brasil, quase concluiu o porto. Aí houve o assoreamento. Aí está o engenheiro. Enfim, o rio Paraíba traz areia e terra. É o assoreamento. Não terminou.

Faltam US\$10 milhões. O Presidente Luiz Inácio foi lá, tomou banho, viu as ferrovias paradas, iludiu Alberto Silva, nosso engenheiro, hoje Deputado pelo PMDB, e disse que ia concluir o porto.

Garibaldi, Cristo disse: "De verdade em verdade eu vos falo". E Luiz Inácio, de mentira em mentira, vai ganhando. Ele foi ao Piauí e disse ao engenheiro Alberto Silva, que estava aí, sentado aí, que iria terminar a ferrovia. Alberto Silva, idealista, engenheiro ferroviário, acreditou. E Luiz Inácio e o PT levaram quase todos os votos dele lá. Mas, de mentira em mentira, eles não colocaram um dormente na ferrovia, e o porto está lá.

Então, nós queríamos apenas complementar o apelo de Garibaldi com o do Piauí, pois faltam US\$10 milhões. Foi prometido. Que seja transformando em porto pesqueiro, uma marina, um terminal de petróleo, porque o nosso petróleo vem de São Luís do Maranhão. Enfim, ele levou Alberto Silva, mas qualquer um iria, porque Alberto Silva é um idealista, engenheiro ferroviário, foi como começou sua carreira brilhante. Foram lá e prometeram. Olha, eu ouvia o apito do trem e do navio, mas, infelizmente, nenhum dormente foi trocado. É aquilo: de mentira em mentira, eles vão governando.

Chamamos para falar o orador da Paraíba, para lembrar a Luiz Inácio que o Porto do Piauí foi iniciado pelo Presidente paraibano Eptácio Pessoa.

Garibaldi, junte o clamor do Piauí ao clamor de todos os portos.

**A Srª Rosalba Ciarlini (PFL – RN)** – Senador, só um minuto. Sei que ninguém pode apartear o Presidente, mas é só uma complementação. Veja como o Piauí é esse Estado tão querido por todos nós nordestinos. Eptácio Pessoa começou o porto, e eu tenho como minha referência primeira do Piauí o meu avô, que esteve exatamente como engenheiro, como arquiteto, na época do Dnocs, lá na sua terra, na sua querida Paraíba. Na sua querida Paranaíba, o velho Pedro Ciarlini trabalhou também em obras hídricas de contenção

do rio, já nessa questão – não sei se do porto, mas foi uma contenção para enchentes. Então, sempre tenho essa lembrança muito feliz e grata de familiares que tenho em sua querida cidade de Paranaíba.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois Paranaíba é grandiosa. Além de ser a terra berço do único jurista que se iguala a Rui Barbosa, Evandro Lins e Silva, e de João Paulo dos Reis Velloso, tem familiares de V. Exª lá, Ciarlini, o que nos enriquece e nos torna uma cidade maravilhosa.

Concedo a palavra a esse extraordinário Líder da Paraíba, Prefeito extraordinário, melhor Ministro da Integração que este País já teve, Governador extraordinário. Estamos aqui para ouvi-lo, lembrando apenas que confiamos em sua capacidade sintética.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Já que V. Exª deu ao Senador Garibaldi mais de 15 minutos, número do partido, não se preocupe que não usarei os 45 minutos do PSDB.

Sr. Presidente, nós nos somamos também ao Senador Garibaldi e aos que me antecederam em todas as preocupações, inclusive a do porto. João Pessoa, onde temos na Paraíba o porto de Cabedelo, no PAC tem zero de recursos. Por iniciativa da Bancada, conseguimos incluir agora, na LDO, ações de reforma, de ampliação e também para ampliar o calado daquele porto, na Comissão Mista de Orçamento, aprovadas na semana passada.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na sexta-feira passada, fiz um discurso sobre a transposição das águas do rio São Francisco. Dava-me por satisfeito sobre o assunto, aguardando outra oportunidade. Mas, segunda-feira, há oito dias, em uma reunião, em Recife, dos quatro Governadores – de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará –, ficou definido que precisávamos criar comitês em cada Estado pró-transposição do rio São Francisco. E aqui faço o registro da abertura do comitê no meu Estado, na Paraíba, na cidade de João Pessoa.

Presidente Mão Santa, fizeram-se presentes a classe política, as organizações não-governamentais, os sindicatos, os representantes das Igrejas – quer católica, quer evangélica, quer espírita –, associações comunitárias, CUT, federação dos trabalhadores, federação da agricultura, todos os Deputados Estaduais, a Bancada Federal, o Senado, o Governador, para dizer que quem tem sede defende a transposição.

Eu poderia relatar todos os discursos ou tentar resumir, Senador Garibaldi Alves, V. Exª que tem pleno interesse – ao lado da Senadora Rosalba e do Senador José Agripino – por essa luta, que é a transposição. Mas, para simbolizar – já que quem hoje simboliza os

contrários a matar a sede de um irmão é um bispo, que chegou a ameaçar a fazer greve, isso porque ele nunca viveu no interior da Paraíba, porque senão ele tinha passado sede sem precisar fazer greve -, trago o manifesto de Dom Aldo Pagotto, Arcebispo do Estado da Paraíba. Ele fez a leitura desse manifesto hoje, nessa inauguração, na abertura do Comitê, que tem como marca maior o lema de que quem tem sede é a favor e apóia a transposição.

Eis o Manifesto de Dom Aldo:

A integração das Bacias do rio São Francisco é uma obra estrutural que favorecerá a 12 milhões de nordestinos. O projeto, amplamente discutido e planejado, é tecnicamente seguro, economicamente viável e administrativamente sustentável.

O rio São Francisco é um patrimônio nacional. Os quatro Estados do Nordeste Setentrional, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, postulam a água do rio cujo curso corre para o mar após ter sido servido à reserva de Sobradinho. Da vazão de 1.850 m<sup>3</sup>/s, postulamos [para matar a sede] a captação [apenas] de 26,4 m<sup>3</sup>/s, equivalendo a 1,4% [desse volume]: “um fio de espaguete tirado de um farto maço”.

O projeto prevê a construção de dois canais. O Eixo Norte levará água para os sertões da PB, PB, CE e RN. O Eixo Leste beneficiará parte do Sertão e as Regiões do Agreste da PB e de PB, incluindo, pois, a população urbana de 390 Municípios, equivalendo a 70% da população regional a ser atendida.

O processo de elaboração técnica levou em consideração as reações e as sugestões de vários segmentos da sociedade, trazidas em audiências públicas democraticamente realizadas nos Estados nos quais correm as águas do rio e nos Estados a serem beneficiados pelos recursos hídricos. Entre outras reivindicações, está a revitalização do rio, já atendida pelo Governo Federal. Lamentavelmente, certas ONGs e grupos de pressão, contrariados com o projeto, continuam a protestar e a tumultuar o início das obras licitadas e aviadas.

Com o fluxo de apenas 26,4 m<sup>3</sup>/s de água, será possível otimizar os nossos recursos hídricos; alimentar os nossos açudes; resolver o problema da escassez e da qualificação da água indispensável para o consumo humano e animal; e garantir a agricultura familiar para pequenos produtores, favorecendo o desenvolvimento socioeconômico das regiões com

redes produtivas. O período de cheias no São Francisco coincide com a época em que os quatro Estados mais precisam de água, como aconteceu recentemente em fevereiro e março de 2007.

Os que negam a viabilidade do projeto radicalizam três posições. Dizem:

1º) o rio está morrendo, está sendo destruído ao longo do seu curso pela incúria das indústrias e pelo assoreamento das margens ciliares;

2º) serão aliçados pescadores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, atingidos por barragens e pequenos agricultores. Não vão sobreviver porque a água será privatizada e seu uso regulamentado por empresas, interessadas em auferir lucros.

3º) o projeto é oneroso, R\$4,5 bilhões [é o que dizem os radicais, segundo Dom Aldo]. Ademais, os Estados pleiteantes acumulam água em seus açudes e não a distribuem. Com menos dinheiro, constroem-se cisternas e adutoras. [Essa é a proposta dos radicais, segundo Dom Aldo.]

Aprovamos a revitalização e integração do São Francisco, afirmando: 1º. É preciso revitalizar o Rio. Isso já está sendo feito com verbas especiais, liberadas pelo Governo Federal. Em nome da revitalização do Rio, certos grupos de MG, BA, parte de PE e SE sentem-se contrariados. Estariam interessados apenas em seus projetos, impedindo o desenvolvimento de 12 milhões de irmãos nordestinos? Omitem dizer que, há tempo, o agronegócio de grandes grupos explora as águas e polui os rios. Como na fábula do lobo e do cordeiro, nos culpam pelo “roubo” da água que por eles já foi usada. 2º. O projeto estrutural enfrenta a inclemência causticante de estiagens prolongadas, pois essa é a condição do habitat do semi-árido. PB, CE, RN e PE precisam de água para interligar os açudes, pois que, sem a retroalimentação, evaporam. De onde tiraríamos água? O solo do semi-árido não retém a água das chuvas atípicas, não regulares. 3º. A contrapartida do envolvimento da população é indispensável, devendo conhecer o mérito do projeto em seus aspectos antropológicos, técnicos e administrativo-financeiros, incluindo a regulamentação do uso da água não privatizada.

A mobilização provocada por grupos de pressão e movimentos sociais (alguns vincula-

dos aos setores da Igreja) dão a entender que a CNBB é “contra” o projeto. Em detrimento da obra, “diabolizam” usando a causa dos pobres na mistificação de sua resistência ao projeto.

Ora, não cabe à Igreja imiscuir-se nas soluções técnicas. Os Bispos dos Estados da PB, CE, RN e PE pronunciaram-se a favor da revitalização e da integração das bacias do rio São Francisco(exceto um ou dois bispos, com dúvidas).

Na visita ao Governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (no dia 26 de fevereiro deste ano), os Bispos do Estado apresentaram a carta resultante do encontro de Campina Grande (novembro de 2006), auspiciando o aviamento da obra de integração das Bacias do São Francisco.

Particularmente, empenho-me e peço a interação dos Parlamentares da PB e dos gestores públicos, a união de forças pelo reinício da obra, retificada com a aprovação do Presidente Lula, mas bloqueada pela ação intransigente de grupos que conseguem liminares de retenção, de embargo ou de invasões.

Deus nos ajude nesta hora de envolvimento efetivo na execução da obra, corajosamente endossada pelos Governadores em oportuno encontro, realizado no dia 2 de julho próximo passado em Recife, cuja repercussão exitosa foi divulgada pela mídia.

Não permitamos que intimidações peregrinas façam-nos perder mais tempo e terreno. As polêmicas que hoje defendem interesses indefinidos, adiando o progresso, verão em breve a solidariedade fraterna abrigando o interesse da coletividade, confirmando a inclusão social com justiça e equidade, conservando a tranquilidade na ordem.

Por isso está aberto o comitê em favor da transposição das águas do rio São Francisco, com os dizeres: “Quem tem sede apóia a transposição”.

E nós temos sede de água e de justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Muito oportuno o pronunciamento do engenheiro Senador Cícero Lucena.

A grande vitória política da humanidade foi a separação entre Igreja e Governo, na época medieval, de muito atraso. Foi justamente quando caiu Roma até o Renascimento. Aí houve essa conquista. E, já no Renascimento, Leonardo da Vinci, um engenheiro militar, fazia a transposição do rio Arno.

Nós, eu e o Garibaldi, fomos a Washington, ao Bird, e vimos a transposição do Colorado, tornando hoje a região de Denver uma das mais enriquecidas do mundo.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB) – Sr. Presidente, queria pedir desculpas porque não tinha visto o microfone levantado da Senadora Rosalba, para que ela possa fazer uso da palavra, Presidente, com a sua permissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas é lógico. Jamais iria negar a uma brilhante Senadora, mulher, de Mossoró, cidade símbolo, e do Rio Grande do Norte.

**A Srª Rosalba Ciarlini** (PFL – RN) – É exatamente isso, Senador, por ser de Mossoró, da região do semi-árido, por saber o que significa a fome provocada pela falta de água, para fazer com que os nossos sertões se transformem num verdadeiro celeiro para o nosso País. Porque ali a terra é boa; o que falta é água, e não é somente água para produzir, mas também água para matar a sede, principalmente. Então, não tem preço uma obra dessa. Eu, como todo nordestino, sonho com a transposição, nós acreditamos nela. Em nosso Estado, ela teve defesa, desde o primeiro momento, quando o ex-Ministro Aluísio Alves retomou o assunto da transposição. Foi em Mossoró, nossa cidade, o escritório de apoio para os estudos da transposição. Senador Cícero Lucena, eu gostaria aqui de me solidarizar com o povo paraibano, povo tão querido que me recebeu tão bem durante quatro anos da minha vida, quando iniciei o curso de medicina. Eu gostaria de dizer que o seu Bispo D. Aldo está levantando a sua voz do bom pastor em defesa dos que sofrem a falta de água, dos que realmente passam as maiores dificuldades por falta de água. Na sexta-feira estive visitando o Arcebispo de Natal, que, em nome dos bispos do Rio Grande do Norte, também está se mobilizando. Eu dizia a D. Matias do quanto estamos aqui no Senado, nós Senadores do Rio Grande do Norte, somados a V. Ex<sup>a</sup>, que é da Paraíba, na defesa de não se perder mais um minuto na transposição do rio São Francisco. Mas há um detalhe que eu gostaria de denunciar. Na realidade, Presidente Mão Santa, eu estou realmente preocupada porque, no nosso Rio Grande do Norte, o projeto inicial da transposição passa por dois rios: Apodi/Mossoró e Piranhas/Açu. Nessa licitação, na concorrência lançada desde o mês de março, está incluído no eixo norte o trecho do Piranhas, que beneficia a Paraíba e também o Rio Grande do Norte; mas o trecho mais importante, de 120 quilômetros, que traria dois terços da água que o Rio Grande do Norte poderia receber, cortando o Estado desde o alto oeste até o litoral – esse trecho é o mais importante porque traria dois terços da água; aliás, todos são importantes, mas esse iria trazer mais

volume de água, beneficiando muito mais cidades –, pois bem, não sei por que, inexplicavelmente, não está contido nessa licitação. Já externei aqui neste plenário a minha preocupação. Portanto, eu quero saber o motivo. Que me digam os técnicos do Ministério: por que não entrou nessa concorrência, nesse edital? Para que eu tivesse a certeza disso, adquirir, mandei comprar para saber se realmente as notícias de que tomei conhecimento eram verdadeiras, pois eu queria ver, como São Tomé, para crer e fiquei realmente muito preocupada. Não podemos perder essa oportunidade porque faz tantos anos, séculos que esperamos a transposição do rio São Francisco. Esperamos que seja licitada por completo. Sabemos que não pode ser feita de uma só vez. De acordo com o PAC, que vá até 2010, até 2012, mas que ela esteja segura, garantida de que não se voltará atrás. Os problemas que estamos enfrentando contra esses grupos que tentam de todas as formas impedir, tenho certeza de que, com a força do povo, com a bênção de Deus, haveremos de vencê-los rapidamente, Senador, porque o Nordeste não pode ficar sem a transposição do rio. Ela é vital, ela é vida para o nosso povo.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB) – Agradeço o aparte da Senadora Ciarlini.

Quero registrar a minha alegria e tenho certeza de que não só a Bancada do Senado, mas toda a classe política do Rio Grande do Norte está somada a isso. Tive a oportunidade, quando assumi o Ministério da Integração, de receber o projeto do então Presidente Itamar Franco, tendo como Ministro Aluísio Alves. Conheço o projeto. Na Paraíba, só passava pelo Açude Engenheiro Ávidos, que recebe água do rio Piranhas, no Município em que nasci. Entrava na Paraíba pelo meu Município e iria servir ao Rio Grande do Norte. Então criamos, também, a alça leste para garantir o abastecimento do rio Paraíba, da Grande Campina Grande, de parte da várzea do rio Paraíba e, futuramente, a cidade de João Pessoa. Com certeza, estaremos juntos para cobrar do Governo o projeto como um todo.

Muito obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadores e Senadoras, hoje é dia 9 de julho – é uma reflexão para a nossa história. Nesse dia comemoramos a Revolução Constitucionalista de São Paulo, mostrando a necessidade de uma Constituição. Brasileiros já foram à guerra e este Senado é que resguarda isso. Ali está Rui Barbosa que disse: “Só tem um caminho e uma salvação: a lei e a justiça, simbolizados pela Constituição”.

Estamos aqui representando o Piauí, que não pode sair inferiorizado perante o Estado do Rio Grande do

Norte nem perante a Paraíba, de que gostamos muito. Neste fim de semana, em Teresina, houve o Piauí Pop, e o roque se despediu. Mas, em três dias com artistas, surgiu o príncipe da música pop. Entre todos os artistas apresentados, do Brasil e do exterior, quem mais se destacou foi Teófilo, cantor piauiense. Eu vejo nele o que eu vi em Roberto Carlos há quarenta anos.

Então, o parnaibano Teófilo foi o maior destaque. Ele arrasou com os sucessos “Pedra do Sal”, “Uma Menina”, e “Beijos e Cacos”. Teófilo, atualmente radicado em São Paulo, é uma das maiores referências musicais do Estado pelos vários anos de carreira e a criatividade com a qual desenvolve suas canções.

E aqui está o Teófilo, a alegria de hoje. O príncipe da música popular é piauiense.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, João Tenório, Cícero Lucena, Marconi Perillo, Sérgio Guerra e Mário Couto enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, “Universidade e transparência”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 30 de maio do corrente.

O artigo do advogado e secretário-chefe da Casa Civil do governo do Estado de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira Filho, critica a invasão do prédio da reitoria da Universidade de São Paulo, USP, por estudantes que no fundo, nada reivindicam porque não há do que protestar. O chefe da Casa Civil paulista esclarece que o decreto do governo de São Paulo que os estudantes alegam tirar a autonomia da universidade, na verdade determina o registro dos gastos das universidades no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, o Siafem-SP. “Sua única novidade é cobrar mais transparência nos gastos da universidade e de todo o governo. Qual o sentido de uma mobilização que não tem reivindicações explícitas que façam sentido?”

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. [debates@uol.com.br](mailto:debates@uol.com.br)

## Universidade e transparência

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO

DEBATE sobre a invasão da reitoria da USP está carente de dados da vida real. Embora seja um movimento de reivindicações mutantes, que são substituídas, acrescentadas ou subtraídas ao sabor das conveniências do momento, um dado é permanente — a denúncia dos “decretos” do governo do Estado. Ora se pede a revogação dos “decretos”. Ora se cobram mudanças no texto.

Na verdade, os “decretos” são o moinho de vento da provocação que está por trás da invasão e da violência: poucos se deram ao trabalho de estudá-los cuidadosamente ou de explicar de modo racional o que neles há de errado. A denúncia é uma crítica vazia.

Desde logo, o decreto que nomeava o secretário de Ensino Superior para a presidência do Cruesp (o conselho de reitores) já sofreu modificação em 31/1 de 2007 — há mais de três meses e meio, quando as aulas nem tinham começado. Deveria ter saído da pauta das conversas depois que a presidência do Cruesp voltou a ser exercida pelos reitores, em sistema de rodízio.

Mas o chamado decreto-vilão leva o número 51.636 e foi assinado em 9/3 de 2007. Na argumentação dos invasores, é ali que se encontra a maior ameaça à autonomia universitária. Na prática, seu texto determina o registro dos gastos das universidades no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, o Siafem-SP. E sua única novidade é cobrar mais transparência — da universidade e de todo o governo.

Acontece que há vários anos o governo do Estado de São Paulo assina decretos de teor idêntico ao de número 51.636, inclusive no que diz respeito à aplicação das regras do Siafem às universidades. Assim, o decreto 47.586, de 10/1 de 2003, definiu que a execução financeira, orçamentária,

patrimonial e contábil do Estado deveria ser realizada em conformidade com o Siafem. No artigo 2º, é explicado que as normas do decreto se aplicam não só aos órgãos da administração direta mas também envolvem autarquias, fundações, “inclusive as universidades”. Isso em 2003.

No ano seguinte, em 15/1 de 2004, o decreto 48.444 repete a determinação do ano anterior, dizendo de modo explícito que as mesmas regras do Siafem seriam aplicadas “inclusive às universidades”. Em 2005, o decreto 49.337, também no artigo 2º, reiterava que as normas do Siafem incluíam as universidades. No ano passado, o decreto 50.589, de 16/3, reflete novos conceitos de administração, mas o conteúdo não é alterado.

Ali se explica que, a exemplo do que ocorre com “fundações, autarquias, sociedades de economia mista”, a partir de 2006, as universidades passaram a exercer funções de unidade gestora financeira e de unidade gestora orçamentária. Esse decreto também tocou num ponto que iria provocar mais uma falsa polêmica em 2007, aquele que define regras para remanejamento nas despesas orçamentárias. Muitos estudantes dizem que houve uma mudança e que ela foi proposta pelo governo Serra. Essa inverdade tem sido repetida por professores e até “juristas” desinformados e jornalistas que não se deram ao trabalho de conferir o que iam escrever,

Na verdade, o artigo 7º do decreto de 2006 diz que “as solicitações de alterações orçamentárias e de alteração das quotas” deverão observar as “normas estabelecidas pelas secretarias de Economia e de Planejamento e da Fazenda”. Essa definição, que gerou tantas acusações fantasmagóricas, apenas foi repetida um ano depois.

Ao lado de seus antecessores, o decreto de 9/3 de 2007 não apresenta mudanças de substância. No artigo 1º, três palavras são acrescentadas para dizer que os gastos de toda a administração do Estado — o que inclui as universidades, mas não só — serão registrados “em tempo real”. Na prática, era uma forma de usar um recurso da internet para ampliar a transparência na administração — não só da universidade mas do conjunto do governo. E os reitores mais de uma vez manifestaram seu apoio à medida, justamente por entender que as universidades públicas não têm receio de submeter a execução de seus orçamentos ao mais amplo escrutínio público.

O leitor pode julgar, por si só, qual o sentido de uma mobilização que não tem reivindicações explícitas que façam sentido. Na obra-prima que descrevia um cavaleiro errante que enfrentava moinhos de vento convencido de que se tratavam de gigantes ameaçadores, dom Quixote era um personagem que frequentava a fronteira do ridículo, mas jamais deixava de ser sublime. Em 2007, numa provocação à qual falta uma ambição generosa para ser definida como quixotesca, temos uma aventura que seria apenas triste — caso não fosse paga pelo esforço de cada trabalhador que gera a produção e o dinheiro de cada contribuinte que paga imposto.

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO, 62, advogado, é secretário-chefe da Casa Civil do governo do Estado de São Paulo. Foi ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e ministro da Justiça (gestão FHC) e secretário de Governo da Prefeitura de SP (2005-06).

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Nações que mudam regras toda hora vivem crise”, publicada no **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 18 de abril do corrente.

A matéria destaca a entrevista do jornalista Gabriel Manzano Filho, com o professor de teoria política da UFRJ, Charles Pessanha. Na entrevista o cientista político diz que acabar com a reeleição é uma idéia ‘prejudicial’, porque as instituições precisam de tempo para amadurecer.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Wagner e Dilma passearam em lancha emprestada por Zuleido”, publicada no **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 22 de maio do corrente.

A matéria destaca que o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), admitiu ontem ter usado a lancha de Zuleido Soares Veras, sócio-majoritário da Gautama, empresa acusada pela Polícia Federal de liderar um esquema de suborno e desvio de verbas públicas

em obras, durante um passeio com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, em novembro.

Por último, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “A VOLTA DO POP STAR DELÚBIO”, publicada na revista *Veja* em sua edição de 23 de maio do corrente.

A matéria destaca que o ex-tesoureiro do PT, apontado como um dos chefes do mensalão, sai da clausura, participa de eventos políticos e sociais e planeja se tornar o deputado federal mais votado em Goiás.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos, do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## **‘Nações que mudam regras toda hora vivem em crise’**

**Cientista político diz que acabar com reeleição é idéia ‘prejudicial’, porque instituições precisam de tempo para amadurecer**

#### **• Gabriel Manzano Filho**

Discutir agora o fim da reeleição é uma péssima idéia. É a vitória do casuismo, dos acertos entre interesses políticos do momento. O que o País precisa é de um Estado sólido, que só será alcançado com instituições permanentes e impessoais – e isso leva tempo para amadurecer e assentar. A avaliação é do cientista político Charles Pessanha, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Nações que mudam as regras a toda hora não criam instituições e vivem mergulhadas em crises”, diz ele. Leia entrevista a seguir:

**Acabar com a reeleição presidencial é uma boa idéia?**  
É uma péssima idéia. Casuísti-

#### **Quem é:**

Charles Pessanha

**• É professor de Ciência Política na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fez doutorado na USP e pós-doutorado na University of London**

**• É editor da revista Dados, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio (IUPERJ)**  
ca, prejudicial, fora de hora.

#### **Por quê?**

Porque um dos princípios fundamentais de um Estado é o desenvolvimento de instituições permanentes e impessoais, e isso leva tempo. Essas instituições são a base sobre a qual tudo o mais se assenta. Elas precisam ser testadas em situações diversas. Por isso há povos que têm Estados e outros que não. Os Estados Uni-

dos fizeram uma Constituição em 1788 e a mudaram pouquíssimo desde então. França e Inglaterra formaram seus Estados de maneira sólida, na Idade Moderna, porque souberam respeitar as leis que criaram. Nações que mudam as regras a toda hora vivem mergulhadas em crises políticas.

**Por que o Brasil muda tanto essas regras?**  
É uma característica histórica.

Vamos fazer uma conta só de 1946 para cá, depois da queda da ditadura Vargas. A Constituição de 46 estabeleceu cinco anos de mandato. Isso valeu até o governo Geisel, já no regime militar. Af Geisel, deu seis anos ao sucessor, João Figueiredo. Foi terrível. Figueiredo vivia entediado com o poder. Dizia sempre que ia “chamar o (general) Pires”, ou seja, recorrer aos militares, para resolver qualquer coisa. Em seguida, a Constituição de 1988 estabeleceu quatro anos sem reeleição. O presidente José Sarney queria aumentar para seis e ficaramos com cinco.

**E isso durou só alguns anos.**  
Sim, pois no final de maio de 1994, temendo-se que Lula ganhasse a presidência, o Congresso aprovou quatro anos sem reeleição. Mas como Fernando Henrique Cardoso virou o jogo e venceu, os mes-

mos líderes que haviam aprovado os quatro anos sem reeleição passaram a pedir reeleição em 1997. E criaram uma conturbação geral, estendendo a medida a governos estaduais e prefeituras.

**E agora o ministro Tarso Genro quer mudar de novo...**  
É lamentável que a Constituição de 88 esteja sendo tratada dessa maneira e é uma pena que um ministro da Justiça esteja metido nisso. Ele deveria zelar pela seriedade das regras. Seria preciso esperar que as regras em vigor decantassem, mostrassem suas virtudes e limitações. Mas o que vemos de novo são acertos entre grupos políticos movidos por interesses do momento.

**Qual o problema com o mandato de cinco anos?**

A parte essa constante alteração das regras, vamos criar de novo as eleições solteiras, nas quais a escolha de presidentes ou governadores e prefeitos ocorrem em anos diferentes. Já se comprovou que isso abre caminho para aventureiros, para incertezas políticas. A eleição solteira abre espaço para o personalismo. Em 1989, ela nos deu Fernando Collor. As eleições casadas priorizam programas, estimulam acordos entre grandes forças políticas. Nelas, as instituições ficam acima dos atores políticos. ■

# Wagner e Dilma passearam em lancha emprestada por Zuleido

Governador disse desconhecer que embarcação, arranjada pelo ex-marido de sua mulher, pertencia ao empreiteiro

**Tiago Décimo**

SALVADOR

O governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), admitiu ontem ter usado a lancha de Zuleido Soares Veras, sócio-majoritário da Gautama – empresa acusada pela Polícia Federal de liderar esquema de suborno e desvio de verbas públicas em obras –, durante passeio com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em novembro.

“A ministra veio aqui no final do ano passado para me ajudar na transição de governo e eu tinha prometido a ela que iríamos passear”, contou. “Como eu não tenho lancha, pedi a um amigo para conseguir uma e ele disse que teria como alugar.”

O amigo é Guilherme Sodré, publicitário e ex-marido da atual mulher do governador, Fátima Mendonça. “Sou amigo dele há 20 anos, mas só ontem (*domingo*), quando voltei da Argentina, ele veio me dizer que não foi um aluguel, que pediu a lancha emprestada para um amigo e, infelizmente, o amigo era esse cidadão. Ele devia ter me contado antes.” Sodré não foi localizado para falar sobre o caso.

Apesar disso, o governador negou envolvimento com Zulei-

do. “Eu o conheço, já o conhecia antes, já o vi em avião, no parlamento. Mas não tenho nenhuma intimidade com ele”, comentou. “O que eu acho que deve ser investigado é: qual é o benefício? Eu estou no governo há cinco meses e não há nenhum negócio com esse senhor”, afirmou. “Se alguém acha que eu vou fa-

zer benefício para alguém por causa de um passeio de lancha, eu acho uma bobagem. Sinceramente, nem lembro da lancha.”

Durante a Operação Navealha, a Polícia Federal apreendeu uma lancha de Zuleido.

Amigo do prefeito de Camaçari (BA), Luiz Caetano (PT), preso na operação, Wagner de-

fendeu o aliado. “Soube que o ex-prefeito Tude está comemorando o fato de que o adversário político dele, momentaneamente, está tendo um problema”, afirmou, em referência a José Reis Tude (DEM), prefeito de Camaçari na época da assinatura do contrato entre a prefeitura e a Gautama, em 1999.

“Pode ser que a alegria de alguns dure pouco, porque sei de obras feitas por essa empresa que não foram realizadas no tempo dos governos dos meus aliados. Acho que logo vai ter muita coisa aparecendo aí”, emendou.

**ACM**

“Se as investigações evoluírem um pouco, certamente vão chegar aos carlistas, é só uma questão de tempo”, disse o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima (PMDB), alfinetando o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA). “Ao que parece, o deputado Paulo Magalhães (*sobrinho de ACM*) já foi envolvido e, se forem confirmadas as acusações, ele terá sérios problemas.”

“Desafio o Jaques Wagner a apontar qualquer coisa na minha vida, como eu posso apontar na vida dele. No caso de Camaçari, inclusive, ele está envolvido. Ele só entende de coisas etélicas”, reagiu ACM. O senador não quis comentar o suposto envolvimento de Paulo Magalhães com a máfia das obras. O parlamentar teria sido flagrado, em escuta telefônica, admitindo recebimento de R\$ 20 mil da Gautama. ●

le distribui autógrafos por onde passa, virou presença fácil em eventos – das comemorações de 1º de Maio a jogos de futebol, não deixa um convite passar em branco – e não teme mais ser reconhecido. Nem se esconde. O goiano Delúbio Soares, o homem do caixa, o rosto maior do mensalão, vive uma fase de *pop star*, numa reconstrução de imagem capaz de matar de inveja os melhores marqueteiros. Fato surpreendente para um homem que foi apontado como um dos chefes da quadrilha denunciada pelo procurador-geral da República. O que explica esse fenômeno? O professor de matemática Delúbio pode carregar todos os pecados do mundo, mas é ainda visto por muitos como um homem que não entregou ninguém e foi leal ao presidente Lula no momento mais grave da crise política. Isso lhe garante prestígio nas hostes petistas, respeito entre os empresários que fizeram doações “não declaradas” e inspira até um certo temor no Palácio do Planalto. Afinal, o ex-tesoureiro é a memória viva do maior escândalo da história do partido do presidente.

Delúbio aposta que, em 2010, será um dos deputados mais votados em Goiás, seu Estado natal. Para atingir esse objetivo, ainda mantém um esquema político próprio. Em Goiás estão sob sua batuta órgãos como a superintendência dos Correios e a delegacia do Trabalho. Mas ele quer mais. Delúbio batalha para emplacar a companheira e ex-deputada Neyde Aparecida no

# O NOVO POP STAR

**O ex-tesoureiro do PT, apontado  
como um dos  
sai da clausura, participa  
de e sociais  
e planeja se tornar o  
mais votado em Goiás**

Colocado no  
ostracismo, ele agora não  
hesita em mostrar o rosto

comando do FNDE, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia que só neste ano pretende gastar R\$ 11,4 bilhões. Neyde é tão ligada a Delúbio que, durante a crise, ficou chamuscada ao mandar um motorista buscar com o amigo, em São Paulo, um pacote com US\$ 200 mil.

Foi também em Goiás que Delúbio fez sua primeira aparição num evento empresarial de peso, ao participar da inauguração da fábrica de caminhões do grupo Caa/Hyundai, em Anápolis. Lula estava lá. Mas pediu aos organizadores da festa que retirassem Delúbio do local. No entanto, o *staff* presidencial fez uma ressalva. **O ex-tesoureiro não poderia ser “magoado” ou “melindrado” com a situação, num sinal de respeito.** Delúbio ficou numa sala reservada, onde os principais políticos locais, como Íris Rezende e Maguito Vilela, fizeram fila para abraçá-lo. Alguns cobraram do ex-tesoureiro que perdesse o pudor e falasse à imprensa. “Aprendi a respeitar o tempo”, disse Delúbio. À noite, em clima de festa, Delúbio reuniu amigos petistas em sua casa em Goiânia.

O que mais impressiona é a vida de celebridade que ele tem levado. Apareceu sorridente na festa do 1º de Maio da CUT. No aniversário de José Dirceu, só faltou dar autógrafos. No campeonato goiano de futebol, entrou em campo com a equipe do Itumbiara, cidade vizinha à sua. Cabelos agora compridos e bem tratados, aparelho nos den-

tes, barba aparada, sempre bem vestido, Delúbio mantém as relações estreitas de sempre com os estrelados do PT. Quem acompanha a rotina do prédio de classe média onde ele vive com a mulher, a também petista Mônica Valente, conta que são frequentes as visitas de conhecidos petistas ao apartamento do ex-tesoureiro, entre eles Marta Suplicy e José Dirceu, além do presidente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro. Delúbio não tem nada registrado em seu nome. Nem carro. O apartamento onde mora, no bairro paulistano da Consolação, está no nome da sogra, Diva Valente, e foi comprado em outubro de 2005, por R\$ 190 mil.

Em Goiás, Delúbio tem feito segundas reuniões com partidos nanicos. Como quer ser candidato a deputado federal e foi expulso do PT, ele articula uma aliança que lhe permita interessadas em abrigá-lo. O presidente regional do PHS, Walter Souto, garante: “Se o Delúbio quiser, eu dou legenda, sim. Ele será um puxador de votos.” O ex-tesoureiro do PT mantém excelente relação com o prefeito de Goiânia, Íris Rezende, a quem prometeu liberar verbas para a construção de casas populares. Seu irmão, Carlos Soares (PT), que investiu pesado na última eleição para eleger-se vereador, ficou como suplente e finalmente assumiu uma vaga, com Delúbio na posse. Pelas mãos do irmão fa-

moso, Carlos é um dos homens de confiança do prefeito na Câmara.

**Fora da política, nos tribunais a situação de Delúbio não é tão confortável.** Além do inquérito do mensalão e do primeiro processo aberto no STF a partir do escândalo, Delúbio responde a outras ações na Justiça

Federal de Brasília e na Justiça goiana. Uma delas por ter continuado a receber salário de professor mesmo sem aparecer na sala de aula. A sentença sai nos próximos dias. Ele, no entanto, está mais confiante. A investigação da PF sobre o caso Visant apontou que o dinheiro é privado — isso eliminaria crimes como corrupção e tráfico de influência. No caso dos empréstimos dos bancos Rural e BMG ao PT, haveria erros processuais. E isso hoje dá a Delúbio quase a certeza de que ele não será preso. Principalmente se, além de *pop star*, conseguir se eleger deputado. ■

#### INFLUÊNCIA

Mantém alguns afilhados no poder. Em Goiás, controla os Correios e a DRT. Quer emplacar Neyde Aparecida no FNDE

#### CELEBRIDADE

Delúbio foi à festa de aniversário de José Dirceu, à inauguração de uma fábrica da Hyundai em Anápolis e no 1º de Maio

#### COMPANHEIROS

Com a mulher, Mônica, ele recebe em seu apartamento em São Paulo visitas de petistas como José Dirceu e Marta Suplicy

#### DISCRICÃO

Delúbio não tem nada em seu nome. O apartamento onde mora em São Paulo está no nome da sogra e foi comprado por R\$ 190 mil

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ambiente é desculpa para a incapacidade”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 11 de maio de 2007.

A matéria destaca que o governo Lula usa a questão ambiental para justificar a sua incapacidade de dar andamento a projetos importantes de infraestrutura do País e para encobrir a falta de estrutura de órgãos como o Ibama.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Fomos traídos e greve é única saída”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 12 de maio de 2007.

A matéria destaca que para forçar o governo a revogar a Medida Provisória nº 366, que divide em dois o Ibama, os funcionários do órgão pretendem iniciar na segunda-feira greve nacional por tempo indeterminado. Segundo o líder dos servidores do Ibama, Jonas Corrêa, “a divisão foi uma medida autoritária e arbitrária, que traz embutida a intenção de extinguir o órgão”.

Por fim, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada "Ibama promete ir à greve hoje", publicada no *Jornal do Brasil* em sua edição de 14 de maio de 2007.

A matéria destaca que os servidores do Ibama são contrários à medida provisória que tirou da instituição a prerrogativa de cuidar de áreas de proteção.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# **‘Ambiente é desculpa para a incapacidade’**

**Para o geógrafo,  
questões ambientais  
não são entrave para  
obras porque nunca foram  
levadas em conta**

**Ricardo Brandt**

O governo federal usa a questão ambiental para justificar a sua incapacidade de dar andamento a projetos importantes de infra-estrutura do País e para encobrir a falta de estrutura de órgãos como o Ibama. A opinião é do ambientalista Mário Mantovani, diretor do SOS Mata Atlântica.

Leia abaixo trechos de entrevista concedida ao Estado:

**A questão ambiental tem sido um entrave para o desenvolvimento do País, como fazem crer alguns setores do governo?**

O meio ambiente nunca foi um entrave para nada no Brasil. Se fosse, nós diríamos que seriamos muito bons. Nunca se valorizou o meio ambiente em nenhum governo e o governo Lula foi o pior de todos. O governo Lula se apoiou no capital ético e moral da ministra Marina Silva. O espaço que estão dando para o meio ambiente, como se ele tivesse poder para barrar alguma coisa no País, mostra uma face que a gente não conhecia, porque sempre achamos que era uma questão absolutamente periférica para o governo. Nós ganhámos um status tão grande, que é impressionante.

**O problema então é a falta de estrutura do Ibama?**

Não tem estrutura. Atribuir o problema ao Ibama, mostra a má-fé do governo. É má-fé por que nunca foi dada estrutura ao órgão. O Ibama nunca funcionou, nunca teve estrutura. Existem técnicos muito bons, mas é uma estrutura viciada.

**São exageradas as pressões feitas pelo governo para conseguir aprovar as licenças?**

Não vejo como exageradas, para mim é chutar cachorro morto. As obras não saem não é por causa de problemas ambientais e sim por falta de capacidade do governo. O problema é que sempre contingenciaram verbas do meio ambiente, nunca se estruturou o órgão para atuar de forma eficiente.

**Estão superdimensionando o poder do Ibama hoje no País? Não existe e nunca existiu grande obra que parou por conta de licenciamento ambiental**

**Quem é:**  
Mário Mantovani

• É formado em geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde também foi professor

• O ambientalista é fundador e secretário da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente

no País. O governo viu a fragilidade e está jogando nisso. O pior é que o pessoal do Ibama está acobertando. É jogo de cena.

**Mas não há as obras do PAC paradas por conta de licenças?**

O que precisamos é aperfeiçoar o sistema. Agora, a empresa entregou um papel qualquer, não cuidou, entrou naquela de que podia fazer porque ia passar batida. Mas dizer que o PAC está parado é um absurdo. O PAC ressuscitou problemas esquecidos. Volto a dizer: nenhuma obra vai ter problema de licença no País. O problema é que vocês têm um gurião que cabe um papel e você coloca 20. Não dá mesmo. É um jogo de cena para justificar a incompetência do governo. Se o governo quisesse fazer um PAC sério, já faria na linha de que era preciso corrigir o gargalo do licenciamento, como eles chamam. Não tem gargalo. Existe uma estrutura em que era para entrar tantos projetos e, de um dia para outro, o governo despoja um monte de intenções. Não será a questão ambiental que vai pegar e sim a incapacidade, a escolha errada do projeto, projetos inexecutáveis.

**A divisão do Ibama é necessária?**

É. O Ibama se tornou um problema com a parte de fiscalização, de licenciamento. Mas que sempre teve pressão política, que vem mudando, mas não mudou o suficiente. A divisão vem de outro momento. Ficou parecendo que foi uma moeda de troca. Tinha que fazer o rompimento. O processo do Ibama é um processo viciado. Carrega uma carga negativa de problemas de indicações. Lamento que isso esteja acontecendo agora.

**E a greve anunciada ontem? A greve vem passar recibo para o governo, que vai adotá-la. Vai dizer que o Ibama era o problema.**

# 'Fomos traídos e greve é única saída'

Líder dos servidores do Ibama, Jonas Corrêa diz que divisão do órgão é retrocesso e vai aumentar burocracia

**Vanildo Mendes**  
BRASÍLIA

Para forçar o governo a revogar a Medida Provisória 886, que divide em dois o Ibama, os funcionários do órgão pretendem iniciar na segunda-feira greve nacional por tempo indeterminado. O presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ibama, Jonas Corrêa, disse ao Estado que a MP foi uma traição do governo Lula, por ter sido editada sem discussão e votação no Senado pela ministra Marina Silva.

"Foi uma medida autoritária e arbitrária, que traz embutida a intenção de extinguir o órgão", acusou Corrêa. "A única alternativa, diante do fato consumado, foi a greve nacional para forçar o governo a retirar a MP e negociar a reestruturação da gestão ambiental."

Ele também considerou a criação do Instituto Chico Mendes, que ficará encarregado do manejo de reservas, um retrocesso ambiental e "um tiro no pé". Argumentou que, em vez de reduzir, ela vai aumentar a burocracia e os gastos públicos, além de causar ineficiência. "A gente não está entendendo nem o discurso de que a MP dará celeridade aos processos de licen-

**Jonas Corrêa**  
Presidente da  
Associação Nacional  
dos Servidores do Ibama

"Foi uma medida autoritária que traz embutida a intenção de extinguir o órgão"

"A única alternativa foi a greve para forçar o governo a retirar a MP e negociar a reestruturação"

"Um governo que pretende ser democrático não pode encaminhar uma medida dessa". "Hoje, você tem 8 procedimentos para um licenciamento. Isso vai quadruplicar, subindo para 36 procedimentos, percorrendo três órgãos diferentes. Como dar celeridade assim?"

"Vamos acompanhar a agenda do presidente, faremos protestos e entregaremos documento onde dire a ministra Marina forem"

ciamento dentro do Ibama. Nós vemos exatamente o contrário. Com a criação do Instituto Chico Mendes e a passagem de dois centros de pesquisa para o Serviço Florestal, você vai ter que ouvir três minutos", explicou.

"Hoje, você tem 8 procedimentos para um licenciamento. Isso vai quadruplicar, subindo para 36 procedimentos, não só mais dentro do Ibama, mas percorrendo três órgãos diferentes. Como dar celeridade assim?"

O sentimento dos servidores do Ibama, segundo ele, é que foram traídos. "Um governo que pretende ser democrático e popular não pode encaminhar uma medida dessa, mexendo com a vida de todo o povo, sem ampla discussão da sociedade. Nós nos sentimos traídos e indignados. Por isso não tivemos alternativa se não fazer greve."

A greve será o único movimento. "Estaremos todo dia no Congresso. Nos Estados, vamos procurar os parlamenta-

## Para estudo, MP amplia lentidão

A informação de que a divisão do Ibama na prática deve tornar mais lenta a tramitação de processos de licenciamento ambiental, apresentada pelo presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ibama, se baseia em um estudo feito por técnicos do órgão. Os funcionários têm divulgado tabela mostrando que devem subir de 8 para 36 as etapas por que um pedido deve passar.

No exemplo, os técnicos usaram o processo de licenciamento de uma mina de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Carajás, no Pará. Por se en-

contrar numa área de conservação, que com a nova legislação passa para a esfera de controle do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - jocosamente apelidado de Chiblo pelos servidores do órgão -, o projeto, que já estava prestes a ser liberado, terá que voltar à estaca zero.

Na tramitação, vai percorrer um longo caminho interno e entre os dois novos órgãos. A própria presidência de cada um deles estará envolvida no processo, já que caberá a essa instância administrativa remeter os autos ao outro instituto. O VANILDO MENDES

res. Vamos à rua explicar à sociedade o prejuízo que ela terá com o projeto", disse. "Vamos acompanhar a agenda do presidente, faremos protestos e entregaremos documento onde ele e a ministra Marina forem."

Corrêa negou que a decisão de parar permita que o Ibama fique paralisado como entrave de fato ao desenvolvimento. "É justamente o contrário. O que acontece é que os empreendedores não dispõem a legislação ambiental. Em nenhum momento, os processos ficam retidos por culpa do Ibama", disse.

Para o dirigente, o que o governo quer é enfiar o Ibama. A ideia seria mudar o formato do licenciamento ambiental. "O governo Lula, ao não de impor seja projetos por culpa da legislação ambiental, decidiu enfiar o Ibama, pois assim poderá adiante criar uma agência de licenciamento", avaliou. No raciocínio do representante dos funcionários, se o governo simplesmente criasse a agência, passaria para o mundo à ideia de que optou pelo desenvolvimento a qualquer custo.

O problema dentro do Ibama, para Corrêa, é que faltam estrutura, orçamento, pessoal e salários. "O que não funciona é porque o Ibama não dispõe de orçamento e condições. No ano passado, o servidor tinha que trazer de casa até produtos de higiene e limpeza, porque o órgão não tinha sequer papel higiênico. Sem falar em carro, combustível... E a avaliação seria necessária dobrar o número de funcionários, hoje em 6,5 mil."

É isso que, na avaliação do sindicalista, faz o Ibama "trabalhar de forma mais lenta". "O pouco que sai é porque os servidores vestem a camisa, mesmo sem condições." ■

# Ibama promete ir à greve hoje

Servidores são contrários à medida provisória que tirou da instituição a prerrogativa de cuidar de áreas de proteção

**Alexandre Inacio**

BRASÍLIA

Os 6.400 servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) entram hoje em greve por tempo indeterminado, nos 26 Estados e no Distrito Federal, numa tentativa de forçar o governo a revogar a Medida Provisória 366, que dividiu o órgão em dois. O movimento deve atingir todos os departamentos do Ibama, inclusive o setor responsável pelo licenciamento ambiental, o que deverá trazer mais dor de cabeça para o governo, empenhado em fazer deslanchar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A paralisação também preocupa investidores e lideranças da indústria de base. "É lamentável a mobilização da greve. Isso não é uma ameaça ao governo, mas sim ao desenvolvimento do País", afirma Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib). Para ele, algumas obras do PAC que já estão descumprindo o cronograma poderão sofrer um atraso ainda maior.

AMP 366 é vista pelos funcionários do Ibama como um retrocesso do ponto de vista ambiental. O objetivo da divisão do órgão, segundo o governo, é reduzir a burocracia nos processos de liberação de licenças, mas a Associação Nacional dos Servidores do Ibama considera que,

com a mudança, os procedimentos para obtenção de toda a documentação passariam de 8 para 36 etapas.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva já reclamou da demora na emissão das licenças, o que está "emperrando" as obras do PAC, o carro-chefe do petista em seu segundo mandato. Entre os empreendimentos prejudicados pelo atraso na concessão de licenciamento ambiental estão as usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau. Elas devem ser construídas no Rio Madeira, em Rondônia.

A geração de energia, aliás, é o principal setor a ser prejudicado pelas incertezas existentes no cenário institucional do meio ambiente. Conforme simulações feitas com base em condições normais de oferta e demanda de energia, o Brasil não sofre risco de racionamento em 2007 e 2008. Para 2009, no entanto, essa possibilidade chega a 5%, sobe para 8% em 2010 e alcança 14% em 2011. Levando em consideração um cenário de consumo acima do esperado e atrasos na construção de usinas, o risco de novo apagão será de 23,5% em 2010 e de 30% em 2011.

Na avaliação de Godoy, os contratos de fornecimento de energia estão prestes a vencer e serão renovados em outras bases. "Se não tivermos uma oferta maior de energia vamos caminhar para um encarecimento desse insumo. Talvez não tenhamos um novo racionamento, mas teremos um custo muito maior e sofreremos todos os impactos dessa situação", afirma.

Para o presidente da Abdib, contudo, os entraves para a construção de usinas são maiores que a crise no Ibama. Ele aponta ainda o número de intervenções nos processos de liberação de licença ambiental, como as feitas pelo Ministério Público, por organizações não-governamentais (ONGs), institutos e fundações ligados à proteção indígena e políticos. "Vamos ver quem assumirá a responsabilidade por dizer que uma licença não será liberada e quais argumentos técnicos serão utilizados", critica Godoy.

Segundo análise da Abdib, o Brasil tem buscado impacto ambiental nulo para o licenciamento das obras do PAC, o que simplesmente nega o crescimento econômico. Sua avaliação é de que o objetivo deveria ser buscar impacto ambiental mínimo, uma vez que não existe ação humana que não resulte em alteração ou qualquer impacto do meio ambiente. ●



**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Consumo do governo avança em ritmo acelerado”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de junho de 2007.

A matéria destaca que a expansão dos gastos públicos pode gerar pressão inflacionária.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “País empaca no *ranking* mundial”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de junho de 2007.

A matéria destaca que o Brasil continua na liderança do grupo Brics e na 10<sup>a</sup> posição entre as maiores economias do mundo, segundo o FMI.

Como último assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Depoimento indica ligação com

chefe do esquema”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de junho de 2007.

A matéria destaca que os depoimentos de Andrey Galileu Cunha, ex-homem de confiança de Nilton Servo, ajudaram a Polícia Federal a concluir que o irmão do presidente Lula, Genival Inácio da Silva, o Vavá, cobrava dinheiro da máfia dos caça-níqueis para fazer lobby dentro do governo.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B6 | ECONOMIA | QUINTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2007  
O ESTADO DE S. PAULO

#### CONTAS NACIONAIS

# Consumo do governo avança em ritmo acelerado

## Expansão dos gastos públicos pode gerar pressão inflacionária, alerta economista

Wilson Brandão Junior  
RIO

A velocidade de crescimento do consumo do governo está aumentando, com base nos dados do Produto Interno Bruto (PIB). Nos 12 meses encerrados em março do ano passado, a taxa de crescimento era de 2%. Esse patamar subiu para 3,4% no mesmo período encerrado no último mês de março. Os dados foram levantados pela consultoria MB Associados.

Pela metodologia das contas

nacionais do IBGE, o consumo do governo compreende as informações não apenas do governo federal, mas também das administrações estaduais e municipais, que, segundo o instituto, têm maior peso nesse item do PIB. “O consumo do governo tem crescido num ritmo intenso há bastante tempo”, comenta o economista da MB Associados, Sergio Valle.

Os dados do PIB divulgados ontem mostram que, ainda assim, esses gastos crescem pouco abaixo da economia, que, nos

12 meses encerrados em março, avançou 3,8%. No primeiro trimestre deste ano, comparado ao mesmo período do ano passado, o consumo do governo subiu 4%, ante um PIB 4,3% maior. Já na comparação com o último trimestre do ano passado, quando a economia avançou 0,8%, o consumo do governo cresceu bem mais: 3,5%.

Pelolado da demanda, os gastos do governo equivalem a 19% do PIB, fatia inferior ao consumo das famílias, que representam dois terços da economia.

#### NÚMEROS

**3,4%**

foi o aumento no consumo do governo nos últimos doze meses, até março deste ano

**2%**

foi a alta registrada no mesmo período do ano anterior

**19%** é a fatia

desses gastos no PIB brasileiro, inferior ao consumo das famílias

Ainda segundo o IBGE, o consumo do governo, simplificado, é o conjunto de serviços individuais ou coletivos prestados pelos governos à população, como por exemplo, de saúde e educação pública, defesa, judiciário, órgãos e autarquias públicas.

Esse item não inclui, dentre outros, despesas de investimento e transferências correntes.

#### PRESSÃO

Dados do Tesouro indicam, por exemplo, que o gasto público fe-

deral vem crescendo. “Há uma política de expansão do gasto público e a ideia é que tem de botar o pé no freio, sob o risco de mais cedo ou mais tarde isso gerar pressão inflacionária”, diz Fábio Giambiagi, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele diz que esse risco pode não ser para este ano ou 2008, mas no médio prazo é incompatível com uma inflação entre 3% e 4%.

O economista explica que os dados do Tesouro mostram que no primeiro quadrimestre do ano os gastos do governo federal cresceram 9,9%, divididos, basicamente, desta forma: transferências para Estados e municípios (10,8%), folha de pessoal (8,6%), INSS (10,3%) e outras (9,7%).

QUINTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2007 | ECONOMIA | B3  
O ESTADO DE S. PAULO

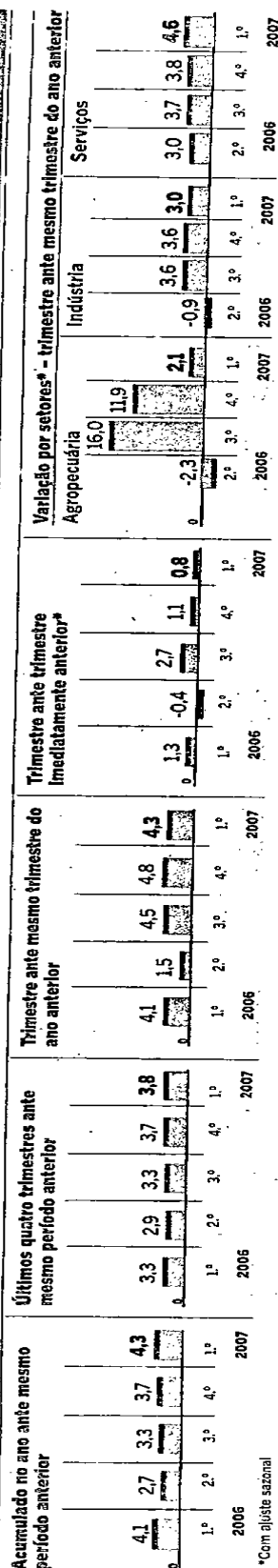
CONTAS NACIONAIS

# País empaca no ranking mundial

Brasil continua na lanterna do grupo Bric e na 10.<sup>a</sup> posição entre as maiores economias do mundo, segundo FMI

## RESULTADOS DO PIB A PREÇOS DE MERCADO

EM PORCENTAGEM



\*Com ajuste sazonal

# Depoimento indica ligação com chefe do esquema

Segundo Cunha, irmão mais velho de Lula era amigo de Servo e recebia dinheiro e favores

CAMPO GRANDE

Os depoimentos de Andrey Galleu Cunha, ex-homem de confiança de Nilton Servo, ajudaram a Polícia Federal a concluir que Genival Inácio da Silva, o Vavá, cobrava dinheiro da máfia dos caça-níqueis para fazer lobby dentro do governo. Cunha disse que Vavá recebia dinheiro e favores de Servo e o último pagamento teria sido feito em janeiro deste ano: R\$ 3 mil.

No depoimento, Cunha afirmou que "Vavá é amigo de Nilton e pedia favores a ele" e "tem conhecimento de que Nilton chegou a dar R\$ 3 mil para Vavá em janeiro de 2007". Na seqüência ele diz saber que "Vavá solicitou

dinheiro a Nilton outras vezes".

Numa conversa entre Servo e uma pessoa identificada como Serra, no dia 14 de março, às 15h57, o suposto chefe do grupo relata que "de picado em picado arrumou para o Vavá uns 14, 15 paus". O interlocutor aconselha Servo a não arrumar mais dinheiro para o irmão de Lula, porque este "tem que mexer como o doce". Na mesma conversa, que dura 10 minutos, Servo comenta sobre um industrial de Manaus (AM) que está tentando um empréstimo de R\$ 100 milhões no BNDES e "não está conseguindo resolver". Diz que vão tentar fazer lobby por meio de Vavá para conseguir a liberação.

O Estado conversou com uma pessoa diretamente ligada à família de Cunha, que terá o nome preservado. Ela disse que Servo dava dinheiro periodicamente a Vavá, como forma de buscar contatos no governo e também para se aproximar do presidente Lula. Durante o depoimento da pessoa ligada a Cunha, foram mostradas fotos em que Servo aparece ao lado do presidente em um churrasco. O encontro teria ocorrido em 2002, logo após Lula vencer as eleições. As fotos fazem parte de um álbum da família Servo. A imagem foi usada por Servo durante a campanha à Prefeitura de Bonito (MS), em 2004.



**Nelson Alfonso**  
Advogado de Vavá

"Muita coisa foi dita, mas não há como provar. Vavá está sofrendo acusação, está sendo condenado como se fosse ilícito ser irmão do presidente da República"

"Eles não têm negócios. Vavá não recebeu nada do Nilton"

O Estado apurou que os R\$ 3 mil que Servo teria dado a Vavá em janeiro foram entregues num café, em São Bernardo do Campo. O encontro foi presenciado por um motorista que re-

cebeu a incumbência de entregar para Vavá um envelope - como o dinheiro - levado por Servo. No local, havia câmeras de segurança.

O advogado de Vavá, Nelson Alfonso, afirmou ontem que ele não recebeu dinheiro de Servo. Para Alfonso, não há provas contra seu cliente. "Muita coisa foi dita, mas não há como provar. Vavá está sofrendo acusação, está sendo condenado como se fosse ilícito ser irmão do presidente da República."

Ele confirmou que Vavá é amigo de Nilton Servo. "Vavá já reconheceu isso, que o Nilton é um amigo um pouco distante. Amizade não é pecado, até onde se sabe. Mas eles não têm

negócios. Vavá não recebeu nada do Nilton. Nunca existiu lobby. Ele vai a Brasília, já foi, mas não tem trânsito, não visita ministérios. Não tem prova nenhuma de que ele recebeu dinheiro nem de que oferecia facilidades em órgãos públicos. A Polícia Federal também não encontrou nenhum processo no Superior Tribunal de Justiça envolvendo Vavá em suposta exploração de prestígio."

Sobre o grampo da PF que flagrou o irmão de Lula pedindo R\$ 2 mil para Servo, o advogado foi taxativo: "As gravações não provam nada, são meros indícios. Não houve crime nenhum. São 8 meses de gravação, tem gravação de todo mundo. Nesses 8 meses vou ter material para a defesa. A PF pegou trechos das gravações e requereu à Justiça prisão cautelar e mandado de busca. A PF editou as interceptações, os trechos que eles entregaram à Justiça."

• R.B. e F.M.

**O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "O 'bagrão' de Lula", publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 23 de abril de 2007.

O artigo do jornalista Carlos Alberto Sardenberg destaca que a legislação, a cultura e a estrutura dos órgãos ambientais bloqueiam soluções a ponto impedir qualquer tipo de projeto que se apresente já que a tendência dominante nesse órgão é a de negar licença para qualquer projeto que tenha algum impacto ambiental.

Como segundo assunto, gostaria de registrar o artigo intitulado "De politização e manipulação", publi-

cado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 7 de abril de 2007.

O artigo da jornalista Dora Kramer destaca que o consenso que a CPI do apagão aéreo sai mesmo é tão firme que surpresa agora será por algum motivo ela não se instalar.

Sr. Presidente, solicito que os artigos citados sejam considerados parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# O 'bagrão' de Lula

**E**ntão os bagres caíram no colo do presidente Lula. Não os que ele cria na Granja do Torto, mas os que vivem naturalmente, digamos assim, nos rios do Xingu e que estão impedindo a concessão de licenças ambientais para hidrelétricas incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

"Um bagrão" – assim o presidente qualificou o problema que foi parar no seu gabinete, durante reunião do Conselho Político, na última quinta-feira. Trata-se de um caso antigo. Esta coluna, aliás, tratou do assunto em 4 de dezembro, sob o título *Quanto custa um bagre?*

Escrevíamos: há seis hidrelétricas planejadas para os rios que correm para o Parque do Xingu e que são contestadas pelos índios. Um dos argumentos dos índios sustenta que um dos projetos pode ameaçar os bagres, o que, para eles, inviabiliza a obra. Estão no seu direito.

Mas a decisão não interessa só a eles. Há toda uma outra população cujo progresso e bem-estar dependem da oferta de energia. Sem as hidrelétricas, a energia será escassa, impedindo muitas atividades econômicas, e mais cara. É essa conta que não se faz. Se a pergunta é "os índios têm direito a seus bagres?", a resposta é obviamente positiva. Mas a pergunta não é essa. É outra: para a região toda, vale a pena trocar os bagres por energia

escassa e cara? Ou ainda: quanto custará cada bagre?

Na reunião do Conselho Político, o presidente Lula disse que não era possível não existir uma solução para os bagres. Acrescentou: "Eu crio bagres aqui."

Pois é. Fica mais barato criar os bagres no palácio presidencial e despachá-los para os índios no avião presidencial do que abandonar o projeto da hidrelétrica.

Mas por que as soluções não saem? As licenças para as duas usinas do Rio Madeira – cruciais para o fornecimento de energia a partir de 2010 – foram prometidas há vários meses, mas o Ibama não parece ter pressa. Comenta-se mesmo que o pessoal não mostrou a menor preocupação com as queixas de Lula.

Ocorre que a legislação, a cultura e a estrutura dos órgãos ambientais bloqueiam as soluções. Do jeito que estão as coisas, a tendência dominante é a de se negar licença para qualquer projeto que tenha algum impacto ambiental, quer seja para a vegetação, quer para os bagres.

Não se faz a conta custo/benefício. Todo projeto terá impacto ambiental. A questão é medir esse impacto e compará-lo com os benefícios econômicos e sociais do projeto. O valor dos benefícios pode perfeitamente justificar a perda ambiental, caso em que os prejudicados têm que ser indenizados e/ou compensados de alguma forma razoável.

Mas os órgãos ambientais, responsáveis pelas licenças, não foram constituídos para fazer a conta custo/benefício. Concentram-se no impacto ambiental e aí as coisas não passam.

Em resumo, o presidente Lula pode reclamar do "bagrão", mas no sistema atual vai continuar reclamando.

**Proposta Kelman** – Daí a importância do anteprojeto de lei apresentado pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman, modificando o sistema de licenciamento para projetos de energia elétrica.

Resumindo, a idéia é atribuir ao Conselho de Defesa Nacional, órgão que assessora o presidente da República, a definição dos projetos considerados de interesse estratégico nacional. Esses projetos teriam estudos de impacto ambiental feitos só pelo Ibama (excluindo-se os ór-

centam informações a respeito da coluna da semana passada, *Aeroportos privados, qual o problema?*

Frank Sarnighausen, de São Carlos (SP), informa que o Aeroporto de Lima (Jorge Chávez), no Peru, foi privatizado, totalmente reformado, aumentando e modernizado, sendo hoje um dos melhores terminais da região. E será construído outro aeroporto. Vencedora da licitação: a alemã Frankfurt Airport.

Roberto da Rocha Azevedo e Julian White lembram que Londres tem cinco, e não três, aeroportos. Os cinco dividem vôos locais e internacionais, com companhias de tarifas mais baratas operando fora de Heathrow.

White observa que Heathrow, alvo de tantas reclamações de ingleses, não é assim tão ruim. Diz que um novo terminal vai acrescentar 10 milhões de passageiros por ano (pouco menos do que o total de Cumbica) e, aparentemente, será ultramoderno. O prédio, visto a distância, parece enorme. A maioria dos passageiros ainda prefere Heathrow, que pode não ser maravilhoso, mas é muitíssimo melhor do que Cumbica, por exemplo.

Na opinião de White, "aeroporto ruim mesmo, dos piores do mundo, é o Charles de Gaulle, de Paris, estatal. Entre muitos problemas, para ir de um terminal a outro é necessário tomar o ônibus (navette) por fora, o que pode levar até 40 minutos".

Mas muitos viajantes dizem que nenhum supera os aeroportos da Rússia em ruindade. São estatais. ●

\*Carlos Alberto Sardenberg é jornalista. Site: [www.sardenberg.com.br](http://www.sardenberg.com.br)

## A legislação e a estrutura dos órgãos ambientais bloqueiam soluções

gãos estaduais e municipais) e, assim instruídos, subiriam à decisão do presidente da República. Ele, então, poderia baixar decreto incluindo projetos no programa nacional e dispensando-os de licença ambiental, entendendo-se que os estudos do Ibama serviriam para orientar eventuais compensações.

A idéia básica, diz Kelman, é "evitar que projetos que tragam benefícios para a maioria da população possam ser bloqueados pela ação de minorias" – como é exatamente o caso dos bagres dos índios do Xingu.

Isso sim pode ser uma solução para o "bagrão".

**Aeroportos privados** – Leitores corrigem, esclarecem e acres-

NACIONAL | SÁBADO, 7 DE ABRIL DE 2007  
O ESTADO DE S. PAULO

## De politização e manipulação

O consenso de que a CPI do apagão aéreo sai mesmo é tão firme que surpresa agora será se por algum motivo ela não se instalar. Ou por decisão do Supremo Tribunal Federal ou por desistência da oposição de fazer o inquérito parlamentar por meio do Senado.

Diante do praticamente inevitável, nesta semana os líderes governistas radicalizaram no desespero de causa: como último recurso para evitar a investigação, tentaram aplicar o velho truque do perigo dos rancos da reação militar.

Procuraram a oposição e ponderaram que a instalação da CPI poderia dar margem a uma nova crise militar. As investigações talvez revelassem "fragilidades" da Aeronáutica que as Forças Armadas não gostariam de ver expostas em público.

A base governista está perdida. Dispõe de força numérica, mas, pela qualidade da estratégia agora adotada, parece que só tem tamanho. Se tivesse cérebro, perceberia a inadequação do argumento: falar em risco de crise porque a Aeronáutica não resistiria a uma investigação parlamentar significa pôr as Forças Armadas sob suspeição.

Quando o governo diz à oposição que a CPI poderia provocar revolta nos quartéis porque revelaria fatos desabonadores para uma das Forças, está automaticamente insinuando que os militares têm algo a esconder.

Fazem deles um escudo de proteção num embate de natureza político-partidária e atribuem a eles um receio que na verdade é do governo.

Quem não quer CPI é o Palácio do Planalto. Rememorar crises do passado para transferir essa posição às Forças Armadas é um erro de análise

## O risco não é a CPI politizar a crise, mas os políticos manipularem a CPI

se da realidade presente ou um sofisma eivado de má-fé.

Não há politização no trato da crise por parte dos militares. Não contestam o papel institucional nem a autoridade do presidente da República. Querem simplesmente ter os seus preceitos preservados.

Por ora, porque a depender do encaminhamento das coisas, realmente o bate-cabeça governista pode acabar provocando problemas de ordem institucional. Como ocorreu

com o acréscimo de uma crise de relação Poder Executivo-poder militar à crise do setor aéreo.

A alegação de que a CPI politiza a crise é uma obviedade, pois a investigação é parlamentar. O problema não é CPI politizar a crise, mas os políticos quererem manipular a CPI.

Isso vale para o governo e sua mais recente manobra de jogar com o risco de reação militar, mas vale também para a oposição, que depois de brigar tanto pela comissão está no mínimo obrigada a não dar espetáculo de quinta.

### Insegurança no ar

Se o apagão total da sexta-feira 30 rendeu algum benefício foi a abertura da discussão sobre a segurança dos vãos, assunto até então tratado com certa inibição.

O Sindicato dos Aeronautas e da Federação Internacional de Associações de Controladores de Tráfego Aéreo abordaram questões importantes nesta semana.

A presidente dos aeronautas, Graziela Baggio, apontou a existência de um grave embate entre pilotos e controladores, assim detalhado pelo vice-presidente do sindicato, Gelson Fochesato: "O controlador não quer que o piloto se aproxime da pista e o piloto fala que tem que se aproximar porque o controlador está mentindo para ele. Os pilotos estão revoltados ao ponto de quererem ir direto para um conflito e passar a não obedecer mais aos controladores. Isso já não é mais segurança de voo, é uma mentira".

Sobre o plano de emergência da FAB, diz Marc Baumgartner, da Federação Internacional dos Controladores: "As armadilhas do sistema, problemas de radar e de rádio, ainda estão lá. A Aeronáutica não fez nada além de aquartelar e investigar os controladores. Usar militares da defesa aérea é a mesma coisa que colocar um carregador de bagagens ou uma atendente do check-in para pilotar um avião, eles não têm a menor idéia do que fazer, não foram treinados para isso. Já vimos essa história antes na França. Acabou em uma colisão aérea".

Se os presidentes das entidades não foram irresponsáveis ao ponto de dizer o que disseram em função dos interesses das respectivas categorias profissionais, seus alertas são dignos de registro.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Funcionários do Ibama protestam contra Lula”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 09 de maio de 2007.

A matéria destaca que os funcionários do órgão rejeitam a divisão do instituto, pararam por 24 horas e hoje vão promover um ato na Esplanada dos Ministérios.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Ex-deputado é o novo locutor oficial de eventos no Planalto”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 04 de junho de 2007.

A matéria destaca que o locutor oficial da presidência desde a redemocratização, Lademir Filippin, foi substituído pelo ex-deputado federal acusado de envolvimento na máfia dos sanguessugas, Maurício Rabelo.

Gostaria, por último, de fazer o registro da matéria intitulada “Lula e o Ibama”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 04 de maio de 2007.

A matéria destaca que o impasse sobre a construção de usinas do rio Madeira indica urgência de criar regras mais claras para tornar previsível o licenciamento ambiental.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# **Funcionários do Ibama protestam contra Lula**

## **Eles rejeitam divisão do instituto, param por 24 horas e hoje vão promover ato na Esplanada dos Ministérios**

SÃO JOSÉ

Faixas de protesto levantadas por cerca de 50 funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), contra a divisão do órgão, receberam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Santa Catarina. “Lula, você foi enganado, as licenças ambientais vão demorar mais ainda”, dizia uma delas, entre as muitas espalhadas junto à saída do Centro Operacional e Administrativo dos Correios e Telégrafos, na cidade São José (SC), inaugurado ontem pelo presidente.

Enquanto isso, em Brasília, representantes do Ibama de todo o País decidiam por uma paralisação de advertência por 24 horas, pelo mesmo motivo: o re-

púdio à medida provisória que dividiu o Ibama em dois, criou a Fundação Chico Mendes e tirou do instituto a tarefa de fiscalizar as entidades ligadas ao setor. Segundo dados da Associação Nacional dos Funcionários do Ibama, a adesão chegou perto dos 100%.

“A divisão do Ibama vai enfraquecer um órgão que tem história. É um retrocesso essa mudança para a política ambiental do País”, afirmou o presidente da entidade sindical, Jonas Corrêa.

Em São José, a manifestação vista por Lula foi pacífica. O presidente passou ao lado dela, mas não parou. Os funcionários distribuíram panfletos repudiando a medida provisória do governo, nos quais avisavam: “Não será com a divisão

do Ibama que teremos o fortalecimento de que precisamos.” Segundo o presidente da Associação dos Servidores do Ibama de Santa Catarina, Jorge Almeida Albuquerque, “divi-

### **Associação estima que adesão à greve chegou perto de 100%**

dindo os órgãos, a situação ficará ainda mais complicada e reduzirá a possibilidade de fiscalização”.

Os protestos devem continuar hoje, com um ato na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, que se estenderá, segundo os organizadores, até o Palácio

do Planalto. Amanhã, os servidores do Ibama realizam plenária nacional, também em Brasília, para decidir por uma greve nacional. Em alguns Estados, como o Amazonas, a greve já foi iniciada na semana passada. Hoje, a questão da concessão de licenças ambientais será discutida em audiência pública na Câmara. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que deveria comparecer, informou ontem, por sua assessoria, que terá de fazer uma viagem.

Em Minas, os servidores do Ibama decidiram paralisar as atividades hoje e amanhã. De acordo com a associação local, a divisão do instituto “aumentará os custos e a burocracia do licenciamento ambiental, que passará a depender de pareceres de dois órgãos”.

Os servidores alegam também que a MP levará ao fechamento de sete escritórios no interior do Estado – em Uberlândia, Lavras, Pouso Alegre, Juiz de Fora, Pirapora, Montes Claros e Governador Valadares. Na sexta-feira nova reunião decidirá sobre transformar o movimento em greve por tempo indeterminado. ● **TÂNIA MONTEIRO, ENVIADA ESPECIAL, ANA PAULA SCINOCÇA e EDUARDO KATTAN**

 **PRESIDÊNCIA**

folha de São Paulo

04/06/07

# Ex-deputado é o novo locutor oficial de eventos no Planalto

---

DASUCURSAL DE BRASÍLIA

Por quase 20 anos, a voz que conduziu milhares de eventos de todos os presidentes da República desde a redemocratização foi a de Lademir Filippin, o locutor oficial da Presidência. Desde março, é a de Maurício Rabelo, ex-deputado federal acusado de envolvimento na máfia dos sanguessugas.


No dia 9 de março, Filippin disse pela última vez: “Está encerrada esta cerimônia”. Desde então, Rabelo tem sido o locutor de eventos de Lula no Planalto.

Filippin não fala de sua

saída, apenas a atribui a “motivos particulares”.

Funcionários do Planalto dizem que a mudança foi resultado de um desgaste na relação com o cerimonial.

Filippin, que era conhecido como “gogó de ouro” e “barítono”, diz que o presidente é “exigente”. “O bom do Lula é que, com uma piscadela de olho, você entende o que ele quer.”

Rabelo tenta se livrar da pecha de sanguessuga. “Nunca fui chamado para nada, não existe nada. Fui incluído nesse escândalo aí [dos sanguessugas] porque pensei muito na saúde”, diz. 

# Lula e o Ibama

**Impasse sobre usinas no  
Madeira indica urgência  
de criar regras mais claras  
para tornar previsível o  
licenciamento ambiental**

A EXONERAÇÃO do diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Luiz Felipe Kunz Júnior, ainda sem substituto, só em aparência põe fim ao travamento da licença prévia para as hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira. Para retomar a expressão do presidente Lula, o bagre que caiu em seu colo lá continua.

O referido bagre é a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), tão explorada naquela região amazônica que os espécimes capturados são cada vez menores. Existe o temor de que as usinas, ao alterar o regime do rio, amplifiquem a ameaça à espécie. Embora encarne apenas um dos impactos previsíveis, o peixe se tornou emblema de um impasse mais amplo e preocupante.

O processo para obter a licença prévia começou há três anos. Após muitas idas e vindas, o Ibama definiu em parecer de 21 de março não ter condições de atestar a viabilidade ambiental do projeto e pediu novo estudo de impacto. Antes da exoneração, Kunz Júnior recusou o parecer da equipe técnica; para ele, caberia somente complementar informações, não recomeçar tudo do zero.

Santo Antônio e Jirau, com 6.450 megawatts de potência, são peças-chave no PAC de Lula. Seu aborrecimento com a procrastinação precipitou mudan-

ças anteriormente em gestação no Ministério do Meio Ambiente (MMA), que controla o Ibama.

A alteração mais visível foi o desmembramento do instituto. Marina Silva separou a agência encarregada de emitir licenças (que prossegue sendo o Ibama) de outra criada para cuidar de parques e reservas (batizada Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ou Chibio). A dissociação teve boa acolhida fora da instituição, pois concentra o foco das atividades e cria a expectativa de limites a excessos preservacionistas.

Não tem cabimento, decerto, subordinar o licenciamento ambiental apenas a imperativos de ordem econômica. A falsa dicotomia, que parecia ter sido superada, não deve ser revivida. Por outro lado, é crucial que o licenciamento se torne mais célere e previsível.

Não basta trocar diretores do Ibama ou secretários do MMA. É preciso detalhar normas e procedimentos que impeçam técnicos de terceiro e quarto escalão de prolongar de maneira indevida os processos, escorados numa visão maximalista do princípio da precaução. Governos estaduais, como o de Minas Gerais, têm conseguido avançar nessa forma de desburocratização.

Todo empreendimento do porte de Santo Antônio e Jirau comporta riscos. A própria ministra já se posicionou a favor de obras tão impactantes quanto a transposição do São Francisco e o asfaltamento da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). Não há razão à vista para que deixe de fazê-lo quanto ao Madeira, mas, para isso, Marina Silva e a Presidência da República devem empenhar-se mais em aperfeiçoar o quadro de referência do licenciamento ambiental no Brasil.



**O SR. MÁRIO COUTO** ( PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “MST invade área no Pontal e já anuncia ‘maio vermelho’”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* de 27 de abril de 2007.

A matéria destaca que em mais uma ação do “abril vermelho”, a jornada de lutas do Movimento dos Sem Terra (MST), cerca de 120 militantes invadiram, na madrugada de ontem, a Fazenda Santa Cruz, no município de Mirante do Paranapanema, extremo oeste do Estado. Segundo a matéria, o coordenador estadual do MST, Valmir Rodrigues Chaves, avisou que as ações não vão acabar agora. “Vamos continuar as

ocupações até terminar o mês. Depois, vamos começar o ‘maio vermelho’”, anunciou.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

PAÍSO NACIONAL | SEXTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2007  
O ESTADO DE S. PAULO

TERRA SEM LEI

# MST invade área no Pontal e já anuncia ‘maio vermelho’

120 sem-terra ocupam Fazenda Santa Cruz após despejados de outra área

**José Maria Tomazela**  
SOROCABA

Em mais uma ação do “abril vermelho”, a jornada de lutas do Movimento dos Sem-Terra (MST), cerca de 120 militantes invadiram, na madrugada de ontem, a Fazenda Santa Cruz, no município de Mirante do Paranapanema, extremo oeste do Estado. O

coordenador estadual do MST Valmir Rodrigues Chaves avisou que as ações não vão acabar agora. “Vamos continuar as ocupações até terminar o mês. Depois, vamos começar o ‘maio vermelho’”, anunciou.

O mesmo grupo que ocupou a Fazenda Santa Cruz ontem já tinha invadido, na segunda-feira, a Fazenda São Francisco, no

mesmo município, e foi obrigado a sair da área por determinação da Justiça. Parte dos sem-terra foi direto da fazenda desocupada para a nova área invadida. Na semana anterior, o grupo tinha invadido a Fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes. Durante a desocupação, os sem-terra foram acusados de matar bois, depredar e furtar equipamentos.

Ao anunciar um “maio vermelho”, Chaves afirmou que o MST está cobrando antiga promessa do governo estadual de assentar 1.400 famílias no Pontal do Paranapanema. “É uma promessa que veio do governo Mário Covas, passou todo o governo Geraldo Alckmin e até agora não foi cumprida nem em parte.”

O líder argumentou que o nú-

mero de famílias acampadas no Pontal cresceu – já são mais de 2 mil – e o total de assentados nos últimos anos “foi tão insignificante que dá para dizer que é igual a zero”. Para Chaves, falta vontade política do Estado para arrecadar as terras devolutas da região. “Os processos avançam até um ponto e depois emperram e ficam enrolados.”

Ele garantiu que as propriedades invadidas estão em áreas de terras já consideradas devolutas. Parte da Fazenda Santa Cruz, segundo ele, já foi transformada em assentamento. O movimento reivindica os 600 hectares remanescentes. “Se são terras devolutas, devem ser da reforma agrária, mas estão nas mãos de outras pessoas. Está certo isso?”

O diretor-executivo do Instituto de Terras do Estado de São

Paulo (Itesp), Gustavo Ungaro, disse que a Santa Cruz é objeto de reivindicação pelo Estado, mas há não há decisão final da Justiça. “Estamos acompanhando essas ações e tomando todas as providências cabíveis”, disse. Ele contestou a afirmação do líder de que o governo não tem assentado famílias no Pontal. “São mais de 10 mil famílias assentadas no Estado, a maioria naquela região.”

### **ACAMPADOS**

Em Itapetininga, no sudoeste do Estado, as 80 famílias do MST que no dia 17 haviam invadido a Fazenda Reunidas Boi Gordo deixaram a área ontem, cumprindo mandado de reintegração de posse dado pela Justiça. Os sem-terra acamparam na margem da Rodovia Raposo Tavares (SP-270). ●

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta segunda-feira, dia 9 de julho, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a seguinte:

## ORDEM DO DIA

### 1

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 30-8-2007

### 2

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 4-9-2007

### 3

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe*

*sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 7-9-2007

### 4

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica*, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 12-9-2007

### 5

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 17-9-2007

6

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

7

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 18, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal* (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 211, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

9

**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Comple-

mentar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

10

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007**

*(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].*

11

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

12

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América* (financiamento parcial do Premar).

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta,

com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior*.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem),

de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que es-*  
*pecifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes*  
*apontando formas para efetuar denúncias.*

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº

1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que

*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

**32**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

**33**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 43 minutos.)*

**ATA DA 100ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,  
EM 27 DE JUNHO DE 2007  
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 98, de 28 de junho de 2007)**

**RETIFICAÇÕES**

No Sumário da Ata, na página nº 20953, 2ª coluna, no **Item 2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**,

Onde se lê:

(Replicação)

Leia-se:

(Replicação para inclusão de tradução de matérias com texto em inglês)

Na Ata, na página nº 21105, 1ª coluna, imediatamente após o horário de encerramento da sessão, inclua-se, por omissão, o seguinte:

\*\*\*\*\*  
**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. MOZARILDO CAVALCANTI NA SESSÃO  
DO DIA 20 DE JUNHO DE 2007, QUE ORA SE REPUBLICA PARA INCLUIR  
TRADUÇÃO DE MATÉRIAS COM TEXTO EM INGLÊS**  
\*\*\*\*\*

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,  
CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 401, DE 2007,  
DESTINADA A APURAR AS CAUSAS,  
CONDIÇÕES E RESPONSABILIDADES  
RELACIONADAS AOS GRAVES PROBLEMAS  
VERIFICADOS NO SISTEMA DE CONTROLE DO  
TRÁFEGO AÉREO, BEM COMO NOS PRINCIPAIS  
AEROPORTOS DO PAÍS, EVIDENCIADOS A  
PARTIR DO ACIDENTE AÉREO, OCORRIDO EM  
29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM  
BOEING 737-800 DA GOL E UM JATO LEGACY DA  
AMERICAN EXCELAIRE, E QUE TIVERAM SEU  
ÁPICE NO MOVIMENTO DE PARALISAÇÃO DOS  
CONTROLADORES DE VÔO OCORRIDO  
EM 30 DE MARÇO DE 2007.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO DE 2007**

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião de 2007, administrativa, realizada em 28 de junho de 2007, terça-feira, às dez horas e vinte e nove minutos, na Sala nº. 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a apreciação dos Requerimentos nºs: 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112 e 114.

Estiveram presentes os seguintes parlamentares membros da Comissão:

**Tião Viana (PT-AC) – Presidente**  
**Demóstenes Torres (PFL-GO) – Relator**  
**Renato Casagrande (PSB-ES)**  
**Sérgio Zambiasi (PTB-RS)**  
**Romeu Tuma (PFL-SP)**  
**Inácio Arruda (PCdoB-CE)**  
**Romero Jucá (PMDB-RR)**

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** A Presidência esclarece que tivemos um problema de *quorum* no dia de hoje, em razão dos afazeres dos Srs. Senadores, nós teremos que adiar a apreciação Requerimentos prevista para hoje para próxima terça-feira estando na pauta prevista da próxima reunião a votação de requerimentos que exigem votação nominal, além do Relatório parcial do nobre Senador Demóstenes Torres.

Antes de encerrar a presente Reunião, eu só gostaria de esclarecer que nós tivemos um fato grave ocorrido no dia de ontem que foi o não cumprimento das normas administrativas que envolvem a vida diária da CPI. Nós tivemos a quebra de um documento sigiloso que estava sendo tratado em caráter reservado na Sessão de ontem, e que foi tornado público, não temos nenhum problema quanto a qualquer assunto ser tornado público desde que seja devidamente estabelecido o tratamento público ao assunto. Foi uma solicitação do Departamento do Controle do Espaço

Aéreo Brasileiro que solicitou que fosse reservada a discussão daquele documento sigiloso apresentado aos Srs. Senadores e alguns Assessores que estavam presentes à reunião.

Então diante dos fatos, a Aeronáutica, o Comando Militar da Aeronáutica, através do Brigadeiro Antônio Carlos Moretti Bermudez, Chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica emitiu o seguinte esclarecimento, que eu passo a ler porque julgo importante.

“A respeito do Plano de Desenvolvimento do Controle do Espaço Aéreo tratado na CPI do Senado no dia de ontem, o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica esclarece que o documento representa uma análise estratégica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, SISCEAB, com o intuito de balizar as ações do Comando da Aeronáutica em médio e longo prazo, particularmente no quadriênio 2006-2009 para o contínuo aperfeiçoamento e desenvolvimento desse sistema. Para que seja compreendido, ele deve ser avaliado dentro do contexto da política de melhoria contínua do controle do espaço aéreo brasileiro nesse enfoque. O plano apresenta análise profissional com vistas a permitir a manutenção da segurança e da eficiência do SISCEAB ao longo dos anos. Isso se reflete nas ações do Comando da Aeronáutica no contínuo processo de modernização do SINDACTA, seus equipamentos e sistemas. Ao referir-se a obsolescência dos equipamentos o plano segue filosofia da Organização da Aviação Civil Internacional relacionada com a evolução de conceitos para o controle do espaço aéreo a exemplo do CNS/ATM, em especial nesse aspecto. A análise apresentada ressalta que a tecnologia de controle por meio de radar será substituída paulatinamente tendo em vista a implantação mundial do sistema de controle CNS/ATM baseado em satélites. Para isso o Brasil que interage com esse projeto, desde a sua concepção participará de uma reunião em Montreal, Canadá, ainda em setembro deste ano. O Comando da Aeronáutica assegura que os sistemas e equipamentos empregados no controle do espaço aéreo brasileiro atendem plenamente aos quesitos de segurança e eficiência permitindo que o nosso espaço aéreo figure entre os melhores do mundo. O plano em questão contempla os esforços de todos os setores do DECEA, buscando a constituição do futuro desejado em conformidade com o horizonte estabelecido pela diretriz estratégica da Aeronáutica”.

Então essa é uma nota que eu julgo relevante ser apresentada aqui à CPI e ao mesmo tempo esclareço que todas as medidas administrativas pertinentes à Presidência desta CPI estão sendo tomadas para tratar de modo exemplar esse desrespeito aos trabalhos profissionais que são uma prerrogativa da CPI e uma



obrigação constitucional e regimental de todos os seus membros. Sejam Senadores, sejam servidores. Eu não tenho nenhum tipo de dificuldade em tratar qualquer questão publicamente. Mas como é uma obrigação da função que alguns assuntos por solicitação de órgãos de Estado sejam tratados de maneira reservada, cumprindo o caráter de sigilo, esta CPI adotará todas as providências cabíveis de maneira exemplar para tratar a referida questão.

Está encerrada a presente reunião.

*Reunião encerrada às dez horas e trinta e quatro minutos.*

Senador **Tião Viana**, Presidente.

#### **ATA DA 15ª REUNIÃO DE 2007**

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião de 2007, administrativa, realizada em 4 de julho de 2007, quarta-feira, às quinze horas e vinte e seis minutos, na Sala nº. 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a apreciação do 2º Relatório Parcial da Comissão.

Estiveram presentes os seguintes parlamentares membros da Comissão:

**Tião Viana (PT-AC) – Presidente**  
**Demóstenes Torres (PFL-GO) – Relator**  
**José Agripino (PFL-RN)**  
**Mário Couto (PSDB-PA)**  
**Sérgio Zambiasi (PTB-RS)**  
**Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**  
**Gilvam Borges (PMDB-AP)**  
**Romeu Tuma (PFL-SP)**  
**Ideli Salvatti (PT-SC)**  
**João Pedro (PT-AM)**

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento 401/2007 destinada a apurar as causas, as condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País evidenciados a partir do acidente aéreo ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da GOL e um jato Legacy que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se ao depoimento da Srª. Sílvia Terezinha Pfeiffer, e reunião administrativa na sua primeira parte como apreciação do segundo Relatório parcial do eminente Senador Demóstenes Torres, Relator desta Comissão. E uma reunião administrativa na segunda parte para apreciação e votação de Requerimentos.

Então eu convido para que componha, venha fazer parte da Mesa, atendendo convocação do Senado Federal através da CPI do Apagão a Srª. Sílvia Terezinha Pfeiffer, ao lado da sua Advogada, Drª. Andréia Damasceno para que estejam na Mesa.

A Srª. Sílvia Terezinha Pfeiffer compromete-se nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal sobre as penas da lei dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado não sendo obrigada a depor contra si própria nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal.

Aquí temos a assinatura da Srª. Sílvia Terezinha Pfeiffer. A presidência solicita a presença da mesma no Plenário da Comissão e na Mesa para iniciarmos a oitiva.

**SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO):** Sr. Presidente, o depoimento da Srª. Sílvia Pfeiffer, ele vai ser um depoimento, já começou um depoimento extenso, depois disso nós já recebemos mais documentos para questioná-los, já o Senador João Pedro já estava inscrito para fazer os questionamentos na Sessão passada, e nós temos aqui um relatório extenso, 251 páginas que eu vou tentar fazer um resumo para que nós possamos votá-lo.

Então eu sugeriria a V.Exª. se não houvesse por parte da depoente, da convocada qualquer restrição para que ela pudesse ser chamada amanhã, para que o depoimento dela pudesse ser transferido para amanhã para que nós pudéssemos fazer esse relatório até porque a partir de determinado momento talvez nós tenhamos que suspender a Sessão uma vez que o Conselho de Ética vai se reunir.

Então, se houvesse aquiescência por parte da Srª. Sílvia Pfeiffer seria muito bom. Caso contrário também faremos, suspenderemos e no final da noite retomaremos o para fazer o...

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** A Presidência acata a sugestão de V.Exª.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Aguarda apenas a confirmação da Srª. Sílvia e não havendo restrição do plenário. Senador João Pedro tem a palavra.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Presidente Tião Viana, Relator Demóstenes, demais Senadores, eu entendo... Sr. Presidente, eu entendo da importância e é fundamental a leitura do relatório, porque mostra todo um processo trabalhado e, enfim, um produto do trabalho da CPI. Eu gostaria só de fazer a seguinte ponderação. Na medida em que esta discussão com a Srª. Sílvia ela já fora suspensa, ela está

aqui por que é que ninguém estabelece um tempo, tipo 30 minutos para nós encerrarmos isso?

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** É porque não dá. Quando é depoimento, por exemplo, alguma pessoa que ela acusou já apresentou uma documentação extensa que nós podemos checar já, fazendo rebatendo as afirmações que ela fez.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Com certeza. Eu concordo. No rebater eu concordo. [risos]

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Então há concordância de V.Ex<sup>a</sup>. para que fique para amanhã. Senador Mário Couto está em concordância? Então eu agradeço aos nobres Senadores e a nobre depoente concordou. Fica adiado para o dia de amanhã o depoimento dela.

Nós passamos agora à leitura do Relatório, do segundo Relatório. É o Relatório parcial sobre a CPI do Apagão no que diz respeito exatamente à crise em si, no que diz respeito ao tráfego aéreo e a relação com os controladores não mais tratando diretamente do acidente envolvendo o GOL e o jato Legacy porque isso já foi tratado no primeiro Relatório parcial.

Com a palavra o Relator, Senador Demóstenes Torres. A presidência só solicita à Secretaria que faça a entrega do relatório no que couber aos Senadores de Plenário.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós procuramos desde que foi encerrada a primeira fase onde investigamos as causas do acidente do GOL com o Legacy, agora verificar quais eram as causas do apagão aéreo que nós estávamos vivendo. Aí nós ouvimos diversas pessoas e fizemos um trabalho extenso de 251 páginas que mostra: Primeiro, desde que o Poder Público pode fazer, as suas competências, o que a União pode fazer, o papel, digamos assim, ainda não cumprido do Ministério da Defesa, como as Forças Armadas, especialmente a Aeronáutica, com a saída do DAC e a criação da ANAC ficou também praticamente sem a coordenação de todo esse processo, como é que o departamento do controle do espaço aéreo tem tratado toda essa questão; como tem se omitido o Conselho Nacional de Aviação Civil que já não se reunia desde o ano de 2003 e esse ano acabou fazendo uma nova reunião porque é importante que o CONAC possa ter uma política para a Aviação Civil, para o sistema aéreo, para o sistema aeroportuário brasileiro. Isso não tem acontecido. Também de como foi importante a criação da Agência Nacional de Aviação Civil, mas dos problemas causados principalmente pela concessão de autorização de decolagem e pouso, de linhas propriamente dito de uma forma atabalhoada, a tal ponto que

isso aconteceu nos aeroportos mais congestionados e também nos horários de pico. De como a INFRAERO enfrenta sérios problemas de ordem de probidade, de desvio de finalidade que é também o que nós devemos analisar na próxima fase. Como essa distribuição de tarifas entre as instituições do SISCEAB, como é que isso pode ajudar a fazer com que o sistema seja melhorado, que haja recursos.

Para isso nós fizemos um breve histórico do sistema da história nossa, do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, como é que funciona o SISCEAB, como é que essa cobertura do SISDACTA para fins de busca e salvamento e o programa COSPAS-SARSAT, a prioridade no plano de metas da Aeronáutica 2007/2010. O reaparelhamento imprescindível do SISCEAB, o novo sistema que vai ser criado de controle via satélite, o sistema CNS/ATM, e analisamos também toda essa problemática dos controladores de tráfego aéreo. Quais são as atribuições que ele tem, como é que é feita a carreira, como é que eles entram, como é que eles se preparam, como é que chegam ao estágio em que se encontram, o gravíssimo problema da remuneração, porque nos parece que essa seja a causa principal do problema que nós estamos vivendo hoje. Claro que o sistema está esgarçado, mas ele pode ser pelo menos... O problema pode ser protelado se nós conseguirmos resolver esse problema remuneratório dos controladores de voo. Qual é o efetivo dos controladores de voo, como é que isso precisa ser melhorado, como é que essa formação deles pode ser identificada? Como é nós podemos compatibilizar a jornada de trabalho com os riscos que eles desenvolvem na sua atividade. Qual a capacidade de controle que tem um controlador, como é que se opera essa diminuição da sua capacidade de trabalho, as licenças médicas que acontecem muitas vezes de forma quase que inviabilizar o controle em determinados momentos. Nós analisamos o problema da desmilitarização da carreira de controlador de voo, a criação de uma carreira única de controlador de tráfego aéreo, a implementação do plano de desenvolvimento do sistema do controle do espaço aéreo nacional, analisamos as propostas que foram feitas aqui por dois Procuradores do Trabalho, e também propostas do Grupo de Trabalho interministerial. Analisamos quais são os fatos que levaram esse apagão aéreo, analisamos também por que é que houve uma subestimação do crescimento do tráfego aéreo. Basta dizer que hoje o Brasil é o País onde se verifica o maior crescimento de tráfego aéreo. Nós crescemos mais que a China. 12% ao ano. E essa saturação que nós constatamos da infra-estrutura aeroportuária e controle do tráfego aéreo.

Ou seja, nós tínhamos que evoluir para um sistema de concessão, para a participação da iniciativa privada na ampliação dos novos aeroportos, no gerenciamento dos novos e até velhos aeroportos, criar pequenos aeroportos, e tudo isso de uma maneira que possa, com certeza, fazer com que haja uma superação dessa crise, uma superação dessa deficiência momentânea, mas que nós temos que correr porque senão a atuação vai ficar muito pior. Essa autorização de linhas aéreas em quantidade superior à capacidade da infra-estrutura Aeronáutica e aeroportuária, a maneira de revê-las ou de adequá-las, as já concedidas para que tenha maior tranquilidade o usuário e para que nós não fiquemos o tempo todo quando decidimos por um voo tendo preocupações para ver se os voos sairão atrasados ou não, os transtornos verificados mesmo dentro do aeroporto, tudo isso é analisado. A inoperância propriamente dita do Ministério da Defesa, a necessidade imediata de se dar uma função a esse Ministério, a não implementação das Resoluções do CONAC tiradas em 2003, algo que me parece que precisa ser deixado bem claro também, nos últimos anos e não é só nesse Governo, no outro também. Houve uma politização no preenchimento dos cargos de direção da ANAC, da INFRAERO, e isso não é bom. É preciso que haja uma modificação para que os técnicos tenham preponderância. Não que os políticos não devam participar. Podem. Mas quando isso se torna uma tendência irreversível o lado técnico praticamente morre. A desarticulação entre todos esses órgãos, órgãos praticamente soltos, a ANAC para um lado, INFRAERO para outro lado, o Comando da Aeronáutica numa outra direção e o Ministério da Defesa lamentavelmente sem muito o que fazer. A carência de recursos para o DECEA, nós mencionamos auditoria que foi feita pelo Tribunal de Contas da União que aponta um desvio ou uma retenção de recursos da ordem de 600 milhões de reais, um pouco menos nos últimos sete anos, e que o COMAER, o Comando da Aeronáutica nega, mas que aparentemente tem muita procedência.

As insatisfações dos controladores de tráfego aéreo, como é que nós poderemos superar todo esse problema, e finalmente as recomendações e os encaminhamentos.

Eu acho que é um trabalho muito bem feito, contou com a participação inequívoca de todos os Senadores, sob a Presidência do Senador Tião Viana, e eu gostaria aqui de parabenizar a toda a Assessoria, Senador Tião Viana, que possibilitou que esse trabalho pudesse chegar ao fim.

Eu acho que é um trabalho de fôlego, é um trabalho que nós devemos encaminhar aos principais órgãos que tenha algo a ver com o nosso sistema de aviação

aérea, nosso sistema de Aviação Civil, para que, claro, que essas recomendações possam ser seguidas, possam ser acolhidas e possam ser detidas.

De sorte que eu passo a ler, após fazer esse breve resumo, as recomendações que nós fizemos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Permita, Senador Demóstenes Torres. Eu tenho entendimento que pela importância desse trabalho, pela seriedade dele, pela visão propositiva dele ao próprio Governo, eu entendo que a CPI ao final de seus trabalhos deverá levar o Relatório no seu todo ao Presidente da República com seus membros para V.Ex<sup>a</sup>. transmitir o teor e a intenção do trabalho.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO):** Muito obrigado, Senador Tião Viana. Eu concordo com V.Ex<sup>a</sup>., até porque esse trabalho não tem só uma intenção de uma atuação crítica. Ao contrário, ele, claro que ele... Nós apresentamos, sim, críticas ao sistema, mas nós apresentamos também as sugestões para que possam esses problemas ser solucionados.

De sorte que essa idéia, essa sugestão, essa determinação de V.Ex<sup>a</sup>. ela deve ser seguida imediatamente até para que nós possamos, sim, dar uma contribuição mais efetiva para solucionar esse grave problema que ficou conhecido como apagão aéreo.

Então, Sr. Presidente, em face de todo o exposto nesse Relatório, esta CPI recomenda às autoridades competentes com fim de solucionar a crise aérea por que passa o País, as seguintes medidas:

Um: Elevação da qualidade dos equipamentos de controle de voo, responsáveis pela aproximação, pouso e decolagem dos principais aeroportos. Um aspecto importante da infra-estrutura aeroportuária é a sua vulnerabilidade a fenômenos climáticos. Uma das principais causas de atrasos e cancelamento de voos é o fechamento de aeroportos em decorrência de neblina ou chuva. Essa vulnerabilidade pode ser superada pela elevação da capacidade de instrumentos de controle de voo. Os aeroportos plenamente equipados não deixam de funcionar pela ocorrência de chuva, neblina ou neves, já que os pousos e decolagens passam a ser realizados por instrumentos. Nenhum aeroporto brasileiro está equipado, entretanto, nesse nível máximo de controle de tráfego aéreo;

Dois: Diferenciação das tarifas aeronáuticas e aeroportuárias em função do grau de saturação de cada aeroporto e dos horários de pouso e decolagem. O congestionamento dos principais aeroportos pode ser atribuído em parte à ausência de um modelo eficiente de cobrança pelo seu uso. No modelo vigente, vigora uma tabela padronizada de tarifas aeroportuárias cujos valores não são diferenciados segundo o grau

de saturação de cada aeroporto. Uma revisão desses valores para aumentar os valores pagos nos aeroportos congestionados, e baratear as tarifas dos aeroportos ociosos induziria a demanda para esses últimos, reduzindo o grau de saturação dos primeiros. A elevação dos valores cobrados nos aeroportos congestionados contribuiria ainda para financiar as obras necessárias para a sua ampliação. Igualmente importante seria a diferenciação das tarifas em função do horário de uso do aeroporto de tal modo a onerar mais os vãos em horário de pico. Tal medida constituiria importante incentivo à desconcentração dos horários de vôo, o que por si só já contribuiria significativamente para reduzir os congestionamentos existentes. Cumpre destacar que o grupo de trabalho interministerial sobre a crise do sistema de tráfego aéreo instalado em 16 de novembro de 2006, recomendou a revisão das normas que tratam das tarifas aeroportuárias e aeronáuticas para a adequação das novas necessidades do sistema de Aviação Civil [soa a campanha] por meio da análise das rubricas com destinações vinculadas dos recursos dos fundos aeroviário e aeronáutico buscando o equilíbrio do sistema. Tal medida depende exclusivamente da ANAC que tem competência para estabelecer o regime tarifário da exploração da infra-estrutura aeroportuária no todo ou em parte. Art. 8º, inciso XXV da Lei nº. 11.182/2005;

Três: Adoção do sistema de *slots* nos aeroportos congestionados. Igualmente relevante à adoção de um modelo eficiente de alocação de horários de pouso e decolagem *slots* nos aeroportos saturados. O acesso a esses aeroportos deve ser feito mediante a subdivisão do tempo de acesso às pistas de pouso e decolagem. Cada período de uso da pista constitui um *slot* que é a unidade de medida de capacidade do aeroporto. O sistema de *slots* contribui significativamente para racionalização do uso das pistas, uma vez que reduz a concentração de pousos e decolagens nos horários de pico. Como a infra-estrutura aeroportuária dimensionada para esses períodos resulta daí um uso mais eficiente desse recurso escasso. A tendência mundial é a Constituição de direitos de propriedade sobre os *slots* que são vendidos pelo Estado e passam a constituir um patrimônio das empresas aéreas. É urgente a implantação do sistema de *slots* nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Brasília, que já se encontram saturados e são os principais *Rabs(F)* do País. A Resolução nº. 02/2003 do CONAC já havia identificado essa necessidade, mas a primeira providência nesse sentido somente ocorreu com a edição da Resolução nº. 02 de 3 de julho de 2006 da ANAC que aprova o regulamento sobre alocação de horários de chegadas e partidas de

aeronaves de linhas aéreas domésticas de transporte regular de passageiros nos aeroportos que menciona e dá outras providências;

Quatro: Estímulo à participação dos Estados e Municípios da iniciativa privada na gestão aeroportuária. No que diz respeito aos novos investimentos em infra-estrutura aeroportuária, diversos depoentes apontaram para a necessidade de se abrir o setor aos Estados e Municípios e a iniciativa privada. Tal orientação já constava da Resolução nº. 11/2003 do CONAC.

1.1: Deve ser elaborado o Plano Aeroviário Nacional promovendo a ordenação dos investimentos de forma a racionalizá-los nos três níveis de Governo e estimular a inversão privada;

1.1.1: O plano deve estimular a construção, exploração e operação de aeródromos públicos pela iniciativa privada, observado o devido processo de homologação.

Também o estudo elaborado pela ANAC e o próprio depoimento do seu Presidente à CPI apontam no mesmo sentido. De fato, de todos os setores da infra-estrutura, o aeroportuário é o que permaneceu mais estatizado ao longo dos últimos anos. Todos os principais aeroportos do País estão sob monopólio da INFRAERO, que é uma empresa pública federal. A única exceção é o aeroporto de Porto Seguro Bahia que é gerido pela iniciativa privada desde 1994. Merece destaque nesse sentido a visão do Dr. Ozires Silva que depôs do dia 12 de junho de 2007 nesta CPI. Dr. Ozires Silva, “as projeções de crescimento das operações são realmente fantásticas e trazendo números que nós não estamos habituados a lidar com eles. Os grandes aeroportos sob a tendência de grande contingenciamento mexendo com massas humanas bastante grandes poderá ser amenizado com aeroportos periféricos, o que nos obriga a caminhar a uma estratégia de proliferação de aeroportos. Quer dizer, ao invés de gastar dinheiro em grandes aeroportos, concentrados, começar a abrir o nosso tráfego aéreo. Eu não sei, mas o tráfego aéreo brasileiro não atinge hoje mais do que 130 cidades no Brasil. Um País com mais de dois mil aeródromos, e com mais de 5.500 Municípios – é o que V.Ex<sup>a</sup>. vive dizendo com propriedade – Quer dizer, não está prestando serviços como nós gostaríamos. Portanto, a idéia dos aeroportos periféricos faz enorme sentido. E há uma tendência clara para utilização intensa de aviões menores em grande quantidade de operações. Portanto, o tráfego aéreo muito mais intensificado do que nós temos hoje. De modo que precisamos efetivamente olhar. Nós temos que olhar para o futuro e nos prepararmos para que esse impacto possa ser ajustado com níveis de segurança adequado protegendo as vidas humanas

que estarão em jogo. Eu acredito fortemente que a construção de aeroportos periféricos que possam ser feitos pelo setor privado, operados pelo setor privado, que possam efetivamente ajudar a desconcentração dos aeroportos, dos grandes aeroportos, porque tudo está indicando no mundo hoje que os passageiros, sobretudo os passageiros freqüentes, não gostam mesmo mais de serem limitados nos aeroportos, com problemas de *check-in* demorado, esperas longas para poder decolar, voarem pesados os ônibus aéreos. É fundamental, portanto, que se estimule à construção e a ampliação de aeroportos pelos Estados e Municípios com recursos próprios ou pela iniciativa privada, inclusive como forma de distribuir melhor a demanda atualmente concentrada nos aeroportos centrais. Cabe destacar, entretanto, que mesmo os principais aeroportos brasileiros movimentam um número de passageiro muito inferior aos grandes aeroportos internacionais. No ano de 2005, os 15 maiores aeroportos nacionais movimentaram 81 milhões, 467 mil, 623 passageiros. Apenas o aeroporto de Atlanta que é o maior dos Estados Unidos movimentou no mesmo período 85 milhões, 907 mil, 423 passageiros. Sendo que os 15 maiores aeroportos movimentaram 699 milhões, 663 mil, 535 passageiros, segundo o documento demanda na hora pico. Aeroportos na rede INFRAERO volume 01 elaborado pela ANAC. Com relação aos aeroportos operados pela INFRAERO, constatou-se a viabilidade comercial de concessão à iniciativa privada de pelo menos 11 unidades que apresentam uma movimentação superior a três milhões de passageiros por ano. Quais sejam: Congonhas, Guarulhos, Brasília, Galeão, Salvador, Recife, Santos Dumont, Porto Alegre, Curitiba, Confins e Fortaleza, embora não haja uma lei específica sobre concessões aeroportuárias, nada impede que elas sejam feitas de imediato, sob a égide da Lei 8.987/1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal. A condução desse processo deve ser feita pela ANAC, a quem compete conceder ou autorizar a exploração da infra-estrutura aeroportuária no todo ou em parte. Art. 8º, inciso XXIV da Lei nº. 11.182/2005;

Cinco: Revisão das linhas aéreas com origem ou destino em aeroportos congestionados. Independentemente da questão de se saber se as irregularidades apontadas pelo TCU na autorização de HOTRANS são de responsabilidade da ANAC ou do antigo DAC, o fato é que há uma saturação de diversos aeroportos do controle do espaço aéreo. Nesse sentido não se pode aceitar a argumentação da agência na direção de que ela não teria qualquer responsabilidade na solução dos problemas do tráfego aéreo. A ANAC tem poderes para

autorizar e para revogar os HOTRANS. É obrigação da ANAC redimensionar as linhas com origem e destino em aeroportos saturados a fim de adequar demanda e oferta. Ao contrário do que se afirmou o Presidente... Contrário do que afirmou o Presidente da ANAC, essa é a solução de curto prazo que pode produzir efeitos em poucos meses. Uma solução definitiva dependerá de novos investimentos que só se viabilizarão ao longo de décadas. A sociedade brasileira não pode suportar, entretanto, o atual estado de saturação que tende a se agravar e que resulta em rotineiros atrasos e cancelamentos de vôos. Grande parte dos atrasos e cancelamentos de vôos poderá ser evitada pela redução da demanda atualmente suportada pelo aeroporto de Congonhas, providência que pode ser adotada de imediato pela ANAC;

Seis: Elaboração e implementação de uma Política Nacional de Aviação Civil e de um Plano Aeroviário Nacional. Necessidade já identificada pelo CONAC em 2003, Resolução nº. 18/2003 pelo Grupo de Trabalho Interministerial de 2006. Item 10 do Relatório final. E frisado pelo Presidente da INFRAERO nessa CPI. E para melhor resguardar os interesses da sociedade e garantir o compromisso institucional sólido o ideal é que o referido plano tenha força de lei. Sobre o tema, essa CPI colheu alertas importantes. O Sr. Wellington Andrade Rodrigues: Antecedentes da crise aérea. "Em 1996 nós tivemos uma Audiência Pública na Câmara que se nós trocamos os nomes dos depoentes e a data parece que é a mesma coisa que está acontecendo hoje. Nós temos atrasos, problema de freqüência, problema de excesso de tráfego, problema de formação e problema de falta de controladores de tráfego aéreo". 1996. Vários documentários foram feitos sobre o controle de tráfego aéreo apresentado nas televisões com as demandas, com a problemática e dificuldade que os controladores enfrentavam no seu dia-a-dia. Essa questão também havia sido objeto de Relatório do TCU em 1996, conforme ressaltou aqui o Dr. Lucas Furtado. Sr. Lucas Rocha Furtado: "Eu me permitiria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, ler um trecho de um Relatório do TCU. Apenas um parágrafo. 'Todavia, as atividades do setor transcendem os desconfortos nos aeroportos e a impossibilidade de se viajar durante as férias até mesmo aos preços exorbitantes praticados pelas empresas aéreas, pois a questão da segurança é a que hoje mais preocupa o setor. Não raro chegam notícias a respeito de acidentes no mais das vezes graves, causados por jornadas de trabalho estafantes dos tripulantes ou decorrente da falta de manutenção das aeronaves ou de um sistema de controle aéreo considerado deficiente utilizado acima de sua capacidade de operação'. Senhores, esse trecho que eu li foi

uma auditoria realizada pelo TCU em 1996. Em 1996 o TCU realizou auditoria por solicitação do Congresso Nacional no sistema de transporte brasileiro, envolvendo tanto o transporte viário, aquático e aéreo. Então vejamos V.Ex<sup>as</sup>. que a questão não é nova, porque desde 1996 o TCU já apontava para essas deficiências a partir de um trabalho de auditoria realizada no âmbito do TCU. Uma hipótese que não deve ser desconsiderada diante da gravidade da crise do setor aéreo nacional é o restabelecimento das relações de subordinação entre os órgãos que compõem o SISCEAB". É o que trata a recomendação seguinte;

Sete: Fortalecimento do Ministério da Defesa. Isso me parece fundamental, Sr. Presidente. Essa medida está intrinsecamente relacionada com a anterior. Para o fortalecimento institucional do Ministério da Defesa, urge que esse órgão elabore um plano abrangente para o setor aéreo, indicando os investimentos necessários para a ampliação da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária e coordene a atuação dos órgãos a ele vinculados. Outrossim, mostra-se premente a centralização do orçamento das três Forças Armadas no Ministério da Defesa, o qual passará a ser responsável por encaminhá-los ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e por negociar eventuais modificações adotando postura de efetivo comando e coordenação das três forças;

Oito: A arrecadação das tarifas aeroportuárias pelo COMAER. Trata-se de uma proposta visando à melhoria da questão, mas que diferentemente das demais considero merecedora da constituição de uma Comissão para analisá-la mais profundamente, Senador Tião Viana. O Relatório da equipe de analistas do TCU apresentou três sugestões que foram incorporadas ao acórdão nº. 2.420/2006, TCU Plenário. O primeiro delas: A INFRAERO, para que faculte ao COMAER o acesso aos dados e sistemas relativos a arrecadação das tarifas TAN, TAT, ATAERO, correspondente na hipótese da inexistência de procedimento dessa natureza. Segunda sugestão, ao Ministério da Defesa, para que por meio de sua Secretaria de Controle interno institua procedimento periódico e específico tendente a averiguar a conformidade dos atos de gestão da INFRAERO relativos às retenções dos recursos decorrentes da cobrança das tarifas TAN, TAT e ATAERO, relativos. E terceira sugestão. A Secretaria do Tesouro Nacional, STN, para que avalie a conveniência e oportunidade de inserir os procedimentos e dados relativos a essas citadas tarifas no sistema de administração financeira do Governo Federal, SIAFI, uma vez tratar-se de recursos próprios sem a natureza de receita própria, mas sim de tributo que apenas é arrecadado por ente não integrante do orçamento fiscal. As recomendações do Tribunal

poderiam ser vencidas caso seja implementada outra que avalio merecedora de análise. Preliminarmente assevero o meu alinhamento com o Tribunal quanto à natureza tributária das tarifas TAN, TAT e do ATAERO. A despeito da disposição expressa no Decreto-Lei nº. 1.896/1981 anterior à Constituição de 88 de que TAN e TAT são preços públicos. Considero que as tarifas e o adicional enquadram-se na espécie de tributo taxa por ser exações impostas em face da prestação de serviço público específico e divisível. A taxa pertence ao ramo de direito público, no qual vige o princípio da estrita legalidade, enquanto a tarifa situa-se no âmbito do direito privado regido pelo princípio da autonomia da vontade. Serviços públicos executados diretamente pelo Estado ou em regime de transferência que não envolvem ou não se confundem com atividade empresarial, somente poderão ser remuneradas por meio da instituição de taxas. Os serviços prestados para apoiar e tornar seguro à navegação aérea não são expressas do exercício da atividade empresarial pelo Estado. Indubitavelmente quando presta tais serviços o Estado não exerce atividade econômica. Serviços públicos em sentido estrito não estão ao alcance do regime jurídico de tarifas. Considerando que compete ao Estado Maior da Aeronáutica, EMAER, exercer a coordenação geral e controlar os programas de aplicação dos recursos decorrentes das tarifas TAN, TAT e ATAERO, penso que mereceria a análise cuidadosa à proposta de tornar o próprio COMAER agente arrecadador. Essa mudança na forma como hoje as tarifas são arrecadadas, não prejudica a inclusão da movimentação desse recurso no SIAFI. Contrário senso. Facilita. E que haja rigorosa fiscalização periódica e específica pelo controle interno e pelo TCU quanto à conformidade dos atos de gestão do COMAER. A análise que aduzo seja feita deve levar em consideração dois aspectos que operam em seu desfavor. Um é o fato de que a INFRAERO é quem tem relacionamento direto e mais estreito com os usuários do sistema aéreo, especialmente nos aeroportos que administra. Por conta também cobra taxas aeroportuárias de praticamente as mesmas pessoas físicas e jurídicas. O outro é relativo à execução forçada de débitos relativos às tarifas, havendo necessidade de cobrança judicial dos referidos débitos é mais ágil e efetivo a INFRAERO, fazer uso do seu departamento jurídico com maior expertise na matéria do que se ocorrer mudança na configuração atual a Aeronáutica provocar a Advocacia Geral da União;

Nove: Separação do sistema civil e militar de controle do espaço aéreo quando da implantação do sistema CNS/ATM. No que concerne à segurança do SISCEAB, uma recomendação dessa CPI é que seja analisada possibilidade de separação definitiva do

sistema civil e militar, ou seja, de controle de tráfego aéreo e defesa aérea. O momento ideal para isso será quando da implantação do sistema CNS/ATM. Quando o sistema estiver plenamente em operação no Brasil, o que se prevê para 2017, haverá uma separação natural entre o sistema de controle aéreo civil que será operado por meio do CNS/ATM, de defesa aérea militar utilizando-se o modelo convencional baseado em radares e comunicações. A preocupação que permanece é se haverá pessoal capacitado para operar o novo sistema e se com o sistema convencional aplicado eminentemente em defesa aérea, este chegue à obsolescência ou mesmo a inoperância em virtude dos reduzidos, quando não inexistentes investimentos em defesa. Para que isso não ocorra, mister o maior investimento na área de defesa, em especial para a modernização dos equipamentos radares e para o preparo dos novos controladores de voo;

Dez: Maior setorização do espaço aéreo brasileiro. Os controladores de voo ficam responsáveis por áreas geográficas muito extensas, o que afeta o grau de diligência e capacidade de absorção do tráfego. O Sargento Wellington Rodrigues relatou as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores após o choque entre o Boeing 737 do GOL e jato Legacy, em 29 de setembro de 2006, como a falta de confiança para exercício das atividades o grande número de licenças médicas solicitadas e a redução do número de controladores em determinados setores de doze para quatro. Enquanto nos Estados Unidos e na Europa o controle do espaço aéreo se dá por camadas, no Brasil um controlador de voo controla do solo até o ilimitado, longas distâncias geográficas e diversos tipos de aeronaves com performances e frequências distintas, o que torna a atribuição extremamente complexa;

Onze: Revisão e fortalecimento das rotinas de supervisão e assistência aos controladores de voo. Os relatórios de perigo analisados por essa CPI apontam problemas graves de supervisão e assistência no centro de controle, conforme visto no item 5.2.7;

Doze: Revisão, modernização e reforço da manutenção dos equipamentos de rádio, radar e de software usados para o controle de voo. Inúmeros relatórios de perigo de 2003 a 2007 dos quatro CINDACTAs registram problemas graves com frequência de rádio, com sinais de rádio, com software usado para o controle de voo conforme visto no item 5.2.7. A situação apurada demonstra flagrante desarmonia com os depoimentos das autoridades da Aeronáutica que defenderam e garantiram a segurança dos equipamentos do tráfego aéreo. A análise dos relatórios de perigo evidenciam ao contrário. Insegurança e fragilidade operacional, inclusive os tão falados “buracos negros” negados pelo

COMAER estão registrados em alguns relatórios. Há ainda vários *reports* de perigosas inoperâncias simultâneas de rádio e radar, o que deixa as aeronaves à sua própria sorte. Os controladores vêm alertando reiteradamente sobre as deficiências técnicas e de equipamento, grande parte das quais ignoradas pelas autoridades. Os *reports* são igualmente insistentes no fato de os problemas não receberem a devida atenção. A presente recomendação inclui ainda a criação de rotinas mais adequadas de análise pelas autoridades das ocorrências de problemas técnicos registradas pelos controladores. É preciso afirmar que não há atualmente motivo para pânico. O sistema é seguro. Necessita, todavia, de vultosos investimentos para que obsolescência que começa a dominá-los seja superado;

Treze: Adequação transitória das condições de trabalho dos controladores de tráfego aéreo militares. Até a separação do sistema civil e militar de controle aéreo quando da implantação do CNS/ATM, recomendação 09, urge a necessidade de aprofundar a discussão sobre como resolver o problema salarial dos controladores de voo, uma das razões no presente momento dos freqüentes atrasos de voo e transtorno dos passageiros nos terminais aeroportuários do Brasil. Os controladores pleiteiam aumento salarial que dentro da estrutura militar é impossível ser concedido. É que na estrutura militar, como é sabido, todos os integrantes de uma determinada graduação ou posto devem ter vencimentos iguais, e não pode um militar de graduação inferior ter vencimentos mais elevados do que um de graduação superior. Como há uma paridade salarial entre as três forças, os sargentos da Marinha e do Exército deveriam que ter também seus soldos elevados. Outrossim, dada a rigidez do sistema hierárquico militar, todos os demais postos também demandaria melhoria salarial, o que geraria um efeito dominó. As duas soluções aventadas pela Aeronáutica são pírias. Uma gratificação ora batizada de “porcentagem de adicional de compensação orgânica” geraria os efeitos nefastos citados acima. A outra ainda menos feliz para solucionar a presença de crise, posto que ampliar a chance de extensão na carreira militar com a possibilidade dos atuais sargentos se tornarem oficiais superiores não satisfaz a sua pretensão salarial. Nem sequer o COMAER tem condições de absorver esses novos quadros, alternativas que também geraria por sua vez um efeito cascata. O que proponho é o estabelecimento de um período de transição que culminaria na desmilitarização plena a partir da instalação do sistema CNS/ATM. Nesses termos, em relação aos controladores militares, recomendo a observação dos seguintes pontos:

(1) Carga de trabalho comensal a fim de proibir que a ela se somasse períodos de atividades distintas dado o controle de tráfego aéreo como sobreaviso de participação em desfiles militares, o que reduz o período de repouso desses profissionais e interfere no desenvolvimento de suas atividades;

(2) Capacitação profissional habitual em especial do idioma inglês;

(3) Turnos de escala. Sete horas às 15 horas, 15 às 23, 23 às 7 horas ou equivalentes. A fim de evitar sobrecarga de trabalho decorrente de alteração no ritmo biológico.

Quatorze: Aumento do efetivo de controladores de tráfego aéreo civis do Grupo DACTA. O Ministério Público do Trabalho relatou que estudos oficiais da Aeronáutica indicam a necessidade real de contratação de aproximadamente 600 controladores para a prestação adequada do serviço de monitoramento de aeronaves no espaço aéreo brasileiro. É fundamental, portanto, a criação de cargos [soa a campainha] de controladores de tráfego aéreo do Grupo DACTA, formando-se inclusive o quadro reserva. Tais profissionais freqüentam curso de formação com duração menor que o dos controladores militares. O que viabilizará o início de suas atividades em menor espaço de tempo. Além disso, não sofrem os constrangimentos administrativos próprios do efetivo militar, como a conjugação da atividade com as obrigações militares em questão salarial. O SISCEAB necessitará de mais controladores civis quando da implementação do sistema CNS/ATM;

Quinze: Realização de uma auditoria internacional independente no Sistema de Controle de Tráfego Aéreo Brasileiro. Necessária se faz imediata auditoria no SISCEAB pela Organização Internacional de Aviação Civil, OACI, organização internacional reconhecida pelo Ministério da Defesa para se pronunciar tecnicamente sobre o tema;

Dezesseis: Alteração da legislação referente à assistência às vítimas de acidentes aeronáuticos e de apoio aos familiares. O acidente ocorrido em 29 de setembro de 2006, evidenciou a necessidade de reformulação da legislação referente à assistência às vítimas de acidentes aeronáuticos e respectivos familiares, em especial quanto aos seguintes aspectos:

A: Provisão de assistência médica e psicológica aos familiares das vítimas, incluindo-se nesse rol cônjuge, sobreviventes, e parentes até o segundo grau, pelo período que se fizer necessário, o qual será aferido caso a caso. A Portaria 706/DGAG de 22/07/2005, expedida

pelo Diretor-Geral do extinto Departamento de Aviação Civil, DAC, do Ministério da Defesa prevê assistência média e psicológica aos familiares das vítimas e sobreviventes apenas enquanto no centro de assistência familiar;

B: A atualização do valor do seguro R.E.T.A., seguro civil de explorador ou transportador aéreo previsto pelo art. 281 do Código da Aeronáutica. Lei nº. 7.565 de 19 de dezembro de 1986. E estabelecido na norma RBHA, Regulamentos Brasileiros de Homologação Aeronáutica nº. 47 do extinto DAC, em acordo com o Instituto de Resseguros do Brasil, IRB, por meio do comunicado DECAT OO1 de 23/01/95. O valor está extremamente defasado em razão da ausência de correção dos últimos dez anos e corresponde atualmente a 14 mil, 223 reais e 64 centavos por passageiro e 609 reais e 54 centavos por bagagem. [soa a campainha]

Diante disso, Sr. Presidente, faremos os encaminhamentos. Esta CPI decide encaminhar cópia do presente Relatório às seguintes autoridades para as providências cabíveis. Já atendo a solicitação feita por V.Ex<sup>a</sup>. e coloco aqui a inclusão a própria Presidência da República e não só a Casa Civil, Sr. Presidente.

Então, além do Presidente da República, o Ministério da Defesa, dois, ao Comando da Aeronáutica, três, Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, quatro, Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, INFRAERO, cinco, ao Tribunal de Contas da União, seis, ao Presidente da CPI congênere da Câmara dos Deputados, sete, ao Presidente da Câmara dos Deputados, oito, ao Presidente do Senado Federal, nove, à Casa Civil da Presidência da República, dez, à Organização Internacional de Aviação Civil, OACI. Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Antes de conceder a palavra aos Srs. Senadores para o devido debate e discussão da matéria, eu quero cumprimentar antecipadamente o Senador Demóstenes Torres pelo excepcional trabalho que faz, um notável Relatório apresentado que está pautado na honestidade intelectual, na formação de um juízo crítico propositivo na responsabilidade que o tema requer, e no reconhecimento dos acertos e também dos erros que o setor vem atravessando ao longo das décadas.

Então os cumprimentos dessa Presidência, a admiração e o respeito pela maneira como esse trabalho tem sido conduzido pelo Sr. Relator.

Antes de conceder a palavra aos Senadores, eu indago se nós não poderíamos, aproveitando o *quorum* que temos, votar os requerimentos de quebra de



transferência de sigilo bancário pela importância que eles têm pela a próxima etapa dos trabalhos da CPI, os mesmos já foram lidos. É apenas a votação nominal e nós já entraríamos na discussão... Em bloco, não, porque é quebra de sigilo. Mas seria rapidamente, não demoraríamos cinco minutos. Senador Tuma, já que... V.Ex<sup>a</sup>. está de acordo?

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Perfeitamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Então o primeiro Requerimento requer... a CPI, já lido, a transferência dos sigilos bancários... Ou melhor, requer o compartilhamento com a CPI dos sigilos transferido à Controladoria-Geral da União relativos ao Sr. Adenauher Figueira Nunes, ex-Diretor Financeiro da INFRAERO. Em votação. O Senador João Pedro. Senador Gilvam Borges. Senador Mário Couto. Senador Leomar Quintanilha. Transferência de sigilo votação nominal todos estão votando sim. Já foram lidos na reunião passada. Senador José Agripino. Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Relator.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** E a Presidência também vota, sim.

Segundo Requerimento. Requer a Controladoria-Geral da União as seguintes informações, nos termos do art. 148 a requisição de cópia de inteiro teor do processo CGU com número já lido anteriormente, assim como processos abertos perante a 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal. Este apenas votação simbólica. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requer a transferência de sigilos bancários, telefônico e fiscal da empresa AEROMÍDIA Publicidade Ltda, CNPJ nº. 027496740001-19 no período compreendido entre 01/01/2001 e a presente data. Já foi lido na Sessão anterior. Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Gilvam Borges. Senador Mário Couto.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Leomar Quintanilha.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador José Agripino Maia.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Relator Demóstenes Torres.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** E o meu voto também.

Requer a transferência de sigilo bancário, telefônico e fiscal da empresa CENTRO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA com o CNPJ já lido no período compreendido entre 01/01/2000 e a presente data. Senador João Pedro. Senador Gilvam Borges. Senador Mário Couto.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Leomar Quintanilha.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador José Agripino Maia, Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Demóstenes Torres.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Sim, aprovado.

Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. Carlos Alberto Carvalho, o CPF já lido período entre 01/01/2000 e a presente data. Senador João Pedro. Senador Gilvam Borges.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador José Agripino Maia.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Leomar Quintanilha,.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Mário Couto.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Demóstenes Torres.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Sim aprovado.

Requer a transferência fiscal de sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Antônio Felipe Barcellos, no período compreendido entre 01/01/200 e a presente data, teor já lido anteriormente. Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Gilvam Borges. Senador José Agripino Maia.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Leomar Quintanilha.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-**

**TO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Mário Couto.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Demóstenes Torres.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Aprovado. Requer a transferência de sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Arlindo Lima Filho, período de 01/01/2000 e a presente data. Senador João Pedro. Senador Romeu Tuma. Senador Gilvam Borges. Senador José Agripino Maia.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Leomar Quintanilha, Senador Mário Couto, Senador Demóstenes Torres. Aprovado.

Requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. Luiz Gustavo Schield no período compreendido entre 01/01/2000 e a presente data. Inteiro teor já lido anteriormente. Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA**

**(PT-AC):** Senador Gilvam Borges, Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador José Agripino Maia.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Leomar Quintanilha.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-**

**TO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Mário Couto.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Demóstenes Torres.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Aprovado. Requer transferência do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Mário Urahy Macedo Neto no período compreendido entre 01/01/2000 e a presente data. Senador João Pedro. Senador Romeu Tuma. Senador Gilvam Borges. Senador Leomar Quintanilha. Senador José Agripino Maia. Senador Mário Couto. Senador Demóstenes Torres.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Requer cópia dos livros fiscais e contábeis da empresa CENTRO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA. CNPJ 04287897000184 nos últimos cinco anos. Votação simbólica. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requer cópia dos livros fiscais e contábeis da empresa AEROMÍDIA Publicidade, tendo CNPJ já lido, nos últimos cinco anos. Srs. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requer transferência de sigilos bancários, telefônico e fiscal da Sr<sup>a</sup>. Hidelbrandina Olímpia Silva Macedo no período entre 01/01/2000 e a presente data. Votação nominal. Senador João Pedro. Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Gilvam Borges. Senador José Agripino Maia.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Leomar Quintanilha. Senador Mário Couto.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Senador Demóstenes Torres.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-**

**AC):** Aprovado. Requer a convocação do Sr. Fernando Silva Andrade, período da INFRAERO. Votação simbólica. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requer a convocação do Sr. Amarildo José Leite, analista da Controladoria-Geral da União. Srs. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então não temos mais votação nominal a proceder aberta a discussão sobre o Relatório do Sr. Relator Senador Demóstenes Torres. Com a palavra o Senador Romeu Tuma para discutir a matéria.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Sr. Presidente, Sr. Senador Demóstenes, ilustre Relator. Claro que eu não vou discutir a matéria, porque ela desceu redonda. Toda a qualidade que V.Ex<sup>a</sup>. demonstrou no seu trabalho.

Eu queria, Presidente Tião Viana, e Senador Demóstenes, dizer que esta CPI se transforma num exemplo de como deve funcionar um órgão de investigação como é esse que aqui nós estamos conjuntamente trabalhando. V.Ex<sup>a</sup>. teve a cautela de imprimir um trabalho sério do levantamento de todos os dados que praticamente não trouxeram nenhuma preocupação aos componentes do colegiado. Sempre pronto a apresentar um direcionamento, cronograma, e com efeito por duas vezes apresentando relatórios parciais de tudo aquilo que conseguiu apurar.

O que me traz a atenção e assim até às vezes emoção de ser seu amigo, é a tranquilidade com que V.Ex<sup>a</sup>. consegue conversar com as pessoas que estão aqui. Provavelmente apavorados por estarem presente em uma Comissão de investigação. A calma, tranquilidade, objetivando buscar a informação necessária para o seu trabalho.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Obrigada.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Então eu acho que nós temos que sair daqui bastante satisfeitos. Sei que V.Ex<sup>a</sup>. ainda não concluiu os trabalhos. E mandar para o Presidente a sugestão de V.Ex<sup>a</sup>., Senador Tião Viana--

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Nós levaremos pessoalmente. Toda a CPI.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Eu acho que é importantíssimo porque o Presidente demonstra interesse em acompanhar e tentar buscar uma solução que cada dia que passa, Senador Demóstenes Torres, eu fico assustado. Esse fim de semana foi terrível lá em São Paulo, pelo o que a televisão mostrou. E ontem eu li numa noticiuzinha que o piloto do Legacy desligou por engano o...

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Transponder.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Transponder, pensando que estava desligando o rádio. Então ele confundiu o botão. Quer dizer, tem que mandar também para EMBRAER o Relatório. Para EMBRAER saber que quando o piloto sair com o avião ele saiba tudo sobre o avião.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** É uma boa idéia.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Que ele não tenha o descuido de dizer: Esse botão é do rádio e esse botão não é do rádio. Eu estou sugerindo porque eu realmente me assustei.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Nós podemos sugerir para as empresas aéreas também.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Porque se o piloto desliga o botão errado--

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Romeu Tuma, permita colaborar na importante observação que V.Ex<sup>a</sup>. faz. Já tem a concordância do Relator. Mas foi discutido aqui que deveria até soar um alarme forte dentro da cabine caso o transponder fosse desligado.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Está mencionado no relatório. Aqui está incluído.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Parabéns aos dois. Minha admiração e a certeza de que a conclusão será excelente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores. Eu gostaria de dialogar acerca de dois parágrafos. Não tenho uma opinião conclusiva, mas eu gostaria de sentir mais a lógica de V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Qual página?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** A primeira é na página 233. O último parágrafo é sobre concessões aeroportuárias. Aonde V.Ex<sup>a</sup> apresenta a seguinte... "Elas sejam feitas de imediato". Gostaria só que V.Ex<sup>a</sup> aprofundasse pra mim compreender. Primeiro essa questão. No geral perfeito, os encaminhamentos estão corretos. A outra questão é na página, Senador Demóstenes...

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** 233 e a outra...?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** A outra questão é na página 241, último parágrafo. V.Ex<sup>a</sup> começa um parágrafo no meu entendimento afirmando se é isso mesmo, "até a separação dos sistemas civil e militar". Porque esse é um assunto polêmico que foi debatido aqui.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Mas esse eu acho que é mais fácil de responder do que o outro. "Até a separação do sistema civil e militar de controle aéreo quando da implantação do CNS/ATM". Porque foi dito aqui, até o Senador Tião

Viana teve a mesma dúvida e sugeriu que nós fizéssemos uma alteração. Porque no ano 2017 estará implantado o sistema CNS/ATM que fará o controle por satélite, e aí obrigatoriamente o sistema civil estará separado do militar. O sistema civil será interligado via satélite o mundo todo e o sistema militar até porque em combate, quer fugir do satélite e tudo mais. Então é um sistema que vai merecer um outro controle completamente diferente.

Então em 2017, quando houver essa separação obrigatória, que vai acontecer, até lá o que eu estou sugerindo é que já comece um processo de discussão para ver o que dá para fazer de agora em diante. Em 2017 o sistema estará separado.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Outra questão sobre concessão.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Sim. A da concessão eu digo o seguinte. Nada impede que elas sejam feitas de imediato porque não existe uma lei específica sobre concessões aeroportuárias. Mas existe uma lei sobre concessões.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** V.Ex<sup>a</sup> cita.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Então se o Governo, claro que o Governo pode aprofundar com a colaboração do Ministério da Defesa, do CONAC, fazer uma lei específica para esse caso. Mas, só para o fim de concessão, se o Governo já quiser fazer não há nenhuma proibição. Pode fazer essa concessão para a construção de aeroporto, para administração de aeroportos. Eu disse até fiz, embora não haja. Porque possivelmente a medida em que o Ministério da Defesa assumir essa coordenação efetiva, essa política vai exigir uma lei para que haja uma regulamentação específica dessas concessões. Não há essa regulamentação. Mas, nada impede que de imediato, se o Governo quiser, já possa--

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Me permita que nós já temos um intermediário importante aí e legal, que são as Parcerias Público-Privadas.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Exatamente. Então essas leis genéricas nós já temos. Não há nada específico, mas genericamente se o Governo quiser... Se quiser, se não quiser também...

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Concedo a palavra ao Senador Mário Couto. Atualmente membro dessa CPI.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA):** Obrigado. Presidente, eu não tenho nada a questionar. Quero apenas fazer algumas observações.

Primeiro parabenizar. Parabenizar V.Ex<sup>a</sup>, parabenizar o nosso brilhante Relator que aprendi a admirar e respeitar, e agradecer o assessoramento que foi dado a V.Ex<sup>as</sup>. Foi um Assessoramento brilhante. Os Assessores dessa CPI estão realmente de parabéns.

Senador Demóstenes, sei que temos muito ainda a investigar, mas o que foi feito até aqui merece aplausos.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Obrigado.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA):** Primeira vez que eu participo de uma CPI na minha vida, mas levo com certeza, Senador, os mais... As melhores das impressões. E posso lhe afirmar que o belo trabalho feito por V.Ex<sup>a</sup> e pelo Presidente, buscando não só identificar os problemas, responsabilizar as pessoas, mas principalmente buscando melhorar o sistema. Apresentando sugestões para melhorar o sistema. V.Ex<sup>a</sup> foi feliz a partir do momento em que foi buscar pessoas importantes para virem aqui, conhecedoras do sistema, experientes, e pacientemente escutou a cada uma, questionou a cada uma para chegar ao seu Relatório. Com muita paciência e com muita capacidade. Por isso que ainda há pouco falei que aprendi a admirar V.Ex<sup>a</sup>. Nada tenho a questionar. E, com certeza, sei que ainda temos muito para buscar. Mas o que foi feito até agora merece nossos mais calorosos aplausos. V.Ex<sup>as</sup> estão de parabéns.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Obrigado, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Agradeço ao nobre Senador Mário Couto pelo reconhecimento ao trabalho do Relator e ao trabalho da Comissão.

Então, a presidência concede ainda a palavra ao Senador Gilvam Borges, antes de votar inclusive a Ata da reunião anterior.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Presidente, primeiro parabenizar V.Ex<sup>a</sup> pela maestria na condução dos trabalhos e sem sombra de dúvida essa triagem de buscar as pessoas que detinham todo o conhecimento e que estavam envolvidas nas questões. Foi muito sábia. E o Relator sem sombra de dúvida, o Senador Demóstenes, ele tem sido realmente um referencial de sabedoria, de paciência, um profundo conhecedor da matéria, é um estudioso que realmente dá uma contribuição decisiva para o seu Relatório e nós sabemos que o mais importante é a capacidade de sintetizar, de objetivar para que nós realmente possamos depois da conclusão dos trabalhos poder oferecer às autoridades competentes um elaborado que possa realmente apontar para algumas alternativas.

Eu acho que... Eu queria fazer só uma ponderação sobre o Relatório, justamente na questão que eu acho que a curto prazo, que é o que nós estamos enfrentando no momento, eu acho que o planejamento futuro e estratégico ele está dentro do Relatório já. Sem sombra de dúvida. Mas, nós vivenciamos no País um momento que ele está se tornando cíclico, de três e três meses. A intenção dos entendimentos, a busca realmente de abrandar e buscar alternativa que possa dar uma perenidade na solução, pelo menos a curto prazo. E eu acredito que a questão mais importante que tem que estar no Relatório, e que não flexibiliza, eu observei o detalhe, e aí que está o ponto do conflito, realmente, é de dizer que não há possibilidade de negociações e entendimento por parte das Forças Armadas, especificamente Aeronáutica, que detêm o controle dos profissionais, que realmente pode quebrar toda uma hierarquia. Eu acho que esse ponto ele está muito fechado, porque o Presidente Lula ele já tem buscado as alternativas através dos seus Ministros buscando alternativa que não conseguiram. Mas qual é a chave aí? Eu queria apresentar a V.Ex<sup>a</sup> que há uma flexibilidade possível aí, sim, porque se poderia criar dentro da força da própria Aeronáutica um comando especializado, hierarquizado, com a especialidade do tráfego aéreo.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Mas isso já existe.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Isso existe? Então eu sinceramente pra mim é falta de um entendimento e de um gerenciamento. Porque é uma função estratégica que se diferencia das outras atividades dentro da força. Eu acho que essa abertura não ia afligir nenhum, por exemplo, dentro da divisa de sargentos ou dos oficiais envolvidos a questão mais importante que é a grande saída que se busca, a curto prazo. Porque nós ainda vamos sofrer isso dentro de dois ou três anos se nós não conseguirmos amenizar pelo menos essa situação. E o problema maior hoje é a questão dos controladores de voo. É o problema do salário. Esse é a cerne da questão a nível--

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Nós concordamos inteiramente com V.Ex<sup>a</sup>. Agora, esse sistema que V.Ex<sup>a</sup> propõe ele existe. Se chama SISCEAB que coordena todo o CINDACTA, tem um comandante, tem oficiais supervisores, tem escola de formação. Só que o salário é o mesmo.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** É, mas aí esse destaque é que eu estou lhe dizendo. Pra mim eu acredito que isso não quebra a hierarquia, não inflexível porque possa afetar as Forças Armadas, no caso a Aeronáutica, de maneira nenhuma. Eu não acredito nisso.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Mas aqui foi dito, inclusive--

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Bem, por eles. Mas se há uma decisão por parte do Ministro da Justiça e do Presidente da República, que se vai ter um atendimento porque é um comando especial de força, nem que se tenha que tirar as divisas deste comando especial e esse comando especial ficar sem divisas, mas dentro de uma hierarquia, é possível sim. É possível esta gratificação. E isso tem que ser insistido com o Presidente Lula e com o Ministro da Defesa. Isso se flexibiliza. O que há é realmente divisão de força. Porque um Sargento que é um, vamos dizer, de resgate ou Sargento que opera na preparação da infantaria, etc, etc, ele se diferencia. Já há um comando especial como diz V.Ex<sup>a</sup>. Se ficar fechado pelos depoimentos que deram dos envolvidos aqui, nós não vamos encontrar a alternativa. Nós temos que sim, com a Medida Provisória, substanciar esse comando especial e se o Ministro, o Ministro, quiser, as coisas são feitas. Tranquilamente. Eu não tenho dúvida disso.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** O problema, Senador, é que dentro desse sistema de mais ou menos 11 mil sargentos, dois mil a três mil são controladores de voo. Mais ou menos isso. E o restante, por exemplo, são sargentos que ficam dentro de um radar, uma casa ali no meio da Floresta Amazônica. Então esses também estariam também fora do aumento dos controladores.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Esses entram no sistema porque é controle aéreo. É uma questão de decisão. Eu queria fazer um apelo só a V.Ex<sup>a</sup>--

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Só que se um Sargento ganhar mais que um Tenente, a coisa fica...

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Mas que o Tenente então se torne um controlador de voo. Ele pode fazer o concurso.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Arrancar as divisas é atuação civil, digamos assim. E é isso que nós estamos propondo. Estabelecimento de um período de transição para resolver a questão salarial que culminaria nessa--

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Eu queria dizer e apelar a V.Ex<sup>a</sup> que nós deveríamos apontar nessas pequenas considerações que V.Ex<sup>a</sup> faz sobre a questão salarial que é o cerne da questão, que a gente apontasse algumas alternativas. Porque é uma decisão do Ministro. Eles podem se organizar e fazer forças especiais como existem forças especiais, forças da inteligência que usam recursos quando é necessário recursos, dentro do orçamento, para atividades espe-

cíficas deles. Há recursos previstos para isso. Como é uma emergência, nós não temos condições de fazer essa transição dentro de dois, três, quatro, cinco anos, o País vai ter que se preparar para fazer esse planejamento, nós precisamos resolver isso, vamos dizer, de imediato. E eu tenho certeza que a alternativa está aí dentro da questão salarial e nós teremos aí um ganho de dois, três anos para poder ter um planejamento a médio e longo prazo.

Eu faço um apelo a V.Ex<sup>a</sup>, senão nós vamos cair de dizer: Bem, aqui não pode mexer porque é hierarquia. Mas se aí que está o problema...

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Exatamente. Aqui eu deixei bem claro isso. Essas alternativas que V.Ex<sup>a</sup> propôs, nós analisamos. A gratificação--

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Eu gostaria que V.Ex<sup>a</sup> analisasse isso.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Não. Foi analisado. E nós descartamos porque chegamos à conclusão que criaria um grave problema na estrutura inteira que é militarizada.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Mas nós não teremos a saída então.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Mas chegamos à mesma conclusão. Qual que é? Se não resolver a questão salarial, não resolve nada.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Se não resolve a questão salarial, nós temos que resolver a questão salarial.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** É o que ele está dizendo, o Relator. Tem que resolver.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Está concluído isso aí. Então se V.Ex<sup>a</sup> tirar do relatório, botando nesse parágrafo, principalmente que diz que não se pode mexer pela questão da hierarquia, tem alternativas aí.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Senador Gilvam Borges, eu informo a V.Ex<sup>a</sup> além do que o Relator disse que segundo a Aeronáutica até o próximo ano nós teremos mais 600 controladores de vôo formados. O que demonstra no mínimo uma fase de crises e riscos de dois anos, segundo a previsão de V.Ex<sup>a</sup>. Então esse é o fato e nós sempre apontamos aqui, o Relator sempre apontou que tem que haver superação do impasse salarial dos controladores.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Mas parabéns. Parabéns pelo trabalho.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (PFL-GO):** Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** --além da condição de investimento tecnológico.

Então a Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então os Srs. Senadores já votaram. O Relatório está aprovado. Ficamos apenas agora na dependência do terceiro Relatório que diz respeito especificamente à crise na INFRAERO.

Então está encerrada a Sessão com todo o reconhecimento e aplauso ao trabalho do Relator. Muito obrigado a todos.

*Sessão encerrada às 16h42.*

Senador **Tião Viana**, Presidente

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães \*  
PFL – César Borges\*  
PDT – João Durval \*\*

### Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella\*  
PMDB – Regis Fichtner\*<sup>S</sup>  
PP – Francisco Dornelles \*\*

### Maranhão

PFL – Edison Lobão\*  
PMDB – Roseana Sarney \*  
PTB – Epitácio Cafeteira \*\*

### Pará

PSOL – José Nery\*<sup>S</sup>  
PSDB – Flexa Ribeiro\*<sup>S</sup>  
PSDB – Mário Couto\*\*

### Pernambuco

PFL – Marco Maciel\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*  
PMDB – Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*  
PFL – Romeu Tuma\*  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*<sup>S</sup>  
PFL – Eliseu Resende\*\*

### Goiás

PFL – Demóstenes Torres \*  
PSDB – Lúcia Vânia\*  
PSDB – Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro \*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*  
PFL – Jayme Campos \*\*

### Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*  
PMDB – Pedro Simon\*\*

### Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*  
PC do B – Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

PFL – Efraim Morais\*  
PMDB – José Maranhão\*  
PSDB – Cícero Lucena \*\*

### Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata\*  
PR – Magno Malta\*  
PSB – Renato Casagrande\*\*

### Piauí

PFL – Heráclito Fortes\*  
PMDB – Mão Santa \*  
PTB – João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho \*  
PFL – José Agripino\*  
PFL – Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*  
PMDB – Neuto de Conto \*<sup>S</sup>  
PFL – Raimundo Colombo \*\*

### Alagoas

PMDB – Renan Calheiros\*  
PSDB – João Tenório\*<sup>S</sup>  
PRTB – Fernando Collor\*\*

### Sergipe

PMDB – Almeida Lima\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*  
PFL – Maria do Carmo Alves \*\*

### Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio\*  
PDT – Jefferson Péres\*  
PR – Alfredo Nascimento\*\*

### Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns\*  
PDT – Osmar Dias \*  
PSDB – Alvaro Dias \*\*

### Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PT – Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral \*  
PMDB – Valter Pereira\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque \*  
PFL – Adelmir Santana \*<sup>S</sup>  
PMDB – Joaquim Roriz\*\*

### Tocantins

PR – João Ribeiro \*  
PMDB – Leomar Quintanilha\*  
PFL – Kátia Abreu\*\*

### Amapá

PMDB – Gilvam Borges\*  
PSDB – Papaléo Paes\*  
PMDB – José Sarney \*\*

### Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide\*  
PMDB – Valdir Raupp\*  
PR – Expedito Júnior\*\*

### Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho\*  
PMDB – Romero Jucá\*  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*\*

## Mandatos

\*: Período 2003/2011 \*\*: Período 2007/2015

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

- 1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

**(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)**  
**(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)**

- 2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

**(Requerimento nº 401, de 2007)**

**(13 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)**  
**Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)**  
**Relator: Senador Demóstenes Torres – (PFL-GO)**

Titulares	Suplentes
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b>	
<b>(PFL/PSDB)</b>	
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães (PFL)	1.Raimundo Colombo (PFL)
Demóstenes Torres (PFL)	2.Romeu Tuma (PFL)
José Agripino (PFL)	
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b>	
<b>(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)</b>	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
<b>PDT</b>	
(vago) <sup>1</sup>	

<sup>1</sup> O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

**Leitura: 25.4.2007**  
**Designação: 15.5.2007**  
**Instalação: 17.5.2007**  
**Prazo Final: 26.11.2007**



## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

**(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)**

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

**Leitura: 8.2.2007**

**Designação: 13.2.2007**

**Instalação:**

**Prazo Final:**

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [scomcae@senado.gov.br](mailto:scomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB <sup>(1)</sup>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>(PMDB, PSDB, PDT) <sup>(2)</sup></b>	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

<sup>(1)</sup> Vaga do PMDB cedida ao PSB

<sup>(2)</sup> Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB <sup>(2)</sup>
Osmar Dias – PDT <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena – PSDB <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT

<sup>(2)</sup> Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.****(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.****(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB****Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,  
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
<b>PFL ou PDT</b>	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**

**Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315

E – Mail: [scomccj@senado.gov.br](mailto:scomccj@senado.gov.br)



**3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**  
(5 titulares)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL**  
**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB**

**(12 titulares e 12 suplentes)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
<b>PMDB</b>	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA** **(9 titulares e 9 suplentes)**

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO** **(7 titulares e 7 suplentes)**

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE** **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB  
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB**  
**Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS  
SÓLIDOS**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT**  
**Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. (vago)
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [scomcdh@senado.gov.br](mailto:scomcdh@senado.gov.br).

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**

**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente: Senador José Nery - PSOL**

**Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
<b>PMDB</b>	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
<b>PSOL</b>	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS  
BRASILEIROS NO EXTERIOR  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)



**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL  
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Fernando Collor - PTB**

**Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E  
REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI  
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB  
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail : [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A  
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB  
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
<b>PMDB</b>	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB**  
**Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
<b>PMDB</b>	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente – Senador João Tenório - PSDB**  
**Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB**

**Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente –**  
**Vice-Presidente –**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**6ª Eleição Geral:** 06.03.2007

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha** <sup>8</sup>

**Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana** <sup>3</sup>

<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) <sup>2</sup>	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) <sup>5</sup>	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) <sup>2</sup>	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) <sup>1</sup>	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima <sup>4</sup>	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
<b>PFL</b>					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
<b>PSDB</b>					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio <sup>6</sup>	AM	1413
Marisa Serrano <sup>7</sup>	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.07.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

<sup>2</sup> Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

<sup>3</sup> Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

<sup>4</sup> Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

<sup>5</sup> Eleita na Sessão de 27.6.2007.

<sup>6</sup> Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

<sup>7</sup> Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

<sup>8</sup> Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.



**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma <sup>1</sup> (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

(Vago) <sup>1</sup>	
Demóstenes Torres <sup>2</sup> (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias <sup>2 4</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide <sup>3</sup> (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

**Notas:**

<sup>1</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

<sup>2</sup> Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

<sup>3</sup> Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

<sup>4</sup> O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

<b>PMDB</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PFL</b>
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
(vago)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
<b>PC do B</b>
Senador Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
(vago)
<b>PSOL</b>
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador César Borges (PFL-BA)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (PFL-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO</b>	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>1</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>1</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>PFL</b>	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/PFL/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> DEMÓSTENES TORRES PFL-GO
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)





SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 170 PÁGINAS**